



a multidão



na cidade



insurgências, participação e soberania popular



TCC Henrique Dias Porto



a multidão na cidade

insurgências, participação e soberania popular



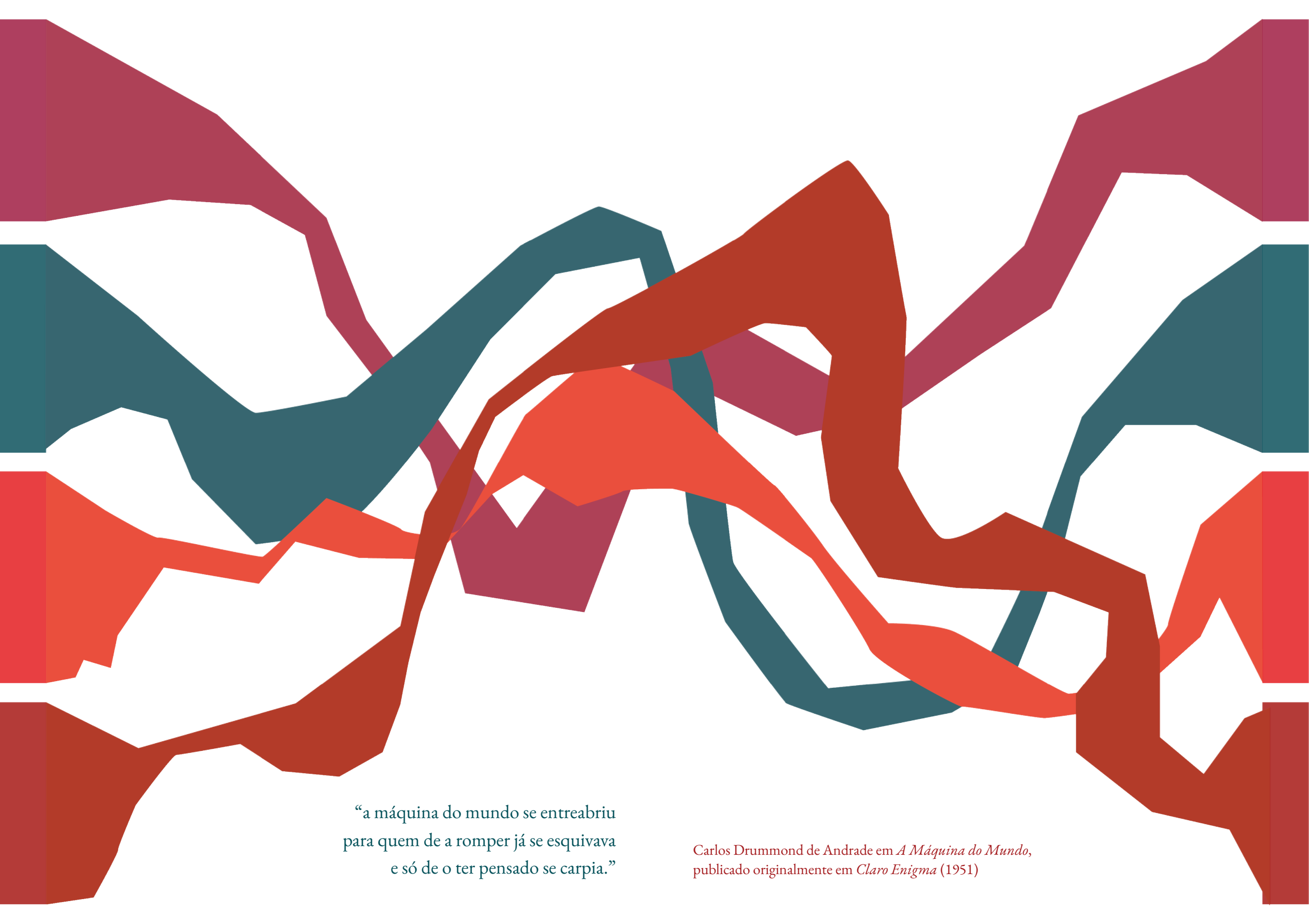
Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada para a disciplina ARQ 049 do curso de Arquitetura e Urbanismo Diurno da Universidade Federal de Minas Gerais

Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena

Co-Orientadora: Profa.Dra. Gisela Barcellos de Souza





“a máquina do mundo se entreabriu
para quem de a romper já se esquivava
e só de o ter pensado se carpia.”

Carlos Drummond de Andrade em *A Máquina do Mundo*,
publicado originalmente em *Claro Enigma* (1951)

Gráfico - páginas por capítulo

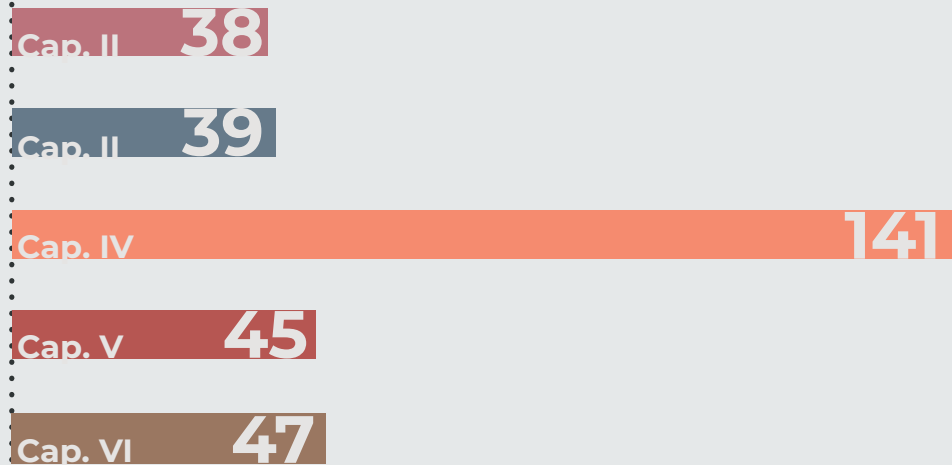


Gráfico - número de "figurações" de cada tema da investigação estética

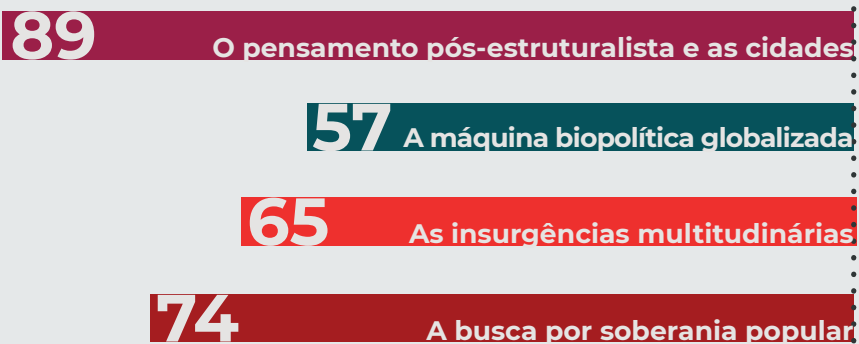


Gráfico - número de "figurações" de cada tema da investigação estética por capítulo

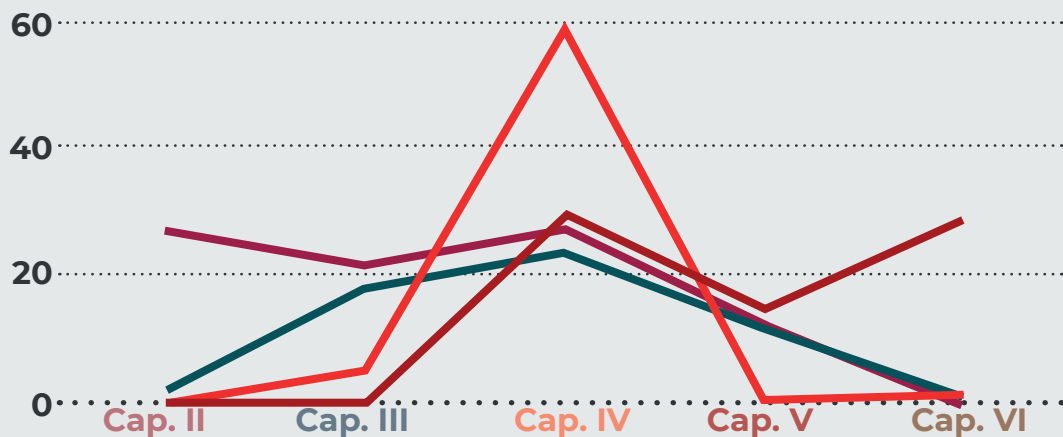


Diagrama - trânsito entre escalas ao longo do texto

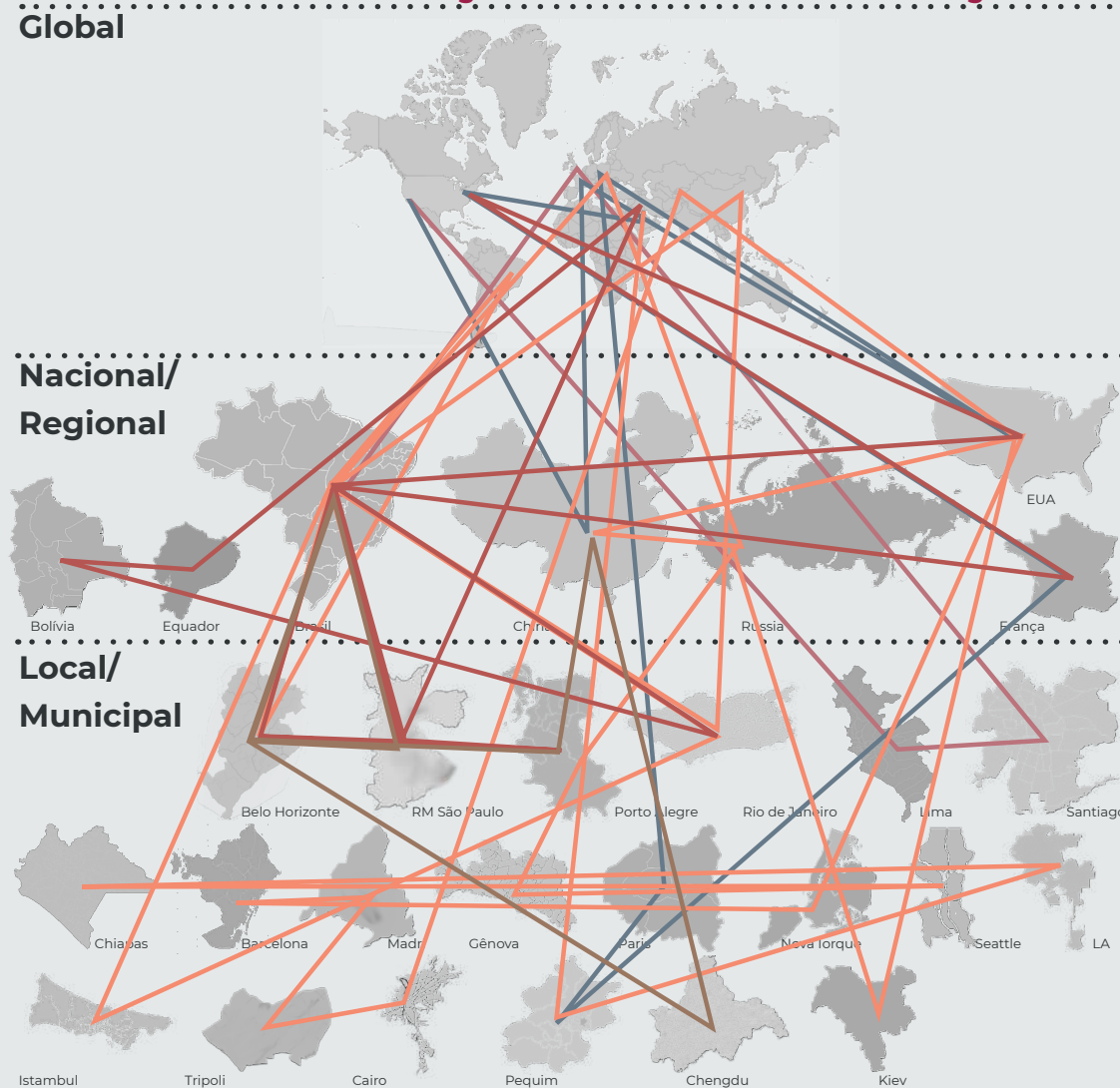
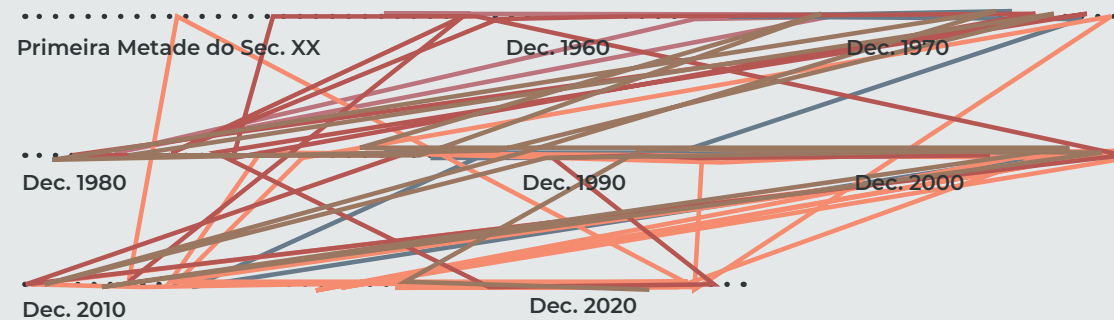


Diagrama - trânsito entre temporalidades ao longo do texto



os Outros deste texto

Por mais que a capa só comporte um nome, este trabalho é feito a várias mãos e, por mais que registre apenas uma data, ele também se estende por vários tempos. Para ser mais exato, acredito que este trabalho tenha começado em agosto de 2017 quando, sem que eu soubesse, Natacha me colocou em contato com algo maior do que eu. Algo da ordem da história, dos grandes acontecimentos, das grandes narrativas, da ordem da “Máquina do Mundo” de Drummond. Ao mesmo tempo, esse contato com as “grandes coisas” se fez sentir de uma maneira fortemente corpórea e particular - uma separação, um confinamento. Tratava-se do início de uma virada na história do grupo de pesquisa Indisciplinar, que se materializava pela primeira vez com o começo de minha pesquisa de iniciação científica que seria realizada, não mais no ambiente lúdico e festivo da sala 500, onde elaboraram-se inúmeros passos do grande ciclo do pós-Junho de 2013 em Belo Horizonte, mas sim no solitário gabinete da Professora Natacha Rena, na extinta sala 408. Ali e, posteriormente, na nossa estimada sala 411, fazíamos uma pesquisa de ataque, de ruptura, de restauração: ciência, “trabalho de gente grande”, com fichamentos, planilhas, com muita seriedade e com a expectativa de construir grandes coisas a partir de então.

A separação entre salas era uma clara tentativa de isolar aquela nova experiência de toda a performance, toda a estética, toda a potência afetiva dos trabalhos anteriores do Indisciplinar. Ainda assim, aos poucos, à solidão do gabinete foram somando-se outros que, carregados das mesmas frustrações e indignações, empenhavam-se também em compor esse novo e “seríssimo” ciclo de trabalhos do grupo. Aos poucos, a seriedade foi sendo rompida pelo afeto, e as frustrações converteram-se em conexões. Natacha, Maíra, Danilo, eu, Susan, Ana e tantos outros - tornamo-nos amigos, companheiros de pesquisa, de café, de porre, de ressacas, de eventos, de viagens e de vida. Com isso, toda aquela indignação, todo aquele ressentimento e enrijecimento, provocados pela dureza de um golpe de Estado e de uma realidade despida de esperanças, foram transformando-se em algo novo que não sabíamos muito bem nomear.

Hoje - na conturbada passagem de 2020-2021-2022, a partir de meu próprio confinamento particular, não mais na Escola de Arquitetura - , busco escrever um trabalho de reconciliação. Reconciliar as grandes ideias, o desenvolvimento, o projeto

nacional, o Brasil Maior; com a criação, com a festa, com a potência dos afetos; entendendo que estas duas dimensões são absolutamente indissociáveis. Reconciliar-me comigo mesmo, com o meu eu menor, lúdico, criativo e infantil, que suprimi na intenção de me fazer “gente grande”.

Para tanto, é preciso exercitar a generosidade. Buscamos nos apropriar daquilo que Roberto Machado descreveu a respeito do pensamento de Deleuze: vestir as máscaras de outros pensadores, escrevendo as suas falas para fazê-los figurar em seu teatro filosófico. Aqui, em um teatro do pensamento sobre as cidades, das insurgências multitudinárias, da participação popular ou mesmo da história do grupo Indisciplinar, vestiremos as máscaras de Lula e Cohn-Bendit para fazê-los conversar. Vestimos as máscaras de Bruno Cava e Giuseppe Cocco, e de Elias Jabbour e Luiz Alberto Moniz Bandeira, colocando-os em contato. Vestimos também as máscaras da Natacha de 2013 e de Dilma Rousseff. Vestimos as máscaras de Marília, Luiz, Lucca, Bel, Paula e Joviano, colocando-os para conversar com Maíra, Danilo e Henrique.

Assim, é preciso me valer dos outros. Outros, por que o trabalho não é apenas meu: para a elaboração do texto, contei com a contribuição de meus colegas (sobretudo, Maíra Nobre, Caio Gonçalves e João Paulo Souto) e das minhas orientadora e co-orientadora. Além disso, os materiais incluídos no trabalho, as reflexões, as construções teóricas e políticas aqui presentes são fruto do nosso trabalho de pesquisa e extensão nos últimos quatro anos, que envolveu uma série de colaboradores e colaboradoras. Outros, porque seria muito pouco falar de um Eu, considerando que, por mais que o trabalho parta de um relato em alguma medida pessoal, meu lugar nesta rede que buscamos relatar é muito restrito. Enquanto uma rede, é preciso mobilizar absolutamente todas as conexões: as minhas com meus colegas; com os temas e autores abordados; com os diversos atores encontrados nos percursos cartográficos e deles também com vários outros; as conexões passadas, que chegam a mim pelos fluxos pulsantes na rede na qual me inseri; as conexões de outros tempos de Indisciplinar, e também de outros tempos e acontecimentos. Outros, porque, na conexão, os limites do Eu se dissolvem em nome do fluxo, até o ponto “em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.21).

Dito isso, tenho muitos a agradecer!

Agradeço à Natacha, por ter mudado minha vida me colocando em contato com tudo isso, e por todas as coisas que ainda faremos juntos daqui em diante. À Gisela por toda a inspiração, seriedade e generosidade na orientação da pesquisa sobre OP e na co-orientação deste trabalho. À Maíra e ao Danilo por serem meus mentores, meus amigos e companheiros de tudo por toda essa caminhada de pesquisa e, nesse último ano, especialmente à Maíra por ter praticamente dividido mais da metade desse processo comigo, por toda a colaboração e amizade, na vida, no pensamento, na escrita, nos fichamentos, em tudo! À Susan pelo apoio e inspiração na elaboração do projeto gráfico deste trabalho e em tantos outros momentos. À Ana Schoenell, ao Anderson, à Bel, ao Caio, ao João Paulo, ao Matheus, à Marina, ao Marcelo e a todos os colegas - graduandos, pós-graduandos e professores - de Indisciplinar pelo companheirismo, pela inspiração e pelo carinho. Agradeço ao grupo Indisciplinar como um todo, à UFMG, à Escola de Arquitetura, às pró-reitorias de pesquisa e extensão, às demais entidades universitárias e aos gabinetes do deputado federal Patrus Ananias (PT) e do vereador Pedro Patrus (PT). Agradeço aos moradores do bairro Primeiro de Maio, às Obras Sociais Senhora da Glória, ao finado Padre Piggi e à Dona Maria das Graças. Agradeço aos queridos colegas e companheiros da Escola de Arquitetura, em especial, Alice Bottaro, Pedro Henrique Rodrigues e Tayná Marques. Agradeço aos meus amigos de Colégio e de vida. Agradeço à minha namorada, companheira e melhor amiga, Ana Burian, por todo apoio e todo carinho nesse ano de trabalho. Agradeço a minha mãe, Ester, meu pai, Leonardo, minha irmã, Mariana, e toda minha família pelo apoio e pelo amor.

Este trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

Instituições e grupos:



Resumo:

Os esforços, no âmbito do pensamento sobre as cidades, para a constituição de uma política urbana capaz de incorporar perspectivas imanentes aos territórios abordados, em detrimento de uma abordagem centralizadora e tecnocrática, nutrem uma forte conexão com o pensamento filosófico pós-estruturalista. Uma série de conceitos emergentes a partir de autores como Foucault, Deleuze e Guattari, a partir da segunda metade do século XX, têm grande incidência nas nascentes formas de se compreender a cidade a partir deste período, da mesma forma que a política urbana serve como meio de experimentação para vários destes autores. Nesse sentido, a ideia de multidão, conforme proposta por Hardt e Negri (2012, 2014), traz uma perspectiva fortemente urbana, que considera a cidade (e, sobretudo, a metrópole) como espaço privilegiado para se apreender e transformar as dinâmicas econômicas, políticas, culturais e estéticas contemporâneas. Esta influência mútua entre pensamento pós-estruturalista e pensamento sobre as cidades parece se desenvolver de uma maneira particularmente interessante no Brasil, na medida em que, a partir da década de 1980, o país passa a representar um espaço de intensas invenções culturais, políticas, ontológicas e, também, urbanísticas. Assim, as experiências brasileiras de busca pela incidência da vontade popular sobre os assuntos do Estado e, mais especificamente, sobre a política urbana são fortemente atravessadas por um debate filosófico entre a prevalência da ação estatal e do desenvolvimento; e uma perspectiva da autonomia e da afirmação da diferença. Portanto, tendo como base reflexões de ordem urbanística, filosófica e estética, este trabalho se propõe a investigar esta mediação entre planejamento e autonomia, entre desenvolvimento e diferença na política urbana, tendo como foco as experiências do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, e as “insurgências multitudinárias” do ciclo de Junho de 2013 na cidade e no Brasil como um todo.

Palavras-chave: multidão; insurgências; Orçamento Participativo; Soberania Popular; Planejamento participativo.

Abstract:

The efforts, regarding the thought production about the cities, for the constitution of an urban policy capable of incorporating immanent perspectives of the approached territories, in spite of a centralizing and technocratic approach, nourish a strong connection with the poststructuralist philosophical thought. A series of concepts emerging from authors such as Foucault, Deleuze and Guattari, from the second half of the 20th century, have a great impact on the emerging ways of understanding the city from this period onwards, in the same way that urban policy serves as a means of experimentation for several of these authors. In this sense, the idea of the multitude, as proposed by Hardt and Negri (2012, 2014), brings a strongly urban perspective, which considers the city (and, above all, the metropolis) as a privileged space to apprehend and transform the economic, political, cultural and aesthetic contemporary dynamics. This mutual influence between poststructuralist thought and the thought production about the cities seems to develop in a particularly interesting way in Brazil, as, from the 1980s onwards, the country begins to represent a space of intense cultural, political, ontological and cultural inventions, and also, regarding urbanism. Thus, the Brazilian experiences of struggling to influence the matters of the state and, more specifically, the urban policy with the popular will are strongly permeated by a philosophical debate between the prevalence of state action and development; and a perspective of autonomy and the affirmation of difference. Therefore, based on urban, philosophical and aesthetic reflections, this work proposes to investigate this mediation between planning and autonomy, between development and difference in urban policy, focusing on the experiences of the Participatory Budgeting of Belo Horizonte, and the “multitudinous insurgencies” of the June 2013 cycle in the city and also county-wide.

Key-words: multitude; insurgencies; Participatory Budgeting; Popular Sovereignty; Participatory planning.

7.	Introdução: incidir sobre o Estado, insurgir-se contra o Estado	16
1.1	Método	25
1.1.1	Análises transescalares	27
1.1.2	O tempo da diferença	28
1.1.3	A construção de um mapa aberto	30
2.	O Pós-estruturalismo e o pensamento da imanência	38
2.1	Michel Foucault: um filósofo historiador	51
2.2	Gilles Deleuze e a geografia do pensamento imanente	57
2.3	Deleuze e Guattari: Maio de 68 por uma leitura esquizofrênica da realidade	60
3.	A formação da máquina biopolítica globalizada	70
3.1	Maio de 1968 e a incorporação da crítica artista	73
3.2	A década de 68 e a acumulação flexível	77
3.3	Império: biopoder e sociedade de controle	93
3.4	Capitalismo Mundial Integrado (CMI) e produção de subjetividade	101

4.	Estado e multidão, planejamento e insurgências	110
4.1	A aposta Multitudinária e os movimentos insurgentes do século XXI	117
4.1.1	As Revoluções Coloridas	119
4.1.2	Crise de 2008	123
4.1.3	As Primaveras Árabes	127
4.1.4	O 15M espanhol	130
4.1.5	O Occupy Wall Street	137
4.2	Reviravoltas geopolíticas no século XXI	143
4.3	Brasil: um país de todos no governo da multidão	155
4.3.1	MundoBraz e a estética da multidão	162
4.3.2	Diferença e desenvolvimento	171
4.4	Abordagens multitudinárias no debate sobre a cidade no Brasil: o ciclo de Junho de 2013	177
4.4.1	A multidão contra o Brasil Maior	182
4.4.2	Belo Horizonte: insurgências multitudinárias e planejamento participativo	200
4.5	Rede Financeiro-Filantrópica internacional: fabricação da dissidência e captura da produção desejan- te da sociedade civil	217
4.5.1	Aproximação cartográfica à Rede Financeiro-Filantrópica Internacional	222
4.5.2	Fabricação da dissidência no Capitalismo Mundial Integrado	230

5. Participação social, confluência perversa e a busca por soberania popular.....252

5.1 A Redemocratização e a formação de novos sujeitos políticos.....257

5.1.1 Felix Guattari, Lula e o PT: interrogar a economia do desejo em função das máquinas estatais.....269

5.2 Consenso de Washington: Dominação pela Dívida e Neoliberalismo no Brasil.....284

5.2.1 Os dilemas da confluência perversa.....289

6. A experiência do OP no Brasil e em BH.....298

6.1 Cartografia do Orçamento Participativo em BH: uma perspectiva multitudinária.....313

7. Considerações finais: o Império, a multidão, as insurgências, o OP e a soberania popular.....346

8. Referências.....354

1. Introdução

**incidir sobre o
Estado,
insurgir-se
contra o Estado**

O pensamento sobre as cidades no ocidente, de forma abrangente, e no Brasil, em particular, parece ter evoluído ao longo do século XX de um paradigma da centralização, do planejamento e da infra-estrutura, para um outro, da descentralização, da participação e da imanência. Talvez possa se identificar que a própria noção de planejamento urbano e a abordagem perante as cidades que se conhece hoje tenha nascido junto a este primeiro paradigma, com a modernidade e com a industrialização. Alguns autores europeus - a exemplo de Frampton (1997)¹ e Foucault (2001) - associam as evoluções tecnológicas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX à própria atividade de se pensar e organizar a cidade, suas instituições e população como um espaço, mecanismo e dispositivo de produção, tal qual as próprias máquinas técnicas do sistema produtivo capitalista.

No Brasil, contudo, este processo é dotado de diversas particularidades. A condição periférica ou dependente do país, a industrialização e urbanização tardias fazem com que a linearidade pretendida aos processos de desenvolvimento urbano seja um tanto inconsistente ao se analisar as cidades brasileiras. Observa-se uma enorme sobreposição espaço-temporal de processos, muitas vezes inconclusos ou descontinuados, de desenvolvimento e planejamento, fazendo conviver em um mesmo espaço e em diferentes momentos históricos assentamentos precários e “ilhas de modernidade”, grandes infra-estruturas e carência de condições básicas, conformando espaços inerentemente conflituosos.

Dessa forma, a rejeição ou revisão destes princípios do planejamento urbano modernista se daria de maneira também distinta entre os dois contextos. Enquanto na Europa e nos EUA a rejeição ao paradigma do funcionalismo se deu de forma bastante associada à constatação dos horrores da guerra e do fracasso do ideal de desenvolvimento, no Brasil, essa tendência à reavaliação seria mais tardia, estando frequentemente relacionada à associação do planejamento e da centralização ao autoritarismo do regime militar.

Assim, ao longo da década de 1960, autores como Henri Lefebvre (2001) e Jane Jacobs (2000) propõe um novo modelo de pensamento, baseado na crítica às cidades européias e estadunidenses, vistas como espaços de massificação e alienação, ou como ambientes que priorizam as infra-estruturas de um progresso ilusório em detrimento da vida das pessoas. Buscava-se preconizar, portanto, a cidade como espaço vivido, como lugar de subjetividades e criatividade, de forma a valorizar as produções espontâneas do espaço em detrimento do planejamento de especialistas e técnicos. Nesse sentido, as cidades periféricas, como as do Brasil e toda a América Latina, deixam de ser enxergadas como experiências tardias ou

interrompidas de desenvolvimento para serem abordadas como locais de aprendizado e “laboratórios” de teoria urbana, por autores como John Turner (1977) e Manuel Castells (1973).

Em ambos os casos, esse novo olhar para as cidades - sejam as européias e norte-americanas, sejam as brasileiras e latino-americanas - é fortemente influenciado por um movimento também transformador na filosofia. Autores pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari produzem, ao longo das décadas de 1960, 70 e 80 propostas para um pensamento da imanência, em oposição ao pensamento ancorado na ideia de transcendência. Em outras palavras, propõe-se um pensamento que busca identificar nas situações estudadas a manifestação da diferença, a criação de novos modos de ser, ao invés de procurar enquadrá-los em sistemas de significados e identidades pré-concebidas. Nesse sentido, a nascente abordagem imanente das cidades, presente em Lefebvre (2001), Jacobs (2000), Turner (1976) e Castells (1973), apoia-se em grande medida nesta nova corrente de pensamento filosófico ao mesmo tempo que a influencia, como campo de experimentação.

No caso brasileiro, o pensamento urbanístico esteve, em grande medida, interdito desde meados da década de 1960. Conforme aponta Ana Paula Koury (2013), ao início desta década, o país encontrava-se justamente no ponto de inversão da curva demográfica de população rural e urbana, de forma que a questão habitacional e das cidades eram cada vez mais prementes. Naquele momento, o desenvolvimentismo brasileiro apresentava-se na figura do “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social” - que continha as chamadas reformas de base - do conturbado governo de João Goulart. Contudo, a princípio, a questão habitacional não era contemplada por este plano, o que motivou a realização do chamado “encontro de Quitandinha”, em 1963, quando técnicos e intelectuais da arquitetura e urbanismo debateram a questão habitacional no país com vistas a incidir no iminente plano trienal de Jango. Entretanto, poucos meses depois, o golpe civil-militar de 1964 sepultou todos estes esforços, delegando a questão habitacional e das cidades novamente ao segundo plano. (KOURY, 2013, não paginado).

Assim, a partir de então, o pensamento urbanístico brasileiro associa-se, em grande medida, ao combate ao regime militar, sobretudo na figura do Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU). Nesse sentido, este processo ao longo das décadas de 1970 e 1980 é permeado pela incorporação de referências pós-modernas ou pós-estruturalista no pensamento sobre as cidades, ao mesmo tempo que inspira novas abordagens marxistas - muitas

delas influenciadas por Lefebvre, em direção a um ideal revolucionário e/ou autonomista. Autores identificados com o MNRU - como Ermínia Maricato, Marcelo Lopes de Souza, e Raquel Rolnik - desenvolvem no pensamento sobre as cidades brasileiras uma grande ênfase nos mecanismos de participação e escuta da sociedade civil, nas experiências de auto-gestão de espaços coletivos e na contribuição de movimentos sociais, que iria reverberar no Estatuto das Cidades, por exemplo. Dessa forma, após um período de distanciamento dos intelectuais e militantes em relação aos espaços decisórios da produção do espaço no Brasil, propõe-se uma diminuição do papel do planejamento Estatal (visto como centralizador e autoritário) em favor da participação social.

Assim, as décadas de 1980 e 90 no Brasil são um momento repleto de experiências no sentido da inversão de prioridades² na política urbana, como a elaboração da *emenda popular da reforma urbana*³, no contexto da Constituição Federal de 1988. Apoiava-se, em grande medida, na atuação dos movimentos por moradia, movimentos dos favelados e nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica (progressista) que, naquele momento, desenvolviam uma série de experiências inovadoras no sentido de produção de moradias e urbanização de assentamentos informais. Além disso, a escala municipal é especialmente valorizada quando, nas eleições municipais de 1982, 1988 e 1992 partidos de esquerda - sobretudo PT e PDT - assumem o executivo de diversas cidades do país, em um forte movimento municipalista. Uma das experiências mais relevantes e inovadoras propostas nesse contexto foi o Orçamento Participativo (OP), forjado em experiências preliminares em cidades como Diadema (SP), Lages (SC) e Boa Esperança (ES)⁴, e posteriormente, de forma mais consolidada, em municípios de maior porte como Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG)⁵.

A partir destas experiências, os OPs se consolidam como uma das mais relevantes experiências de participação da sociedade civil na política urbana em todo o mundo - como apontam Avritzer (2003), Souza (2002), Cabannes e Lipietz (2017) -, tendo sido inclusive reconhecidos (no caso de Porto Alegre) como uma das “melhores práticas” de gestão urbana na conferência UN Habitat de 1996. Assim, na passagem para os anos 2000, as experiências de descentralização e inversão de prioridades na política urbana ganham escala, com a promulgação do supracitado Estatuto das Cidades (2001), por exemplo, e com a criação do Ministério das Cidades, a partir da ascensão da esquerda ao Governo Federal, com o presidente Lula, em 2003. Nesse sentido, uma série de articulações entre experiências locais e políticas de grande escala passam a ser empreendidas. No caso de Belo Horizonte, os anos 2000 marcam a formação do programa Vila Viva⁶, articulando os processos decisórios do OP e o

financiamento do Governo Federal via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Contudo, os desdobramentos políticos no decorrer da década de 2000 levaram boa parte da intelectualidade no campo da arquitetura e urbanismo - em grande medida motivada no esforço de uma constituição do pensamento imanente sobre as cidades - a rejeitar estas experiências participativas, sobretudo suas articulações macro-escalares. Autores como Maricato (2015), Rena (*et. al*, 2016), Nascimento (2016) e Paolinelli e Canettieri (2019) criticam o ciclo de políticas públicas com inspiração no ideal da reforma urbana construídas pelos governos de esquerda - sobretudo do PT, nas escalas municipal e federal - por considerar que estas privilegiaram mais as articulações entre Estado e capital imobiliário do que, de fato, a inversão de prioridades da política urbana e inclusão de populações socialmente vulneráveis. Em oposição, estes autores propõem alternativas de cunho autonomista, com ênfase em experiências auto-geridas de produção de moradia, ocupações urbanas e culturais, como forma de rejeitar a intermediação do Estado apontado como neo-desenvolvimentista, considerada como frustrante.

Assim, a inspiração pós-estruturalista (bem como a via marxista revolucionária/autonomista) destes movimentos no pensamento sobre as cidades é reforçada com o endosso de alguns autores à proposta de Hardt e Negri (2014, 2012) do sujeito político da *multidão*, na medida em que o enfoque político desloca-se de um “incidir sobre o Estado”, para as práticas insurgentes, auto-organizadas e céticas em relação à capacidade estatal de enfrentamento aos problemas sociais abordados. Multiplicam-se (dentro da intelectualidade), nesse momento, as leituras subscritas a práticas como o *urbanismo tático*, as ocupações culturais e as insurgências *multitudinárias*, de forma geral - como verifica-se novamente em Paolinelli e Canettieri (2019), em Canettieri, Paolinelli e Velloso (2020), Rena (*et. al*, 2016), Rena e Bruzzi (2014), Foureaux (2014), Cava (2013) e Cava e Cocco (2014). Esse movimento tem como grande elemento de aglutinação os levantes compreendidos como as Jornadas de Junho de 2013, quando a questão urbana e a política nacional estiveram intrinsecamente relacionadas, e que renderiam profundos efeitos a posteriori, tanto na organização local dos movimentos urbanos, quanto no cenário nacional.

Contudo, o ciclo que se sucede aos protestos de Junho, ao invés de representar uma inflexão na política urbana do país de forma a incorporar as demandas dos movimentos insurgentes, resultou em uma série de acontecimentos no sentido de uma destruição das conquistas acumuladas até então. Dentre os autores mencionados acima, existem diferen-

tes abordagens a respeito desta controvérsia: algumas apontam para um saldo positivo da reorientação dos movimentos urbanos em escala local, apesar dos retrocessos políticos, outras tendem a questionar os métodos empregados em face dos desdobramentos. De todo modo, os eventos de 2013 parecem ter sido, de maneira paradoxal, um grande aglutinador de todas as discussões urbanísticas empreendidas desde as décadas de 1980 e 90, no sentido de uma intensificação das demandas por autonomia e justiça social, e também um gatilho para o desmonte dos avanços institucionais obtidos.

Mesmo com uma avaliação crítica de seus efeitos, o ciclo de 2013 parece ter produzido dentre a intelectualidade dedicada ao pensamento pós-estruturalista e/ou marxista revolucionário das cidades uma interdição às experiências de planejamento participativo constituídas desde a década de 1980. Apesar de terem sido consideradas como extremamente virtuosas e inovadoras em um primeiro momento, experiências como a do OP e o Vila Viva parecem ter sido descartadas por sua excessiva “contaminação” com a política, sendo enxergadas como superadas, em nome da aposta autonomista e insurgente. Seria, então, o Estado um empecilho definitivo para a constituição de uma abordagem imanente na política urbana brasileira? A posição enquanto governo, a disputa pelo poder político seriam incompatíveis com a formulação de uma política de esquerda, de fato emancipatória para as cidades?

Este trabalho se situa, portanto, em um momento de reavaliação deste movimento no pensamento sobre as cidades brasileiras, considerando os desdobramentos políticos obtidos ao longo da década de 2010, até o presente ano de 2022. Devo ressaltar que escrevo como membro do grupo de pesquisa Indisciplinar⁷, que esteve ativamente envolvido nos processos aqui descritos no contexto belo-horizontino, tanto enquanto nó de transposição da filosofia pós-estruturalista para as realidades urbanas interpretadas, quanto como ator de significativa incidência nos processos políticos do momento. Destaca-se o surgimento do grupo, em meados de 2012 como articulador do movimento Fica Ficus, o envolvimento com os movimentos culturais no cenário pré-2013, o movimento da Praia da Estação, a própria articulação dos protestos de Junho de 2013 na cidade, próximas organizações como a Assembléia Popular Horizontal, os movimentos de resistência às operações urbanas Nova BH, ACLO e Izidoro, no contexto pós 2013, e o importante papel desempenhado pela orientadora deste trabalho, professora doutora Natacha Rena, em todos estes processos. O envolvimento do grupo Indisciplinar com os acontecimentos políticos, urbanísticos e artísticos compreendidos no ciclo de 2013 está registrado em diversas publicações, como Rena e Bruzzi (2014), Canettieri (2014), Chagas, Rena e Berquó (2014), Rena, Mayer,

Neves e Alves (2016), Mayer (2015), dentre outros.

Ressalta-se que a atuação inicial do grupo foi influenciada por uma forte inspiração na chamada “aposta multitudinária” antes mesmo dos protestos de 2013. Estava-se constituindo no momento uma rede de movimentos, intelectuais e coletivos inspirados por este léxico teórico-político-estético, atuando em diversas frentes e em diversas localidades do país. Ao mesmo tempo, é necessário pontuar que, em termos políticos e urbanísticos, Belo Horizonte enfrentava um esgotamento do ciclo progressista na administração municipal (iniciado na década de 1990), marcado pelas duas administrações do prefeito Márcio Lacerda (2009-2012; 2013-2016). Se, em um primeiro momento, Lacerda representava uma continuidade ao projeto das administrações petistas, aos poucos passou a representar uma forte ruptura deste ciclo, atuando como um grande propulsor de uma agenda urbana neoliberal. Nesse sentido, o Indisciplinar situava-se em meio a uma nascente rede de movimentos culturais, artísticos e políticos que se opuseram a este processo, embalados pela aposta multitudinária.

Contudo, meu ingresso no grupo Indisciplinar ocorre apenas cerca de um ano após dois acontecimentos fundamentais para a orientação teórica do grupo - o golpe de 2016 e o retorno da professora Natacha Rena de seu pós-doutorado em Sevilha, onde teve contato com ativistas do 15M espanhol. Assim, minha participação no grupo se inicia nos projetos de pesquisa **Urbanismo Biopolítico e Geopolítica e Territórios**⁸, e no projeto de extensão **Geopolítica e Cidades**⁹, entre os anos de 2017 e 2019. Neste momento, buscamos inserir nossas análises em uma perspectiva *transescalar* - ou seja, a partir da constatação de que todo o debate das insurgências, da participação da sociedade civil em torno da cidade estiveram intimamente relacionados com causas e implicações de ordem macro-escalar. Tentar situá-los em debates geopolíticos ao mesmo tempo que urbanísticos e filosóficos tem sido parte da missão. Além disso, buscou-se desenvolver ações extensionistas com movimentos que estiveram presentes na formação do debate da reforma urbana como o MTD, MST, MAB, Levante Popular da Juventude e MNLM - sendo estes movimentos identificados mais com o ciclo de formação dos governos progressistas nas décadas de 1990 e 2000, do que os principais movimentos insurgentes do ciclo de 2013 em BH, como MLB, Brigadas Populares, Família de Rua, etc. Os debates e acúmulos produzidos neste momento estão sintetizados em artigos - Rena, Nobre, Barbosa e Porto (2019), Nobre, Porto e Schoenell (2019), Porto e Rena (2019) - e também na dissertação de mestrado da pesquisadora Maíra Nobre (2019).

Em seguida, ainda sob a perspectiva da transescalaridade, demos início ao projeto de pesquisa **Cartografia da percepção popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte (CPPOPBH)**¹⁰, ou simplesmente Cartografia do Orçamento Participativo, vigente de 2019 até 2021. No projeto, buscamos entrar em contato com técnicos e representantes políticos da experiência do OP em BH, lideranças comunitárias envolvidas nos processos participativos e, sobretudo, territórios periféricos contemplados pelo OP. Assim, após um grande momento de inflexão em relação ao envolvimento com o ciclo insurgente de 2013, o movimento que se pretendia realizar dentro do grupo era de reavaliar as experiências de políticas públicas de inversão de prioridades urbanísticas no município a partir dos mesmos pressupostos teóricos, porém, tendo em vista as implicações geopolíticas daquilo que se observava. O trabalho desenvolvido neste projeto está representado em uma publicação de dois volumes, intitulada *Cartografia do Orçamento Participativo em BH*, que será finalizada no ano de 2022. Além disso, as atividades desenvolvidas no escopo do projeto estão também representadas em artigos - Porto, Souza e Nobre (2020); Oliveira e Chagas (2020) e Oliveira, Bitencourt, Nasser e Rena (2019) - e nos produtos gráficos da mostra Universidade Cidade, na qual realizamos um trabalho dedicado aos Centros Culturais da rede municipal conquistados através do OP¹¹.

Esta monografia se inscreve, então, justamente neste ponto. O esforço deste trabalho é buscar resgatar o referencial teórico em autores como Foucault, Deleuze e Guattari e Hardt e Negri, porém invertendo o caminho que levou à rejeição das políticas públicas de inversão de prioridades em favor das insurgências multitudinárias. Em outras palavras, pretende-se, em primeiro lugar, reavaliar - a partir de uma compreensão transescalar dos desdobramentos políticos do ciclo de 2013 - a constituição teórica das insurgências multitudinárias e suas transposições para o debate urbano em Belo Horizonte. Em seguida, pretende-se rever a construção política do Orçamento Participativo de BH, bem como outras experiências adjacentes, buscando identificar respostas às inquietações pós-estruturalistas e reavaliações cabíveis ao momento presente.

Contudo, trata-se de um trabalho composto, muito mais, por perguntas do que por respostas. Não se trata de uma *mea culpa* em nome do grupo Indisciplinar pelo envolvimento com os movimentos de 2013 após uma constatação de seus efeitos nefastos, nem mesmo de um lamento pela supressão das conquistas passadas, buscando restaurar aquilo que foi perdido. Mas sim uma tentativa de, à luz dos acontecimentos anteriores e das reflexões possibilitadas pelo envolvimento corpóreo, emocional, intelectual e político com os movimen-

tos estudados, reavaliar as sínteses do pensamento pós-estruturalista e sua incidência na política urbana brasileira e belo horizontina para o momento presente. Por se tratar de um trabalho com tempo e maturidade acadêmica limitados, ao mesmo tempo que um escopo exageradamente grande e ousado, optou-se por transitar pelos temas abordados com velocidade, ao invés de buscar um aprofundamento em algum deles. Entende-se que a contribuição deste trabalho deve estar não na abordagem inovadora ou aprofundada acerca dos temas elencados, mas sim na conjugação deles enquanto construção de novos significados.

1.1 Método

Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.19).

A trajetória descrita acima em relação ao grupo Indisciplinar e, em particular, meu envolvimento com alguns de seus projetos de pesquisa e extensão não deve ser enxergada apenas como contexto ou justificativa para escolha do tema do trabalho. Isso porque pretende-se construir análises atravessadas pela noção de *cartografia*, tal como descrita por Deleuze e Guattari (2011a), na qual conta-se com uma indissociabilidade entre pesquisador e pesquisado. Em outras palavras, não pretende-se observar os acontecimentos passados com um pretenso distanciamento científico a fim de enquadrá-los em categorias pré-concebidas, mas sim, a partir do envolvimento corpóreo, afetivo e intelectual com os eventos, atores e grupos tematizados, a partir dos entendimentos passados e dos rearranjos presentes, compor novos trajetos analíticos. O conteúdo desta monografia deve ser processual e aberto, no sentido de que busca-se extrair da constante sobreposição de narrativas e experiências, não um veredicto a respeito dos temas abordados, mas novas peças que possam complexificar as leituras do tabuleiro da política urbana, mesmo que (no menos otimista dos cenários) apenas as minhas enquanto profissional, após a conclusão deste trabalho.

Além disso, é importante ressaltar o caráter coletivo deste texto. Não apenas os entendimentos e temas abordados aqui são fruto de um intenso envolvimento com os companheiros e companheiras de pesquisa, bem como com a orientadora e co-orientadora deste trabalho (e demais professores que compõem o grupo), mas também a própria escrita é também atravessada pelo cotidiano do grupo Indisciplinar. A participação semanal em grupos de estudo, as atividades e reuniões de pesquisa e extensão e, especialmente, o *encontro*, desde

2017, com o “núcleo duro” da pesquisa Geopolítica e Territórios - formado pela professora Natacha Rena, pelos pesquisadores Danilo Caporalli e Maíra Nobre, e por mim - estão impregnados no corpo deste texto. Este trabalho é complementar e indissociável em relação às dissertações de mestrado dos dois pesquisadores mencionados acima e também de suas pesquisas de doutorado (em andamento), e é, acima de tudo, fruto deste encontro, daquilo que temos nos tornado a cada dia. Nesse sentido, escrevo (ou escrevemos) aqui como muitos, buscando chegar ao ponto “em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.17).

A opção pela *cartografia* é motivada também pela constatação de que os temas abordados - sejam os mais abrangentes (como o capitalismo, a política), sejam os mais particulares (como o OP, a política urbana) - e a própria contemporaneidade assemelham-se mais a *rizomas* do que a árvores. Nesse sentido, a cartografia seria uma prática capaz de “fazer o múltiplo”, de “subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.21). Em outras palavras, busca-se na cartografia a capacidade de sobrepor, de complexificar, de adotar o “e...e...” ao invés do “ou”, uma vez que não nos interessa a busca pela verdade, mas a ampliação dos questionamentos.

Por fim, busca-se na adoção da cartografia e demais “linguagens” pós-estruturalistas aquilo que o antropólogo francês Bruno Latour (2012) chamou de “seguir os atores”. Ou seja, considerando que os movimentos que se pretende analisar na política urbana - seja o das insurgências multitudinárias, seja dos instrumentos de participação social - foram, em alguma medida, construídos a partir de um léxico pós-estruturalista, nada mais apropriado do que utilizar-se dos mesmos termos empregados pelos atores envolvidos nestes processos.

Assim, o método empregado nesta monografia está dividido em três diferentes abordagens que se entrelaçam: uma primeira perspectiva do *espaço*, baseada na *transescalaridade* e na sobreposição de diferentes leituras; a segunda, uma abordagem perante o *tempo*, buscando privilegiar a criação e a diferença, e a terceira, uma perspectiva *estética*, baseada na *cartografia das controvérsias*, ou *cartografias indisciplinadas*, tendo a dimensão gráfica da cartografia como elemento central.

1.1.1 Urgência das análises transescalares

A primeira “vertente” do método adotado neste trabalho é basicamente uma revisão bibliográfica embebida em preceitos do método cartográfico. Contudo, não se trata de uma simples revisão dos autores dedicados ao tema da participação ou das insurgências. Busca-se, na leitura de autores que tratam de questões filosóficas, macro-escalares, geopolíticas, macroeconômicas, e também de questões localizadas, micro-escalares e particulares, o entendimento de um movimento entre corpo e história, entre subjetividade e capitalismo, entre cidade e geopolítica.

Isso porque, entende-se existir uma indissociabilidade entre aquilo que ocorre na escala global e as realidades que emergem com o cotidiano da localidade. Há sempre um fluxo que liga essas experiências, de modo que olhá-las em separado, sem o movimento que as une, acaba levando ao vício do decalque, ao qual a cartografia se opõe radicalmente. Um estudo transescalar é fundamental, segundo Boaventura Souza Santos, pois ao passo que o capitalismo apropria-se das grades escalas globais que asseguram sua hegemonia, a dinâmica local, onde se dão as disputas de forma mais concreta, é fundamental para as diferentes escalas de dominação. Assim, local e global podem, em determinado momento, inverter suas posições a depender dos interesses em jogo já que “a mudança social envolve sempre mudanças de escala (o que chamo de ‘transescala’).” (SANTOS, 2016, p. 130-131).

Além disso, a revisão bibliográfica será dotada de um outro elemento, que aborda os caminhos múltiplos e as narrativas sobrepostas. Objetivando uma compreensão complexa do mundo, observou-se a necessidade de sobreposição de pensamentos pós-estruturalistas a outras referências marxistas e historiográficas, buscando situar as discussões do primeiro em um ambiente da economia política. Entende-se que o pós-estruturalismo não se trata de um anti-estruturalismo, já que, como é sabido, o prefixo “pós” não indica uma oposição, mas algo que vem depois, um sucessor, que não necessariamente nega as bases. Para Williams (2012, p.39), o pós-estruturalismo é um pós-marxismo “muito devedor de Marx”. O próprio Deleuze, no livro *Conversações* (1992, p.212) afirma que ele e Guattari nunca deixaram de ser marxistas, já que não acreditam “numa filosofia política que não seja centrada na análise do capitalismo e de seu desenvolvimento”, buscando em Marx a compreensão do capitalismo enquanto sistema imanente que sempre expande seus limites, “porque o limite é o próprio capital”.

Para compor esse híbrido de ideias, o texto busca intercalar questões de ordem econômica com bases marxistas mais duras, com o pensamento fluido que emerge, principalmente, a partir de Foucault, Deleuze e Guattari. Assim, para tratar dos temas mais abrangentes - da macroescala -, serão mobilizados autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2014), Peter Pál Pelbart (2011), Suely Rolnik (2011) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016), atravessados pelos marxistas Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016), David Harvey (2008a), Michel Chossudovsky (1999), Elias Jabbour (2019), Zygmunt Bauman (1999), dentre outros. Na abordagem das questões mais próximas do território e/ou específicas dos casos analisados - seja das insurgências urbanas, seja dos processos participativos - pretende-se adotar também autores subscritos à “aposta multitudinária” e, portanto, do ferramental pós-estruturalista - como Cocco (2009), Szaniecki (2007); Rena (et al., 2016); Rena e Bruzzi (2014); Berquó (2015); Foureaux (2014); Cava (2013) e Cava e Cocco (2014) - e autores de base marxista - como Maricato (2015); Nascimento (2016); Paolinelli e Canettieri (2019) e Souza (2002).

1.1.2 O tempo da diferença

E se o pensamento procura, é menos à maneira de um homem que disporia de um método, que à maneira de um cão que pula desordenadamente... Não há por que envaidecer-se por uma tal imagem do pensamento, que comporta muitos sofrimentos sem glória e que indica quanto o pensar tornou-se cada vez mais difícil: a imanência. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.68).

Assim, o trânsito proposto entre escalas, entre temporalidades e entre diferentes linhas de pensamento evoca uma conformação espaço-temporal específica. Por exemplo: tratar das insurgências de 2013 em Belo Horizonte, dos levantes em 2011 no Cairo ou em Madrid, em seguida, falar sobre a Guerra do Golfo em 1989 e do Orçamento Participativo, em Diadema, em 1982, certamente demanda alguma organização específica na conjugação destes espaços-tempos. Seria pertinente tratar de cada um destes acontecimentos em ordem cronológica? ou ordená-los do “mais global” ao “mais local”? Além disso, ao evocar diferentes vozes para tratar destes temas - seja as de atores presentes nestes eventos, seja a de autores de diferentes correntes de pensamento - como ordenar ou até hierarquizar estas visões ao longo do texto?

Estes questionamentos suscitam uma reflexão a respeito da forma como se considera o

tempo em si, e como enxergá-lo em uma perspectiva cartográfica. Peter Pál Pelbart, trata no livro *O tempo não-reconciliado* (1998) das diversas visões do tempo figuradas ao longo da obra de Deleuze. Segundo Pelbart, ao mesmo tempo que combate uma chamada “imagem do pensamento da representação”¹² Deleuze busca combater uma imagem do tempo correspondente a este mesmo pensamento. Para Deleuze, a imagem do tempo seria, em grande medida, a base para qualquer pensamento filosófico. Assim, na filosofia platônica (considerado como grande expoente da filosofia da representação), por exemplo, o tempo seria a “imagem móvel da eternidade” e, portanto, o pensamento seria dedicado a uma busca pela verdade já pré-estabelecida. Enquanto isso, para sustentar um pensamento que privilegia a *criação* em detrimento da verdade, Deleuze deveria encontrar uma imagem do tempo que lhe permitisse isso. (PELBART, 1998, p.187-88).

Assim, Deleuze busca combater uma imagem do tempo circular, na qual passado e futuro estão igualmente centrados no presente e se reconciliam ciclicamente para significá-lo. Em oposição a esta concepção, o autor propõe uma ideia de um tempo autônomo, desgarrado e liberado, caracterizado apenas pelo *movimento*. (PELBART, 1998, p.186). Nesse sentido, Deleuze busca estabelecer um tempo como *Multiplicidade*, constituída no constante movimento entre virtualidades coexistentes (passados e futuros coexistentes e conectáveis), privilegiando o *Acontecimento* em detrimento da História. Dessa forma, o tempo compatível com a cartografia seria aquele desinteressado na significação e na representação, e dedicado apenas ao movimento, às conexões múltiplas com o *outro*, ao devir, à formação de um *rizoma*, sendo este o tempo capaz de sustentar uma ideia de pensamento enquanto criação.

Portanto, nesta cartografia, pretende-se adotar essa ideia de tempo não-linear e nem circular, mas sim múltiplo e dinâmico. Sendo assim, ao invés de hierarquizar os espaços-tempos cronologicamente, pretende-se transitar entre eles e conectá-los de maneira fluida, considerando-os como nós de uma rede na qual pretende-se imbricar em virtude da criação de novas compreensões. Além disso, como exposto anteriormente, não pretende-se hierarquizar as diferentes narrativas e correntes de pensamento abordadas, mas sim considerá-las como virtuais conexões. Dessa forma, autores pós-estruturalistas, autores marxistas e narrativas de fontes primárias, coletadas na formação desta rede cartográfica, serão apresentados de maneira desierarquizada, enquanto um *outro* com quem se conectar.

1.1.3 A construção de um mapa aberto

Ademais, pretende-se, neste trabalho, lançar mão de outra dimensão da cartografia: o ato de mapear, no sentido mais tradicional da palavra. Adota-se, portanto, uma prática largamente experimentada nos quase dez anos de atuação do grupo Indisciplinar: a produção gráfica extensiva enquanto método cartográfico. Conforme exposto em Lopes, Rena e Sá (2019), a produção cartográfica do grupo esteve sempre centrada na imbricação entre pesquisador e pesquisado e na tentativa de, enquanto mais um ator em uma complexa rede de agenciamentos, ativar, potencializar e visibilizar determinadas lutas por meio de dispositivos cartográficos, como, mapas, diagramas e narrativas, entendidos, quase sempre, como um mesmo produto-processo. Em outras palavras, o “mapeamento” das lutas com as quais o grupo se envolve além de atuar enquanto *contra mapeamentos* - tal como descritos pelo geógrafo Renato Emerson dos Santos (2011) - ou seja, representações territoriais alternativas às hegemônicas, busca ampliar o sentido da representação territorial, agregando narrativas temporais (na figura das linhas do tempo), colagens, diagramas, informações gráficas, etc, como dispositivos capazes de potencializar estas representações enquanto instrumento de luta.

Essa ênfase na estética se ancora, ainda, em duas dimensões chave. A primeira delas é o fato de que muito dos acontecimentos que serão analisados trazem, em si, uma dimensão estética muito grande, que se pretende explorar (a revolução estética dos movimentos insurgentes da década de 1960 que acompanha a formação do pensamento pós-estruturalista;

o esgotamento da estética modernista enquanto norteadora de uma imagem da cidade e a busca por novas representações nas cidades da periferia global; a estética tecno-política dos levantes do ciclo de 2011-2013, etc.). A segunda diz respeito à própria compreensão do pensamento (ou da filosofia) que, segundo Deleuze e Guattari (2010), enquanto processo criativo, se aproxima muito mais da arte do que das ciências. Ou seja: mais do que enquadrar e significar os acontecimentos e temas analisados, busca-se, a partir da sobreposição, da conjugação, da *bricolagem* de elementos teóricos, estéticos e informacionais referentes a momentos passados e futuros, criar novas linhas de interpretação e ação no presente.

Portanto, a partir ^{0:}deste ponto, as páginas deste trabalho serão divididas ao meio para que esta elaboração estética ocorra ao longo/em paralelo ao texto. Para tanto, elencou-se quatro temas que se pretende mobilizar nesta bricolagem de elementos estéticos. São eles: **“O pensamento pós-estruturalista e as cidades”**, **“A máquina biopolítica globalizada”**, **“As insurgências multitudinárias”** e **“A busca por soberania popular”**. Assim, ao longo do texto, serão marcados com ^{1:}tarjas coloridas (com a cor correspondente ao tema relacionado) e numerados os trechos que se relacionam com cada um destes ^{2:}quatro temas. A numeração (posicionada antes do texto, a fim de se diferenciar das notas de fim) corresponderá a algum elemento estético localizado na parte de baixo da página. Sendo assim, o texto estará ligado à bricolagem estética, na qual se relacionam colagens, diagramas, anotações, gráficos, mapas, dentre outros elementos, visando mobilizar a dimensão estética das reflexões e questionamentos que se pretende

0: Bricolagem Estética // linha de Acontecimentos
// linha do tempo em movimento (não linear, não circular) // paisagem linear

Imagem/colagem/
gráfico/diagrama/etc.

Exemplo

Numero de
referência no
texto:

1: Exemplo

Tarja na cor do tema
relacionado

Legenda

Linha de referência
ligando à linha
da cor o tema
relacionado

O Pensamento Pós-estruturalista e as cidades

2:

A máquina biopolítica globalizada

2:

As insurgências Multitudinárias

2:

A busca por soberania popular

2:

criar com este trabalho.

Sendo assim, além desta **introdução**, o trabalho é composto por **3** cinco capítulos e as considerações finais. O primeiro deles, intitulado **“O Pós-estruturalismo e pensamento da imanência”** é dedicado a uma busca dos pressupostos teóricos do que se entende como a “filosofia da diferença” e a sua relação com o pensamento sobre as cidades. O capítulo é composto de uma análise da gênese do pensamento imanente sobre as cidades em paralelo a uma investigação dos pressupostos pós-estruturalistas a partir de autores como Foucault, Deleuze e Guattari, James Williams e Roberto Machado. No capítulo seguinte, nomeado **“A formação da máquina biopolítica globalizada”**, buscou-se situar o pensamento pós-estruturalista, bem como seus desdobramentos e agenciamentos práticos e políticos, em relação à geopolítica, à economia e à urbanização ao longo da segunda metade do século XX. Identifica-se neste período a conformação de um novo paradigma global, denominado enquanto *Império*, por Hardt e Negri (2014), e *Capitalismo Mundial Integrado*, por Guattari e Rolnik (2011), que será adotado como dado de base para as análises subsequentes. Sendo assim, além de uma análise destes dois conceitos, o capítulo é composto por atravessamentos de análises marxistas e historiográficas, como as de Luiz Alberto Moniz Bandeira, Michel Chossudovsky e David Harvey, buscando situar os temas abordados em um ambiente da economia política.

Assim, o quarto capítulo, intitulado **“Estado e Multidão, planejamento e**

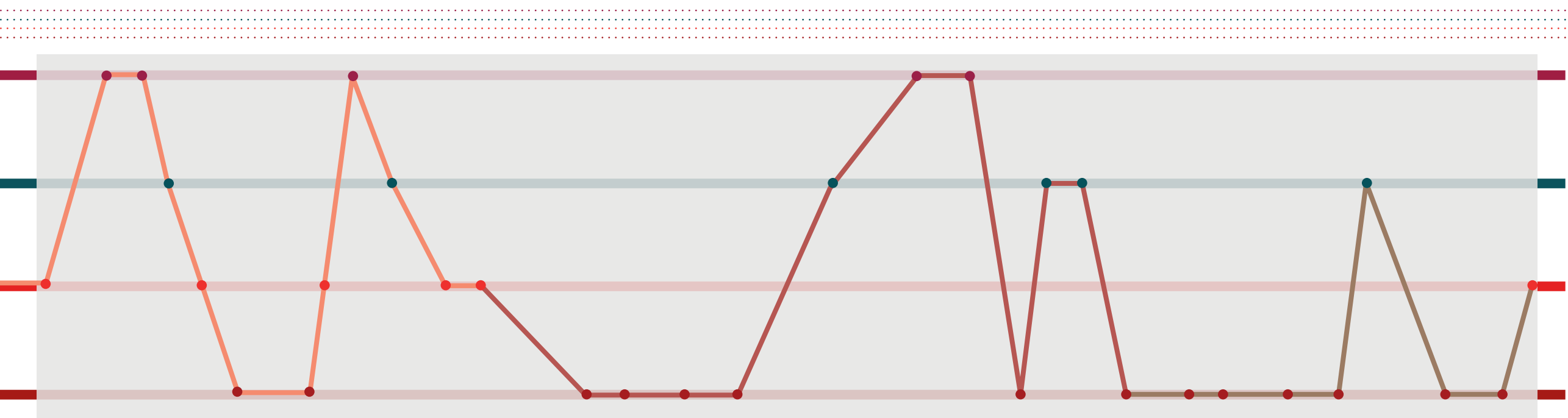
insurgências”, é dedicado a analisar as apostas de uma organização imanente das lutas sociais em face deste novo paradigma de poder global, sobretudo, a partir do conceito de *multidão*, proposto por Hardt e Negri (2012, 2014). Além de apresentar a constituição teórica deste conceito, buscou-se avaliar a sua aplicação em movimentos insurgentes do século XXI, tais como as Revoluções Coloridas, as Primaveras Árabes, o 15M espanhol e o Occupy Wall Street. Além disso, propõe-se uma leitura das transformações geopolíticas ocorridas ao longo do início do século e as implicações destes movimentos no cenário global. Em seguida, analisa-se as possíveis transposições do léxico multitudinário para o cenário brasileiro, tanto no período que antecede as Jornadas de Junho de 2013, quanto em relação a narrativas produzidas durante e após as insurgências. Assim, após uma aplicação do conceito de *multidão* para a leitura sobre as cidades - sobretudo Belo Horizonte -, buscou-se levantar questionamentos e reflexões a respeito da atualidade e pertinência deste léxico para o entendimento da relação sociedade-Estado na contemporaneidade, buscando, ainda, suscitar leituras alternativas deste conceito a partir das experiências analisadas.

Em seguida, no capítulo **“Participação social, confluência perversa e a busca por soberania popular”**, pretende-se abordar o período da redemocratização no Brasil pela ótica da formação de experiências participativas, da constituição de novos sujeitos políticos e a busca por formas de soberania popular, além das controvérsias e disputas inerentes a estes processos. Sendo assim, este capítulo “volta no tempo” a fim de, à luz dos desdobramentos da “aposta multitudinária” no presente, buscar leituras

alternativas (e coerentes com o referencial teórico adotado) da organização social e das dinâmicas urbanas a partir de experiências políticas brasileiras ao longo das décadas de 1980 e 1990. Para tanto, serão mobilizados autores como Maria da Glória Gohn (2019), Evelina Dagnino (2004), Marcelo Lopes de Souza (2002), Chossudovsky (1999), Pedro Arantes (2006) e, novamente, Guattari e Rolnik (2011).

Por fim, em **“A experiência do OP no Brasil e em BH”**, busca-se, à luz das reflexões e construções teóricas adotadas no trabalho, abordar a experiência do Orçamento Participativo como a constituição de uma interface sociedade-Estado virtuosa, tendo o território como ente central na busca por soberania popular. Naturalmente, serão analisadas também as limitações desta experiência, além de possíveis apontamentos presentes e futuros. Assim, o capítulo busca relacionar autores dedicados ao tema - como Avritzer (2003), Cabannes e Lipietz (2017), Romão (2011), Formoso (2007), dentre outros - e outros textos dedicados às discussões sobre a política e a participação social como um todo - como Boaventura de Sousa Santos (2016) e, novamente, Guattari e Rolnik (2011). Além disso, pretende-se abordar como fio condutor da história do OP (e das experiências particulares no desenvolvimento deste instrumento) fontes primárias de participantes do OP, técnicos e figuras políticas (obtidas como parte do projeto de pesquisa CPPOPBH). Nesse sentido, ao final do trabalho, serão mobilizados depoimentos colhidos em entrevistas e seminários, com o intuito de, em uma perspectiva cartográfica, levantar questões relativas à formação do OP no Brasil e em Belo Horizonte, à sua capacidade de incorporar mobilizações políti-

cas e culturais populares às lógicas da administração pública, e à questões relativas ao seu declínio - todas elas referenciadas a partir do debate promovido nos capítulos anteriores a respeito da aposta multitudinária.



Notas de fim

- 1 No capítulo de introdução, os autores serão citados sem maiores contextualizações para que, a partir do capítulo seguinte, possam ser propriamente apresentados na primeira menção de cada um deles.
- 2 O termo *inversão de prioridades* será bastante utilizado neste trabalho. Adota-se como referência a sua utilização no contexto do OP de Belo Horizonte, no sentido de inverter a prioridade das intervenções urbanísticas do centro e das áreas frequentadas pelas elites, em direção às periferias e áreas de vulnerabilidade social.
- 3 Contemplada parcialmente pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.
- 4 Diadema: Prefeito Gilson Menezes (PT, gestão 1982-1988), Lages: Prefeito Dirceu Carneiro (MDB, gestão 1977-1982), Boa Esperança: Prefeito Amaro Covre (ARENA, gestão 1977-1982)
- 5 Porto Alegre: Prefeito Alceu Collares (PDT, 1986-1989), Belo Horizonte: Prefeito Patrus Ananias (PT, 1993-1997).
- 6 O programa Vila Viva é, conforme a Prefeitura de Belo Horizonte, “uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico”, ou seja, intervenções urbanísticas, ações de desenvolvimento social e regularização fundiária em vilas e favelas. <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>
- 7 Ver mais sobre o grupo de pesquisa em: https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal
<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg>, <https://www.youtube.com/channel/UC99jTMPVzelgHd-vqXkYzruA>.
- 8 Ver mais sobre os projetos em: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Pesquisa>, <http://pub.indisciplinar.com/>, <https://geopolitica.cartografia.org/>, <https://www.facebook.com/Geopol%C3%ADtica-e-Territ%C3%B3rios-2031212543840045/>,
- 9 Ver mais sobre o projeto em: https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Geopol%C3%A-Dtica_e_Cidades
- 10 Ver mais sobre o projeto em: <https://opbh.cartografia.org/>, <https://www.facebook.com/Cartografia-do-Or%C3%A7amento-Participativo-em-Belo-Horizonte-100523074625554>, <https://www.youtube.com/channel/UCMOKBICUjylkhjei0tDL-Dg>.
- 11 Ver mais sobre a mostra em: <https://opbh.cartografia.org/mostra-ccop/>
- 12 A este respeito, ver mais no item 2.2, no capítulo seguinte.

Referências das imagens:

Quando existirem referências bibliográficas contidas nas imagens/colagens/gráficos/etc, elas serão dispostas logo após as notas de fim do capítulo.

2. O Pós-
estruturalismo
e o pensamento da

imanência

A participação da sociedade civil, a descentralização e o planejamento *bottom-up* ocupam espaços de cada vez maior relevância no âmbito do pensamento a respeito das cidades e do planejamento urbano. No Ocidente, o crescimento dessa abordagem é frequentemente atribuído à transição entre um paradigma do planejamento, da *reconstrução*, e da produção em larga escala de infra-estrutura urbana, no contexto do pós-guerra, para um momento de *contestação*, em que os princípios desta lógica de produção do espaço passaram a enfrentar ideias antagônicas. Após um próspero período de crescimento econômico - sobretudo nos EUA e Europa -, aumento das populações e melhoria dos padrões de vida, o modelo de crescimento essencialmente rodoviarista, industrialista e baseado na figura central de um Estado planejador começou a demonstrar fraquezas e contradições, conforme apontaram diversos pensadores dedicados às cidades naquele momento.

Um dos principais movimentos nesse sentido foi sintetizado na publicação de **1: O Direito à Cidade** (2001 [1968])¹, pelo filósofo marxista francês, Henri Lefebvre. Sob o ambiente de contestações da década de 1960², Lefebvre defende uma visão da cidade como *obra*, no sentido criativo e processual da palavra, em oposição a uma cidade vista como *produto*. O autor argumenta que o surgimento da cidade industrial - ou a organização da cidade como espaço de produção - teria suprimido o caráter de obra contido no espaço urbano, a sua capacidade de incorporar o lúdico, o simbólico, o criativo e o espontâneo contidos em seu *valor de uso*. Em oposição, a cidade industrial seria baseada na **2: produção de um número cada vez maior de elementos iguais**, compreendidos por seu *valor de troca*. Nesse sentido,



Lefebvre defende a ideia de *direito à cidade* como uma reivindicação para além de equipamentos públicos e infraestruturas urbanas, relacionada à vivência da cidade em sua dimensão de obra.

Alguns anos antes, a jornalista norte-americana Jane Jacobs desenvolveu uma leitura crítica das cidades dos EUA sob uma perspectiva semelhante. Conforme argumenta Hugo Segawa (2002, não paginado), em **3: Morte e Vida das Grandes Cidades** (2000 [1961])³, Jacobs analisa, não a partir de uma perspectiva dos planejadores, mas por uma via jornalística/etnográfica, “as razões da violência, da sujeira e do abandono, ou o contrário, a boa manutenção, a segurança e a qualidade de vida de lugares que constituíam a cena real das metrópoles” norte-americanas. A jornalista contrapunha-se à lógica preponderante do planejamento modernista, baseado na produção de moradias em “cidades-jardins”, nos subúrbios, e grandes centros metropolitanos setorizados e dotados de grandes infra-estruturas viárias e elementos arquitetônicos monumentais. Em oposição, Jacobs propunha uma valorização da *cidade tradicional*, produzida e reproduzida no cotidiano de seus ocupantes, dotada de irregularidades e imprevisibilidades, capazes de produzir uma vida urbana mais sadia, verificável no “registro empírico das maneiras de se apropriar dos lugares” (SEGAWA, 2002, não paginado).

As ideias de Jacobs e Lefebvre influenciaram um movimento no campo da arquitetura e urbanismo de contestação à figura dos planejadores e do planejamento como atores privi-



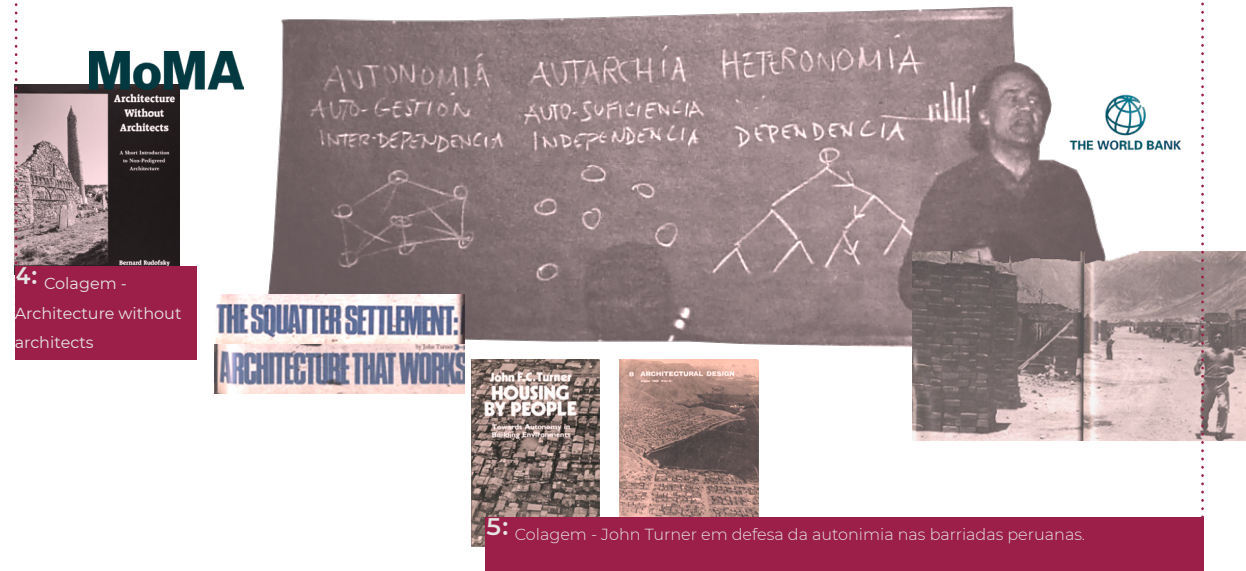
legiados da produção do espaço. Surgia, como resposta ao modelo criticado, uma ideia de valorização da organicidade urbana, da auto-organização e, portanto, de soluções arquitetônicas e urbanísticas elaboradas pelos próprios atores envolvidos nos espaços afetados.

Um evento paradigmático neste sentido foi a organização da exposição ⁴: *Architecture Without Architects*, no MoMA, em Nova Iorque, com curadoria do arquiteto austíaco-americano Bernard Rudofsky, em 1964. A exposição buscou retratar exemplares de arquitetura vernacular de 60 países, classificada como uma “arquitetura sem pedigree”, ou seja “produzida não por especialistas, mas como atividade contínua e espontânea de um povo com uma herança comum” (RUDOFSKY *apud* MOMA, 1964). Assim, a exposição demonstrava a produção do espaço, de moradias e cidades, fora do padrão “oficial” e comercial, constituído durante a modernidade europeia por grandes nomes da arquitetura.

Outro grande marco da constituição destas ideias foi a publicação da 33ª edição da revista *Architectural Design*, editada pelo arquiteto britânico John Turner, em 1963. A edição da revista retratou as *barriadas*, assentamentos informais, auto-construídos e periféricos em cidades peruanas, que foram objeto de estudo de Turner entre 1957 e 1965 (trabalho que viria a ser retratado em seu livro ⁵: *Housing by People*, em 1977). Segundo o arquiteto argentino Daniel Kozak, o trabalho de Turner nas *barriadas* retrata a América Latina como o “centro de produção de teoria urbana mais dinâmico a nível global” e, seus bairros pobres, como “laboratórios” destas teorias emergentes (KOZAK, 2016, p. 52). k

Para o urbanista britânico Peter Hall (2013 [1988]), o trabalho de Turner está inserido em um movimento amplo na academia inglesa de valorização de um “construa para si mesmo”, em oposição aos sistemas estatais de habitação. Segundo Hall (2013), Turner foi um dos grandes entusiastas da ⁶: *visita do arquiteto anarquista italiano, Giancarlo de Carlo, à Architectural Association*, em 1948, onde, em oposição à predominância das ideias corbusianas, o italiano defendeu uma perspectiva autonomista, valorizando as experiências de auto-construção europeias e, inclusive, resgatando experiências de arquitetos e urbanistas anarquistas do século XIX. De Carlo argumentou que os problemas das habitações precárias que ele observava na Itália não poderiam ser resolvidos de cima para baixo, mediante a implantação de “esquálidas barracas monotonamente enfileiradas no perímetro de nossas cidades”, mas sim a partir de um enfrentamento como um problema *do povo* e, portanto, “encarado corajosamente, mediante a vontade e a ação concretas do próprio povo”. (HALL, 2013, p.294). Entretanto, apesar do entusiasmo de Turner, Hall (2013) ressalta que as possibilidades para que ele desenvolvesse suas pretensões autonomistas em um “país tão rigidamente institucionalizado como o Reino Unido” eram remotas. Assim, enquanto na Inglaterra prevalecia - até o momento - a mão firme do Estado, seja para as remoções e reassentamentos dos tempos de guerra, seja para as vastas políticas habitacionais dos tempos de reconstrução, Turner enxergou na América Latina a prevalência da autonomia ocasionada pela incompletude da ação estatal.

Turner, então, foi ao Peru no final da década de 1950, trabalhando nas *barriadas* de Lima



ao lado do arquiteto peruano Eduardo Neira até meados dos anos 1960. As barriadas, assim como outros tipos de assentamentos informais na América Latina, no momento, eram enxergados nos EUA e na Europa (bem como, pelas próprias elites dos países latino-americanos) como locais dotados de uma “cultura da pobreza”, ou seja, “área de delinquência, desagregação e desassossego social generalizado”. (HALL, 2013, p.298). No entanto, a realidade encontrada por Turner foi praticamente o oposto do esperado: ao contrário dos cortiços urbanos, **7: as barriadas eram altamente organizadas e estáveis**, garantindo ao morador a posse da terra, a capacidade de construção de moradia em padrões muito superiores ao que lhe seria proporcionado pelo mercado formal e, acima de tudo, “qualidades existenciais, tais como identidade, segurança e oportunidade, transformando, assim, completamente, a qualidade de vida da gente simples”. (HALL, 2013, p.298). Em outras palavras, Turner verificou que a legislação, a política habitacional e o funcionamento do mercado imobiliário peruanos impossibilitavam o enquadramento de grande parte da população que, por consequência, optava por encontrar soluções mais adequadas na informalidade, garantindo moradias maiores, melhor localizadas e com melhor inserção social do que aquelas que poderiam adquirir formalmente. Nesse sentido, Turner assume uma posição frente ao planejamento, indicando que lhe caberia, então, “fornecer a estrutura dentro da qual a população ficasse livre para pôr as mãos à obra” (HALL, 2013, p.300).

Outro europeu que se dedicou a observar com outros olhos as experiências populares e autônomas da América Latina foi **8: o sociólogo espanhol Manuel Castells**. Durante seu pe-

ríodo como professor visitante no Chile, Castells produziu uma extensa análise a respeito dos movimentos por moradia no país, sintetizada em seu texto *Movimiento de Pobladores y Lucha de Clases en Chile* (1973). O sociólogo avaliou a grande pressão por políticas habitacionais existente na sociedade chilena desde meados da década de 1940 até a década de 1960, ocasionada pelos grandes déficits habitacionais decorrentes da acelerada urbanização e do fracasso das políticas habitacionais promovidas. Segundo o autor, surgiam naquele momento três tipos de experiências habitacionais: i) os *conventillos* (cortiços), ii) as *callampas* (ocupações realizadas por trabalhadores sem teto, por vezes coordenadas por partidos e movimentos de esquerda), iii) e as *poblaciones* (bairros periféricos e mal equipados, gerados pelos “programas habitacionais de urgência” promovidos pelo governo). (CASTELLS, 1973, p.14).

Curiosamente, o terceiro tipo, onde prevalecia uma população operária, foi palco para o surgimento de diversas organizações políticas que tinham a habitação e a urbanização como cerne de suas lutas. Castells aponta que os chamados movimentos dos *pobladores* foram objeto de disputa entre diferentes correntes políticas: i) movimentos de esquerda radical, ii) partidos de esquerda tradicionais (notadamente PC e PS, que formariam a coalizão governista de Salvador Allende), e iii) a *Democracia Cristiana* (DC), representando o partido que promoveu as políticas habitacionais que produziram as *poblaciones*, que oscilava entre medidas de repressão aos movimentos e a tentativa de incorporá-los. (CASTELLS, 1973). Em todos os casos, o movimento de pobladores representa uma centralidade da questão



7: Colagem - Mapas de evolução das barriadas em Lima e imagem de trabalho de construção autônoma realizado por Turner no Peru.



8: Colagem - O jovem marxista Manuel Castells na década de 1970. Ao fundo, imagem das callampas e poblaciones chilenas

habitacional e urbanística - insuflada pelas políticas habitacionais mal sucedidas - enquanto pauta estruturante dos movimentos políticos a nível nacional. É curioso notar que, mesmo após o estabelecimento do governo popular sob Allende e o desenvolvimento de políticas habitacionais mais sofisticadas e inclusivas, os movimentos dos moradores mantiveram-se como um ponto de tensão, atraindo inclusive a atenção de estudiosos internacionais, como o próprio Castells.

Portanto, após duas décadas de reconstrução no pós-guerra e o início do esgotamento dos ciclos de desenvolvimento nos países do atlântico norte⁴, voltava-se o olhar para a periferia subdesenvolvida do mundo, para os déficits habitacionais, para os assentamentos informais, etc., como questões a serem abordadas, mas também como potencialidades. Esse movimento, conforme aponta Kozak (2016), foi acompanhado também por uma reorientação das ⁹Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e agências de desenvolvimento das Nações Unidas para um enfoque na “auto-construção/auto-ajuda” nesses países (KOZAK, 2016, p.51). Assim, passava-se de um paradigma do planejamento, do Estado desenvolvimentista e da centralização, para uma abordagem da descentralização e da busca pela valorização das soluções inerentes aos territórios abordados.

Este movimento no campo da teoria sobre arquitetura e urbanismo influenciou e foi influenciado fortemente pelo nascimento do pensamento pós-estruturalista. A contestação de figuras centralizadoras e da imposição de lógicas estruturais em sistemas complexos,



⁹: Colagem - Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), dentre outras. As duas “principais” (FMI e BM) foram fundadas ao final da Segunda Guerra Mundial, como resultado dos acordos de Bretton Woods.

contida na crítica ao modernismo arquitetônico e urbanístico, foi um campo de experimentação ideal para teóricos como Foucault, Deleuze e Guattari, dentre outros que, à época, desenvolviam um pensamento filosófico baseado na *imanência*. A concepção desta corrente de pensamento, a partir de então, passou a ter grande influência na formulação do pensamento sobre as cidades, de forma que estabeleceu-se uma forte ligação entre os nascentes movimentos do ¹⁰pós-moderno na arquitetura e a filosofia pós-estruturalista (e/ou pós-moderna)⁵ ao longo dos anos 1970, 80 e 90. Esta conexão mostrou-se essencial para as formulações do urbanismo e planejamento participativos, bem como demais abordagens baseadas na descentralização e inversão dos processos decisórios que se discutem atualmente, algumas das quais pretende-se abordar adiante neste trabalho.

Neste capítulo, pretende-se analisar alguns pontos do pensamento filosófico pós-estruturalista, bem como algumas formulações de autores inscritos nessa corrente de pensamento. Procura-se, a partir desta análise, localizar as bases filosóficas que atualmente embasam, tanto a constituição de instrumentos de urbanismo e planejamento participativo, quanto as críticas e alternativas propostas a eles.

O Pós-estruturalismo

Segundo ¹¹:James Williams (2012), o pós-estruturalismo é uma corrente de pensamento

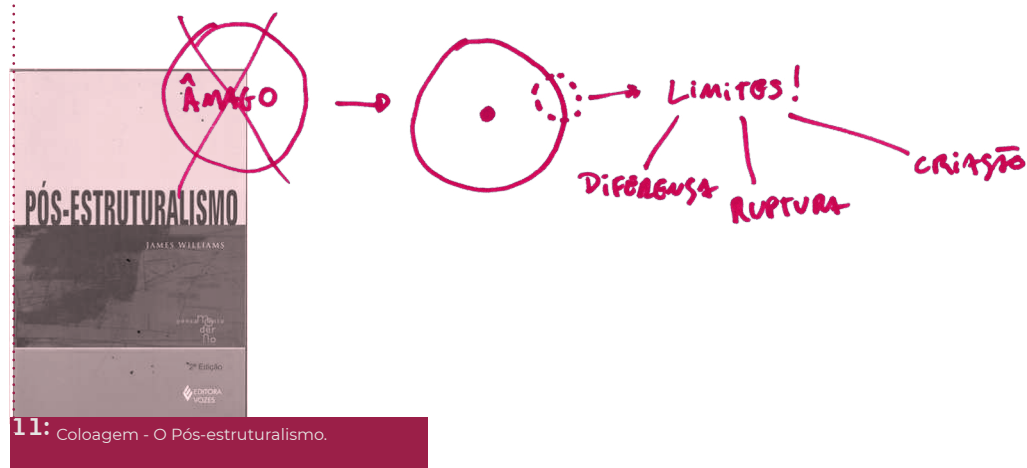


¹⁰: Colagem - Imagens do pavilhão *Strada Novissima*, organizado pelo arquiteto italiano Paolo Portoghesi, e do *Teatro del Mondo*, de autoria do também italiano Aldo Rossi. Ambos realizados para a primeira bienal de Veneza (1980) e considerados como ícones do pós-moderno na arquitetura.

cuja principal característica é a crítica à produção de conhecimento a partir de limites *estruturais*, ou seja, a ideia de que as categorias do pensamento devem ser definidas pelo enquadramento em relação a características ideais. Para Williams, o pós-estruturalismo argumenta em favor da ideia de que os *limites* de determinada categoria antecedem o seu âmbito, e não o oposto. Nesse sentido, para o pensamento, mais interessante do que observar as coisas pelas suas formas ideais, pela *verdade*, pelo *bem*, etc., seria tentar rastrear os seus limites (ou pelo menos os efeitos de seus limites), entendendo o limite como o lugar da diferença, da ruptura e da criação.

O pós-estruturalismo projeta o limite sobre o interior do conhecimento e sobre nossa compreensão estabelecida da verdade e do bem. Ele faz isso de uma maneira radical. Ou seja, o limite não é comparado com o centro, nem equiparado a ele, nem lhe é dado algum tipo de papel moderador, no sentido, por exemplo, da maioria pondo-se à escuta das minorias. Antes, a alegação é que *o limite é o cerne*. (WILLIAMS, 2012, p.14-15).

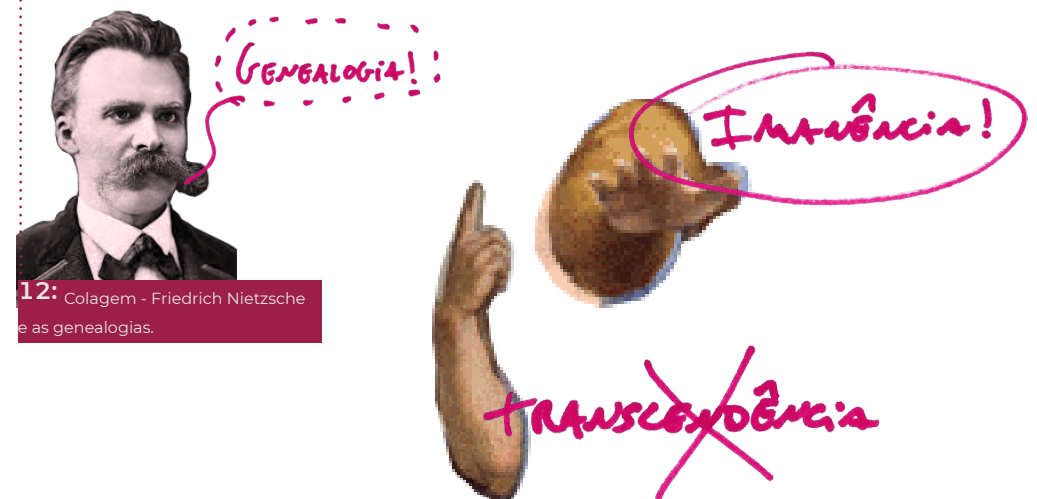
Estas ideias têm fundamentos históricos longínquos e derivam, sobretudo, da crítica a alguns pressupostos iluministas. Em oposição ao racionalismo e humanismo kantianos⁶, muitos pensadores pós-estruturalistas recorrem a referências como as do holandês Baruch de Espinosa ou, principalmente, ao alemão ^{12:}Friedrich Nietzsche para defender uma filosofia da *imanência*. Nietzsche propõe uma linha de pensamento que visa “operar criti-



camente dentro de uma situação, ao invés de impor algo de fora dela” (WILLIAMS, 2012, p.30), argumentando em favor de um pensamento das *genealogias* em oposição a valores *transcendentes*. Nesse sentido, ao resgatar pensadores como Nietzsche, os pós-estruturalistas buscam preservar a natureza progressista do iluminismo kantiano, ao mesmo tempo em que destituem ideias como a *razão*, em favor do *pensamento*, *liberdade* em favor da *abertura*, etc. “O pós-estruturalismo não é uma forma de anti-humanismo ou de irracionalismo. É uma prática que visa mostrar os limites e problemas do humanismo e do racionalismo, embora mantendo seu viés progressista.” (WILLIAMS, 2012, p.29)

Ainda na esteira da crítica aos pressupostos iluministas, o pós-estruturalismo rejeita a restrição do pensamento à adoção da ciência como forma privilegiada de compreensão da realidade. Para Williams, o pensamento deve caminhar “com, mas também independente da ciência”, por entender que o pensamento deve estar no *limite* da ciência, de forma que possa ter uma perspectiva mais profunda sobre ela própria e demais aspectos anteriores e posteriores a ela, aproximando-se, em grande medida, da arte. (WILLIAMS, 2012, p.34-36). Por fim, Williams argumenta por uma vocação política do pós-estruturalismo, fortemente influenciada pelo movimento de Maio de 1968⁷ e, muitas vezes, baseada simultaneamente em críticas ao marxismo e na adoção do ferramental marxista.

Portanto, apesar das referências históricas desta linha de pensamento serem rastreáveis até o século XVII, como colocam as psicólogas brasileiras Simone Paulon e Roberta Romagnoli



(2010), é principalmente a partir da segunda metade do século XX que ganha força esta outra maneira de fazer científico abrangente que incorpora subjetividades e, sobretudo, multiplicidades. Neste período, diversos autores se associaram a esta corrente de pensamento, tais como os filósofos franceses ¹³: Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Julia Kristeva, assim como Foucault e Deleuze, dentre outros. Neste trabalho, pretende-se abordar de maneira privilegiada as concepções políticas e filosóficas presentes nas obras de Foucault e (sobretudo) Deleuze e Guattari, bem como os desdobramentos de suas teorias no trabalho de autores posteriores.

A filiação destes autores ao pós-estruturalismo é, contudo, bastante controversa. Apesar de serem nomes quase sempre lembrados ao se tratar dessa corrente de pensamento, muito se discute a respeito das fases de seus trabalhos ou da abordagem de certos temas para associá-los a uma perspectiva estruturalista. No entanto, é justamente esse trânsito que garante à obra desses autores uma capacidade de compreensão abrangente da realidade, no caso de Foucault, no trajeto feito entre saber, poder e subjetividade, e para Deleuze e Guattari, a formação de um sistema conceitual filosófico inovador, em direção a uma atualização política do real. Busca-se aqui extrair da leitura parcial de suas obras justamente estas abordagens do pensamento em si (em uma perspectiva metodológica) e da compreensão política produzida ao longo de suas trajetórias.

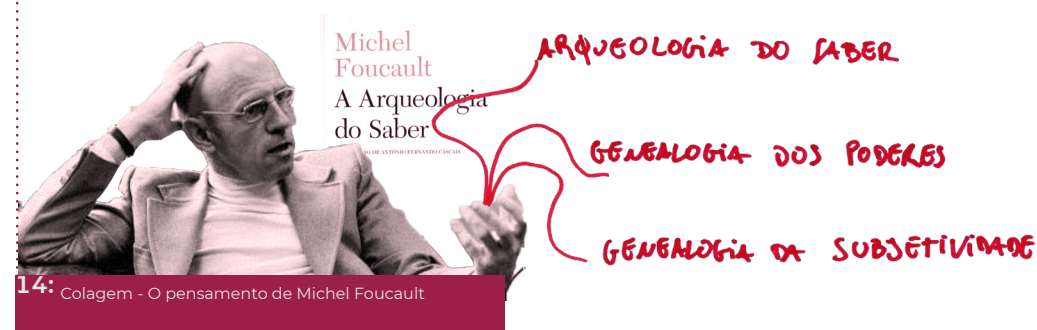


13: Colagem - Pós-estruturalistas

2.1 Michel Foucault: um filósofo historiador

¹⁴: Michel Foucault tem uma grande contribuição no que se refere ao desenvolvimento de uma filosofia da imanência em bases práticas e, frequentemente, políticas e históricas. Em *A Arqueologia do Saber* (1969), o autor explora a ideia nietzschiana das *genealogias*, rejeitando “um único e supremo relato correto do desenvolvimento da história” em favor de uma história composta por múltiplos relatos (WILLIAMS, 2012, p.161). Nesse sentido, Foucault combate a concepção de que os fatos históricos devem ser enxergados como dados que comprovam teses e, assim, corroboram com uma história composta por determinismos e causalidades. Em substituição a esta ideia, o autor propõe que os acontecimentos do passado devem ser vistos como evidências enigmáticas, complexas e multifacetadas que, quando confrontadas com outras séries de eventos e concepções, possam atuar e resignificar o presente. É nesse sentido que Williams caracteriza Foucault como um “filósofo-historiador”, que teria buscado conceber uma “história de discontinuidades” e, portanto, complexa e aberta (WILLIAMS, 2012, p.176-177).

A partir desta concepção da história e do pensamento, Foucault elabora uma profunda investigação a respeito da relação *poder vs. resistência*, tendo transitado de uma *Arqueologia do Saber*, para uma *Genealogia dos Poderes* e, por fim, até uma *Genealogia da Subjetividade*. Segundo Williams, Foucault articula às *estruturas* de dominação a detenção do *saber* e as concepções históricas baseadas na imposição de lógicas únicas e transcendentais. Em opo-



14: Colagem - O pensamento de Michel Foucault

sição a essas estruturas, estariam a transgressão, o movimento e, no limite, o prazer.

O poder está nas estruturas, na capacidade delas de determinar identidades e atores, valores e normas. O prazer é uma transgressão do poder, porque acompanha uma mudança em relações estruturais e portanto des-cobre espaço para o movimento dentro das determinações herdadas do poder. O poder é a rede de determinações históricas nas quais temos de lutar, mas das quais não podemos escapar, ao menos não completamente. A passagem supracitada dá acesso ao modo original como Foucault pensa o poder e a resistência.
(WILLIAMS, 2012, p. 159)

Nesse sentido, Foucault desenvolve análises históricas, a partir de suas concepções de *arqueologia* e *genealogia*, para desvelar as redes do poder atuantes sobre seus principais objetos de estudo: os sistemas penais, a medicina, a loucura e, principalmente, a sexualidade. Na trilogia da *História da sexualidade* (1975, 1984, 1984), o autor confronta enunciados históricos no sentido de compor novas e potentes interpretações nesse campo, compreendendo estar no sexo ou ^{15:} **na sexualidade o elo entre o corpo e a população**. É a partir deste movimento que Foucault inaugura na filosofia uma forma de trânsito entre o corpo (ou a vida) e a história. Os conceitos de *biopoder* e *biopolítica* tem grande relevância neste aspecto. Segundo Pelbart (2011, p.55), o termo biopolítica é mencionado por Foucault pela primeira vez em uma conferência ministrada no Rio de Janeiro, em 1974, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*. Naquela ocasião, Foucault explica que “o controle da sociedade

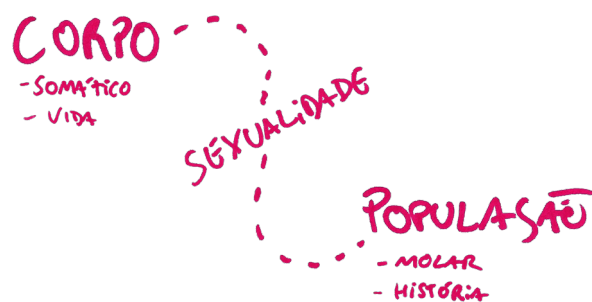
sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. (...) O corpo é uma realidade biopolítica.” (FOUCAULT, 2001, p. 80). Mais tarde, em *História da Sexualidade I* (2012 [1975]), o autor elabora como, a partir do século XVIII, enxerga-se a “entrada da vida na história - isto é, entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas.” (FOUCAULT, 2012, p. 154).

A sucessão histórica elaborada pelo autor para defender estes conceitos está baseada na argumentação de que a passagem dos séculos XVII e XVIII teria produzido ^{16:} **a transição de um poder soberano para um poder disciplinar**. O poder soberano seria o resultado da “formação do ser jurídico” do soberano, ou seja, a transição de um estado de natureza (tal como descrito por Thomas Hobbes⁸) em que todos têm o direito de defender sua própria vida às custas da morte do outro, para uma *sociedade de soberania*, na qual esse direito é transferido exclusivamente para o soberano. Assim, o soberano seria aquele que detém a prerrogativa de enviar seus súditos à guerra, quando sua posição como líder estiver ameaçada, ou de executar aqueles súditos que se levantarem contra ele (FOUCAULT, 2012, p. 147-148). Configura-se, portanto, um direito de *causar a morte* ou de *deixar viver*.

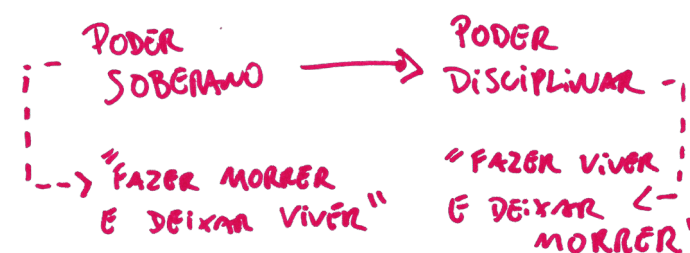
Para Foucault, a passagem da época clássica, as revoluções burguesas, os Estados-nação e, sobretudo, o capitalismo teriam encerrado - ou, ao menos, restringido - esse modelo. A reorganização da sociedade teria provocado o nascimento de um poder destinado a “pro-



^{15:} Diagrama - Sexualidade, corpo e população



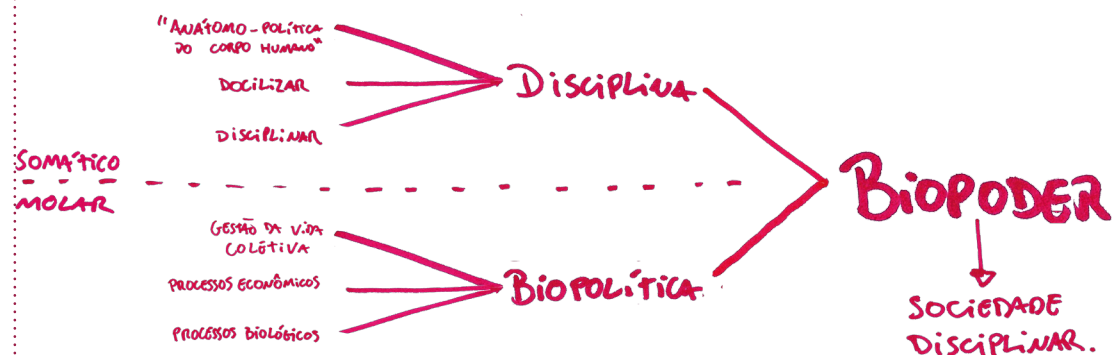
"O CORPO É UMA REALIDADE BIOPOLÍTICA."



^{16:} Diagrama - Poder Soberano e Poder Disciplinar

duzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las”, a prerrogativa da morte em defesa do soberano, então, dá lugar a morte em defesa de um Estado, de uma *população*. Da mesma forma, surge a *gestão da vida* enquanto espécie, raça e população; a demografia, a habitação coletiva, a saúde coletiva e a própria organização das cidades e da produção passam a ser um elemento crucial para a organização do capitalismo, baseado agora em um poder de *causar a vida e devolver à morte* (FOUCAULT, 2012, p.150-153).

Foucault descreve a consolidação deste processo por duas vias: a *disciplina*, no âmbito somático, e a *biopolítica*, no âmbito molar. A disciplina seria responsável pela adaptação do ser-humano às condições de produção e funcionamento desejadas para esta nova sociedade, ou seja: por meio de uma “anátomo-política do corpo humano” e a organização da sociedade em instituições *disciplinares* - tais como a escola, o hospital, a fábrica, a caserna ou a prisão - *docilizar e disciplinar* os corpos a fim de garantir a sua inserção controlada no aparelho de produção. Enquanto isso, a biopolítica se encarregaria da gestão da vida coletiva, enquanto população ajustada aos processos econômicos, controlando processos biológicos como a longevidade, a natalidade, a mortalidade, etc. (FOUCAULT, 2012, p. 151-2). Assim, Foucault descreve a formação de uma ¹⁷*sociedade disciplinar* regida por um *biopoder*, como condição para o funcionamento do capitalismo. “Esse bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido às custas da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de



¹⁷: Diagrama - Sociedade Disciplinar

um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.” (FOUCAULT, 2012, p. 153).

Foucault descreve ainda como a formação desta sociedade disciplinar está intimamente ligada à noção moderna de cidade e do urbanismo como disciplina. Para o autor, esse processo se dá primeiro como uma forma de ¹⁸*organização do “corpo urbano”*, ou seja, o exercício de um poder urbano capaz de ordenar o espaço da cidade como meio de produção alinhado ao novo modelo de sociedade. Progressivamente, surge também uma razão política para este fim, baseada no controle e dispersão de revoltas urbanas, que teriam substituído as revoltas camponesas com a formação de um proletariado industrial em meados do século XIX. (FOUCAULT, 2001, p. 86).

Na esteira do pensamento de Foucault, Deleuze, em seu “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle” (1992), publicado pela primeira vez em 1990⁹, expande os conceitos trabalhados por Foucault a partir de uma visão contemporânea. Segundo Deleuze, as sociedades disciplinares descritas por Foucault teriam atingido seu ápice na primeira metade do século XX. Em oposição às “sociedades de soberania”, cujo objetivo e funções eram “açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida”, Deleuze descreve que as sociedades disciplinares teriam sido instituídas nos grandes meios de confinamento, ou seja, locais onde seria possível “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior

SOCIEDADE
DISCIPLINAR
↓
CORPO
URBANO

ESPAÇO DA
CIDADE
=
MEIO DE
PRODUÇÃO

¹⁸: Colagem - o Corpo Urbano na Sociedade Disciplinar

à soma das forças elementares.” (DELEUZE, 1992, p.219).

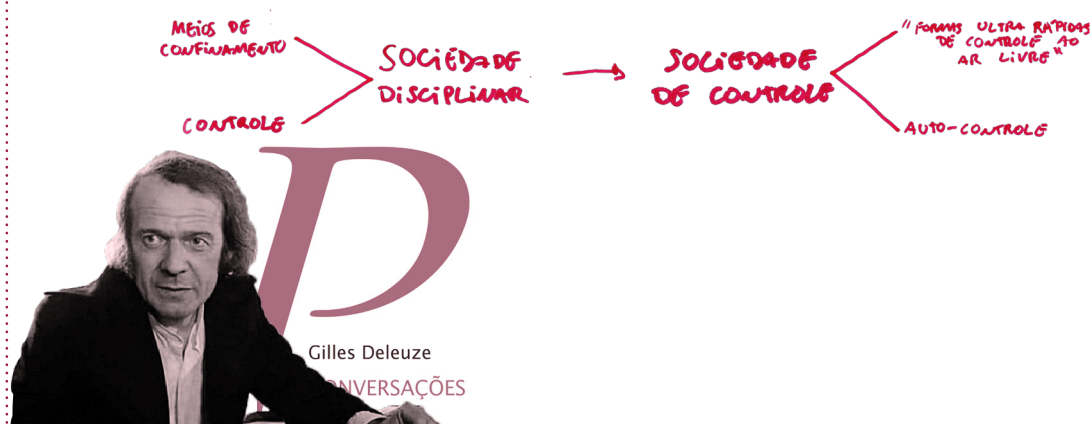
A partir daí, Deleuze anuncia que este modelo teria entrado em crise junto à crise dos próprios meios de confinamento, perpetrada pelas “novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial”. Em substituição a uma disciplina que se pode gerir apenas na “duração de um sistema fechado”, as ¹⁹ *sociedades de controle*¹⁰ estariam sendo constituídas pelas “formas ultra rápidas de controle ao ar livre” (DELEUZE, 1992, p.220). Para descrever estas novas formas, Deleuze evoca a imagem da fábrica em direção à empresa, na qual a fábrica (como retrato da sociedade disciplinar) seria composta por um corpo único de indivíduos sob a vigilância de um patrão, enquanto que a empresa (na sociedade de controle) teria introduzido - pela modulação dos salários por mérito, pela formação permanente, pelo exame contínuo, etc - a competição e autocontrole dos funcionários, extensível por toda a sociedade. Neste novo regime, o símbolo da produção na sociedade disciplinar, representado por máquinas energéticas, seria substituído pelos computadores, dotados de uma linguagem cifrada.

A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida

padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda.
(DELEUZE, 1992, p.221).

2.2 Gilles Deleuze e a geografia do pensamento imanente

Deleuze elabora esta breve análise e extensão dos conceitos foucaultianos no início da década de 1990, portanto, após uma longa colaboração entre os dois autores, após a morte de Foucault e, sobretudo, após uma extensa trajetória de construção de seu pensamento filosófico. Enquanto Foucault desenvolveu seu pensamento como um filósofo-historiador, Deleuze foi o que o filósofo brasileiro ²⁰ Roberto Machado (2009, p.19) chamou de um “historiador da filosofia que ousou pensar filosoficamente”. Em outras palavras, Deleuze, antes de se dedicar a uma produção filosófica conceitual ao lado de Guattari, foi um grande estudioso da arte, da literatura, do cinema e, sobretudo da filosofia, tendo publicado diversos estudos monográficos a respeito de filósofos específicos. Contudo, sua concepção filosófica rejeitava a ideia da filosofia como uma disciplina que reflete a respeito de uma exterioridade, seja ela a ciência, a arte ou mesmo a própria filosofia. Para Deleuze, a filosofia é, sobretudo, “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.8). Sendo assim, o estudo de Deleuze a respeito de pensadores como Espinosa, Nietzsche, Bergson, ou mesmo escritores como Franz Kafka e cineastas como Jean-Luc



¹⁹ Diagrama - Sociedade de Controle



²⁰ Colagem - Roberto Machado, Deleuze: a Arte e a Filosofia

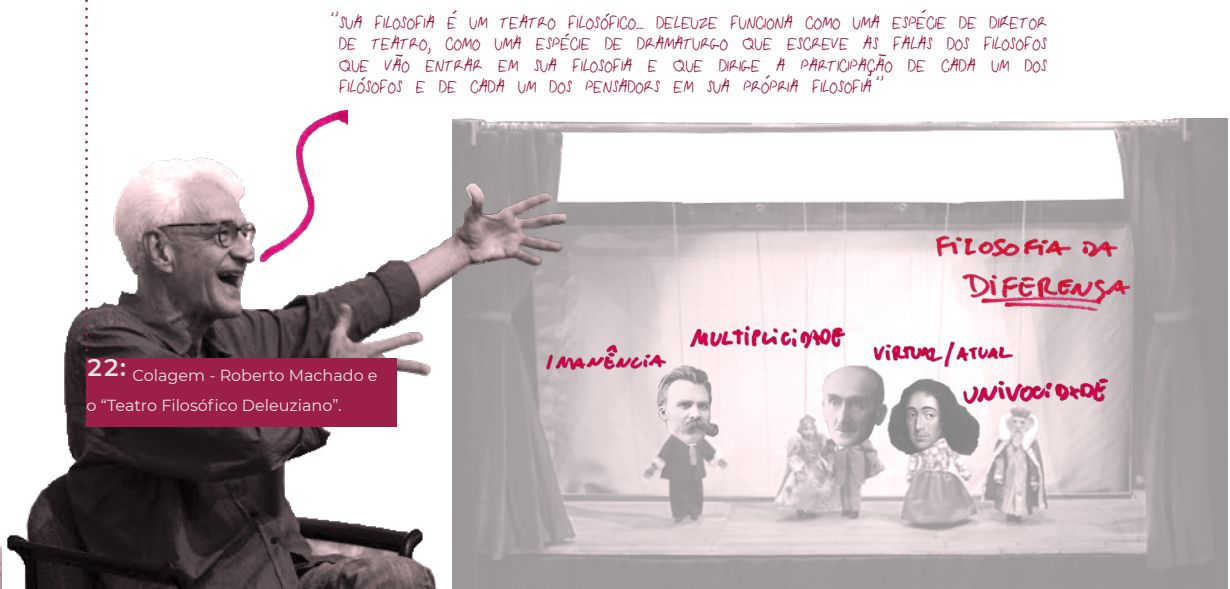
Godard, é sempre acompanhado de uma marca de seu próprio pensamento filosófico.

Assim como Foucault, Deleuze rejeitava a ideia de uma linearidade da história e, no campo da história da filosofia, considerava adequado pensar em uma “geografia do pensamento”, constituída por diferentes “espaços filosóficos” de ideias relacionáveis. “Considerando a história da filosofia de um ponto de vista filosófico, como uma disciplina filosófica, a geografia deleuziana estabelece dois tipos, dois estilos de filosofia, não apenas heterogêneos, mas sobretudo antagonísticos” (MACHADO, 2009, p.22). Estes dois tipos aos quais Machado se refere seriam, portanto, um “espaço da imagem do pensamento, que é dogmático, ortodoxo, metafísico, moral, racional transcendente”, combatido por Deleuze em favor de um outro ²¹: “espaço “do pensamento sem imagem”, que é pluralista, heterodoxo, ontológico, ético, trágico, imanente...” (MACHADO, 2009, p.26).

Machado explica que Deleuze se utiliza desta divisão de espaços para constituir seu pensamento filosófico em obras como *Diferença e Repetição* (1967) e *Lógica do Sentido* (1969), na década de 1960, e novamente em *O Que é a Filosofia?* (2010 [1991]), já em seus últimos anos, e ao lado de Guattari. Deleuze se apoia, em grande medida, na filosofia de Nietzsche que, em seu *Crepúsculo dos Ídolos* (1889) estabelece uma posição em relação à filosofia, ao classificar que todos as etapas da história da filosofia - Platão, a filosofia cristã, Kant, o positivismo - teriam sido representantes do “platonismo”, ao qual ele estaria se opondo. Enquanto platonismo, Nietzsche designa a ideia da filosofia como *elevação* do pensador que

se distancia do mundo material, da *caverna*, em direção ao “bem” e à “verdade”, em direção ao *princípio metafísico*, ao alto. Sendo assim, esse “espaço” da filosofia, inaugurado por Platão, estaria preocupado em buscar em uma realidade composta por “cópias” do mundo ideal, aquelas que o representam com fidelidade, “em sua imagem e semelhança”. Define-se, portanto, um pensamento da imagem, uma *filosofia da representação*. (MACHADO, 2009, p.33-34).

Deleuze identifica em Nietzsche o princípio de uma *filosofia da diferença*, buscando em conceitos como a *vontade de potência* e o *eterno retorno*, a afirmação da diferença em detrimento da sua subordinação à identidade. Contudo, conforme identifica Machado (2009, p.35-36), ao contrário de Nietzsche que “praticamente não reconhece aliados” na história da filosofia, a tarefa de Deleuze em sua *geografia do pensamento* é justamente a de identificar aliados ao pensamento nietzscheano da diferença em oposição à representação. Além de Nietzsche, Deleuze busca em Espinosa conceitos como *imanência*, *intensidade* e *univocidade*; em Bergson a *multiplicidade*, a *diferença*, o *virtual* e o *atual*. Assim, contra Platão, Aristóteles, Descartes, Hegel, e a imagem do pensamento, Deleuze constitui ao lado de Espinosa, Nietzsche, Foucault, Bergson, e tantos outros o espaço do pensamento sem imagem, ²²: “fazendo-os figurar como atores em seu teatro filosófico”, e constituindo um sistema conceitual próprio, robusto e, acima de tudo, inovador.



2.3 Deleuze e Guattari: Maio de 68 por uma leitura esquizofrênica da realidade

Após a série de publicações a respeito de filósofos, da filosofia e da história da filosofia ao longo da década de 1960, o encontro com o psicanalista e ativista, Félix Guattari, volta a produção de Deleuze para uma perspectiva da política e da subjetividade. Na coletânea ²³ *Capitalismo e Esquizofrenia* - composta por *O Anti-Édipo* (2011b [1972]) e *Mil Platôs* (2011a [1980]) - Deleuze e Guattari elaboram uma leitura inédita do sujeito e do social, acometidos pelas intensas transformações do período da contestação, da “esquizofrenia dos anos 1960”, e da onda de movimentos de Maio de 1968, da qual ambos os autores fizeram parte. O trânsito entre a vida e a história, presente na obra de Foucault, é mais uma vez tematizado por Deleuze e Guattari que, a partir de suas leituras do inconsciente, tal como descrito por Sigmund Freud¹¹ e Jacques Lacan¹², e do capitalismo, tal como visto por Karl Marx¹³, inauguram chaves de leitura da realidade, criando conceitos que transformariam o mundo a partir de então.

O Anti-Édipo¹⁴, tal como definiram os próprios Deleuze e Guattari, “pertence ainda a 68” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.9). Em outras palavras, o livro é atravessado e influenciado por, ao mesmo tempo em que reflete profundamente a respeito da intensidade de acontecimentos, contestações e revoluções que marcaram a década de 1960 que, no contexto francês, seriam condensadas pelos movimentos de Maio. Nesse sentido, o Anti-Édipo

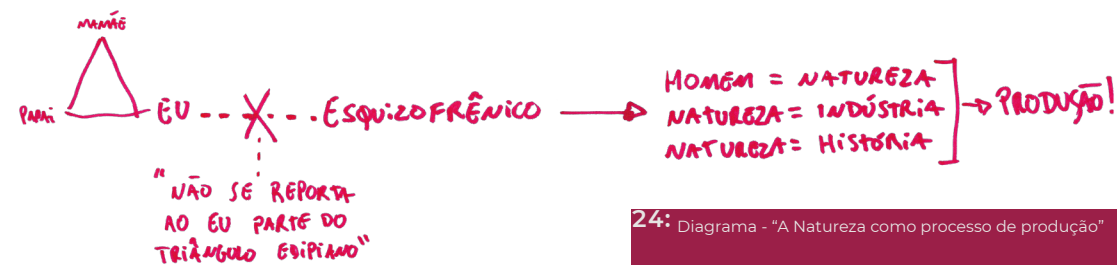


²³: Colagem - Deleuze e Guattari, Capitalismo e Esquizofrenia

capta, ao mesmo tempo, as transformações comportamentais, a contracultura e as contestações às instituições familiares e religiosas edipianas; e os grandes movimentos de inflexão do capitalismo e da geopolítica, relacionando-os como um só tema.

O livro parte de uma crítica da *edipianização* do inconsciente e da sociedade como um todo, em favor de uma leitura do *esquizo*, do processo do esquizo. Os autores mobilizam uma série de referências literárias e teóricas - tais como *Memória de um doente dos nervos* (1995 [1903]) e *Lenz* (1985 [1839]) - para investigar a esquizofrenia como visão de mundo desprovida da edipianização e demais categorizações as quais se procura confrontar neste livro. A esquizofrenia seria, portanto, capaz identificar aspectos da realidade anteriores ao enquadramento no triângulo edipiano e, além disso, anteriores à distinção homem-natureza. O esquizofrênico é, para Deleuze e Guattari (2011b, p.14), capaz de enxergar ²⁴ a “natureza como processo de produção” e o homem como parte dela. Nesse sentido, os autores partem da visão marxista dos processos de produção para identificar as etapas e as relações empreendidas entre natureza e indústria e, posteriormente, o sujeito, imbricando o inconsciente freudiano e a produção marxista.

É que na verdade - na ruidosa e obscura verdade contida no delírio - não há esferas nem circuitos relativamente independentes: a produção é imediatamente consumo e registro, o registro e o consumo determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção. De modo que tudo é produção: *produção de produções*, de ações e de pai-



²⁴: Diagrama - “A Natureza como processo de produção”

xões; produções de registros, de distribuição e de marcações; produção de consumos, de volúpias, de angústias e de dores. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p.14)

A fim de compor essa leitura esquizofrênica da realidade, os autores mobilizam a categoria das *máquinas* - "Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora" (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.11) - como objetos parciais de uma realidade composta de fluxos, de processos de produção. Assim, as máquinas permitem aos autores estender a compreensão da produção para além da economia política (ou estender a própria economia política) e compreender o inconsciente para além da triangulação edípiana, permitem "introduzir o desejo no mecanismo e introduzir a produção no desejo" (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.39). Buscando formar uma "Psiquiatria Materialista", Deleuze e Guattari combatem a visão psicanalítica do inconsciente como uma "antigo teatro", capaz apenas de representar o mito e a tragédia de Édipo, em favor de um **25: "in-consciente fábrica"** (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.39). Inaugura-se as categorias das *máquinas desejantes* e da *produção desejante*, como produção que atravessa toda a realidade: "o desejo produz real, ou a produção desejante não é outra senão a produção social". (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.48).

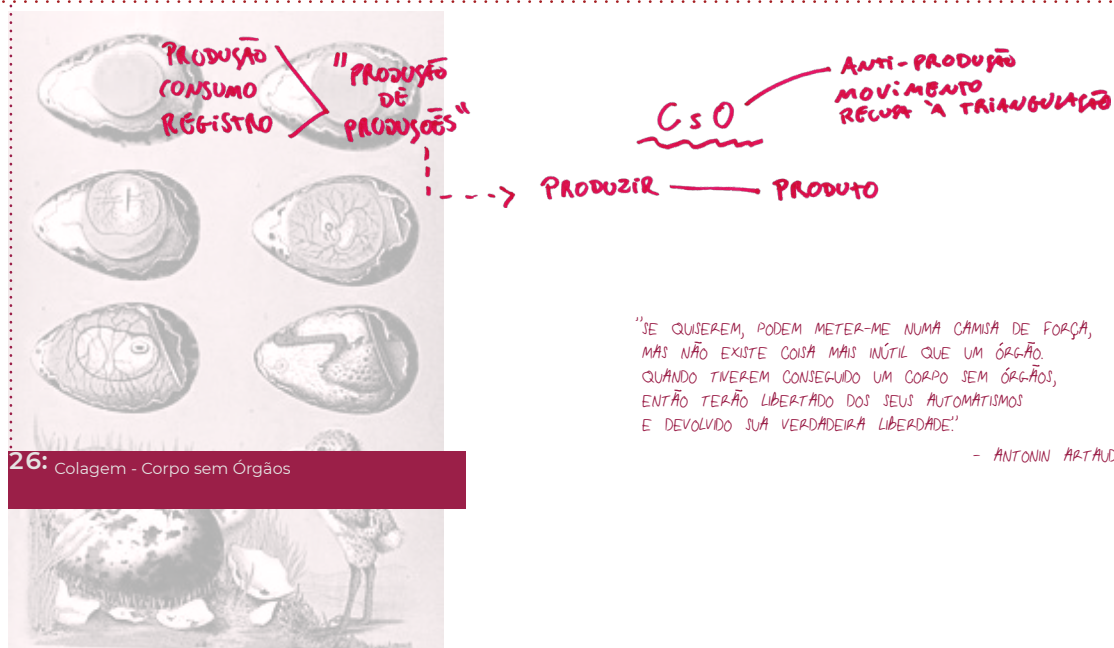
Assim, para Deleuze e Guattari, "a esquizofrenia é o processo da produção do desejo e das máquinas desejantes", pois o esquizofrênico está fora de uma relação fictícia com o eu, não



25: Diagrama - "Inconsciente Fábrica"

reporta-se ao eu parte do triângulo edípiano. Ao contrário, relaciona-se com o "demoníaco da natureza", tornando-se capaz de compreender o "processo como realidade material econômica, como processo de produção na identidade Natureza = Indústria, Natureza = História". (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.41). É nesse ponto de compreensão da realidade como processo de produção, como constante acoplamento, desarranjo e rearranjo das máquinas desejantes, em que os autores identificam a formação de uma "identidade produzir-produto" no enigmático conceito do **26: Corpo sem Órgãos (CsO)**. O CsO seria, portanto, o "terceiro tempo na série binário-linear", formada primeiro pelo produzir, depois pelo produto e, finalmente, pelo corpo pleno, improdutivo e inerte, que se define pelo próprio movimento. "O corpo pleno sem órgãos é produzido como Antiprodução, isto é, ele só intervém como tal para recusar toda tentativa de triangulação que implique em uma produção parental". (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.28).

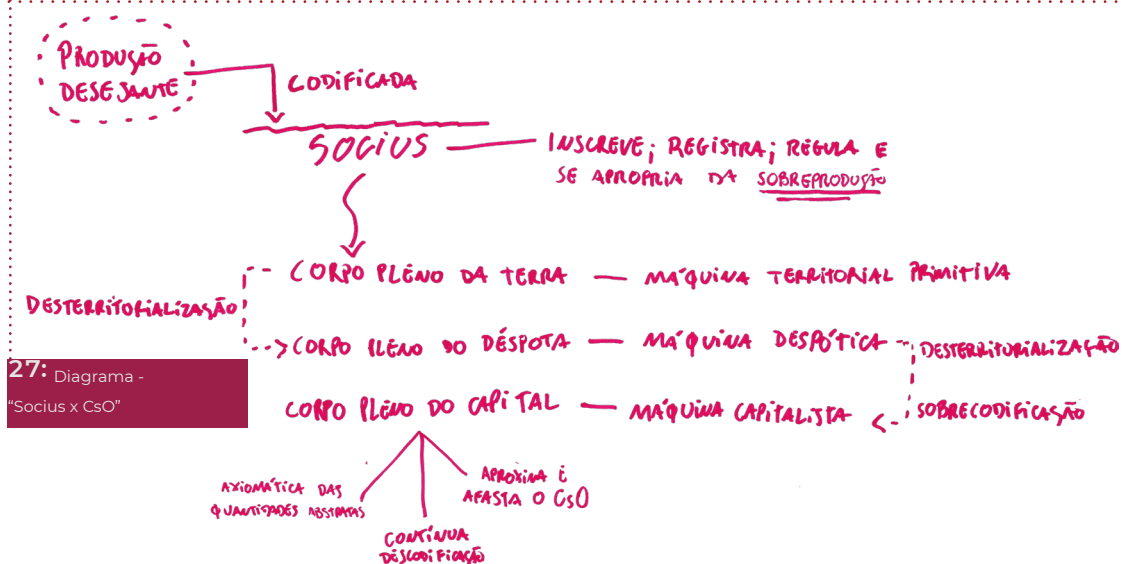
Contudo, os autores opõem a esse elemento de Antiprodução, a esta desorganização contínua, um elemento de organização, produzido pelas máquinas desejantes enquanto produção social, um *socius*. Deleuze e Guattari estabelecem a ligação entre o inconsciente e a sociedade de maneira quase automática, para eles "o campo social é imediatamente percorrido pelo desejo, que é seu produto historicamente determinado". (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.46). Assim, os autores percorrem a história para demonstrar como, de maneira análoga ao CsO, a produção social tende à conformação de um *socius* como elemento de "codificação dos fluxos do desejo", capaz de "inscrevê-los, registrá-los, fazer com



que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado” (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.51). Assim, ao contrário do CsO que acopla, inscreve e registra a produção desejante garantindo o seu constante desarranjo, movimento e criatividade esquizofrênicas, o *socius* inscreve esta mesma produção de forma a reportá-la a si próprio, distribuindo os elementos e apropriando-se de sua sobreprodução.

Os autores exemplificam um *corpo pleno da terra*, ou *máquina territorial primitiva* como primeiro *socius*, primeiro elemento de univocidade e imanência, capaz de referenciar e codificar a produção desejante em termos territoriais. “(...) a máquina primitiva subdivide o povo, mas o faz sobre uma terra indivisível onde se inscrevem as relações conectivas”. (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.194). Em seguida, em face de uma desterritorialização e descodificação desses fluxos, “quando a divisão incide sobre a própria terra”, uma *máquina despótica* é chamada a reterritorializa-los sobre o *corpo pleno do déspota*. Por fim, os autores descrevem o capitalismo - a ^{27:} *máquina capitalista ou o corpo pleno do capital* - como o regime de produção social decorrente de uma desterritorialização da máquina despótica. Contudo, em desconformidade com os anteriores, o capitalismo seria capaz de inscrever os fluxos sobre uma codificação de “quantidades abstratas” e, assim, tender à contínua descodificação e desterritorialização, aproximando-se do CsO.

Quando a *máquina territorial* primitiva deixou de ser suficiente, a *máquina despótica* instaurou uma espécie de sobrecodificação. Mas a



27: Diagrama - "Socius x CsO"

máquina capitalista, à medida que se estabelece sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado despótico, encontra-se numa situação totalmente nova: a descodificação e desterritorialização dos fluxos. Não é de fora que o capitalismo enfrenta essa situação, pois ele vive dela, nela encontra tanto sua condição como a sua matéria, e a impõe com toda sua violência. É esse o preço da sua produção e reprodução soberanas. (...) Assim, ao contrário das máquinas sociais precedentes, a máquina capitalista é incapaz de fornecer um código que abranja o conjunto do campo social. No dinheiro, ela substituiu a própria ideia de código por uma axiomática das quantidades abstratas que vai sempre mais longe no movimento da desterritorialização do *socius*. O capitalismo tende a um limiar de descodificação que desfaz o *socius* em proveito de um corpo sem órgãos e que libera, sobre este corpo, os fluxos do desejo num campo desterritorializado.

(DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.51).

É nesse sentido que Deleuze e Guattari estabelecem uma rigorosa análise do capitalismo avançado como regime de produção social que, ao invés de enquadrar o desejo e os fluxos esquizo, os estimula e captura como sua própria matéria prima de uma ^{28:} "economia do desejo". Ao mesmo tempo, identifica-se também a esquizofrenia da descodificação como o próprio limite do capitalismo, um limite que a todo tempo se aproxima e se afasta por um capitalismo que incita o desarranjo mas necessita de rearranjos forçados. “Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam

MÁQUINA CAPITALISTA

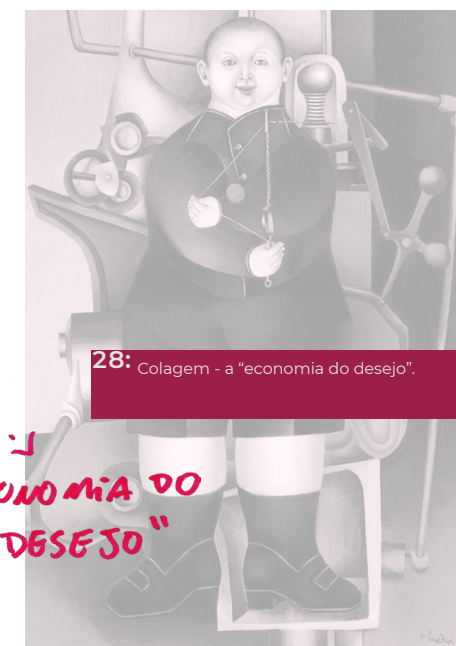
PRODUÇÃO DESEJANTE

ESTÍMULO

DESEJO FLUXOS ESQUIZO

CAPTURA

"ECONOMIA DO DESEJO"



28: Colagem - a "economia do desejo".

à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.53).

Assim, a passagem das décadas de 1960 e 1970, período histórico no qual a obra se situa, representa um momento absolutamente elucidativo dos movimentos que Deleuze e Guattari buscam descrever. As contestações desterritorializantes às instituições familiares, religiosas e estatais, a aflorante criatividade comercializada do movimento da contracultura e a simultânea flexibilização e dinamização do capital definitivamente marcam um período de **29: esquizofrenização do capitalismo como regime de produção social.** Biopolítica, produção desejante e sociedade de controle seriam, dentre outros, conceitos definidores para a compreensão das transformações mundiais a partir de então.



29: Colagem - a "esquizofrenização" do capitalismo.

Notas de fim

- 1 A partir deste capítulo, na primeira citação de cada texto, serão inseridas entre [colchetes] a data original de sua publicação a fim de produzir um entendimento cronológico.
- 2 A respeito da proposição e repercussão do Direito à Cidade no contexto francês e internacional da década de 1960, ler *A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios*, (NOBRE; LOTT; RENA, 2018).
- 3 Hugo Segawa (2002, não paginado) comenta como a tradução do título *Death and Life of Great American Cities* suprimiu a especificidade norte-americana do ensaio.
- 4 Os termos “países do Norte”, “Países centrais”, “Atlântico Norte”, “atlanticistas” serão bastante utilizados como referência às principais nações do capitalismo ocidental, organizadas em instituições internacionais, tais como a OTAN e União Europeia, e ocupando os principais espaços de poder em outras como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, etc.
- 5 Harvey (2008) argumenta como a ideia de um pós-moderno ou de uma pós-modernidade surgiu primeiro na arquitetura, a partir de autores como Charles Jencks, em *A linguagem da Arquitetura Pós-Moderna* (1977), e Denise Scott Brown, Robert Venturi e Steven Izenour, em *Aprendendo com Las Vegas* (1972).
- 6 Immanuel Kant, filósofo prussiano do século XVIII
- 7 Este ponto será melhor desenvolvido no item 3.1, do capítulo seguinte.
- 8 Teórico político inglês.
- 9 O texto foi publicado pela primeira vez no *L’Autre Journal*, n° 1, maio de 1990
- 10 Este conceito será retomado no ponto 3.3 do capítulo seguinte.
- 11 Psiquiatra austríaco
- 12 Psicanalista francês
- 13 Filósofo prussiano
- 14 Deve-se ressaltar que a leitura feita aqui de *O Anti-Édipo*, bem como as demais obras analisadas, é limitada aos aspectos melhor relacionados com o escopo desta monografia e, sobretudo, limitada pelo formato e tempo de execução do trabalho, incompatíveis com um grande aprofundamento nas obras filosóficas escolhidas.

Referências das imagens:

5: Colagem realizada a partir de imagens de trabalhos de Joh Turner e uma foto de uma aula ministrada por ele em Valência.

7: Colagem realizada realizada a partir de imagens de Hall (2013, p.297) e Matos Mar (2012).

8: Colagem realizada com imagem retirada de Hall (2013, p.398).

22: Colagem realizada com base em um trecho de uma palestra ministrada por Roberto Machado, em 2014, intitulada “Deleuze e a Filosofia por Roberto Machado”, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_ttmrtL0RBA&t=4060s&ab_channel=LinguagenseIdentitiesda%2FnaAmaz%C3%B4niaSul-Occidental>. Acesso em: 03/12/2021.

26: Colagem elaborada com base em uma frase de Antonin Artaud, na transferência radiofônica “Para Acabar com o Julgamento de Deus” (1947), e na ilustração de Matthias Jacob Schleiden (1804-1881). Ambos disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpo_sem_%C3%B3rg%C3%A3os>. Acesso em:03/12/2021.

28: Colagem elaborada a partir de “O Anti-Édipo”, de Deleuze e Guattari (2011b), e da ilustração “Boy With Machine”, de Richard Lidner (1954).

3. A formação da

**máquina
biopolítica
globalizada**

Conforme colocado no capítulo anterior, nesse contexto se situam o nascente pensamento pós-estruturalista, as noções de um planejamento descentralizado, capaz de incorporar uma produção do espaço imanente às cidades; e a própria visão do espaço urbano como local de insurgências constitutivas, em uma relação “poder x resistência” absolutamente descodificada. Neste capítulo, pretende-se partir do sistema conceitual articulado entre Foucault, Deleuze e Guattari para avaliar o desenvolvimento desta relação capitalismo x subjetividade; corpo x história; inconsciente x produção, ao longo da segunda metade do século XX. Entende-se estar situada nesta relação a compreensão que se passou a estabelecer entre planejamento e resistências no pensamento sobre as cidades.

Serão mobilizados autores inscritos nesta mesma corrente de pensamento, como ^{1:}Michael Hardt e Antonio Negri (2014), Peter Pál Pelbart (2011), Suely Rolnik (2011), Pierre Dardot e Christian Laval (2016), e Byung-Chul Han (2018) que se valem dos conceitos abordados de Foucault, Deleuze e Guattari. A esses autores, serão articuladas referências marxistas e historiográficas, como Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016), David Harvey (2008a) e Michel Chossudovsky (1999), buscando-se situar as discussões do pós-estruturalismo em um ambiente da economia política. O capítulo é dividido entre (i) uma breve análise do movimento de Maio de 1968 na França; (ii) uma análise das transformações do capitalismo e da geopolítica no período abordado e, por fim, (iii) uma abordagem dos conceitos de Império, de Hardt e Negri (2014), e Capitalismo Mundial Integrado, de Guattari e Rolnik (2011) como as principais leituras do capitalismo contemporâneo a partir do sistema conceitual utilizado.



^{1:} Coalgem - Pós-estruturalistas e atravessamentos marxistas

3.1 Maio de 1968 e a incorporação da crítica artista

O capitalismo retomou muitos aspectos da crítica formulada contra ele nos anos 60-70, e os incorporou ativamente, construindo assim um poderoso revide para uma crise não só de credibilidade, mas também econômica que enfrentou com a onda de Maio de 68. Forjou-se, assim, um novo espírito do capitalismo com ingredientes vindos do caldo de contestação ideológico, político, filosófico e existencial dos anos 60. (PELBART, 2011, p. 96)

O filósofo húngaro-brasileiro, ^{2:}Peter Pál Pelbart em seu livro *Vida Capital* (2011), ao comentar *O Novo Espírito do Capitalismo* de Luc Boltanski e Ève Chiapello traz o movimento de Maio de 1968 na França como importante ponto de inflexão na lógica capitalística vigente. Segundo o autor, o levante de 68 marca uma junção entre diferentes movimentos, sejam eles de caráter trabalhista, estudantil ou artístico. A emergência de pautas como autonomia, autenticidade, criatividade, liberdade, bem como uma crítica profunda às hierarquias, traduz uma modificação no cenário tradicional das lutas vinculadas (até aquele momento), em sua maioria, a reivindicações da classe trabalhadora, em geral, ainda diretamente relacionadas aos ditames do Partido Comunista Francês, que nutria laços com a URSS. Segundo Pelbart (2011) a centralidade assumida por estas novas pautas condiz com o movimento descrito por Boltanski e Chiapello de incorporação deste mesmo vocabulário insurgente (autonomia, liberdade e, sobretudo, criatividade) aos novos manuais corporativos e, portanto, ao próprio funcionamento do capitalismo a partir de então. O objetivo



^{2:} Coalgem - Vida Capital, O Novo Espírito de Capitalismo

desta incorporação não era somente ir ao encontro aos valores emergentes de 68, mas constituir uma alavancagem do próprio capitalismo capaz de “mobilizar nos seus trabalhadores esferas antes inatingíveis.” (PELBART, 2011, p. 96)

A França dos anos de 1960, sob o governo de Charles De Gaulle, encontrava-se em um contexto de modernização acelerada. Além de rápido crescimento econômico e industrialização, o país contou, também, com um amplo investimento em educação, principalmente entre os anos de 1962 e 1968, com o surgimento de várias universidades e a formação de um corpo estudantil robusto. Tal processo foi enfraquecido ao longo do tempo e, em 1967 encontrou-se em decréscimo, o que levou grande parte dos trabalhadores do interior do país a iniciarem manifestações contra o governo. Em paralelo a este movimento operário contra o desemprego e em busca de direitos, observa-se a eclosão de movimentos estudantis também em regiões interioranas, normalmente vinculados às novas universidades, como é o caso da ³: **Universidade de Nanterre**, considerada berço dos levantes de Maio.

Para além do marcante movimento francês, observava-se um contexto internacional de levantes - a exemplo da ⁴: **Revolução Cultural Chinesa – 1966 – e da Primavera de Praga – 1968 – e de manifestações contrárias à conturbada Guerra do Vietnã (entre 1955 e 1975)**, que compõe algo que pode ser compreendido como um ciclo de lutas que se influenciaram mutuamente, compondo uma mudança de paradigma global. Entretanto, especificamente na França, o intenso fluxo de manifestações se configura como uma surpresa - muito em

função de sua ascensão econômica ao longo dos últimos anos - tanto para a direita, quanto para a esquerda, que pouco acreditava em um potencial operário de revolução.

A diferenciação entre reivindicações de cunho trabalhista e libertário foram traduzidas, pelo autor no conceito de crítica social e crítica artista. A primeira delas se refere à “denúncia da exploração e na reivindicação por mais justiça e igualdade”, enquanto que a segunda é baseada “na denúncia da alienação, da hierarquia, do autoritarismo, da burocracia, da massificação, numa reivindicação de autonomia, de liberdade, de espontaneidade, de criatividade” (PELBART, 2011, p. 101). Enquanto isso, o filósofo franco-marroquino Alain Badiou (2012) se atenta ao fato de que, apesar de ocuparem o mesmo espaço-tempo, os distintos grupos que compuseram o levante não se encontram em meio à luta. Esta distância se evidencia em cena icônica do filme ⁵: **No Intenso Agora**, de João Moreira Salles, ao recuperar cenas das manifestações em que existe uma separação física entre as manifestações que compõem o cenário da crítica artista e os operários.

Para Pelbart (2011), um componente importante da crítica artista era a contestação ao que chamavam de “rigidez hierárquica” de instituições como a família, a Igreja, o Estado e até, os partidos e sindicatos. É justamente neste ponto em que se situa a alavancagem capitalista, engendrada a partir da incorporação destas mesmas críticas, substituindo o controle verticalizado pelo autocontrole, mais atrativo aos jovens trabalhadores. “Cria-se uma nova forma, liberada e ‘libertária’, de fazer lucro, que inclui a realização pessoal, a livre associa-



³: Coalgem - Estudantes de Maio na Universidade de Nanterre.



⁴: Coalgem - Movimentos e revoltas da década de 1960.



⁵: Coalgem - No Intenso Agora, Estudantes e Operários.



ção, etc. Capitalismo de esquerda, que na França, ao menos, mas também em outros países, conta com a **6: colaboração ativista de antigos militantes de 68.** (PELBART, 2011, p. 102).

Ainda sobre os diferentes grupos que compõem o levante, Badiou (2012) (que os enumera em **7: diferentes “Maio”**) acrescenta aos supracitados artístico e operário, o Maio estudantil e o Maio que não acabou. O estudantil, iniciado com as manifestações em Nanterre, em muito se articula ao artístico. Já **8: O Maio que não acabou**, ou a década de Maio, ao qual o autor dá mais ênfase, se relaciona com as modificações no cenário político, tanto à esquerda quanto à direita, que ocorreram ao longo dos anos que seguiram ao evento, se estendendo até o final da década de 1970. A principal questão relativa a este momento é a transformação da concepção política visando um rompimento com a velha organização, militante e proletária, ancorada nas noções de povo, classe e massa.

Houve enfim, e talvez sobretudo, uma crítica radical da democracia representativa, do quadro parlamentar e eleitoral, da “democracia” em seu sentido institucional, constitucional. E, principalmente, não podemos nos esquecer de que a palavra de ordem final de Maio de 1968 era: “Eleições, armadilha para imbecil!”. (BADIOU, 2012, p. 35-36).

3.2 A década de 68 e a acumulação flexível

Além das transformações políticas relacionadas aos eventos de Maio, a década de 1968 é marcada por grandes mudanças econômicas e geopolíticas a nível global ligadas ao contexto da Guerra Fria. A disputa entre, de um lado, o Pacto de Varsóvia e os representantes do que se chamou de Socialismo Real e, de outro, o bloco representado pelo o que hoje se conhece como a OTAN¹ e as instituições de Bretton Woods², motivou eventos políticos e econômicos paradigmáticos. Destacam-se três acontecimentos considerados fundamentais para a formação da nova lógica capitalística: (i) abandono da paridade dólar-ouro; (ii) surgimento do padrão Petro-dólar; (iii) ajuste econômico neoliberal.

A emergência da acumulação flexível: do Dólar-ouro ao Petro-dólar

Os acordos de **9: Bretton Woods (1944)** foram responsáveis pela criação de novas normas e instituições - a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), futuro Banco Mundial - que promoveriam uma reordenação das dinâmicas econômicas no pós-guerra. De acordo com **10: Harvey (2008a [1989])**, os acordos foram responsáveis pela transformação do dólar em moeda-reserva mundial, vinculando à política monetária norte-americana todo o desenvolvimento econômico global. Paralelamente, o significativo montante de investimentos



6: Coalgem - Daniel Cohn-Bendit, militante de Maio e Eurodeputado.



7: Coalgem - Os quatro Maio para Alain Badiou.



9: Coalgem - Bretton Woods, 1944.



8: Coalgem - O Maio que não acabou: Sob os paralelepípedos, a praia.

americanos na reconstrução do continente europeu, fez com que os EUA assumissem uma posição de credor mundial com grande poder de barganha política.

Entretanto, como lembra o historiador luso-brasileiro ¹¹: Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016, p.518), o volume de gastos e importações dos EUA, motivados pelas guerras empreendidas no Vietnã, Camboja e Laos, bem como pela corrida espacial, fez com que a emissão de dólares nos governos de Lyndon Johnson (1963-1969) e Richard Nixon (1969-1974) fosse crescente. Assim, o financiamento da supremacia militar dos EUA sobre seus oponentes passa a ser lastreado pela expansão progressiva da emissão monetária, de forma que a paridade estabelecida entre o valor do ouro e do dólar (28,35g para US\$35) tornou-se cada vez mais fictícia. Esse movimento levou o presidente Nixon, em 15 de Agosto de 1971, a suspender unilateralmente a conversibilidade firmada em Bretton Woods (evento conhecido como ¹²: Choque Nixon) visando conter a inflação. Dois anos depois, com o agravamento da crise, o governo Nixon optou por instituir definitivamente a livre flutuação das moedas, sepultando o sistema Bretton Woods. Com isso, o dólar firmou-se como divisa fiduciária e moeda de reserva de diversos países, garantindo um poder político ainda maior às instituições financeiras norte-americanas, na medida em que os EUA mantinham-se como único país capaz de emitir (via Federal Reserve³) dólares e, portanto, financiar seus próprios déficits (BANDEIRA, 2016, p.519).

Harvey (2008a) explica que a alta da inflação no início dos anos 1970 (alvo das medidas

mencionadas acima) é fruto de uma crise do próprio sistema fordista, pouco adaptável para os padrões de consumo do momento. O autor observa que “havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes.” (HARVEY, 2008a, p. 135). Dessa forma, a adoção do câmbio flutuante representou uma medida de liberação de estruturas fixas, capaz de garantir ao capitalismo ocidental a superação dos problemas acumulados no decorrer das décadas anteriores. Observa-se, neste ponto, uma coincidência semântica entre a renovação capitalística (financeira) e as palavras de ordem de Maio de 1968: rigidez X flexibilização; verticalidade X horizontalidade; concentração X dispersão; repetição X criação; liberdade X firmeza. Assim, como colocado por Pelbart (2012) o capitalismo se reinventa em um modelo que Harvey nomeia como ¹³: acumulação flexível.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008a, p. 140)

Contudo, a superação dos problemas acumulados no fordismo estava atrelada a uma con-



13: Coalgem - David Harvey, A Condição Pós-Moderna.

dicionante geopolítica fundamental. No início da década de 1970, o acordo firmado entre, de um lado, Jack F. Bennett e Henry Kissinger (representando o governo Nixon), acompanhados de poderosos representantes de Wall Street e da City de Londres, e de outro, o rei Fayçal ibn ‘Abd al-‘Azīz Āl Su‘ūd e a Saudi Arabian Monetary Agency determinou que os negócios do petróleo fossem feitos somente em dólar e posteriormente reinvestidos em títulos do Tesouro dos EUA, garantindo o financiamento dos déficits norte-americanos. Em 1975, este acordo foi expandido para as demais nações pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fazendo nascer - em substituição ao recém sepultado padrão dólar-ouro - ^{14:} o chamado Petro-dólar. Assim, o lastro do dólar passa a ser garantido pela demanda por petróleo, uma vez que “o país que necessitava comprar óleo tinha necessariamente de obter dólares e tomar empréstimos de curto prazo aos bancos da Europa e dos Estados Unidos.” (BANDEIRA, 2016, p. 520)

No mesmo período, em consequência da guerra árabe-israelense, os países árabes (sob liderança de Egito e Síria), descontentes com o apoio do Ocidente a Israel, impuseram um boicote elevando o preço do barril de petróleo de US\$3 para US\$12. O episódio gerou enormes prejuízos, do lado ocidental, e grandes lucros por parte dos árabes, porém, não foi capaz de impedir a consolidação do Petro-Dólar. Os embargos foram suspensos em 1974, após negociações mediadas pelo mesmo Kissinger, com isso, o novo padrão monetário manteve sua vitalidade, porém, atrelada ao posicionamento da Arábia Saudita como ator geopolítico. Assim, as relações favoráveis entre os EUA e os países produtores de petróleo



^{14:} Coalgem - O acordo EUA-Arábia Saudita pelo Petro-Dólar.

passam a ser uma condição para a sustentação do novo modelo hegemônico.

(...) os petrodólares converteram-se em um dos alicerces do poder econômico dos Estados Unidos, reforçado ainda por outro choque do petróleo em 1979, enquanto os países da América Latina, Ásia e África atacavam-se em profunda crise de endividamento externo. Conforme salientou Richard Benson, ex-economista do Chase Manhattan Bank, o nível de prosperidade dos Estados Unidos, e não em pequena medida, estava a depender dos massivos déficits, que os governos faziam nas relações comerciais com outros países, ao importar US\$ 3 trilhões (1972), sem que realmente pagassem os bens que adquiriram. Os bancos centrais desejavam aceitar os acervos em dólar como investimentos, entretanto a única coisa que tinha valor na economia moderna era o óleo! (BANDEIRA, 2016, p. 521)

Entretantes, a repentina ^{15:} escassez de petróleo no ocidente causou grande impacto, não só na vida da população, mas também na própria organização da economia ocidental incorporando aos processos produtivos a preocupação com redução de gastos energéticos e renovação tecnológica. (HARVEY, 2008a, p. 136). Essa renovação deu-se de maneira cada vez mais profunda, alterando a dinâmica de produção global. Observou-se, sobretudo nos países desenvolvidos, um grande crescimento do setor de serviços, bem como a implantação de novos conjuntos industriais em regiões até então subdesenvolvidas. Neste contexto, o capital, dotado de mais flexibilidade e mobilidade, atribuiu aos empregadores maior poder sobre o



^{15:} Coalgem - A crise do petróleo na década de 1970.

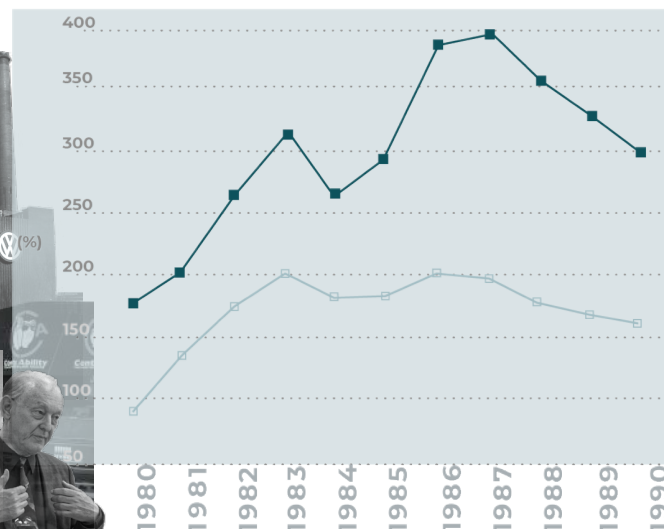
trabalho, possibilitando o deslocamento das atividades produtivas em busca, ao mesmo tempo, de mão de obra barata (garantida por altos índices de desemprego estrutural) e de capacidades logísticas e tecnológicas, levando ao enfraquecimento do poder sindical (HARVEY, 2008a, p. 140-1).

Em 1990, Deleuze também discorre a respeito da transferência do setor produtivo material para os países de Terceiro Mundo, destacando que a nova função do bloco hegemônico se concentra na venda de serviços e compra de ações.

(...) atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada, com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia, do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados ou compra peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que ele quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. (DELEUZE, 1992, p.223-4)

Esse novo ^{16:} sistema de produção é articulado por uma amálgama do sistema financeiro, progressivamente integrado, tecnológico e inovador. Como descreve Deleuze (1992, p.224), as fábricas (agora alocadas nas regiões subdesenvolvidas do globo) deixam de ser “espaços analógicos”, convergentes para um proprietário central, para se tornarem “figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes”.

GRÁFICO - Coeficiente da dívida externa total referente a exportações de mercadorias e serviços (em %)



^{16:} Coalgem - A amálgama do sistema financeiro.

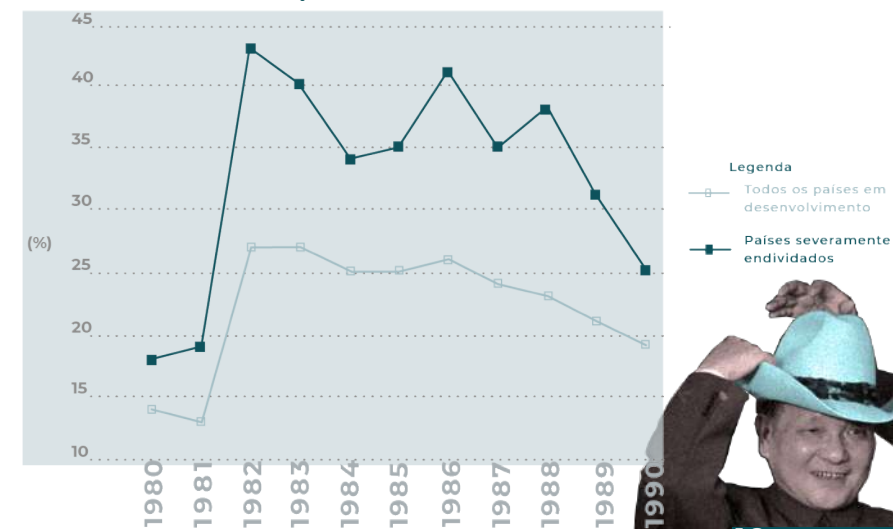
^{17:} Coalgem e Gráficos - Michel Chossudovsky, A Globalização da Pobreza

Assim, a alocação das fábricas deixa de representar um símbolo de desenvolvimento, uma vez que a produção material está quase integralmente associada a serviços financeiros e ao endividamento das nações subdesenvolvidas. O economista canadense ^{17:} Michel Chossudovsky aponta que a receita gerada pelas exportações dos países subdesenvolvidos era cada vez mais destinada para o serviço da dívida. “Por volta de meados dos anos 80, os países em desenvolvimento tinham se tornado simples exportadores de capital para os países ricos.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.37).

Dentre os países subdesenvolvidos que se industrializaram durante a formação do regime de acumulação flexível, destaca-se o caso da China. Trata-se de um contexto geopolítico e econômico particular devido, não só à experiência socialista, mas também às características de um Estado milenarmente consolidado. Neste sentido, as reformas econômicas empreendidas por ^{18:} Deng Xiaoping, a partir de 1978, e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) permitiram “uma reorganização geográfica da grande indústria localizada na América do Norte e no Japão que se deslocaram para a China”, como pontua Elias Jabbour (2019, p.33). Estas variáveis, pouco consideradas em uma análise do contexto geral do período, ganham um novo significado se observada a atual posição ocupada pelo país no cenário geopolítico, debate que será retomado posteriormente neste trabalho (ver capítulo 4, item 4.2).

Enquanto isso, no ocidente, durante a década de 1970, o novo sistema pós-fordista da acu-

GRÁFICO - Participação nas exportações alocadas para o serviço da dívida (em %)



Legenda
 □ Todos os países em desenvolvimento
 ■ Países severamente endividados

^{18:} Coalgem - Deng Xiaoping em visita aos EUA

mulação flexível tornava-se cada vez mais robusto. Por sua vez, o bloco soviético, cuja economia baseava-se em grande medida na produção industrial, foi aos poucos perdendo sua vitalidade econômica. Com isso, o modelo “ocidental” - cada vez mais próximo de sagrar-se vitorioso - consolidou-se como um receituário político-econômico. O principal marco desta iminente “vitória” viria a ocorrer apenas em 1991, com a queda do Muro de Berlim, que levou as ex-repúblicas soviéticas e a própria Rússia a submeter-se às reformas econômicas ocidentais.

Neoliberalismo e dívida

Dois líderes cruciais para a consolidação deste novo paradigma foram ¹⁹Margareth Thatcher, Primeira Ministra do Reino Unido (1979-1990), e Ronald Reagan, Presidente dos EUA (1981-1989). O destaque a essas personalidades se dá não apenas pela atuação em seus próprios países, mas também, por seus posicionamentos em relação à política internacional, sendo reconhecidos como alguns dos grandes responsáveis pelo que se passou a chamar de neoliberalismo. “(...) o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.7).

No que se refere a Thatcher, o período de seu governo na Inglaterra foi marcado por uma progressiva redução da relevância do Estado na salvaguarda de garantias econômicas e sociais, representando um verdadeiro desmonte do Estado de bem-estar social preexistente. A implementação destas medidas visava a superação da inflação, o crescimento econômico e a ampliação dos lucros, funcionando como resposta à crise fordista de acumulação de capital, diante da qual a Primeira Ministra afirmava não haver alternativas se não a via neoliberal. A famosa frase *There is no alternative (TINA)*, proferida por ela em 1979, é tida como slogan do surgimento do que ²⁰Pierre Dardot e Christian Laval (2016 [2009]) entendem como uma nova razão de mundo.

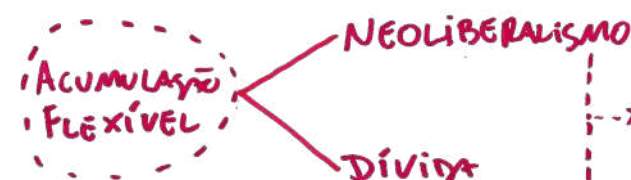
Quanto à aplicação do receituário neoliberal no contexto dos países em desenvolvimento, o principal marco histórico foi o Consenso de Washington⁴ (1989), no qual foram elencados dez pontos que deveriam ser seguidos para alcançar um suposto desenvolvimento diante da explosão da dívida destes países. Para o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein (2003, p. 18) foi este consenso o responsável pelo fim do ideal desenvolvimentista e início da globalização apoiada, em grande parte, pelas atividades de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, visando tirar dos Estados periféricos o direito de interferir no livre fluxo de capital.

Estas instituições desempenharam um papel fundamental no surgimento de uma dominação pela dívida. Segundo Chossudovsky, as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)

T. I. N. A.

THERE IS NO
ALTERNATIVE!

¹⁹: Coalgem - Thatcher e Reagan:
Não há alternativa.



“A ECONOMIA É
O MÉTODO. O OBJETIVO
É MUDAR A ALMA.”

NOVA RAZÃO
DO MUNDO.



²⁰: Coalgem - Dardot e Laval, A Nova Razão do
Mundo

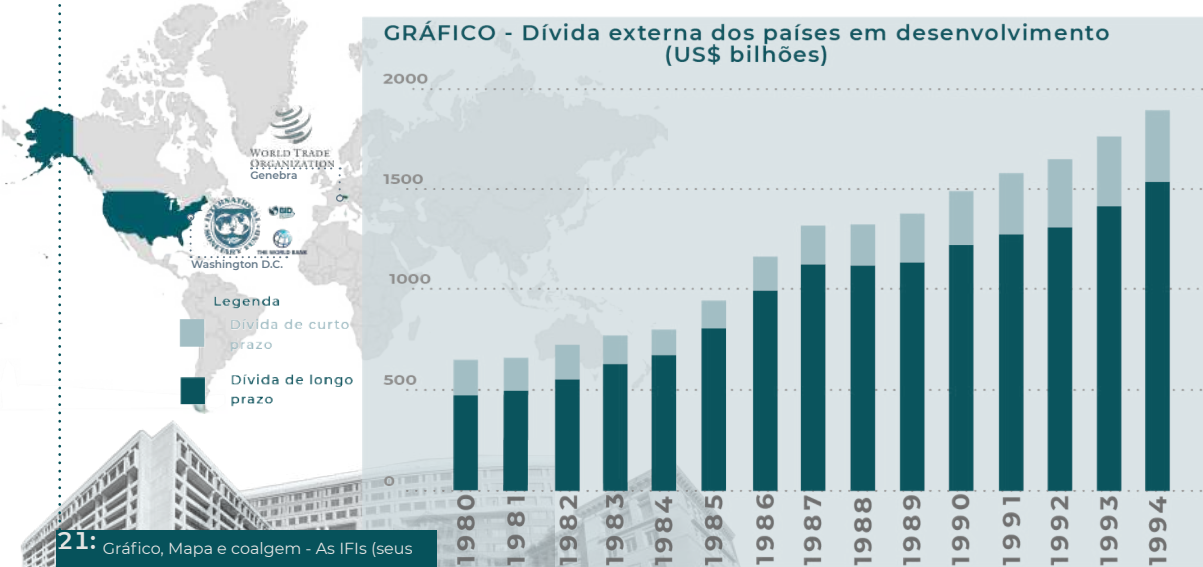
se consolidaram como as responsáveis por “supervisionar as economias nacionais por meio de deliberada manipulação das forças do mercado”. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 11-12). Essa supervisão era efetuada pela imposição de medidas como privatizações, aberturas das contas de capital e desregulamentação dos mercados, destruindo a capacidade dos países em desenvolvimento de comporem suas próprias políticas industriais voltadas para o crescimento e, com isso, garantindo a hegemonia econômica de algumas nações pela manutenção da pobreza de outras.

A expansão das exportações desses países baseia-se na diminuição do poder de compra interno. A pobreza é um item introduzido no lado da oferta. Os mercados emergentes são abertos à custa da substituição simultânea de um sistema produtivo preexistente; pequenas e médias empresas são empurradas à falência ou obrigadas a produzir para um distribuidor global; empresas estatais são privatizadas ou fechadas; agricultores independentes são empobrecidos.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 12)

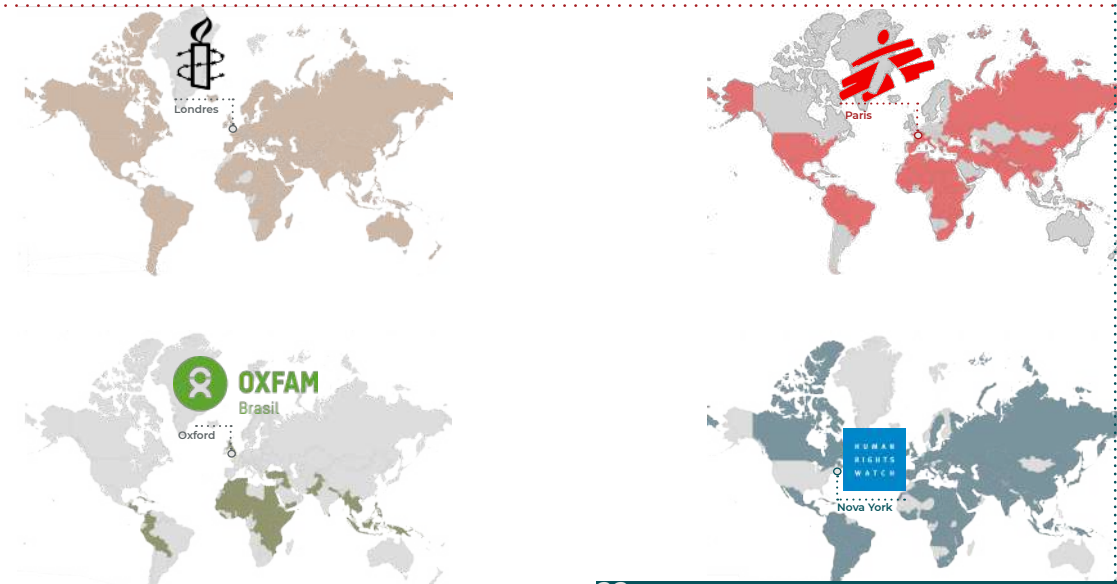
Para Chossudovsky (1999, p. 37), o valor exorbitante das dívidas e a inflação crescente de parte significativa dos países em desenvolvimento, levou muitas nações a contraírem empréstimos com as IFIs⁵. Estes empréstimos eram dotados de “condicionalidades” responsáveis por submeter suas políticas macroeconômicas à agenda dos credores. Entretanto ²¹: esta adesão não garantiu que as dívidas diminuíssem, pelo contrário. Entre 1970 e 1980, o total pendente da dívida de longo prazo dos países em desenvolvimento cresceu sete ve-

zes, enquanto que, de 1970 até 1996, o valor da dívida total destes países multiplicou-se em trinta e duas vezes. O aumento progressivo da dívida leva a um vínculo cada vez maior entre os devedores e as IFIs, tornando os primeiros praticamente obrigados a aceitar as condicionantes impostas pelas segundas. Os países que se recusassem a seguir os ditames do chamado Programa de Ajuste Estrutural (PAE) estavam sujeitos a uma série de dificuldades colocadas por parte das IFIs como o bloqueio do crédito de curto prazo. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 43).

A implementação destas condicionalidades era acompanhada de um discurso humanitário, a ponto que, ao final da década de 1980, a ‘diminuição da pobreza’ passa a ser também uma condição aos empréstimos. Contudo, essa diminuição deveria responder ao modelo de ‘redução sustentável da pobreza’, que implicava em severos cortes no setor social, redirecionando os recursos ao pagamento da dívida. A ‘engenharia social da pobreza’ contava com programas como privatização dos serviços de saúde e educação, retirando das mãos de Estados “rígidos e verticalizados” a responsabilidade sobre sua própria população. Em um movimento típico neoliberal, tais responsabilidades migram para entidades do Terceiro Setor. Segundo Chossudovsky, várias Organizações Não-Governamentais (ONGs) são financiadas por ²²: “programas de ajuda’ internacionais atuando, em sua maioria, em projetos de pequena escala que não atingem a realidade social como um todo. “Assegura-se, desse modo, uma precária sobrevivência para as comunidades locais, ao mesmo tempo em que se diminui o risco de sublevação social.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 59).



²¹: Gráfico, Mapa e coalgem - As IFIs (seus locais de sede) e a dívida dos países em desenvolvimento nos anos 1980e 1990.



Neoliberalismo e subjetividade

Observa-se que a década de 1968 - ou, o Maio que não acabou - resultou, tal qual afirma Pelbart (2011), em uma suposta apropriação das palavras de ordem do movimento insurgente em prol do novo paradigma hegemônico. Autonomia, liberdade, horizontalidade, criatividade, flexibilidade, dentre outras, são incorporadas ao vocabulário de dominação do capital sobre as almas - como Thatcher aponta ao descrever o neoliberalismo como algo que extrapola a economia (ORTIZ, 2021, p.25). Apropriar-se de (ou produzir?) termos e conceitos advindos de sublevações tornou-se elemento central do receituário neoliberal.

De acordo com ²³Byung-Chul Han (2018) o neoliberalismo se apropria dos indivíduos por meio de discursos que os agradam e, aparentemente, se aproximam de preceitos de resistência, justiça social, autonomia e liberdade atuando no sentido de uma transferência de responsabilidade para os indivíduos.

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros, ao contrário, é possível que os explorados se solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Esta é a lógica que fundamenta a ideia marxista da 'ditadura do proletariado', que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoli-



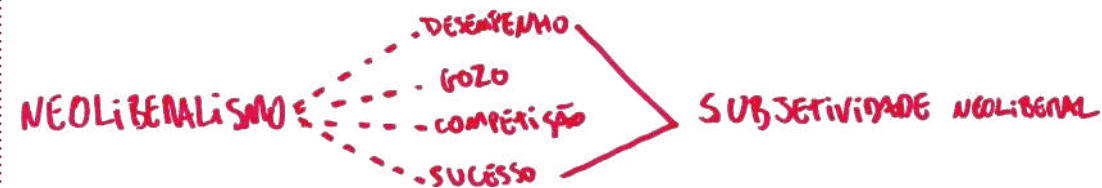
²³: Coalgem - Byung-Chul Han, Psicopolítica.

"NO REGIME NEOLIBERAL DE AUTOEXPLORAÇÃO, A AGRESSÃO É DIRIGIDA CONTRA NÓS MESMOS. ELA NÃO TRANSFORMA OS EXPLORADOS EM REVOLUCIONÁRIOS, MAS SIM EM DEPRESSIVOS."

beral de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos. (HAN, 2018, p. 16)

A produção estratégica de depressão é também abordada por Dardot e Laval (2016) ao descreverem uma eterna frustração gerada pelo neoliberalismo. Segundo eles, o sujeito neoliberal ou sujeito empresa, deve ser sempre estimulado a consumir ao mesmo tempo que encontra-se insatisfeito com o que possui, ou seja, deve estar submetido ao que os autores chamam de dispositivo de desempenho e gozo, governado pelo prazer e pela dor. "O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ganhar, ser bem-sucedido". Portanto, "exige-se do novo sujeito que produza 'sempre mais' e goze 'sempre mais' e, desse modo, conecte-se diretamente com um 'mais-de-gozar' que se tornou sistêmico". (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 353 - 355). Entretanto, junto ao gozo vem também a dor da eterna frustração produzida e denominada por Dardot e Laval (2016) de patologia da insuficiência que, muitas vezes, se transforma em depressão. Entre o consumo e o gozo, a dor reverbera de forma mais profunda a produção da ²⁴subjetividade neoliberal.

"Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui". (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Foram criados sujeitos empreende-



²⁴: Diagrama - Subjetividade Neoliberal.

dores de si mesmos que, por si mesmos, tratarão de reproduzir e ampliar as lógicas de competição. É incorporado nos indivíduos, em todos os níveis (profissional, pessoal e empresarial), um sentimento de que cada um é uma ²⁵empresa de si mesmo.

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “Economics are the method. The object is to change the soul” [a economia é o método. O objetivo é mudar a alma]. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331).

Dardot e Laval (2016) apontam que até mesmo o que se entende como domínio próprio foi modificado dentro da lógica neoliberal. Ele não diz mais de uma rigidez e linearidade, mas, ao contrário, de uma flexibilidade e de uma capacidade de adaptação. Espera-se de cada indivíduo autonomia e determinação, para que seja capaz de desenvolver “estratégias de vida”. Neste ponto, o que se encara como sucesso na carreira, se confunde com sucesso

na vida, o que faz com que valha a pena arriscar. O risco é um dos pilares da empresa de si mesmo e foi, também, apropriado por uma lógica comercial. Isso porque os indivíduos são ensinados a competirem entre si, não podendo contar com mecanismos públicos de solidariedade.

Os autores alertam que a forma como as coberturas sociais foram reduzidas por parte dos governos permite que se compreenda esta mercantilização como uma estratégia. O avanço do neoliberalismo acaba com a lógica coletiva, destruindo estruturas como a família e as classes sociais e promovendo um processo amplo de individualização e solidão. Neste contexto, o que antes seria crise social, se transforma em crise individual de responsabilidade não mais do Estado, mas de cada sujeito.

Percebe-se a prevalência de uma estratégia de ²⁶disputa de significados, no sentido de que as expressões dos desejos, ideias e subjetividades dos indivíduos são constantemente coletados e torcidos para servirem a um receituário político-econômico. Neste sentido, a prevalência do discurso sobre a verdade, expressa em Nietzsche, descrita por Foucault (2001), é bem compreendida pelas forças hegemônicas. Entende-se a disputa pela narrativa como algo central nesta nova configuração capitalística que opera, sobremaneira, nas subjetividades.

Sendo assim, é inegável a sagacidade das forças hegemônicas ao incorporarem discursos ori-

ESTRATÉGIA
INVESTIMENTO
RISCO

EMPRESA DE SI.

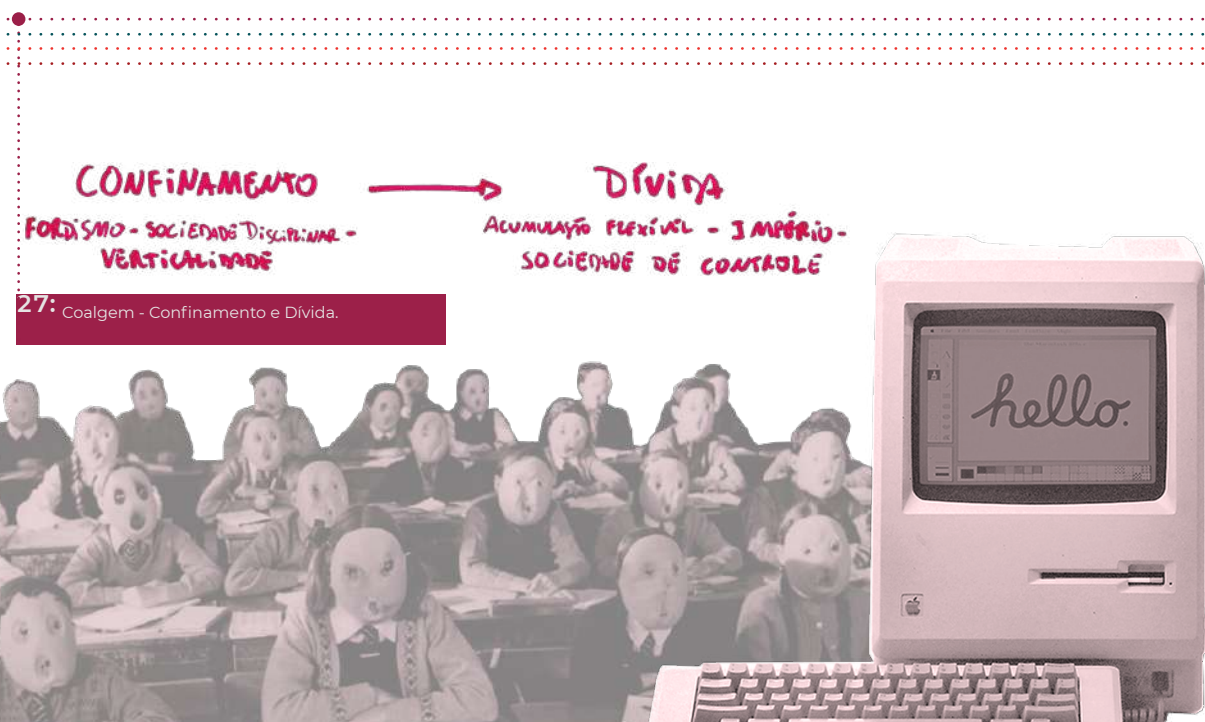
COLETIVO → INDIVIDUAL
SOCIAL → SUBJETIVO
FAMÍLIA / CLASSE → SOLIDÃO

DISPUTA DE SIGNIFICADOS

ginalmente (ou aparentemente?) contrários a elas, atrelando-os à seus ideais. Exemplo disso é a supracitada condicionalidade de ‘diminuição da pobreza’ imposta pelas IFIs que, ao final, não só falha no suposto objetivo de diminuir a pobreza, como também reconfigura as relações Estado-sociedade gerando um enfraquecimento das nações em desenvolvimento bem como uma maior dependência à estas instituições. ²⁷A dívida internacional passa a ser, neste novo cenário, o elemento central da política, da economia e também da vida.

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 1992, p.224)

Assim, após duas décadas de vigência, entre os anos 1970 e 1990, o novo modelo político-econômico-social acumulou um sucesso absoluto, tendo ocasionado: o colapso de seu elemento antagônico (o bloco soviético); a consequente consolidação de uma unilateralidade geopolítica e militar; a disseminação de suas normas a nível global; e o auto-declarado fim da história.



3.3 Império: biopoder e sociedade de controle

A ideia de um fim da história é colocada, em 1992, por ²⁸Francis Fukuyama como uma celebração destes movimentos geopolíticos e econômicos que levariam a uma estabilidade após os anos de Guerra Fria. O argumento estava baseado na noção hegeliana de que, com o fim de processos históricos de mudança, a humanidade chegaria a um equilíbrio marcado pela ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica. Este entendimento é um dos componentes que embasa a proposição de ²⁹Michael Hardt e Antonio Negri (2014 [2000]) do conceito de Império, entendido como um novo modelo político e econômico supranacional, resultante de uma gradual e inevitável consolidação do paradigma dominante, e não mais de transformações históricas. Segundo os autores, “o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.14-15).

A aplicação aparentemente superlativa do termo Império não trata, contudo, de uma metáfora, mas sim de um conceito. Os autores identificam que o Império seria caracterizado pelo exercício de um poder sem limites geográficos, marcado pela dissolução das fronteiras e o consequente governo de todo o mundo “civilizado”. Entende-se aqui que as fronteiras e a soberania dos Estado-nação estariam enfraquecidas pelos processos de globalização dos mercados e da produção, o que criaria espaço para uma governança supranacional pautada



na aceleração das conexões, na descentralização, na velocidade e na produção de afetos.

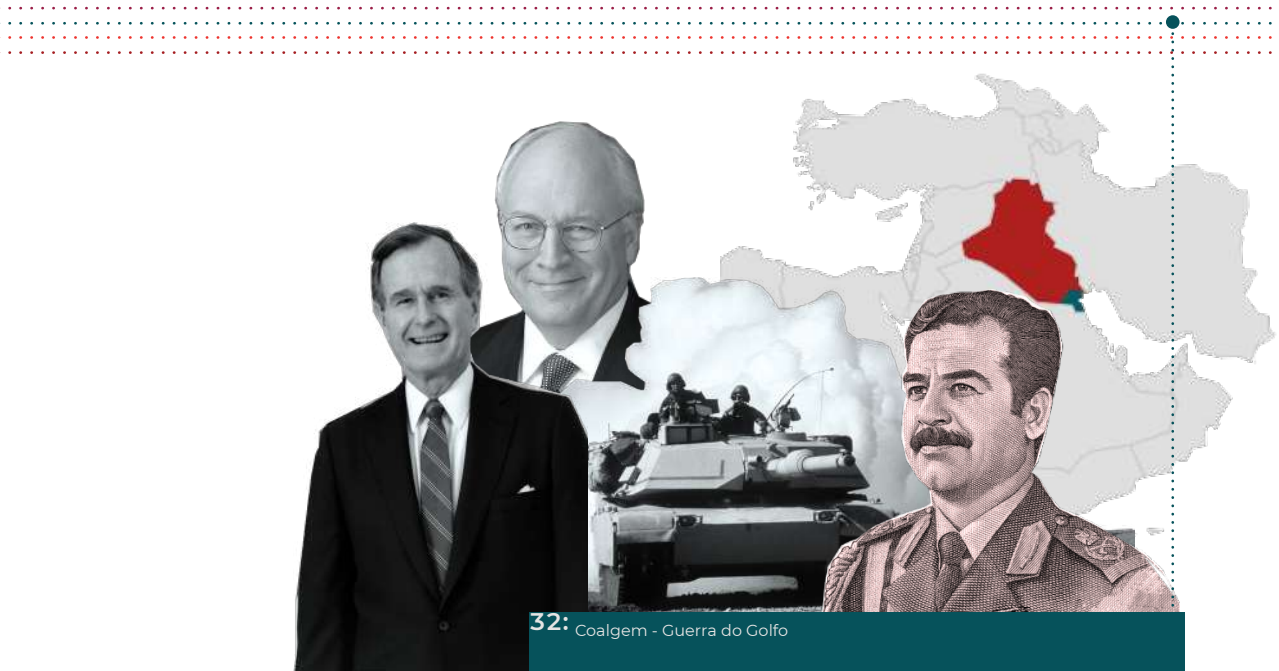
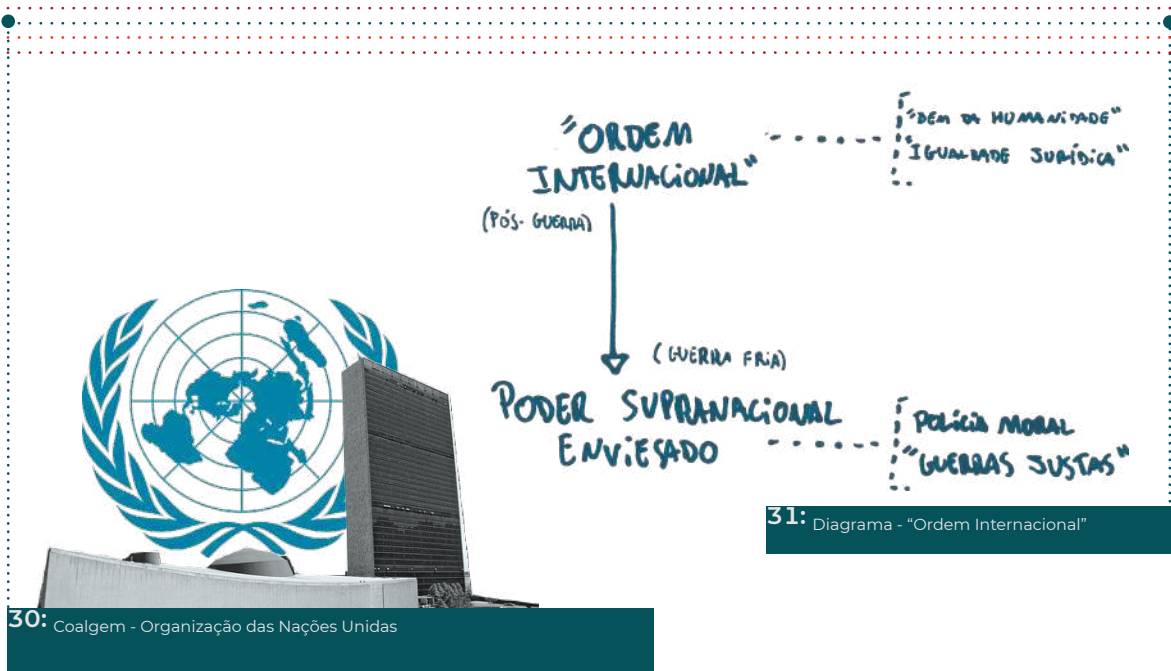
A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT; NEGRI, 2014, p.12-13)

Hardt e Negri (2014) argumentam que a formação do Império é fruto das brechas no processo de aplicação da ideia de Ordem Internacional contido no projeto da ³⁰Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo os autores, a desordem e a destruição, desencadeadas pelas disputas inter-estatais do final do século XIX, e agravadas pelas duas guerras mundiais do século XX, motivaram a idealização de uma Ordem Internacional, aplicada, pela primeira vez, com a criação da Liga das Nações e, posteriormente, da ONU. Esta Ordem seria responsável por promover um regime de igualdade jurídica entre os diversos Estado-Nação, compondo um espaço de mediação e resolução de conflitos capaz de impulsionar o desenvolvimento e o “bem da humanidade”. Contudo, a distância entre a conceituação deste projeto e as estruturas materiais que vieram, de fato, a se consolidar, configuram o espaço

propício para o surgimento do Império. Em outras palavras: a ONU - da sua criação, no pós-guerra, até os anos da guerra fria - deixa de funcionar como um espaço de mediação entre Estados-Nação independentes para se tornar a configuração jurídica de um ³¹poder supranacional enviesado (HARDT; NEGRI, 2014, p.23).

A atuação tendenciosa das Nações Unidas, acopladas progressivamente à máquina imperial, pode ser exemplificada quando observados os discursos de legitimação das chamadas guerras justas. Tradicionalmente este conceito apresenta um processo de banalização da guerra traduzido pela celebração de disputas de cunho cada vez mais ético. Apesar de remontar à tradição bíblica, a ideia de guerras justas passa a ser utilizada novamente, segundo Hardt e Negri (2014) a partir da ³²Guerra do Golfo - primeiro grande conflito militar após o fim da União Soviética. Este conflito, referendado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, inaugura a série de intervenções militares dos EUA e aliados⁶ em territórios de grande relevância geopolítica, geralmente, atrelados ao petróleo. “A ‘guerra justa’ é efetivamente apoiada pela ‘polícia moral’ assim como a validade do direito imperial e seu funcionamento legítimo são apoiados pela necessidade e pelo exercício contínuo do poder policial.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.56)

Essa tendência a uma unilateralidade do poderio militar, associada à legitimação destas incursões militares por um órgão pretensamente “neutro”, aponta à constituição de um direito de polícia como prerrogativa do Império. Em outras palavras, o Império assume o



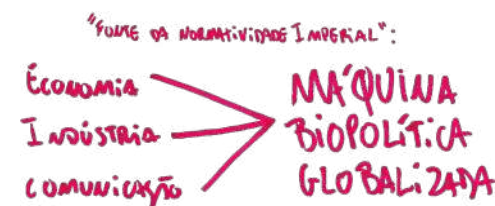
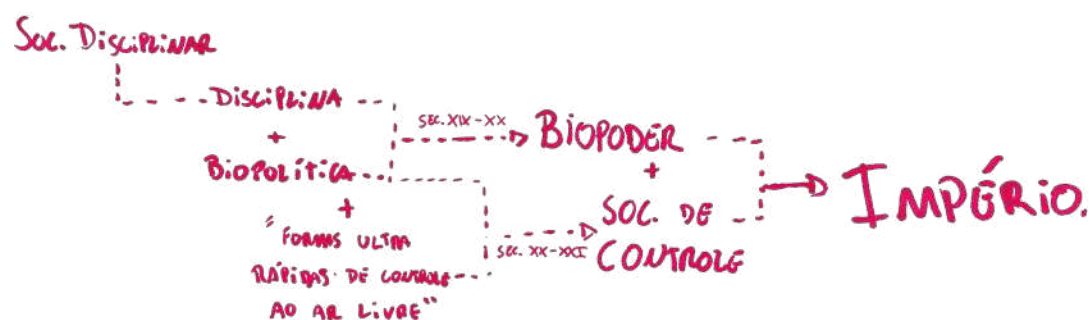
poder excepcional de definição das demandas por intervenções militares, e de mobilizar instrumentos para este fim. Assim, atuando enquanto “polícia do mundo”, o Império desempenha as funções da “prevenção, da repressão e da força retórica destinadas à reconstrução do equilíbrio social”. (HARDT; NEGRI, 2014, p.34). Dessa maneira, os diversos conflitos ao redor do mundo deixam de ser enxergados como “ameaças externas” para se tornarem parte da jurisdição do Império, de quem espera-se ser capaz de resolvê-los. Ao mesmo tempo, é o “sucesso” na resolução destes conflitos e a produção de consensos no entorno deles que garante a expansão e manutenção do poder geopolítico. (HARDT; NEGRI, 2014, p.33).

Não é por acaso que os autores recorrem ao termo polícia para caracterizar esta forma de ação imperial. No livro Segurança, Território e População (2008 [1978]), Foucault vincula o surgimento desta instituição à enunciação da biopolítica. Como a própria etimologia da palavra indica, a polícia é aquela que faz companhia à cidade (polis - cia), tendo sido criada com a função de um controle populacional relativo à contagem do número de habitantes de determinadas localidades. Desta forma, a polícia exercia um poder ligado diretamente à manutenção da vida ou cálculo da morte.

Hardt e Negri (2014), a partir de Foucault, resgatam a biopolítica e o biopoder como uma forma de regulação inerente à vida social. Contudo, os autores identificam no conceito das Sociedades de Controle, de Deleuze, a condição para uma ³³extensão totalizante do

biopoder na sociedade, como base para a formação do Império. Isso porque, nas sociedades de controle, conforme descritas por Deleuze, o poder deixa de estar restrito ao alcance da disciplina, aos espaços de confinamento ou às estruturas, para estender-se por todo o corpo social, sendo reproduzido diretamente pelos controlados. Assim, o biopoder nas sociedades de controle poderia ser exercido, não mais apenas dentro dos “moldes” dos confinamentos, mas agora em “distintas modelagens”, “como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante”. (DELEUZE, 1992, p.221).

Na sociedade de controle, a extensão do biopoder para além das instituições disciplinares ocorre mediante a ‘democratização’ dos mecanismos de controle “cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprio do mando são assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.42). Isso porque, o exercício e manutenção deste poder totalizante só é possível mediante um controle integral da vida abraçado pelos próprios indivíduos. A sociedade é, então, por iniciativa própria, imersa nas estruturas de poder, sendo regida e reagindo “como um corpo só” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 43-44). O poder passa a ser exercido por meio de máquinas atuantes sobre os cérebros por meio da formação de redes de comunicação e informação. “A fonte da normatividade imperial nasceu de uma máquina, uma nova máquina econômica-industrial-comunicativa - em resumo, uma ³⁴máquina biopolítica globalizada.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.59)



³³: Colagem - Biopoder, Sociedade de Controle e Império.

³⁴: Colagem - A Máquina Biopolítica Globalizada.

Nesse sentido, as instituições multilaterais (ONU, Banco Mundial, FMI, etc) assumem um papel apenas como garantia jurídica da simbologia da “ordem imperial”. Enquanto isso, as corporações transnacionais encarregam-se da constituição de um ^{35:}tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico”. (HARDT; NEGRI, 2014, p.50). Em outras palavras, a capacidade de mobilidade acelerada do capital global garante a estas corporações o poder de distribuir hierarquicamente pelo mundo, não só mão de obra e recursos, mas também setores mundiais de produção, constituindo uma estrutura biopolítica dos territórios globais.

Analisando o conceito de Império como a conjunção de biopoder e sociedade de controle, Pelbart (2011) aponta que, nesse contexto, o poder deixa de ser apenas restritivo para encarregar-se positivamente da produção e reprodução da vida. De certa forma, não se trata de uma novidade, tendo em vista que já em Marx a submissão do trabalho ao capital era anunciada e, posteriormente, ampliada nos estudos da escola de Frankfurt quando se coloca, também, uma submissão da cultura e da bios social a estes ditames. Contudo, Pelbart (2011) afirma que os pensamentos de Foucault e de Deleuze, observados por Hardt e Negri, aponta para uma submissão da economia, cultura e bios social não unificadas, mas que direcionam para a criação de pluralidades indomesticáveis. Ou seja, não se trata mais de uma massificação a ser disciplinada, mas de multiplicidades individuais (auto)controladas.

Para Pelbart (2011, p.90) “a sociedade aparece como uma imensa solução fluida na qual se difundem, se diluem, se mesclam e se confundem substâncias psicoquímicas de cores dife-



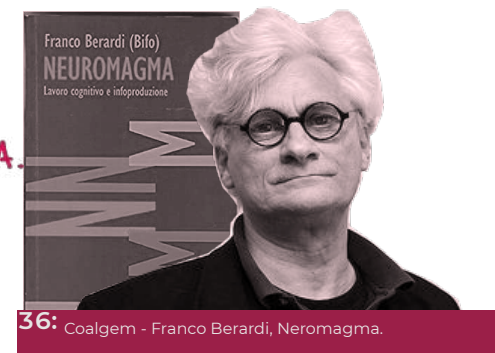
35: Colagem - Simbologia Jurídica e Tecido conectivo fundamental.

rentes.” Esses fluidos de diferenças são o tempo todo mediados, movimentados e atravessados por fluxos de diversas naturezas: econômicos, culturais, religiosos, midiáticos e cibernéticos. A intensa sobreposição de fluxos compõe o que o filósofo italiano ^{36:}Franco Berardi (Bifo) (1995) chamou de Neuromagma. Analisando a obra de Bifo, Pelbart coloca que a incorporação da inteligência na lógica do capital e o protagonismo cada vez maior da produção cultural e da publicidade no capitalismo (sobretudo a partir da década de 1970) fez com que o espaço de discussão e deliberação a respeito da vida pública pudesse ser cada vez menos restrito à política e ao que se idealizou como democracia. Em substituição, emerge um espaço de formação de opiniões e de composição do “intelecto geral” composto por fluxos semióticos, publicitários, políticos e comunicacionais. Torna-se impossível dissociar a política dos diferentes fluxos que formam este fluido, “as forças cegas do neuromagma estão em condições de dominar a totalidade da sociedade.” (PELBART, 2011, p. 92).

Conforme colocado anteriormente, Pelbart (2011) observa que o período pós-68 se caracteriza como espaço fundamental para a composição desta nova forma fluida, flexível, conexonista e mutável do capitalismo, assentada sobre o Neuromagma. É a partir desse funcionamento do capitalismo, baseado no reconhecimento e direcionamento dos fluxos neurais e semióticos, que tornou-se possível a incorporação de demandas militantes na própria estrutura do sistema capitalista, tais como a flexibilidade, a liberdade, a conexão, etc. A capacidade de encontrar em um mesmo campo seus obstáculos e suas soluções, fazem do capitalismo cada vez mais imanente; ao mesmo tempo, a ênfase na conexão, na troca, na

FLUXOS:
SEMIÓTICOS
PUBLICITÁRIOS
POLÍTICOS
COMUNICACIONAIS

NEUROMAGMA.



36: Colagem - Franco Berardi, Neuromagma.

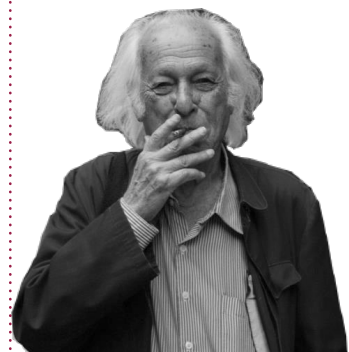
horizontalidade, na rede e no fluxo, o fazem cada vez mais rizomático.

O viés conexcionista e fluido que configura a imagem do capitalismo rizomático se apoia em uma organização mundial que se fortalece com o fim da Guerra Fria, em consonância com a emergência do poder imperial. Contudo, ao contrário da perspectiva crítica embutida no conceito de Hardt e Negri (2014), o esforço hegemônico da produção de consensos, de um pensamento único, deu-se em torno do lema da globalização, que, conforme coloca o sociólogo polonês ³⁷Zygmunt Bauman (1999), naquele momento, passa a ser divulgado como palavra chave e “senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros” (BAUMAN, 1999, p. 7). Nesse sentido, a concepção de uma “irreversibilidade do capitalismo”, colocada pelo economista egípcio ³⁸Samir Amin (2018) como base para o conceito de globalização, possibilitava a dispersão da ideia de que o desenvolvimento e a superação dos problemas das nações dependia apenas de uma abrir-se mais, conectar-se mais e aceitar mais as normas do sistema vitorioso.

Portanto, essa globalização vista como um “destino irremediável do mundo” opera, para Bauman, como a esperança para alguns e a infelicidade para outros (BAUMAN, 1999, p.7).



³⁷: Coalgem - Zygmunt Bauman



³⁸: Coalgem - Samir Amin

3.4 Capitalismo Mundial Integrado (CMI) e produção de subjetividade

Como alternativa crítica a esta visão esperançosa da globalização, tida como um termo genérico que omite o real viés dominador das forças capitalísticas, o livro ³⁹Micropolítica: cartografias do desejo (2011 [1987]), de Félix Guattari e Suely Rolnik (publicado 13 anos antes de Império), introduz o conceito de ⁴⁰Capitalismo Mundial Integrado (CMI). O capitalismo seria mundial e integrado por ter colonizado e simbiotizado todo o planeta, na busca de que nenhum Estado e nenhuma atividade humana se furtem ao seu domínio. Nesse sentido, há uma ênfase na ação via subjetividade que, conforme observamos, assume um papel tão fundamental para o funcionamento capitalístico quanto a própria economia. A sua atuação se dá por meio de uma ‘dupla opressão’ que passa primeiramente pelos campos econômico e social, chegando a instalar-se na produção de subjetividade. “(...) uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 47-48)

Os autores questionam a relação estabelecida entre sujeito e subjetividade, propondo inverter a lógica habitual na qual a subjetividade está atrelada à natureza humana, de forma que passe a ser entendida como uma “natureza industrial” que é fabricada e consumida por diferentes máquinas que podem estar localizadas em determinado território ou, tal qual

C.M.I.
ECONOMIA — PRODUÇÃO
ATIVIDADES HUMANAS — SUBJETIVIDADE



⁴⁰: Diagrama - Capitalismo Mundial Integrado.

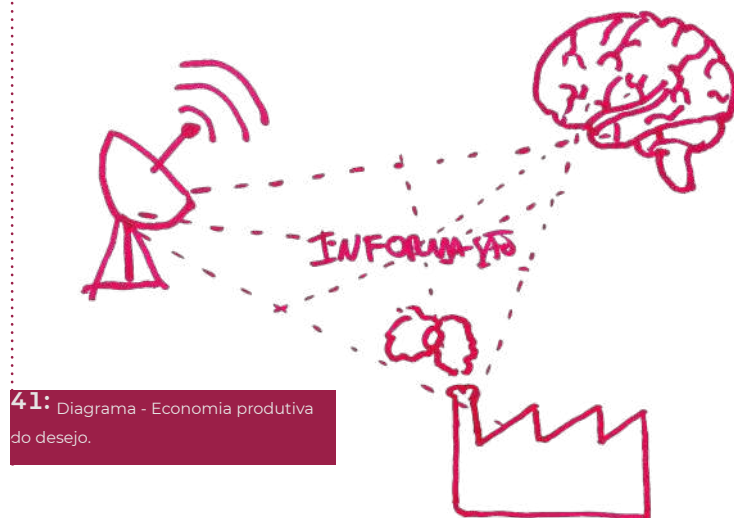


³⁹: Coalgem - Félix Guattari e Suely Rolnik, Micropolítica: Cartografias do desejo.

estimulado pelos processos de globalização, serem transnacionais. Trata-se da existência de uma ^{41:}“**economia produtiva do desejo**” vinculada sobretudo a mecanismos de tecnologia e informação, que foi percebida pelas “forças sociais que administram o capitalismo” quando compreenderam a centralidade da produção de subjetividade na contemporaneidade, sendo ela, mais importante que qualquer outro tipo de produção. Todas as informações recebidas, seja pelo núcleo familiar, social, seja pelos meios informacionais, são “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social, e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 35).

Segundo Guattari e Rolnik (2011), há uma espécie de agenciamento coletivo de enunciação que não corresponde nem a uma entidade individual, nem a uma entidade social predeterminada. Ou seja, os ^{42:}“**processos de subjetivação**” não são concentrados em agentes individuais nem coletivos, são duplamente descentrados, localizando-se entre a escala infra-humana - do desejo, da produção de afeto, valor, ideias - e extra-pessoal - na escala onde articulam-se os sistemas maquínicos, econômicos, sociais, etc.

Guattari e Rolnik (2011) lembram que o lucro do capitalismo advém, basicamente, de um processo de produção subjetivo relacionado à produção social e material. Existe, para os autores, uma economia coletiva de agenciamentos que leva a construção do que eles entendem por subjetividade capitalista, vinculada ao CMI. As subjetividades criadas no CMI



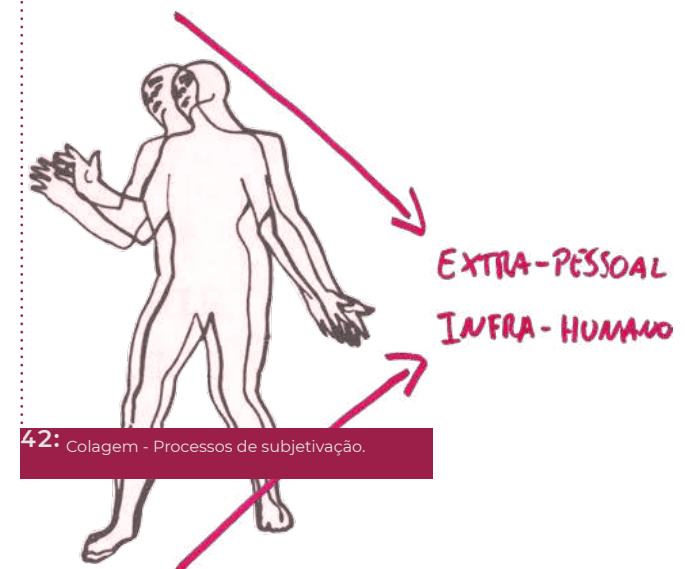
41: Diagrama - Economia produtiva do desejo.

não estão ligadas apenas ao controle das relações sociais, mas atuam sobre qualquer produção dos sujeitos, ou seja, todo e qualquer fenômeno de relevância ocorrido na contemporaneidade está relacionado ao desejo e à subjetividade produzida em escala planetária.

As máquinas ganham uma importância cada vez maior nos processos de produção. As relações de inteligência, de controle e de organização social estão cada vez mais adjacentes aos processos maquínicos; é através dessa produção de subjetividade capitalística que as classes e castas que detêm o poder nas sociedades industriais tendem a assegurar um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e vida social. (...)

A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestões, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização e na modelização das instâncias intra subjetivas - instâncias que a psicanálise reifica nas categorias de ego, superego, ideal do ego, enfim, naquela parafernália toda.

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 48 - 51)



42: Colagem - Processos de subjetivação.

Esta intrínseca relação entre o desejo e o capitalismo é analisada ao longo do livro *O Anti-Édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2011) quando, conforme explanado no início deste trabalho, os autores se lançam sobre um debate que tangencia concepções do capitalismo atravessado pela psicanálise. O desejo é posto em oposição ao pensamento psicanalítico, não sendo produzido pelo negativo, pela ausência, mas por aquilo que excede, pela sobra. Estudando o vocabulário deleuziano, o filósofo francês ⁴³ François Zourabichvili (2004) propõe que o desejo “não é a representação de um objeto ausente ou faltante, mas uma atividade de produção, uma experimentação incessante, uma montagem experimental. (...) ele sofre apenas por ser interrompido, e não pelo fato de o ‘objeto’ se esquivar cada vez mais.” (ZOURABICHVILI, 2004, P. 69). O desejo não é algo que vai de dentro para fora, pelo contrário, ele nasce fora e vai de afeto em afeto mobilizando os seres não para si, mas “para as singularidades que eles emitem e que ele destaca.” (ZOURABICHVILI, 2004, P. 70)

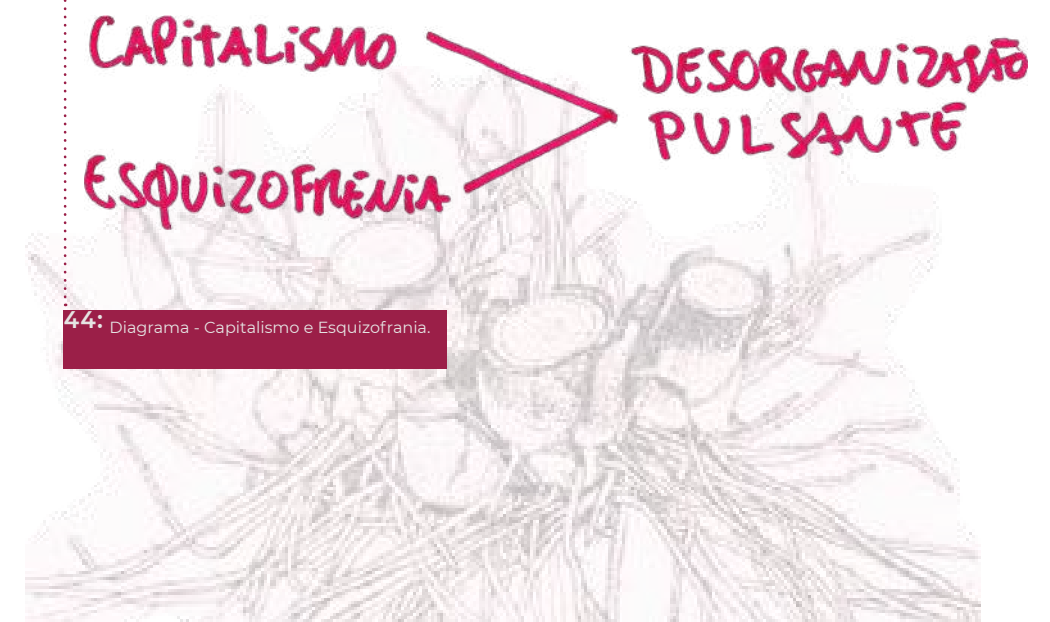
Na visão esquizofrênica proposta por Deleuze e Guattari (2011b) de uma realidade composta por máquinas, o desejo é também resultado de um agenciamento maquínico, em que, seja qual máquina for, teórica, técnica, social, estética, desejante etc, ela se agencia a outras máquinas. Máquinas são, então, como apontam Guattari e Rolnik (2011, p.385), comparáveis às espécies vivas: elas se engendram e emendam, “fazendo aparecer novas linhas de potencialidade”.

Entende-se, então, que apesar do aparente distanciamento, ⁴⁴ capitalismo e esquizofre-



nia - tida como a produção de desejo das máquinas desejantes - não são opostos, pois se encontram nos arranjos, rearranjos e desarranjos maquínicos na superfície do corpo sem órgãos. Trata-se de um mesmo sistema de desorganizações pulsantes. Nada está fora, não há dualismo ou maniqueísmo. Pelo contrário, o capitalismo, em todo momento, se abastece da potência esquizofrênica como seu produtor e reproduzidor. Remetendo ao conceito de poder de Foucault, pode-se compreender isso melhor, pois tudo é poder, em uma só esfera estão postas diversas forças, as ditas resistentes ou hegemônicas. Assim como no mesmo caos, nas mesmas máquinas, em junções, disjunções e acoplamentos, capitalismo e esquizofrenia se encontram. Entretanto, apesar de ser possível pensar a esquizofrenia como o motor capitalístico, é preciso compreender que ela também é seu limite, sendo a única capaz de tensioná-lo até uma possível ruptura. O capitalismo “não para de se aproximar do seu limite, que é um limite propriamente esquizofrênico. É com todas as suas forças que ele tende a produzir o esquizo como o sujeito dos fluxos descodificados sobre o corpo sem órgãos - mais capitalista do que o capitalista e mais proletário que o proletário.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.52). Assim, o fluxo capitalista encontra-se entre o estímulo e o corte das forças esquizo, deixando-se tensionar rumo à mudanças, mas movendo-se antes do rompimento.

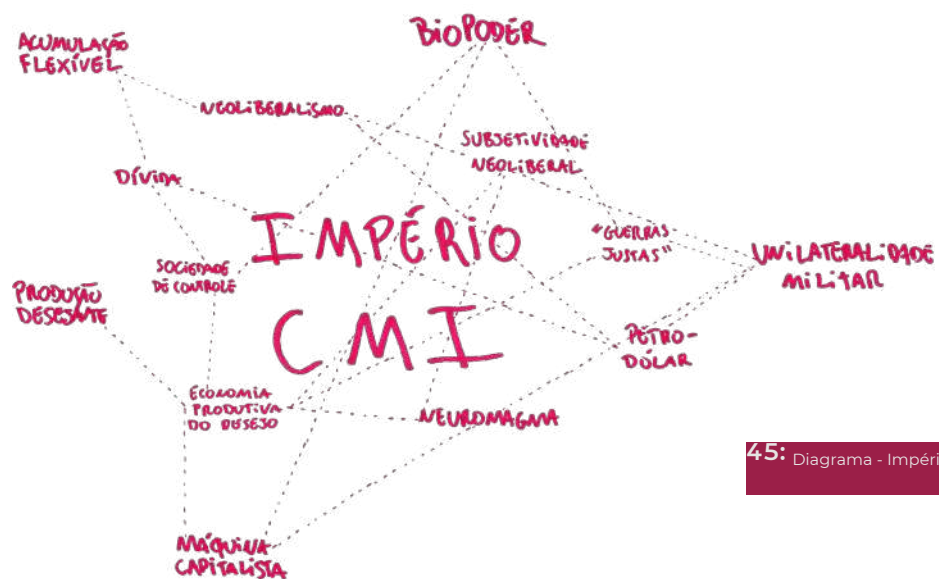
Entre tensões e estímulos, capitalismo e esquizofrenia se encontram na propulsão da ordem Imperial emergente a partir dos anos 1960. A conjunção do biopoder, da sociedade de controle, da produção de subjetividade, da descodificação dos fluxos esquizo, etc. produzi-



ram um cruzamento sem precedentes entre forças hegemônicas e resistentes. Dessa forma, a configuração de um **45: capitalismo imanente, Império ou CMI**, como regimes de apropriação da produção desejante, é acompanhada também por transformações evidentes na forma de organização da sociedade e de compreensão das lutas.

Conforme indica Pelbart (2011) a configuração imperial não pode ser observada por um viés verticalizado unilateral, tendo em vista que, ainda que vampirizadas, as subjetividades não formam massas amorfas e passivas, mas um conjugação de forças de vida. Forças essas que, em sua potência criativa, afetiva e pulsante, podem ser compreendidas tanto como uma reserva inesgotável a ser explorada pelo capital, quanto como aquilo capaz de atravessá-lo e levar além.

No próximo capítulo, serão abordadas as soluções propostas por alguns dos autores tratados anteriormente para resistir e criar dentro dos novos regimes de dominação identificados. Além disso, pretende-se investigar os desdobramentos destas propostas no início do século XXI, buscando discutir as implicações geopolíticas e transformações empreendidas nas formas de resistir engendradas a partir destes marcos teóricos.



45: Diagrama - Império e CMI.

Notas de fim

- 1 Aqui, novamente aparece o que buscamos identificar como bloco “atlanticista” ou “atlantista”.
- 2 Os acordos de Bretton Woods, firmados em 1944, foram responsáveis por criar instituições como o BIRD (futuro Banco Mundial) e o FMI.
- 3 O Federal Reserve System (ou, Fed) é uma instituição de natureza público-privada, que atua de forma independente do governo Norte-americano, e é responsável pelo controle de emissão de moeda no país. A instituição é formada pelos doze presidentes de Federal Reserve Banks regionais, e por diversos representantes de bancos privados dos Estados Unidos.
- 4 As regras do Consenso de Washington de 1989 eram: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual.
- 5 Dentre o que se entende como IFIs, destacam-se Banco Mundial, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É possível argumentar que essas instituições têm, de certa forma, uma atuação conjunta com a chamada “família ONU”, bem como uma prevalência do chamado bloco “atlanticista” em seus espaços de poder.
- 6 Na ocasião da Guerra do Golfo, os EUA foram apoiados por Kuwait, Arábia Saudita, França e Reino Unido.

Referências das imagens:

- 4: Colagem realizada com imagens retiradas de cenas do filme “No Intenso Agora”, de João Moreira Salles (2017).
- 5: Colagem realizada com imagens retiradas de cenas do filme “No Intenso Agora”, de João Moreira Salles (2017).
- 7: Colagem realizada a partir de gravuras do livro “A Estética da Multidão”, de Bárbara Szaniecki (2012)
- 8: Colagem realizada com imagens retiradas de cenas do filme “No Intenso Agora”, de João Moreira Salles (2017).
- 15: Mapa elaborado com os países membro da OPEP na década de 1970. Dados disponíveis em: < https://en.wikipedia.org/wiki/1973_oil_crisis>. Acesso em:03/12/2021.

17: Gráficos elaborados a partir de Chossudovsky (1999, p.40-41).

21: Gráfico elaborado a partir de Chossudovsky (1999, p.39)

22: Mapas elaborados a partir dos países onde há atuação das ONGs Médicos Sem Fronteiras, Human Rights Watch, Anistia Internacional e Oxfam UK no ano de 2021. Dados obtidos nos sites das próprias ONGs. Disponíveis em: < <https://www.msf.org.br/projetos-msf>>; <<https://www.hrw.org/pt/countries>>; < <https://www.amnesty.org/en/countries/>>; < <https://www.oxfam.org.uk/about-us/where-we-work/>>. Acesso em: 03/12/2021.

27: Colagem elaborada a partir de imagem do Machintosh 1984, e de uma cena do filme “The Wall”, de Gerald Scarfe e Alan Parker (1982).

43: Colagem elaborada a partir de imagem retirada de Ferreira (2020, p.12).

4. Estado e multidão,

planejamento e
insurgências

1A ^{1:} queda do Muro de Berlim e os acontecimentos geopolíticos subsequentes motivaram não só a formulação das leituras a respeito do capitalismo por parte dos autores trabalhados no capítulo anterior, mas também a proposição de respostas “por baixo”, da “sociedade civil”, a esta nova configuração de poder. Frente a totalidade e irreversibilidade dos fenômenos identificados como globalização, emergiu, entre as forças resistentes, a necessidade de repensar a luta a partir deste contexto, utilizando-se dele em favor de suas pautas. Esta possibilidade de subversão da lógica da globalização, ganhou vários nomes, como globalização por baixo, antiglobalização, alterglobalização ou, para ^{2:} Milton Santos (2000) e Hardt e Negri (2012 [2004]), *outra* globalização. Todos estes termos designam processos globais de resistência à globalização e ao estágio avançado do neoliberalismo mundialmente difundido.

Diante disso, alguns autores criaram apostas de como seria possível reverter o papel hegemônico das forças globalizantes. No livro *Redes de indignação e esperança*, o sociólogo espanhol ^{3:} Manuel Castells (2013) propõe um olhar para as possibilidades da internet e da organização social em rede como alternativas à estrutura clássica e hierarquizada dos movimentos sociais que, em face das transformações empreendidas pela globalização, tornavam-se cada vez mais incapazes de enfrentar os desafios de uma sociedade fragmentada, dispersa e rizomática.

Nesta mesma aposta sobre como lidar com as questões relacionadas a esta nova organização

capitalística, ^{4:} Hardt e Negri (2014) apontaram, no seio do Império (ao qual não cabem as definições de dentro e fora), forças que seriam capazes de levá-lo à ruptura. De maneira análoga à concepção de Deleuze e Guattari de uma esquizofrenia como limite do capitalismo, o conceito de *multidão* foi proposto como uma forma de organização social que comporia e tensionaria o Império. Assim como se vê no esquivo um nomadismo como recusa da identidade, a multidão partiria de uma aposta na multiplicidade como formação de um corpo social que não mais se apoiaria na concepção de massa, nem de povo, mas na formação de um caldo biopolítico no qual sobressairia a diferença.

A multidão é composta de um conjunto de singularidades - e com singularidades queremos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente. (...) A multidão, contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente. (...) A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que têm em comum.

(HARDT e NEGRI, 2012, p. 139-140).

Contudo, segundo os autores, a Multidão não seria uma forma de resistência a ser criada, mas sim a forma de organização social que acompanha o surgimento do Império ou mesmo exige que o Império surja. Nesse sentido, a busca por uma nova forma de lutar seria o



1: Coalgem - A queda do Muro de Berlim

2: Coalgem - Milton Santos e uma outra globalização

3: Coalgem - Manuel Castells - Redes de Indignação e Esperança

4: Coalgem - Michael Hardt e Antonio Negri - multidão

desafio político não de resistir aos processos da globalização neoliberal, ao Império, etc., mas de “reorganiza-los e canalizá-los para novos objetivos” (HARDT; NEGRI, 2014, p.15). As forças da multidão seriam, portanto, capazes de formar um *Contra-Império* agindo de forma autônoma frente aos fluxos globais no sentido da criação de novas formas democráticas e poderes constituintes capazes de superar a totalidade imperial. Destaca-se que, nos primeiros anos do século XXI, os autores acreditavam que esta luta já havia começado.

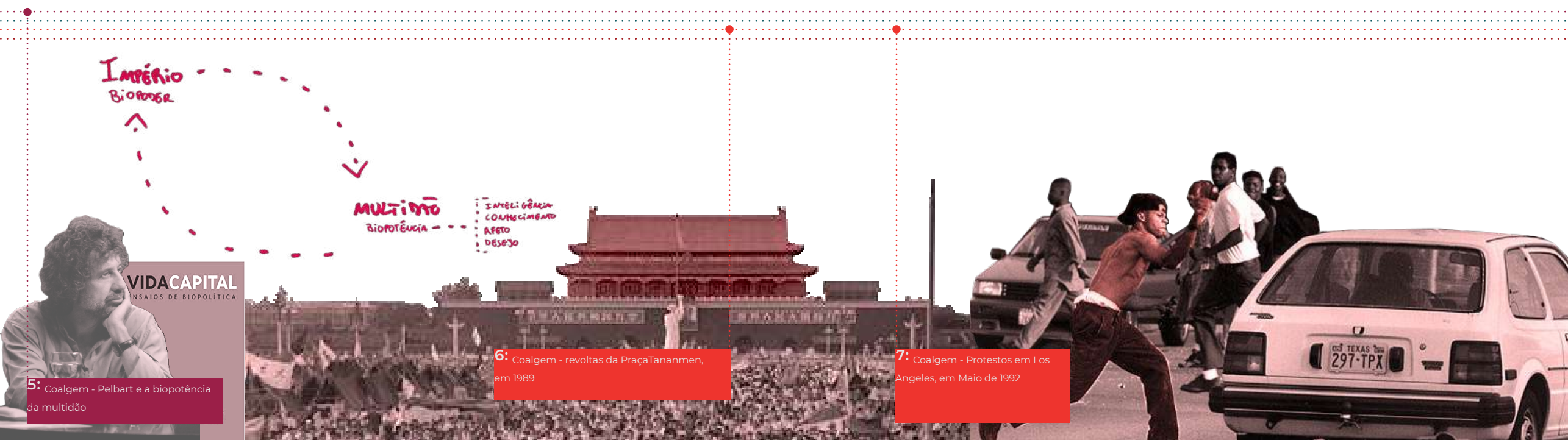
Pelbart (2011) ressalta que o conceito de multidão é elaborado a partir de uma inversão do sentido pejorativo do biopoder e da biopolítica, considerando que no “corpo biopolítico coletivo” estariam localizadas a produção e reprodução da vida em um “misto de inteligência, conhecimento, afeto, [e] desejo”. (PELBART, 2011, p. 83-4). O autor identifica que o próprio Foucault teria intuído a respeito desta possível inversão. Entretanto, foi apenas em Deleuze que tal proposição ganhou maior robustez. Foi ele o responsável por elucidar que o poder sobre a vida acabaria contraposto ao poder da vida. Esta potência da vida equivaleria, segundo Pelbart (2011) à **5: biopotência da multidão**.

Resta o fato incontestável que a potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção, que é cada vez mais a fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo, debora (sic) a axiomática capitalística. Pois é também o lugar onde se gestam novas modalidades de insubmissão, de rede, de contágio, de inteligência coletiva, a exemplo dos engenheiros

de informática que desenvolvem programas socializados gratuitamente, burlando as regras do copyright, ou de cientistas se rebelando contra o patenteamento de invenções por parte das multinacionais. Portanto, mesmo que o poder abrace a vida como um todo, intensiva e extensivamente, no avesso dessa integralização exaustiva aparece a potência biopolítica, a biopotência da multidão na sua desmesura. (PELBART, 2011, p. 84)

Pelbart (2011) ressalta que a emergência multitudinária biopotente é marcada por uma modificação na forma de construção das lutas sociais contaminada pela realidade rizomática imperial. Nesse sentido, essas lutas, contrárias a uma nova forma de dominação, deveriam ser intrinsecamente fluidas e desestruturadas, favorecendo uma lógica da imanência, da livre associação, dos fluxos criativos e desejanter em oposição à estrutura rígida e verticalizada das organizações militantes tradicionais.

Frente à aposta multitudinária, Hardt e Negri (2012; 2014) vislumbraram um caráter biopotente nas lutas que emergiam no contexto da formação do Império. Para os autores, tratava-se do surgimento de uma nova qualidade de movimentos sociais que ao cruzar pautas de cunho econômico, político e cultural, incidiria sobre elementos da própria vida sendo, por consequência, biopolíticos. Atenta-se para o fato de que não se trata de um ciclo de lutas, mas da semente de um porvir, no qual novos espaços públicos e experiências de comunidades poderiam ser criados. Os movimentos, apesar de localizados, com pautas relacionadas a questões específicas apresentaram, invariavelmente, elementos que tangencia-



5: Coalgem - Pelbart e a biopotência da multidão

6: Coalgem - revoltas da PraçaTananmen, em 1989

7: Coalgem - Protestos em Los Angeles, em Maio de 1992

vam problemáticas globais, atacando a constituição imperial em sua generalidade. ^{6:}A Praça Tiananmen na China (1989), a ^{7:}Revolta de maio de Los Angeles (1992), o movimento dos ^{8:}Zapatistas em Chiapas, no México (1994), as greves francesas (1995) e sul-coreanas (1996) teriam sido expoentes, citados pelos autores, por meio dos quais é possível realizar essa associação local-global. Em Los Angeles, por exemplo, apesar do foco em questões raciais e territoriais, seria possível observar um repúdio ao movimento pós-fordiano. Em Chiapas, no México, por sua vez, às questões específicas relacionadas à representatividade frente ao Estado mexicano, eram somadas a uma crítica iminente ao regime social imposto pelo NAFTA². Por fim, as greves de Paris, de cunho trabalhista, reivindicavam uma nova concepção do que é público, criticando, também, o projeto de globalização capitalista.

Os autores ressaltam que por serem circunscritas a suas realidades e enfrentamentos locais, essas lutas seriam impedidas de “viajar horizontalmente” de modo a formar um ciclo global de contestações à autoridade imperial. Em vez disso, as lutas seriam forçadas a uma “expansão vertical”, capaz de tocar questões críticas na escala do Império e, por isso, seriam embriões de uma luta biopotente em busca de uma alternativa real. Nesse sentido, Hardt e Negri (2014, p.75) destacaram a necessidade de fortalecer a comunicação e reconhecimento mútuo entre estes movimentos, produzindo uma linguagem cosmopolita e, principalmente, o reconhecimento de seu inimigo comum: a autoridade imperial. Talvez o levante ocorrido em Seattle, nos EUA, em 1999, tenha sido um dos primeiros passos na direção de lutas inerentemente globais. As manifestações, conhecidas como ^{9:}“Batalha de Seattle”

foram realizadas como forma de oposição à realização da cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo como objetivo paralisar as negociações, buscando desmantelar a agenda neoliberal. As passeatas eram identificadas com o movimento *anti-globalização* e defendiam a pauta de uma *revolução global*. Além disso, aprofundando uma tendência inaugurada pelos Zapatistas em Chiapas, o levante norte americano passaria a utilizar a internet como forte elemento de luta ³, fundando, naquele momento, uma articulação entre redes e ruas, muito cara aos movimentos vindouros.

4.1 A aposta Multitudinária e os movimentos insurgentes do século XXI

A Batalha de Seattle teve grande repercussão e os movimentos antiglobalização se espalharam mundialmente. Os manifestantes se posicionaram contrários a realização de cúpulas do FMI, Banco Mundial, da União Europeia, do G-8, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fórum Econômico Mundial (FEM) - organizações identificadas como centros de poder imperial. O auge deste processo se deu em ^{10:}Gênova (2001) quando cerca de 300 mil pessoas ocuparam as ruas para protestar contra a reunião do G-8 sendo duramente reprimidas pelo governo Berlusconi.



^{8:} Coalgem - Zapatistas contra o NAFTA em 1994

^{9:} Coalgem - A Batalha de Seattle contra a OMC em 1999 - a expansão vertical das lutas multitudinárias

^{10:} Coalgem - os protestos de Genova contra o G-8 em 2001 - "Vocês, G8, nós 6 bilhões!"

É importante destacar que, na esteira desses movimentos foi organizado o **11: Fórum Social Mundial (FSM)**⁴, em 2001, na cidade de Porto Alegre, cuja intenção era propor alternativas ao neoliberalismo pautadas por um novo modelo de globalização. O evento ocorreu de forma paralela e em contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, e pode ser entendido como uma tentativa de organização e institucionalização dos levantes que o antecederam, buscando estabelecer um diálogo entre os movimentos sociais e as organizações alvo dos protestos. Esta proposta de interlocução se evidenciou mediante a criação de espaços de diálogo entre FSM e FEM durante a realização das cúpulas. A escolha de Porto Alegre como sede do evento se deu por meio de uma sugestão de Bernard Cassen, editor do Jornal *Le Monde Diplomatique*, devido à repercussão das políticas do Orçamento Participativo vivenciadas no município. O Comitê Organizador do FSM foi formado pelas seguintes entidades: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Sob o slogan “um novo mundo é possível”, o Fórum reuniu aproximadamente 20 mil pessoas de 117 países e diversas entidades, dentre movimentos sociais, ONGs e outros.

Contudo, a partir do início dos anos 2000, a série de movimentos anti-globalização baseados, sobretudo, no ataque a instituições-chaves do neoliberalismo, dá espaço a uma outra natureza de movimentos identificados com o método “multitudinário” de insurgências. Os adversários dessas novas lutas eram, não mais grandes bancos e corporações transnacionais, IFIs, etc., mas chefes-de-Estado de países situados na periferia do capitalismo ou, ao

menos, um pouco mais distantes dos centros de comando do império. Naturalmente há de se levantar o fato de que a estrutura do poder imperial seria intrinsecamente dispersa e descentralizada por todo mundo, não sendo possível identificar um centro e uma periferia. Entretanto, o que se observa nesses casos é um ataque não mais às dinâmicas globais de dominação inerentes aos processos locais, como defenderam Hardt e Negri (2014) em relação aos Zapatistas (1994), mas sim a questões de representação política, quase sempre sob os lemas de “democracia e liberdade”.

4.1.1 As Revoluções Coloridas

Nos primeiros anos da década de 2000, um ciclo regionalizado de lutas se destaca no vazio político deixado pela queda do Muro de Berlim. As chamadas **12: Revoluções Coloridas** englobaram países do Leste Europeu, Balcãs e Cáucaso. Coincidentemente, países geograficamente estratégicos que, além de formarem um cinturão em volta da Rússia, são produtores ou áreas de trânsito de gás e petróleo. Tais Revoluções eram construídas por milhares de pessoas portando símbolos coloridos e, conforme explica Moniz Bandeira (2016, p.345), se baseavam na lógica da não-violência, tal como descrita nos manuais do cientista político norte-americano **13: Gene Sharp**⁵, autor do livro *From Dictatorship to Democracy*. Quando “bem-sucedidos”, estes levantes derrubavam chefes-de-Estado ditos autoritários ou semi-autoritários.



12: Mapa - O "cinturão" das Revoluções coloridas do início dos anos 2000

11: Coalgem - Fórum Social Mundial 2001 - "Outro mundo é possível" - Organizações e idealizadores (Bernard Cassen e Oded Grajew)

13: Coalgem - Gene Sharp - "Da ditadura à democracia"

Onze anos depois da queda do Muro de Berlim (1989), as Revoluções Coloridas ocorreram na ¹⁴: Sérvia (2000), ¹⁵: Geórgia (2003), Azerbaijão (2005), Ucrânia (2005), ¹⁶: Quirguistão (2005) e Bielorrússia (2006), tendo tido sucesso na destituição dos respectivos chefes-de-Estado apenas na Sérvia, Geórgia, Ucrânia e no Quirguistão. Os movimentos traziam características comuns aos ideais de movimento multitudinários descritos em Hardt e Negri (2014), como a fluidez na organização, a articulação em rede, o uso da internet, a conjugação de diferentes sujeitos políticos, etc., contudo, há de se questionar a real identificação destes movimentos com o conceito de multidão. Conforme colocado anteriormente, desloca-se o foco destes movimentos de temáticas de ataque ao neoliberalismo e à globalização em direção a questões de representação política local. Além disso, a confluência de atores próximos a grandes corporações transnacionais nestes movimentos também levanta suspeitas a respeito de seu caráter anti-imperial.

Uma das curiosidades que atrai os olhares sobre estes eventos é a forma como táticas, estratégias e estética se repetem nos diferentes locais e momentos. Esta padronização acaba fazendo emergir questões sobre as origens dos levantes e conexões estabelecidas entre eles. Observa-se, por exemplo, que o discurso norte-americano de exportação de um modelo democrático - incorporado também por países europeus - reverbera-se em todas as localidades. Além disso, algumas características eram comuns para todas as Revoluções, tais como: denúncia de possível fraude eleitoral; organização e mobilização da oposição ao regime em exercício; organização da mídia; treinamento de manifestantes com técnicas de protesto;

apoio na resposta repressiva do aparelho estatal; composição de uma rede internacional de incentivo aos atores de oposição.

É preciso destacar que as Revoluções Coloridas não necessariamente contribuíram para o estabelecimento de uma democracia nos moldes ideais ocidentais, agindo, de forma mais direta, sobre as linhas de atuação governamental principalmente no que tange a política externa. Muitas vezes, após o término dos levantes, o que ocorreu foi uma retirada de apoio e investimento dos atores internacionais, inviabilizando a continuidade de alguns projetos. Neste sentido, é comum em autores como Moniz Bandeira (2016) e Andrew Korybko (2018) a compreensão de que, na verdade, estes processos não passam de um conjunto de táticas para justificar intervenções estrangeiras (ou mudanças de regime) nos países sede, tendendo a uma desestabilização das instituições locais.

Destaca-se o papel central desempenhado por agências governamentais dos EUA, ou próximas à atuação da Central Intelligence Agency (CIA), como a United States Agency for International Development (USAID), a National Endowment for Democracy (NED) e seus institutos associados, a exemplo de George Soros's Open Society Institute, Freedom House e o International Center on Nonviolent Conflict (BANDEIRA, 2016, p.313). Agências estas que, muitas vezes, financiam ONGs (a exemplo da Freedom House, American Enterprise Institute - AEI -, National Democratic Institute - NDI - e muitas outras) com a finalidade de incentivar a promoção e continuação das Revoluções Coloridas. Na Sérvia,



14: Coalgem - Revolução Colorida na Sérvia: o Otpor! contra Slobodan Milošević

15: Coalgem - "Revolução Rosa" na Geórgia pela destituição de Eduard Shevardnadze. Destaque para as bandeiras do Otpor!, movimento atuante na revolução sérvia.

16: Coalgem - Revolução das Tulipas no Quirguistão contra Askar Akayev

por exemplo, o grupo *Otpor!*, um dos atores centrais do levante “colorido”, foi financiado e treinado pela NED, USAID e International Republican Institute (IRI) - vinculado ao Partido Republicano dos EUA. Após o sucesso de suas ações, *Otpor!* foi responsável por treinar oposições de outros países membros da antiga URSS.

Nesse sentido, o caso da **17: Revolução Laranja (2005)**, na Ucrânia **6**, se destaca. O processo se deu em um contexto de eleições presidenciais entre o candidato representante de ONGs e grupos econômicos de Kiev, Viktor Yushchenko, favorável à adesão do país à União Europeia e à OTAN, e o então governador da província de Donetsk (onde há maioria étnica russa), Viktor Yanukovich, cujo projeto político era baseado na reintegração ucraniana nas cadeias produtivas russas, com acordos no ramo de petróleo e gás, exportação de armamentos, instalação de bases militares russas no Mar Negro e adesão à Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC). A integração cultural e econômica entre Ucrânia e Rússia parecia a saída natural aos problemas econômicos envolvendo grande endividamento acumulado pelo país em seus menos de 30 anos de independência da URSS. Em oposição, a adesão às instituições da comunidade europeia, proposta por Yushchenko, representava uma necessidade de enormes e onerosas adequações institucionais e uma dificuldade ainda maior de vislumbrar um fim da submissão do país à bilionária dívida contraída com o FMI.

Assim, os protestos da Revolução Laranja foram iniciados entre 2004 e 2005 em prol da

anulação da eleição de Viktor Yanukovich sob a alegação de fraude eleitoral. A Revolução contou com forte apoio internacional - foram gastos US\$65 milhões por parte dos EUA ao longo de dois anos com organizações que fomentavam pautas de interesses imperiais - resultando na anulação das eleições e na convocação de um segundo pleito, no qual Yushchenko foi vitorioso.

4.1.2 Crise de 2008

Esse momento de lutas no início da década de 2000 foi fortemente impactado por um dos acontecimentos mais relevantes do século até os dias de hoje: **18: a crise financeira de 2008**. Iniciada nos Estados Unidos, a crise teve como principal componente o “estouro” da bolha dos ativos financeiros chamados de subprime, ou seja, a negociação de títulos imobiliários baseados nas hipotecas, que haviam se tornado uma maneira muito popularizada de obtenção de créditos. Desta forma, o mercado imobiliário, cada vez mais atraente, transformou-se em uma fonte aparentemente inesgotável de financeirização. Contudo, com o passar do tempo, a inadimplência com as hipotecas fez com que esses títulos imobiliários se tornassem créditos podres que serviam como securitização para um imenso mercado especulativo. Esse movimento poderia ser bastante ilustrativo do modelo de acumulação flexível que vinha se desenvolvendo, sobretudo nos EUA, desde os anos 1970. A crise gerou uma enorme reação em cadeia no sistema financeiro internacional, ocasionando a quebra de grandes bancos, como o Lehman Brothers. Os efeitos da crise foram sentidos em todo



o mundo, tendo tido menor relevância em países emergentes, como Brasil, China e Rússia - países componentes do BRICS e que adotaram medidas econômicas anticíclicas, como o incentivo do consumo interno -, e maior impacto em nações altamente integradas aos circuitos financeiros imperiais, porém, com menor consolidação econômica, como Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia e Itália.

É notável como a raiz da maior crise enfrentada pelo modelo imperial desde a sua formação está justamente na moradia e na propriedade urbana. Enquanto na década de 1960 proclamou-se a “crise do fordismo” a partir da constatação do fracasso logístico da produção de infra-estrutura em massa como meio de escoamento de capital, no século XXI, o obstáculo enfrentado pela acumulação flexível pós-fordista foi a financeirização da propriedade fundiária. O caso do sudoeste norte-americano (onde o subprime teve maior expressão) é elucidativo dos efeitos da financeirização da moradia como base de crédito em uma economia baseada no endividamento. Além disso, um olhar a esta região geográfica evidencia como este modelo foi capaz de produzir ou intensificar grandes desigualdades sociais, pobreza e o desalojamento de milhões de cidadãos do país sede dos maiores fluxos globais de capital.

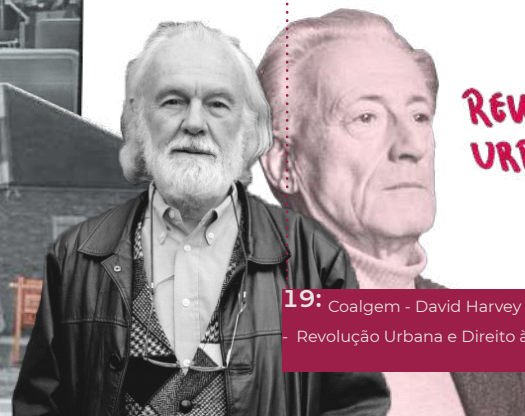
Harvey (2008b [2005]) ressalta a possibilidade da crise estar intrinsecamente relacionada com o modelo contemporâneo de gestão das cidades. Segundo ele, desde os anos 1980 a política urbana neoliberal adotada nos EUA e em quase todos os membros da União Europeia atuou em um sentido de ampliação das desigualdades socioterritoriais, em um

movimento de redução de investimento em periferias e regiões afastadas. Por esta razão, de acordo com Harvey (2008b), há sempre uma luta de classes envolvida explícita ou implicitamente na disputa pela cidade, já que as forças hegemônicas se organizam para se impor em um ambiente urbano formado, em maior parte, por uma população financeiramente desprovida. Frente a esta disputa, o autor anuncia a necessidade de questionar a possibilidade do uso das cidades pelas resistências em favor de suas pautas. “Segue-se, então, uma importante questão política: em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E se devem fazê-lo, como e exatamente por quê?” (HARVEY, 2008b, p. 209). Harvey (2008b) questiona se neste caso a cidade ainda se comporta apenas como palco das lutas, ou se ela assume algum protagonismo para a realização de ações resistentes. Claramente influenciado pela ideia da ¹⁹: *Revolução Urbana e do Direito à Cidade*, de Lefebvre, Harvey aposta na segunda opção, vendo o urbano como elemento crucial para o fomento das potências contemporâneas. Da mesma forma, no livro *Commonwealth*, Hardt e Negri (2009, p.244) explicitam o papel das metrópoles como lugar primordial da *produção biopolítica*, apostando nas ²⁰: *Metrópoles biopolíticas* como palco e motor das lutas multitudinárias.

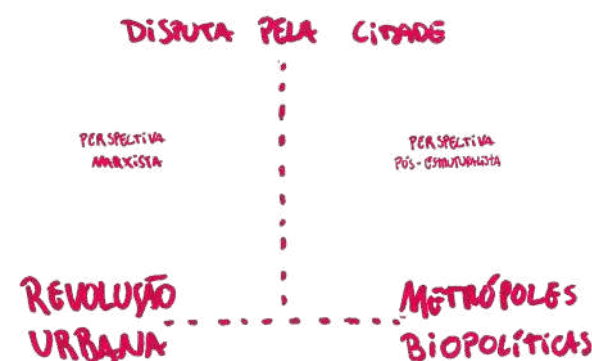
A crise do capitalismo de 2008 foi um marco no contexto da emergência de um ciclo de lutas de caráter global caracterizado por uma grande articulação entre manifestações baseadas na ocupação de espaços urbanos centrais de relevância política e na comunicação e articulação nas redes digitais. A ascensão do uso das redes como ferramenta de organização



¹⁸: Coalgem - A bolha imobiliária e a crise de 2008.



¹⁹: Coalgem - David Harvey e Henri Lefebvre - *Revolução Urbana e Direito à Cidade*



²⁰: Coalgem - Michael Hardt e Antonio Negri - *A Metrópole Biopolítica*

foi fundamental não só para a gestão dos espaços inerentes aos levantes, mas também para promover uma comunicação entre as diferentes manifestações dos diversos países conforme reivindicado por Hardt e Negri (2014). Como lembra Castells (2013), as manifestações de 2011 vinculadas à Primavera Árabe foram os primeiros experimentos deste modelo que reverberou, também em 2011, na Espanha, nos EUA e até mesmo no Brasil, em 2013.

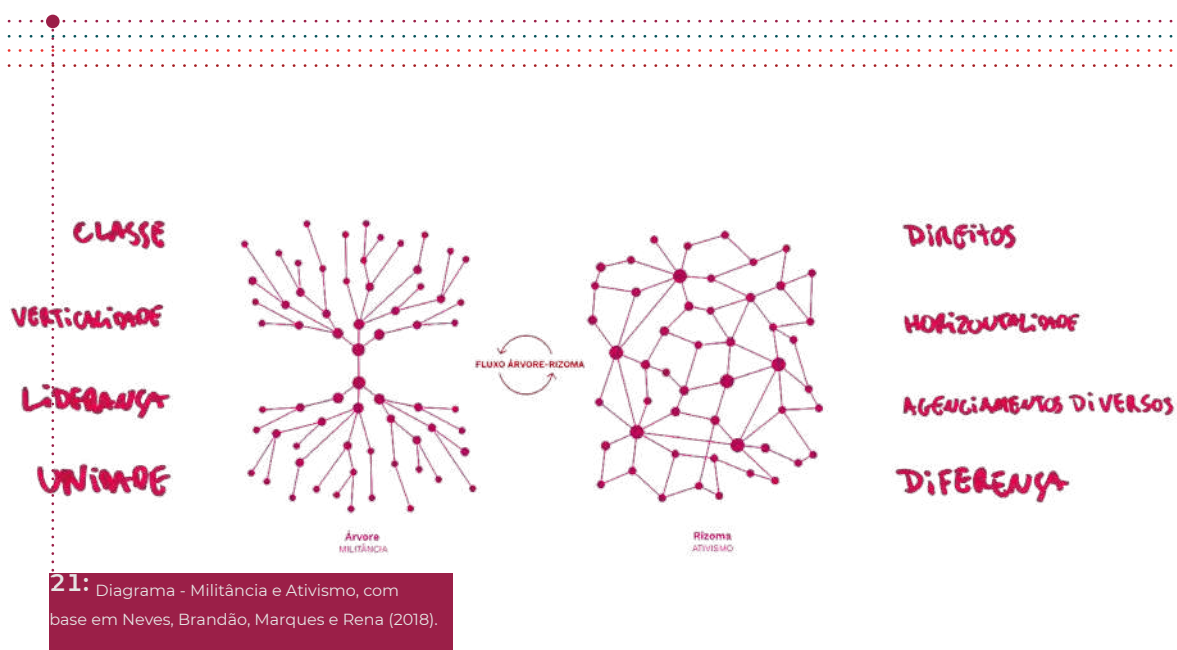
Conhecidos como movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013) ou novíssimos movimentos sociais, conforme anunciado por Maria da Glória Gohn (2014a), estes levantes possuíam diversas características comuns que os aproximam do conceito de multidão - não é atoa que, no livro *Declaração: isto não é um manifesto* (2016), Hardt e Negri reivindicam o adjetivo multitudinários para caracterizá-los. Com pautas híbridas, e em sua maioria abertas, vinculadas não mais a questões de classe, mas buscando direitos em suas mais diversas formas (direitos humanos, das mulheres, dos negros, dos LGBTQI+, à cidade, dentre outros), este ciclo de lutas é formado por ²¹ações ativistas e não mais somente militantes. Ou seja, grande parte das ações descentralizadas, rizomáticas, aparentemente espontâneas não se apoiava na figura de um líder, mas de agenciamentos diversos que se associam e desassociam mediante a existência de interesses comuns. Destaca-se, como supracitado, a relevância assumida pelas redes sociais na composição destes levantes que, primeiro se fortalecem em ambiente digital, para depois ocuparem as ruas e praças com as mais diversas palavras de ordem. Vale lembrar ainda que os principais atores do movimento deixam de ser os tradicionais partidos, sindicatos e movimentos clássicos, cedendo espaço para coletivos auto-

geridos e, até mesmo, indivíduos que inauguram ali sua participação mais efetiva no debate político. (GOHN, 2014a).

4.1.3 As Primaveras Árabes

Os movimentos identificados como as ²²Primaveras Árabes tiveram início com as manifestações na ²³Tunísia, entre 2010 e 2011, quando milhares de pessoas se reuniram para derrubar Zine El Abidine Ben Ali, no poder desde 1987. Os movimentos foram impulsionados pela viralização de um vídeo da auto-imolação de um comerciante que, em protesto a humilhação imposta pelos corruptos policiais locais que não o permitiam exercer sua atividade, ateou fogo em seu próprio corpo em frente a um prédio do governo. O vídeo gerou enorme comoção nacional e motivou a organização de inúmeros protestos descentralizados e organizados pelas redes sociais, que resultaram na derrubada de Ben Ali e em uma enorme reestruturação política do país. O movimento desencadeou protestos em uma série de países do Oriente Médio e Norte da África, onde, da mesma forma, grandes massas populares protestavam pela destituição de governantes autoritários. O Egito foi um dos casos mais emblemáticos. Os protestos no país foram centrados na ²⁴ocupação da Praça Tahir, onde, segundo Castells (2013), os manifestantes gritavam “A Solução é a Tunísia”, fazendo uma alusão à inspiração, conexão e solidariedade entre os movimentos.

Castells aponta que os movimentos tornaram-se possíveis pela “superação do medo, me-



diante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano” (CASTELLS, 2013, p.23). Dessa maneira, a conexão entre as redes digitais e o conteúdo intrinsecamente urbano dos problemas sociais e dos espaços comuns da grande maioria da população seriam os principais pontos de aglutinação e impulsionamento desses movimentos multitudinários. É nesse sentido que Hardt e Negri (2016) corroboram o caráter multitudinário das Primaveras Árabes, ao elogiar a descentralização, a dinamicidade e a capacidade de conjugação de sujeitos políticos diversos possibilitada por essa forma de organização (HARDT; NEGRI, 2016, p.14). Contudo, os mesmos questionamentos colocados anteriormente em relação às Revoluções Coloridas se aplicam para este caso. Apesar do argumento de Castells (2013) de que os movimentos árabes seriam a síntese de um “empoderamento popular” contra a cumplicidade entre elites financeiras e políticas, os resultados e reivindicações dos protestos parecem distantes das questões de dominação global descritas como estruturantes ao Império e à Globalização Neoliberal. Questiona-se se, da mesma forma que as Revoluções Coloridas, os protestos não podem ter sido utilizados como pretexto para intervenções geopolíticas de grandes atores hegemônicos.

No caso egípcio, os manifestantes obtiveram a renúncia do presidente Hosni Mubarak apenas dez dias após a reunião de mais de um milhão de pessoas na praça Tahir, no Cairo. A renúncia de Mubarak foi seguida por eleições presidenciais, nas quais foi eleito o presidente Mohamed Morsi, que seria deposto com apenas um ano de mandato, por protestos que terminaram com um golpe militar, levando ao poder o general Abdul Fattah al-Sisi,

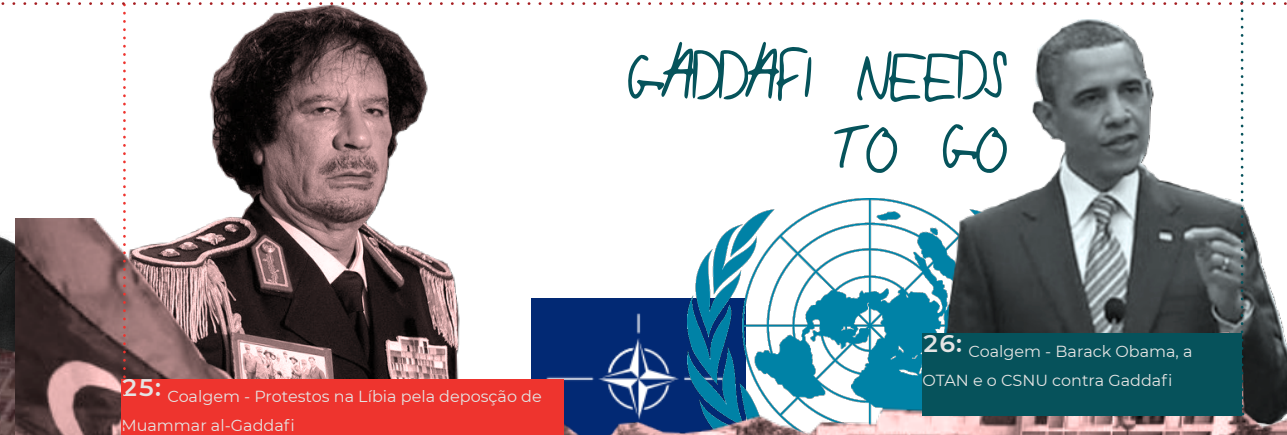
que comanda o país até hoje com forte apoio dos EUA. Assim, o movimento dos egípcios motivado, segundo Castells (2013), por um “desprezo a governantes ditatoriais ou pseudo democráticos”, parece ter resultado apenas numa substituição entre “tiranos”, porém com um fundamental realinhamento geopolítico.

Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido é o da ^{25:}Libia. Conforme observa Moniz Bandeira (2016, p.172), o país é formado por mais de 140 grupos tribais, unificados sob um Estado nacional pela primeira vez, a partir da ascensão de Muammar al-Gaddafi ao poder, em 1969. Com o início dos protestos no ciclo das Primaveras Árabes, em 2011, as duras respostas do regime de Gaddafi e demonstrações de estabilidade frente aos opositores motivaram a declaração do presidente ^{26:}Barack Obama de que “Gaddafi tem que sair”. Com forte apoio do establishment americano, aprovação do Conselho de Segurança da ONU e colaboração de França e Inglaterra, organizou-se um bombardeio da OTAN ao território líbio, que corroboraria para a destituição e assassinato de Gaddafi. Com a destruição do Estado líbio, ocasionada pela intervenção estrangeira, Bandeira (2016) aponta que o país foi levado a um estado de constante guerra civil entre os diversos grupos tribais armados pela OTAN, de enorme regressão das condições de vida e do crescimento do fundamentalismo religioso.

O poder estava a rolar pelas ruas de Benghazi, Sirtes, Derna, Misrata e outras cidades, nas quais as brigadas islâmicas e tribos, com as armas su-



24: Coalgem - Protestos no Egito - o acampamento da Praça Tahir contra Hosni Mubarak, suscedido por Morsi e al-Sisi.



25: Coalgem - Protestos na Líbia pela deposição de Muammar al-Gaddafi

26: Coalgem - Barack Obama, a OTAN e o CSNU contra Gaddafi

pridas pelo OTAN para combaterem o regime de Muammar Gaddafi, pelevavam umas contra as outras, escalando o caos e a sangueira, no vacuum político, criado com a queda de Gaddafi. Disputavam entre si, cada uma contra outra, para conquistar as ricas jazidas de petróleo, da ordem de 48 bilhões de barris (janeiro de 2014), de baixo custo de extração, situadas nas bacias de Sirte (cerca de 80%), Murzuk, Ghadames, Cirenaica, Kufra e offshore. (BANDEIRA, 2016, p.175).

4.1.4 O 15M espanhol⁷

Ainda no ano de 2011, as tendências formuladas no Oriente Médio e Norte da África, inicialmente regionalizadas, se expandiram atingindo outros levantes pelo mundo, desta vez, mais próximos às concentrações de poder do Império. Com fortes influências da Primavera Árabe e intensificando a relação entre redes e ruas,²⁷ o 15M⁸, ocorrido na Espanha, é tido como o grande laboratório tecnopolítico deste ciclo de lutas. Isso porque, tanto o uso das redes sociais (Facebook e principalmente Twitter) quanto a ocupação das praças são vivenciadas de maneira inédita para produção de mais e mais afetos insurgentes. Essas duas características, experimentadas ao extremo pelos espanhóis, são replicadas e adaptadas às realidades vindouras, como o Occupy Wall Street, de Nova Iorque, e as Jornadas de Junho brasileiras.

Definido por ²⁸Javier Toret (2013, p.133) como “um sistema de rede; mutante, baseado

em uma topologia de rede variável, com fronteiras móveis (...) híbrido, cyborg (...) e que constroi e reconstroi movimentos de forma efêmera e subitamente”, o 15M foi composto por manifestações que duraram quase oito semanas e se espalharam por mais de cento e setenta cidades espanholas, tendo como principais territórios de ocupação praças importantes de Madrid (Puerta del Sol), Barcelona (Praça Catalunha), Sevilha e Valência. Dentre as pautas levantadas pelos jovens estava a demanda por empregos, democracia real e críticas à corrupção. Na emergência do levante se encontrava o coletivo Democracia Real Ya (DRY), associando uma gigantesca rede nas redes sociais e reivindicando a construção de uma nova democracia no país construída através da experiência das ²⁹acampadas, como eram chamadas as ocupações das praças. Ali, nas praças ocupadas, emergiam “novas cidades” nas quais, por meio de assembleias autogeridas que buscavam o consenso como método democrático, os manifestantes tentavam ressignificar a ideia de democracia.

No espaço das acampadas, experimentavam-se formas de “democracia direta”, “democracia horizontal”, “democracia real”, dentre outros termos que estavam diretamente ligados às reivindicações e insatisfações dos manifestantes. Nesse sentido, a organização e gestão dos espaços de permanência dos manifestantes nas praças ocupadas eram centrais a estas concepções, sendo o dia-a-dia da acampada um exercício político em si, no qual eram, ao mesmo tempo, divididos de forma horizontalizada os encargos pela gestão do espaço, e decididos coletivamente os destinos do movimento. Assim, as acampadas funcionavam como uma forma de apropriação da dimensão multitudinária da *Metrópole Biopolítica*,



²⁷: Coalgem e mapa - o 15M entre redes e ruas - ativista realizando um streaming da manifestação e mapa dos usos da #15M na Espanha no dia 17 de Maio de 2011

²⁸: Coalgem - o ativista espanhol Javier Toret

²⁹: Mapa do plano de organização da acampada na Puerta del Sol, em Madrid. Adaptado a partir de de Soto (2017).

como descrita por Hardt e Negri (2009). Castells (2013, p. 161) argumenta que a interação entre a cibernética - de papel central na organização e efetivação dos levantes - e o espaço urbano produz nestes novos movimentos um terceiro espaço, chamado por ele de “espaço da autonomia” (também denominado pelos ativistas enquanto Zonas Autônomas Temporárias - ZATs). Assim, o papel das acampadas era, não apenas demonstrar insatisfação frente aos problemas políticos do país, mas também de funcionar como uma *usina biopolítica* de constituição de alternativas multitudinárias.

A emergência do conflito se dá em meio a graves problemas sociais e econômicos advindos da crise do capitalismo de 2008, na qual, o então presidente ³⁰ José Luis Rodríguez Zapatero⁹, membro do Partido Socialista Operário (PSOE), reduziu investimentos em saúde, educação e seguridade social, cedendo às pressões de Angela Merkel (Primeira Ministra alemã) e do FMI ¹⁰.

O dado mais complexo era o de desemprego que, de acordo com Castells (2013), chegou a 22% entre toda a população, sendo de 47% entre os jovens. Já as ações governamentais em relação a contenção da crise, não iam no sentido esperado pelos cidadãos, mas, ao contrário, partiam de cortes orçamentários em setores de interesse social. Os movimentos de Zapatero levaram a uma crise de representatividade marcada pelo questionamento a respeito da dinâmica bipartidarista espanhola, baseada na disputa entre o ³¹ partido de centro-esquerda (PSOE) e o Partido Popular (PP), representante da ala conservadora, mas autoin-

titulado como um partido de centro reformista. Diante da supremacia no poder central e municipal dos dois partidos, o 15M trouxe, como uma de suas pautas centrais, a exigência de implementação de uma política multipartidária.

Os primeiros passos da mobilização aconteceram primordialmente online, com encontros físicos em pequenos grupos articulados. A ideia era levar o movimento para as ruas e praças, relacionando os espaços físicos e virtuais. A decisão de ocupar as ruas no dia 15 de maio foi uma das principais estratégias traçadas pelo movimento e está relacionada com a proximidade com as eleições municipais marcadas para o dia 22 do mesmo mês. Depois desta manifestação, alguns ativistas seguiram até a ³² Puerta del Sol onde se reuniram para debater o significado de democracia real. Na ausência de uma resposta comum, esses mesmos manifestantes decidiram, consensualmente, permanecer ali até que chegassem a um entendimento não só a respeito do significado de democracia, mas também do modelo que melhor atenderia às demandas espanholas. No dia seguinte, em Barcelona, inspirados pelo que acontecia em Madrid, jovens se reuniram na Praça Catalunya com a mesma finalidade. “Nasceram então as acampadas (acampamentos)”. (CASTELLS, 2013, p. 88).

Nas acampadas, as decisões eram tomadas de forma coletiva, principalmente por meio das assembleias horizontais, e iam desde a organização do espaço local e divisão de tarefas, até os rumos que seriam propostos para a organização política espanhola. Em termos espaciais, a praça foi organizada em setores de forma a atender às demandas dos ativistas. Na mesma



³⁰: Coalgem - Zapatero, Merkel e as limitações impostas pela zona do Euro.

³¹: Coalgem - o bipartidarismo espanhol entre PSOE e PP.

³²: Coalgem - o acampamento na Puerta del Sol em Madrid.

direção das demais dinâmicas da ocupação, a forma do espaço não era estática e modificava-se frente às necessidades. Além de um desenho espacial fluido que, em si, trazia características do que os ativistas entendiam por espaços democráticos, era preciso que ali se estabelecesse uma vivência política diferente dos moldes tradicionais de forma que fosse possível propor novos rumos para a democracia espanhola.

A crise de representatividade e o clima de desconfiança com as instituições e o sistema político foi tão intensa ao longo do levante que não houve, entre os manifestantes, indicação de voto para as eleições municipais e federais a serem realizadas naquele ano. A vitória do PP no pleito nacional, segundo Castells (2013), não se deu pela transferência direta de votos do PSOE, mas de uma redistribuição deles entre partidos menores - tendo em vista que, com o mesmo número de votos, o PP não teria sido eleito nas duas disputas anteriores - levando à conclusão de que foi a derrota dos socialistas e não a vitória dos conservadores que ascendeu o partido ao poder. (CASTELLS, 2013, p. 111). Esta crise se agravou quando, em 2014, nem PSOE nem PP alcançaram resultados esperados nas eleições do parlamento europeu. Em contrapartida, partidos menores ou quase insignificantes até 2011 conseguiram resultados surpreendentes, como é o caso do Podemos (em grande medida, formado por figuras atuantes nas acampadas), que obteve mais de 8% dos votos. O partido chegou a eleger 5 eurodeputados em 2014 e foi central na composição de duas das mais relevantes ³³plataformas municipalistas espanholas: *Ahora Madrid e Barcelona en Comú* ¹¹. A primeira foi uma coalizão com o partido Ganemos que, com o apoio de 9 votos do PSOE,

elegeu ³⁴Manuela Carmena, que até 2019 governou Madrid com 20 concejales, dos quais pode-se citar Pablo Soto, Rita Maestre e Guillermo Zapata, atores fundamentais para o 15M. Na capital catalã, por sua vez, o Barcelona en Comú guarda conexão com os Indignados - como ficaram conhecidos os manifestantes do 15M - através de sua prefeita, ³⁵Ada Colau ¹², que foi porta-voz e uma das fundadoras do ³⁶Plataforma de los Afectados por la Hipoteca (PAH) ¹³, movimento muito atuante durante e após os acampamentos.

Assim, compreende-se que um dos principais resultados políticos do 15M foi a formação do chamado municipalismo espanhol, sendo as plataformas de Madrid e Barcelona, mencionadas acima, os casos mais significativos. As plataformas são baseadas em um fazer político muito identificado com os ideais multitudinários, com grande usufruto das redes digitais, estruturas de mandatos inovadoras e incorporação de pautas da juventude, ou mesmo mais próxima da realidade da multidão plural, como defendiam os Indignados, que não estariam sendo atendidas pelo sistema político tradicional. Ressalta-se, ainda, que o movimento traz em si um rechaço às organizações identificadas como a esquerda espanhola até então, partindo do entendimento de que elas - sobretudo o PSOE - estariam associadas às estruturas de poder e ao distanciamento da democracia representativa em relação à realidade da população. O fortalecimento de partidos menores, como o Podemos, contudo, não foi restrito apenas aos grupos insurgentes do 15M. Pela direita, as críticas ao bipartidarismo ocasionaram também no surgimento de uma dissidência do PP, ³⁷o partido Vox, de extrema-direita, que hoje conta com 4 eurodeputados e 52 dos 350 deputados no congresso es-



³⁴ Coalgem - a prefeita de Madrid, Manuela Carmena, eleita pela plataforma Ahora Madrid, em uma coligação do Podemos com o PSOE.

³³ Coalgem - as plataformas municipalistas produzidas pelo 15M: Ahora Madrid e Barcelona en Comu.



³⁵ Coalgem - a prefeita de Barcelona, Ada Colau, eleita pela plataforma Barcelona en Comu e protagonista dos movimentos contra despejos e dos "atingidos pelas hipotecas"

³⁶ Coalgem - "Plataforma de Afectados por la Hipoteca", protestos contra os despejos e a especulação imobiliária provenientes da gentrificação e turistificação das cidades espanholas

panhol, contra 35 da coligação Unidas Podemos (formada pelos partidos Izquierda Unida, Podemos e outros).

Ao que tudo indica, apesar de uma coincidência entre as reivindicações por democracia real e soberania popular, os contextos e resultados entre as Primaveras Árabes e o 15M eram bastante distintos. Enquanto, no primeiro caso, combatiam-se chefes-de-estado empossados a décadas em países com independências recentes em relação aos colonizadores europeus, no segundo, os manifestantes opunham-se a um sistema político capturado pelas instâncias de poder da União Europeia e das IFIs e a deterioração das condições de vida ocasionadas pelo declínio do estado de bem-estar-social europeu. Quanto aos resultados, no caso árabe, observaram-se verdadeiras catástrofes humanitárias, enquanto que na Espanha obteve-se o surgimento de uma grande fragmentação na política partidária marcada pelo acúmulo de experiências próximas aos ideais de democracia real defendidos nos protestos, acompanhados pelo fortalecimento de grupos intolerantes e conservadores. Contudo, apesar da distância entre as realidades dos eventos, o modelo surgido nas Primaveras Árabes parecia consolidar-se com a experiência do 15M como a forma de luta da multidão: manifestações descentralizadas, sem lideranças aparentes, organizadas e registradas pelas redes sociais e a ocupação de grandes marcos urbanos como espaços de experimentação de uma nova possibilidade democrática.

4.1.5 O Occupy Wall Street¹⁴

Influenciado pelo ciclo de lutas mundial a ponto de inaugurar suas ocupações com uma homenagem à Praça Tahrir, emerge em Nova Iorque um dos levantes mais significativos do século XXI, e que carrega em suas manifestações um ataque direto ao Império - talvez por se encontrar em seu maior expoente. O Occupy Wall Street (OWS) “é de natureza global e local ao mesmo tempo”, conforme aponta Harvey 2008b, p. 284). Segundo o autor, ele incorpora os estudantes chilenos contra Pinochet, os manifestantes egípcios pela queda de Mubarak, os indignados espanhóis nas acampadas, os trabalhadores gregos em greve e todas as manifestações que começam a brotar em diferentes partes do mundo como Buenos Aires, Londres, Shenzhen e Mumbai, deixando o capital financeiro mundial acuado.

Indubitavelmente a crise de 2008 foi fator fundamental para o surgimento da insurgência que contrapunha ideologicamente os ³⁸“99% da população mundial ao 1% dos detentores de capital” - conforme defendiam os manifestantes. Segundo Castells (2013), a realidade dos EUA frente à crise que levou a centenas de milhares de despejos, os milhões de cidadãos saqueados, empregos e salários reduzidos, foi fundamental para a emergência dos protestos. O sistema financeiro estava à beira do colapso e os responsáveis por isso eram, segundo o autor, os administradores do país e sua ganância. Barack Obama, presidente dos EUA naquele momento, pressionado pela crise, age tal como Zapatero, deixando de lado a maioria de suas promessas de campanha e suprimindo diversos direitos sociais em prol da



PODEMOS

UNIDAS
PODEMOS

VOX

³⁷: Coalgem - Pablo Iglesias, do Unidas Podemos (que hoje compõe a coalização do governo do presidente Pedro Sánchez, do PSOE), e Santiago Abascal, do partido VOX, de extrema-direita. Dois dos principais nomes da política espanhola depois do 15M



³⁸: Coalgem - “Nós somos os 99%”, o principal lema dos protestos do Occupy Wall Street

VOX

OCCUPY WALL ST.

tentativa de salvar a economia. Para Harvey (2014), a crise elucida à classe trabalhadora a amplitude dos sistemas de exploração, que não podem ser combatidos individualmente, o que justificaria o surgimento de um levante que busca tocar com firmeza as questões imperiais.

Castells (2013) lembra que o OWS teve início quando, em junho de 2011, a ³⁹Revista **Adbusters** convocou a população estadunidense a ocupar Wall Street por meio de três estratégias: (i) disseminar a #occupywallstreet no Twitter; (ii) encaminhar emails; (iii) e divulgar no site occupywallstreet.org. Castells (2013) os cita: “Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street”. (ADBUSTERS, apud CASTELLS, 2013, p. 120). Assim, no dia 17 de setembro, cerca de mil manifestantes se reuniram no Zuccotti Park - uma praça privada na baixa Manhattan, em meio a diversas sedes de instituições do mercado financeiro global - onde, à maneira dos protestos espanhóis, estabeleceram um acampamento. Os manifestantes protestavam contra a desigualdade e o poder concentrado no capital financeiro, fazendo ecoar o slogan “Nós somos os 99%”.

Maria da Glória Gohn (2014) lembra que não havia uma pauta específica para o levante ou demandas concretas, apenas uma oposição categórica ao capitalismo financeiro. Apesar da presença de manifestantes vinculados a sindicatos e a organizações trabalhistas, e do desemprego ser uma questão colocada inicialmente nos protestos, observa-se que questões de

classe não aparecem com frequência nos debates. O heterogêneo grupo que compunha o levante contava com anarquistas, liberais e reacionários, apesar da preponderância de indivíduos vinculados ao Partido Democrata.

Os protestos no ⁴⁰Zuccotti Park foram organizados em acampamentos auto-geridos, onde foram recebidos diversas personalidades da esquerda estadunidense e mundial, que discursaram nas assembléias, como Naomi Klein, ⁴¹Slavoj Zizek, Tom Morello, Michael Moore, dentre outros. Porém, por estarem estabelecidos em uma área de domínio privado, os manifestantes enfrentaram repressão policial em diversas ocasiões. A repercussão do OWS ocasionou no espalhamento dos protestos por diversas cidades dos EUA (Chicago, Boston, Washington, Los Angeles, Oakland, Atlanta, Fort Lauderdale, Tampa, Houston, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Jersey City, Hartford, Salt Lake City, Cincinnati, Seattle, etc.) e do mundo (Roma, Frankfurt, Berlim, Sydney, Hong Kong, Tokyo, Toronto, Los Angeles, Madrid, Londres, Amsterdam, Tel Aviv, etc.)

A repressão policial se repetiu em algumas localidades, com destaque para Oakland, na Califórnia, já conhecida por possuir uma polícia violenta. A reação policial levou a uma ampliação do movimento e o surgimento da narrativa da “solidariedade”, replicada frequentemente com a #solidarity, denotando uma prevalência da comunicação entre as lutas nas escalas globais e nacional, como preconizado por Hardt e Negri (2014) como um princípio multitudinário.



⁴⁰: Coalgem - Ativistas acampados no Zuccotti Park



³⁹: Coalgem - A revista Adbusters - prints de seu site e twitter convocando os protestos para o dia 17 de Setembro - e um de seus editores, Micah White, intensamente envolvido com o Occupy Wall Street

⁴¹: Coalgem - O filósofo Slavoj Zizek no acampamento do Zuccotti Park

Avaliar os resultados do Occupy tem sido um desafio ingrato. Segundo Castells (2013), para a maioria dos observadores esta dificuldade está vinculada à “ausência de demandas precisas que pudessem ser alcançadas ou negociadas”. (CASTELLS, 2013, p.143) Neste sentido, vale ressaltar que um levante, tal qual colocado por Georges Didi-Huberman (2016), diferentemente de uma revolução, não pode ser analisado na dicotomia estabelecida entre o bem ou o mal sucedido, devendo-se observar não seu resultado, mas desdobramentos e repercussões. Assim, é possível destacar que o movimento contribuiu para a formação de alguns grupos políticos mais à esquerda, ou mais críticos à organização política do establishment americano, bem como para o surgimento de experiências localistas, como cooperativas de crédito. O legado na política partidária do movimento é frequentemente associado a alguns quadros da esquerda do partido Democrata, como ⁴²Elizabeth Warren, Alexandria Ocasio-Cortez e o pré-candidato à presidência, Bernie Sanders ¹⁵. Por outro lado, destaca-se como desdobramento também o fortalecimento de grupos de extrema direita identificados com um ⁴³conservadorismo anti-sistema, tendo como maior expoente a eleição do presidente Donald Trump, em 2016, como um candidato outsider, associado à mídia cujos princípios reacionários foram declarados ao longo do processo de candidatura e dos anos em que esteve no comando do país ¹⁶.

Por fim, destaca-se que o OWS é, dentre os levantes aqui tratados, o que mais se aproxima dos ideais multitudinários, principalmente devido ao caráter global de suas pautas que focam no funcionamento da base imperial. Entretanto, conforme pontuado por Castells

(2013), é justamente essa abstração das reivindicações que dificulta a análise do levante. Talvez, ela seja responsável também, por dificultar as possibilidades de soluções reais aos impasses indicados. Destaca-se ainda, que tanto o OWS quanto o 15M possuíam pautas sociais urgentes a serem solucionadas, vinculadas, principalmente, à questões de cunho trabalhista. Questiona-se, então, a estratégia de preconizar o âmbito global em detrimento ao local, tendo em vista a possibilidade de expansão vertical da luta - conforme defendem Hardt e Negri (2014) -, considerando que as questões locais inerentes aos protestos estariam imediatamente ligadas à ordem imperial. Dessa forma, os resultados dos dois levantes parecem sempre difusos e ineficazes, tanto em resolver os problemas locais, quanto em tocar significativamente a ordem imperial. Enquanto isso, no caso das Primaveras Árabes, o aparente desinteresse com questões de ordem global e o enfoque na representação política nacional se converteu muito rapidamente em uma imposição violenta do poder imperial e uma implicação geopolítica enorme dos protestos. Isso levaria a duas outras questões. A primeira delas se relaciona à possibilidade de, tendo sido cunhado por autores europeus e norte-americanos, o conceito de multidão se aplique com maior facilidade aos países próximos ao centro imperial. A outra questão diz respeito a um desdobramento fundamental que se repete os diferentes levantes aqui analisados: o surgimento e/ou o fortalecimento de grupos conservadores, em sua maioria reacionários, assim como a fragmentação dos partidos que se aproximam de um ideal à esquerda, levando a um conseqüente enfraquecimento.



⁴²: Coalgem - Warren, Cortez, Sanders e os impactos do OWS na política partidária norte-americana

⁴³: Coalgem - Donald Trump e a invasão do capitólio em Janeiro de 2021. Uma multidão de extrema-direita?

É relevante também questionar, como fizeram Maíra Nobre, Jéssica Borges e Natacha Rena (2020), como o ineditismo do uso da internet como ferramenta de luta moldou o rumo destes levantes. As autoras questionam como de Seattle e Chiapas até as Primaveras Árabes, o 15M e o OWS ocorreu uma mudança fundamental no uso das redes. Inicialmente, eram utilizadas mídias livres comandadas por coletivos tecno-ativistas, enquanto que, nos levantes de 2011, passou-se a utilizar, sobretudo, “plataformas proprietárias”, como Facebook e Twitter.

Se o Movimento Zapatista e a Batalha de Seattle tiveram sua base comunicativa nas mídias livres usando o copyleft e produção aberta, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street estruturaram suas redes a partir de plataformas proprietárias. No Egito, o primeiro meio importante na revolta contra Hosni Mubarak foi ⁴⁴ a página no Facebook “Todos somos Khaled Said”, curiosamente criada de forma anônima pelo diretor de marketing do Google para o Oriente Médio, Wael Ghonim. O papel dos controladores da ferramenta de buscas mais importante na atualidade também foi crucial para que os opositores se comunicassem pelo Twitter, lançando um serviço que driblava o bloqueio imposto à plataforma. (NOBRE; BORGES; RENA, 2020).

Diante desta dinâmica é preciso pensar a respeito das implicações de tais ações e se de alguma forma (aparentemente não) se trataria de um tensionamento real na ordem imperial, ou então se, ao contrário, há uma intencionalidade, criação ou apropriação por parte do Impé-

rio, tendo como principal produto a incitação do caos.

A intensidade dos levantes construídos ao longo de 2011 acaba reverberando, posteriormente, em mais um movimento, novamente localizado em um país periférico, mas com especificidades que o distanciam um pouco da realidade árabe: as Jornadas de Junho que ocorreram no Brasil em 2013. De toda forma, a problemática da multidão e dos métodos insurgentes que vieram desaguar neste levante parecem ter, assim como nas Primaveras Árabes, ⁴⁵ problemas de raízes intrinsecamente geopolíticas. Sendo assim, antes de nos aprofundarmos no caso brasileiro e, sobretudo, nas reflexões do urbano neste contexto, será proposta uma digressão em temas da geopolítica do século XXI, como forma de situar as análises propostas aos movimentos estudados.

4.2 Reviravoltas geopolíticas no século XXI

A série de controvérsias geopolíticas encontradas nos levantes identificados como multitudinários ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010 não é gratuita. Conforme apontamos anteriormente, a própria proposição do conceito de Império - e a consequente aposta na multidão - tem bases inevitavelmente geopolíticas. Contudo, em face dos desdobramentos produzidos por estas lutas, é importante pontuar que o referencial utilizado na proposta do Império está, sobremaneira, associado a uma situação geopolítica consolidada



⁴⁴: Coalgem - O ativista Wael Ghonim - vinculado à Google - e um painel grafitado com o rosto de Khaled Said em Berlim

⁴⁵: Coalgem e diagrama - as implicações e condicionalidades geopolíticas das insurgências multitudinárias.

nos anos 1990, como resultado dos processos políticos e econômicos em escala global que descrevemos no capítulo anterior. Assim, a queda da União Soviética, a conformação de um unilateralismo militar e econômico centrado nos EUA/OTAN e a expansão do capital financeiro como amálgama da produção da vida são condições para a pertinência dos conceitos como Império, CMI e mesmo as Sociedades de Controle. Guattari e Rolnik (1977) colocam inclusive, que o capitalismo seria mundial e integrado pois teria superado barreiras geográficas antes impostas a ele, como o bloco soviético e a China maoista.

O capitalismo se engajou no caminho de um controle planetário, visando cada indivíduo. Sem dúvida ele chega hoje – com a integração atual da China – ao ápice de sua potência, mas talvez, também, ao ponto extremo de sua fragilidade! Ele desenvolveu um tal sistema de dependência generalizada que o menor grilo em seu funcionamento acabará tendo, talvez, consequências incontrolláveis.(...)

O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle. (GUATTARI; ROLNIK, 1977, p.207-211)

Essa integração, ou ^{46:}“simbiose” com o sistema chinês, descrita pelos autores parece ser, sobretudo, representada pelas reformas empreendidas por Deng Xiaoping no

final dos anos 1970. De fato, como descrito anteriormente, a possibilidade assinalada pelo regime chinês de realocação das estruturas produtivas capitalistas, antes localizadas nos EUA, Europa e Japão, para as novas ZEEs chinesas, conformou a evolução do capitalismo mundial de maneira fundamental a partir daquele momento. A “abertura” chinesa a investimentos estrangeiros parecia ser a peça que faltava ao capitalismo ocidental para a conformação de uma mobilidade e velocidade absolutas. Harvey (2008b), por exemplo, chega a apontar ^{47:}Deng Xiaoping como um dos grandes nomes do neoliberalismo, ao lado de Thatcher e Reagan, e seu projeto como um desvio em relação ao caminho maoista. Esse “desvio” seria, inclusive, o berço das insatisfações que levariam ao - conforme o classificaram Hardt e Negri (2014) - multitudinário levante na Praça Tiananmen, em 1989.

Contudo, em face das transformações geopolíticas observadas ao longo das duas últimas décadas, muitos autores começam a questionar a pertinência desta ordem “unilateral”, justamente a partir da experiência chinesa. Elias Jabbour (2019), por exemplo, avalia que a proclamação do socialismo de mercado como horizonte do sistema chinês representa não um desvio do projeto maoista, mas sim uma reorientação a partir das mesmas bases ideológicas aos desafios do momento presente. O autor argumenta que, ao invés de seguir o modelo soviético, que degradingava com o abandono do fordismo em escala mundial, Deng Xiaoping optou por orientar o Estado chinês para um papel de planejador, tendo em vista a coordenação e a socialização dos investimentos.



^{46:} Coalgem - Guattari e Rolnik e a simbiose chinesa com o CMI

^{47:} Coalgem - Deng Xiaoping e a modernização da China. Ao fundo, o encontro de Mao Zedong e Nixon

Jabbour argumenta que Deng Xiaoping foi capaz de identificar nas mesmas forças que levaram o Partido Comunista da China (PCCh) ao poder na revolução de 1949 - os camponeses - a oportunidade para alavancar uma grande transformação no país. Essa transformação seria empreendida pela reversão da lógica campo-cidade que embasava o modelo soviético, em favor de um papel privilegiado da agricultura, aumentando a produtividade do setor primário, a renda camponesa e, conseqüentemente, a demanda por bens de consumo. A estratégia elaborada por Deng Xiaoping foi capaz de garantir, não só a manutenção da legitimidade política do PCCh durante os anos de dissolução do bloco soviético e a crise desencadeada pelos protestos de 1989, mas também a criação de condições para um amplo mercado consumidor, uma ampla industrialização em “complexos comunais” e a gradual transição do padrão de crescimento baseado no consumo, a um outro, baseado nas exportações e nos altos investimentos, sobretudo a partir da década de 1990. (JABBOUR, 2019, p.76-80).

Assim, enquanto para Harvey (2005, 2014), o socialismo com características chinesas representaria uma adesão ao neoliberalismo, e para Guattari e Rolnik (1977), uma simbiose com o CMI, Jabbour (2019) defende que esta transição teria sido a forma encontrada para **48: “escapar ao destino da URSS”,** considerando a “reconfiguração da divisão internacional do trabalho sob comando da grande finança” (JABBOUR, 2019, p.79-80). Não que o período “pós-reformas” na China não represente uma integração às cadeias globais de valor, inauguradas pela globalização neoliberal, mas sim uma inserção soberana neste circuito,

garantida por um Estado dedicado a **49: “novas e superiores formas de planejamento”.** (JABBOUR, 2019, p.82). Naturalmente, estas características não eximem o sistema chinês de uma submissão ao domínio sobre a produção da vida, ou a um poder global centrado na unilateralidade do capitalismo ocidental, contudo, o caso chinês parece contar com uma série de desvios em relação ao que foi descrito como a dominação imperial.

A saber, enquanto as décadas de 1980 e 90 no ocidente foram marcadas pela desregulamentação dos mercados e a deterioração absoluta das condições de vida, a China elevou sua participação nas exportações mundiais de 0,75% em 1978, para 3%, em 1995 **17**, o PIB per capita (por Paridade de Poder de Compra), saltaria de S\$ 250 dólares em 1980 para US\$ 9.040 em 2014 **18**, ao mesmo tempo, a quantidade de chineses vivendo abaixo da linha da pobreza extrema passaria de 770,39 milhões, em 1978, para 462,24 milhões, em 2000, e chegando a zero, no ano de 2020; e, no mesmo ano, 98% dos vilarejos do país contavam com cabeamento de fibra ótica e conexão 4G **19**. Os dados do salto de qualidade de vida proporcionado à maior população do mundo no período pós-reformas são inúmeros e expressivos. Evidente que por mais que existam contradições com a leitura de uma sociedade cuja amálgama da dívida e da axiomática do capital dominam todas as formas de produção e reprodução da vida - representada pelos conceitos de Império e CMI - existem também aproximações no caso chinês. Isso por que, ao contrário de uma estagnação no modelo fordista soviético, o caminho chinês parece ter sido orientado a uma integração total ao sistema nascente do império - a ponto de se tornar indispensável - ao mesmo tempo que man-



48: Coalgem - Mikhail Gorbatchov e Deng Xiaoping: caminhos divergentes na experiência do socialismo real.

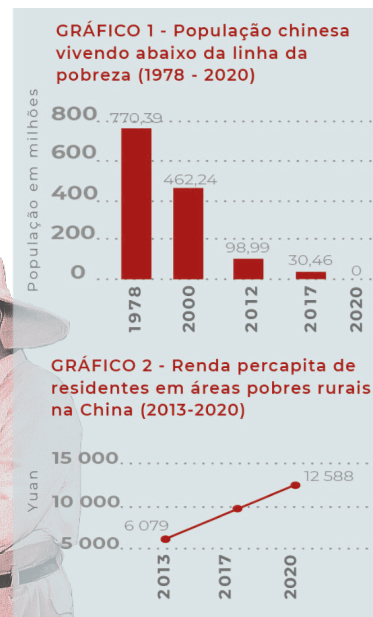


GRÁFICO 3 - Formação bruta de capital fixo/PIB, em % (China 1960-2017)

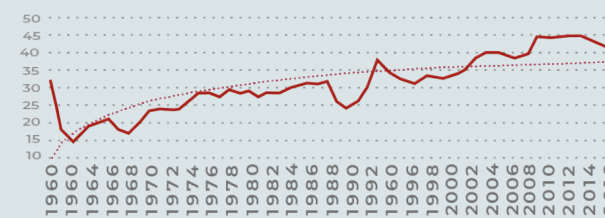
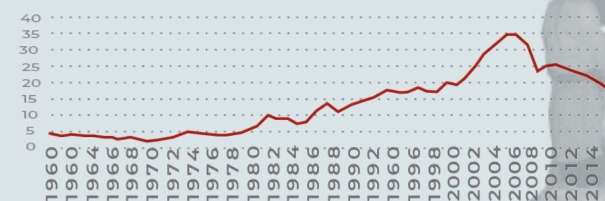


GRÁFICO 4 - Relação entre exportações e PIB, em % (CHINA, 1960-2017)



49: Coalgem e gráficos - Elias Jabbour e a “Nova economia do projetamento” - Imagens de Mao Zedong junto a camponeses chineses e, do outro lado, camponesas chinesas comandando uma pequena indústria têxtil em “complexos comunais” - nos gráficos, dados de crescimento e combate à pobreza na China



teve uma independência política e subjetiva - absolutamente subestimada pelos ocidentais. Essa diferença fundamental se expressa de maneira muito clara no fato de que, enquanto a política ocidental está imersa em crises de representatividade - baseadas, sobretudo, na percepção da identificação das classes políticas com o poder financeiro - a confiança dos chineses no PCCh alcançou os 98% em 2020, conforme levantamento do Washington Post²⁰.

Além disso, as transformações geopolíticas empreendidas pelo ^{50:}desenvolvimento do modelo chinês não se restringem apenas à China e ao seu entorno. Os pesquisadores Javier Vadell, Leonardo Ramos e Pedro Neves (2014) argumentam que o desenvolvimento chinês no século XXI estaria conformando uma alternativa (em termos geoeconômicos e enquanto rede de poder global) ao Consenso de Washington, a qual nomeiam como “Consenso Asiático”. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014, p.92 - traduzido pelo autor). Segundo os autores, as reformas empreendidas pela China ao longo das décadas de 1980 e 1990 diferiram bastante daquelas aplicadas nos países africanos e latino-americanos no escopo do Consenso de Washington, figurando uma abertura gradual e controlada pelo Estado ao mercado global, em oposição à “terapia de choque”, recomendada pelo FMI e Banco Mundial. Nesse sentido, a China teria sido capaz, a partir do início do novo milênio, de inserir-se no cenário internacional como uma influência positiva que, além de impulsionar o desenvolvimento de países pobres ou em desenvolvimento a partir da demanda por commodities e produtos primários, estaria criando “novas oportunidades de comércio, investimento em energia e recursos naturais, e de auxílio financeiro e infraestrutural” para estes países. (VA-

DELL; RAMOS; NEVES, 2014, p.98 - traduzido pelo autor).

Ao contrário do “auxílio” prestado pelo FMI e pelo Banco Mundial ao longo das décadas de 1980 e 1990, os investimentos chineses em países latino-americanos e africanos não são acompanhados de condicionalidades políticas por ajustes estruturais, mas sim prezam pelo princípio de autodeterminação em uma visão Confuciana de um mundo harmonioso. Assim, em face da decadência ideológica do Consenso de Washington - enquanto rede de poder Norte-Sul - e do neoliberalismo como razão de mundo associada a este modelo, a crescente inserção internacional chinesa e o crescimento associado de nações emergentes estariam aparecendo enquanto um movimento em direção a uma configuração alternativa na rede de poder Norte-Norte, Norte-Sul e, sobretudo, Sul-Sul. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014).

Esse movimento é fortemente evidenciado a partir do início do mandato do presidente Xi Jinping, em 2013. O governo de ^{51:}Xi Jinping tem sido responsável pela formação e/ou fortalecimento de acordos comerciais, instituições financeiras e blocos geopolíticos entre nações em desenvolvimento e orientadas em uma perspectiva mutuamente benéfica (ou “ganha-ganha”). Destacam-se a chamada ^{52:}Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative - BRI, também conhecida como “Novas Rotas da Seda”) e o fortalecimento da ^{53:}Organização de Cooperação de Shanghai (Shanghai Cooperation Organization - SCO). A primeira se trata de uma série de acordos comerciais, de infraestrutura e logística, envol-

DIAGRAMA - Evolução das linhas de trem bala na China em dez anos

2008 2018

- Linhas com velocidade maior que 300 km/h
- Linhas com velocidade entre 200 e 300 km/h
- Linhas com velocidade até 200 km/h

50: Coalgem e Diagrama - “Skyline” do Pudong, em Shanghai, e diagrama da evolução das linhas de trem bala na China em dez anos.

51: Coalgem - o presidente Xi Jinping em visita a um empreendimento portuário da BRI na Grécia

52: Coalgem e mapa - mapa dos projetos da BRI em 2017, com destaque às iniciativas de integração regional.

“As Novas Rotas da Seda”, ou Belt and Road Initiative

Integração regional

- Membros da União Econômica Euroasiática (UEE)
- Membros da Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), exceto a Armênia
- Membros observadores da SCO
- Membros da União Européia (UE)

Rota marítima norte

- Acesso permanente
- Acesso apenas no verão

Projetos das “Novas rotas da Seda” lançados pela China

Linhas férreas

- Existentes
- Em projeto ou em construção

Corredores econômicos

- Rota eurasiática
- Rota meridional e Sudeste
- Rota marítima

Investimentos chineses em portos comerciais

- Existentes
- Em projeto ou em construção

Principais pipelines eurasiáticos (petróleo e gás)

vendo cerca de 70 países (que hoje representam mais da metade do Produto Interno Bruto e 70% da população mundiais). Visando a integração entre os países da chamada “Eurásia” e mesmo uma integração entre oriente e ocidente, estas redes buscam dinamizar as trocas comerciais e a logística entre os países envolvidos. A segunda, é uma organização política, econômica e militar entre países da Eurásia, visando a promoção da segurança, de certa forma, à maneira como foi organizada a OTAN, no ocidente. Em ambos os casos, a China sob Xi Jinping tem se mostrado como o principal articulador geopolítico e geoeconômico da contemporaneidade, protagonizando as nações do Sul Global e driblando as determinações geopolíticas e ideológicas estabelecidas na gênese do Império ao final do século passado.

Outra transformação geopolítica fundamental das últimas duas décadas diz respeito a outro grande polo da Eurásia: a Rússia. Para Moniz Bandeira (2016, p.151-153), os anos 2000 são marcados pela reestruturação da Rússia, sob o mando de ⁵⁴Vladimir Putin, após o período de deterioração econômica e social sob ⁵⁵Boris Yeltsin, que submeteu o país à “terapia de choque” das IFIs, destruindo rapidamente grande parte do legado da URSS. Segundo o autor, além da desintegração territorial e política da URSS e da expansão sistemática da OTAN nas franjas da Rússia, o período Yeltsin foi marcado por amplo endividamento do país com o FMI e o Banco Mundial, pelo crescimento exacerbado da corrupção e a deterioração das cadeias produtivas e, sobretudo, por uma submissão ideológica a Washington. (BANDEIRA, 2016, p.141-143).

Assim, a partir de 1999, a ascensão de Putin à presidência do país representou uma mudança de rumo radical em relação ao que se praticava na década de 1990. Segundo Bandeira, Putin foi responsável por aumentar substancialmente a participação do Estado em setores estratégicos da economia, afastando os oligarcas do poder; por reduzir a parcela de cidadãos vivendo sob a pobreza de 40%, em 1998, para 11% em 2013; por retomar o desenvolvimento industrial e militar do país; e por minimizar a importância da dívida pública mediante o massivo acúmulo de reservas de moedas fortes e ouro. (BANDEIRA, 2016, p.151-152). Com isso, a Rússia retoma o papel preponderante como ator geopolítico e geoeconômico na Eurásia (e também a nível mundial), a medida em que a integração logística e econômica das antigas repúblicas soviéticas com este país, a despeito das contínuas desestabilizações e aliciamento da OTAN no leste europeu, volta a representar uma grande vantagem para ambas as partes. Além de sua integração à SCO, a Rússia de Putin protagoniza também, a partir de 2014, a formação da ⁵⁶União Econômica Eurasiática (UEE), com mais quatro ex-repúblicas soviéticas, consolidando-se como protagonista geopolítico, militar e econômico, e grande antagonista do sistema Imperial/OTANcentrista/Atlânticista a qual se submeteu brevemente durante a década de 1990.

Dessa forma, com o desenrolar das primeiras décadas do século XXI, a prevalência da normatividade imperial parece cada vez mais ameaçada a partir do oriente. A partir desta constatação, o geógrafo Fábio Tozi (2018) promove um debate a respeito dos sentidos de hegemonia (entendida enquanto projeção de soberania sobre o restante do mundo) na



contemporaneidade. Segundo o autor, a concepção ocidental de hegemonia, liderada pelos EUA no período do pós-guerra e, sobretudo, com a globalização, estaria sendo ameaçada “em face aos avanços dos projetos de hegemonia não-Ocidentais”. (TOZI, 2018, p.86). Esta primeira forma de hegemonia seria baseada na prevalência de um “complexo cognitivo-militar” em escala global - conceitualmente próximo ao que estamos denominando enquanto Império, a partir de Hardt e Negri (2014) -, operacionalizado, tanto a partir da presença material de bases militares, corporações, tecnologia, etc, quanto em termos imateriais, ou seja, “acordos econômicos, empréstimos, trocas, bens culturais, ideologia”, etc. Em oposição, o autor argumenta que o advento de iniciativas como a BRI e a UEE representariam a emergência de uma forma de hegemonia (talvez ancorada em elementos culturais tradicionais do oriente) que se baseia na integração comercial e, sobretudo, territorial como ação de hegemonia. (TOZI, 2018, p.87).

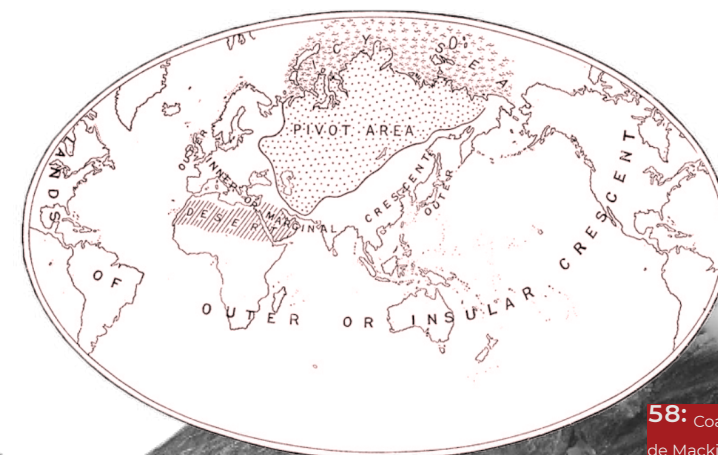
Nesse sentido, Tozi argumenta que o fortalecimento de China e Rússia (como atores geopolíticos) e a progressiva integração da Eurásia, estariam restaurando como elemento fundamental da disputa por hegemonia o chamado “pivot geográfico da história”. (TOZI, 2018, p.90-91). O autor recorre a referências clássicas da geografia política (Mackinder [2004] e Spykman [1942]) para ilustrar os conceitos de “Heartland” e “Rimland”, sendo o primeiro a massa territorial da Ásia Central e o segundo o seu entorno imediato como os componentes deste ⁵⁷“pivot geográfico da história”. Em outras palavras, o coração da Eurásia - exatamente onde se situam os pontos nodais de iniciativas como a BRI e a UEE - cor-

responderia à “porção do planeta para onde convergiria o processo histórico, tornando-se um centro das relações sociais e das conexões geográficas em diversos momentos”. (TOZI, 2018, p.90). Assim, a integração eurasiática seria o elemento principal desta disputa colocada entre diferentes formas de hegemonia (que ameaça a ordem imperial) e os conflitos estabelecidos no entorno imediato deste “Heartland” seriam concentrações da tensão decorrente desta disputa. Tozi ainda argumenta que a formação dos BRICS representaria a integração do Brasil nesta disputa por hegemonia, orientada por uma coerência geopolítica dos países envolvidos (a qual trataremos melhor no próximo subcapítulo).

Evidente que estas experiências não estão isentas de determinadas características da dominação imperial, tal como a prevalência da axiomática do capital sobre a produção da vida. Entretanto, tudo indica que a formação desses arranjos contra-hegemônicos tem tensionando os pressupostos geopolíticos do conceito de Império e, portanto, da multidão enquanto sujeito político. Seriam a SCO, os BRICS e a UEE ⁵⁸“contra-impérios”? “Outros” Impérios? Seria ainda pertinente falar em Império, considerando que a prerrogativa da totalidade estaria sendo quebrada por estes atores em busca de um mundo multipolar? Nesse sentido, questiona-se também a pertinência do léxico multitudinário em regiões do globo envolvidas nestes arranjos contra-hegemônicos, sobretudo considerando-se que, justamente no momento em que a ordem imperial começa a ser contestada em termos geopolíticos, as supostas insurgências multitudinárias deixam de centrar-se em um ataque à normatividade imperial e passam a fazer parte de tensionamentos em regiões chave para a articulação



56: Coalgem e Mapa - Países membros da União Econômica Eurasiática e três de seus principais articuladores: Vladimir Putin (presidente da Rússia), Nursultan Nazarbaev (ex-presidente do Cazaquistão) e Aleksandr Lukashenko (presidente da Bielorrússia).



58: Coalgem - Mapa do “pivot geográfico da história”, de Mackinder (Heartland e Rimland), sobreposto a uma foto (de autoria do jornalista Pepe Escobar) das antigas Rotas da Seda, no centro da Eurásia.

de blocos contra-hegemônicos. A exemplo, considerando a relevância geopolítica dos países do Oriente Médio e Norte da África, pergunta-se: seria a Primavera Árabe uma luta multitudinária contra o Império ou uma retaliação do bloco de poder hegemônico às movimentações de seus emergentes rivais?.

Autores como Bandeira (2016), Andrew Korybko (2018), Piero Leirner (2020) e Yazmin Ortiz (2021) argumentam que movimentos como as Revoluções Coloridas, a Primavera Árabe e as **59: Jornadas de Junho** (como discutiremos adiante) seriam motivadas por uma disputa por hegemonia, funcionando como estratégias de “Guerra Híbrida”, “Guerra por Procuração” ou “Guerras Não-convencionais”, em favor da desestabilização de territórios chave para o poder dominante. Frente a esta possibilidade, questiona-se o caráter espontâneo destes movimentos em direção a uma possível manipulação dos manifestantes. Sendo a emergência espontânea um dos principais pontos que caracterizam as multidões, tais levantes poderiam de fato se enquadrar neste conceito? Ou seria possível compreendê-los dentro de uma ideia de massa?

Sendo a multidão uma coletividade que atuaria no tensionamento do Império, insurgências contra o Estado não seriam, ao contrário, ações pertinentes à ordem imperial? Nos EUA e na Espanha, por exemplo, os manifestantes atacavam Estados (ou sistemas políticos) altamente identificados com a constituição do Império. Ainda assim, os resultados obtidos apontaram para a fragmentação política da sociedade, não em uma lógica da preponde-

rância da *diferença*, como conceituado por Hardt e Negri (2012), na qual sobressairiam os interesses comuns da multidão, mas em uma subordinação das diferenças a determinadas identidades. Já nos países árabes, o foco dos ataques esteve centrado nos chefes-de-Estado. A derrubada destes líderes levou, não ao estabelecimento de uma democracia liberal, mas sim, a uma sucessão de “intervenções humanitárias” por parte de centros de poder imperial, que atuaram na manutenção de um caos sistêmico.

Todos esses questionamentos são também pertinentes para o caso brasileiro. Contudo, antes de colocá-los em discussão, realizaremos um percurso pela situação do Brasil dentre estas transformações geopolíticas no século XXI e as diferentes imagens de multidão assumidas ao longo deste período no país até as Jornadas de Junho.

4.3 Brasil: um país de todos no governo da multidão

Em meio às intensas transformações do século XXI, a situação do Brasil modifica-se também intensamente. Após um período de medidas de austeridade e endividamento internacional, vivenciado na década de 1990 **21**, o Brasil encontrava-se em uma situação de calamidade social ao início do novo milênio. Esse cenário deu fôlego e agregou apoio social à candidatura de **60: Lula** que, desde as eleições de 1989 aparecia como principal representante do movimento de efervescência da sociedade civil pós ditadura militar (sobretudo na

58: Mapa - Hegemonia, contra-hegemonia e insurgências no século XXI

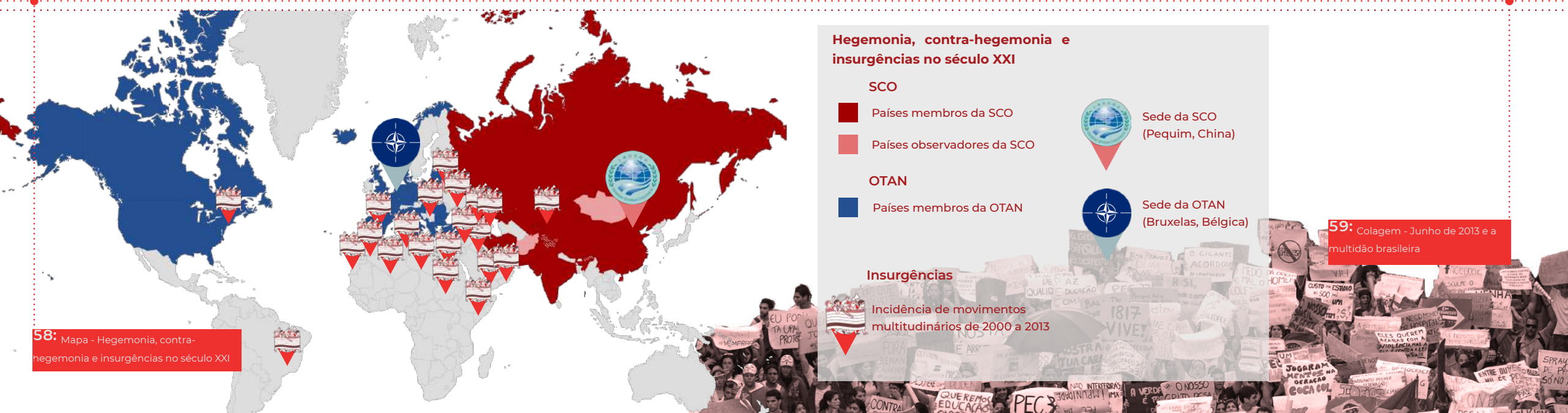


figura do novo sindicalismo). Assim, após a vitória no pleito de 2002, o Governo Lula foi responsável por elevar o Brasil, de uma situação **61: de endividamento severo com o FMI, credor desta mesma instituição.**

Além disso, neste período, o país acumulou reservas cambiais de US\$ 370 bilhões, elemento fundamental para reduzir a vulnerabilidade do país no cenário internacional, inclusive frente à crise financeira de 2008. Os economistas Aloizio Mercadante e Marcelo Zero (2018) argumentam que o acúmulo de reservas cambiais representou uma importante inflexão macroeconômica em relação ao período anterior, marcado pela crise da dívida externa. Os autores sustentam que as reservas representaram a superação da estratégia de “âncora cambial”, adotada após o Plano Real, que teria levado o país à subordinação às condicionalidades de ajuste estrutural impostas pelo FMI. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

Este período também foi marcado por uma reorientação nas relações internacionais em busca da formação de arranjos contra-hegemônicos, baseados na cooperação Sul-Sul. O fortalecimento do **62: Mercosul 22** e a criação da **CELAC 23** e da **Unasul 24** foram iniciativas centrais nesse sentido, que possibilitaram o fortalecimento das relações regionais e a elevação das exportações de manufaturas brasileiras. Ressalta-se que é neste mesmo período em que estabelecem-se uma série de governos populares na América do Sul (Hugo Chávez, na Venezuela [2002]; Evo Morales, na Bolívia [2006]; Nestor Kirchner, na Argentina

[2003]; Rafael Correa, no Equador [2007]; Fernando Lugo, no Paraguai [2008], e seus sucessores, em alguns dos casos) igualmente orientados à integração regional. Enquanto elemento mais importante dessa reorientação, tem destaque a formação dos **63: BRICS** (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) - sob iniciativa preponderantemente brasileira -, bloco que reúne cinco das nações mais populosas, com maior extensão territorial e, naquele momento, com taxas mais expressivas de crescimento econômico em todo o mundo. Tozi (2018) argumenta que a formação do bloco é orientada por uma coerência geopolítica dos países-membros, uma vez que todos eles seriam “países-monstros”, ou seja: territórios continentais com populações gigantescas, marcados pela heterogeneidade e complexidade. (TOZI, 2018, p.91). Nesse sentido, o autor defende que a formação dos BRICS seria também um ponto fundamental na dinâmica geopolítica do século XXI e na disputa por hegemonia, tornando o Brasil um ator absolutamente central na articulação de arranjos contra-hegemônicos em oposição ao Império.

A iniciativa da formação do bloco veio acompanhada da criação de um banco de desenvolvimento - o chamado New Development Bank (NDB), ou Banco dos BRICS - e da formação de reservas cambiais conjuntas - no Acordo Contingente de Reservas. Essas medidas apontavam no sentido da busca por novos mecanismos de financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento para estes países (bem como outros países do Sul Global) e de blindagem em relação às arbitrariedades do sistema financeiro internacional, preponderantemente controlado pelas instituições sediadas em Washington (BM e FMI). Além



disso, os BRICS tiveram papel central na reforma do FMI, que levou à ampliação do poder decisório dos países em desenvolvimento na instituição. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.69).

Conforme aponta Moniz Bandeira (2016), esse movimento é complementar à iniciativa de China e Rússia de criar sistemas de pagamentos internacionais alternativos ao SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication), sistema utilizado como uma das principais “armas” do Império na supressão de países “subversivos” (como Venezuela, Irã, Cuba, etc.). Segundo o autor, os governos russo e chinês têm desenvolvido juntos formas de realizar transações internacionais com seus parceiros comerciais em sistemas alternativos, seja na troca de petróleo por bens, seja no uso do Rublo (moeda oficial russa) e do Yuan (moeda oficial chinesa) como moedas de circulação internacional, driblando o domínio do Dólar. (BANDEIRA, 2016, p.517-518). Assim, o arranjo entre estes cinco “países-monstros”, todos em rápido crescimento econômico sustentado pelo consumo de suas grandes e crescentes classes-médias e pelo investimento em infraestrutura (inclusive no que tange a realização de mega-eventos esportivos) ameaçava a constituição imperial não só por representar um arranjo de poder alternativo, mas também por tocá-la em seu cerne: a financeirização e a hegemonia do Dólar.

No Brasil, internamente, a estrutura de financiamento de projetos também alterava-se radicalmente. Com a redução da dependência internacional, os ^{64:}bancos públicos brasileiros

assumiram um papel de destaque na propulsão do desenvolvimento nacional. Além da escalada de relevância de bancos de varejo na disponibilização de crédito para a população, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o BNDES tornou-se um verdadeiro motor do crescimento. Em paralelo à criação do ^{65:}Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, o BNDES foi responsável pela formação de um “novo padrão de financiamento de longo-prazo” para investimentos em infraestrutura que, ao contrário do que ocorria com os financiamentos internacionais, não impunha condicionalidades políticas e praticava prazos generosos. Com isso, os investimentos em infraestrutura no país cresceram vertiginosamente nas mais diversas categorias (linhas de transmissão de energia elétrica, rodovias, moradia, etc.). Este novo movimento levou o BNDES a um volume de financiamentos superior ao do Banco Mundial. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.73-76).

Em paralelo às mudanças no cenário macroeconômico e nas relações internacionais, o Governo Lula também se destaca por uma reviravolta na relação estabelecida com a sociedade civil. Desenhado sobre o “tripé” sindicalismo, igreja católica progressista e intelectualidade, o Partido dos Trabalhadores (PT) refletia as demandas de grande parte dos atores sociais envolvidos no processo de redemocratização, agindo em parceria com importantes movimentos nacionais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta relação se evidenciou na realização do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, em 2001, no qual movimentos sociais e ONGs de todo o mundo se reuniram em paralelo a uma cúpula do Fórum Econômico Mundial, como forma de articular as demandas da



sociedade civil em oposição às IFIs ²⁵. O fórum foi essencial na composição da base social que resultaria nos governos petistas.

A proximidade do partido com atores centrais no cenário das mobilizações sociais, acabou possibilitando ao governo Lula a formação de novas interfaces com a sociedade civil, muito distintas daquelas praticadas nos governos Collor e FHC sob recomendação das IFIs. Vale lembrar que o PT foi o ator central no desenvolvimento de uma série de políticas participativas no âmbito do municipalismo da década de 1990, tal como o Orçamento Participativo, que se fortaleceriam em vários destes municípios na década seguinte.

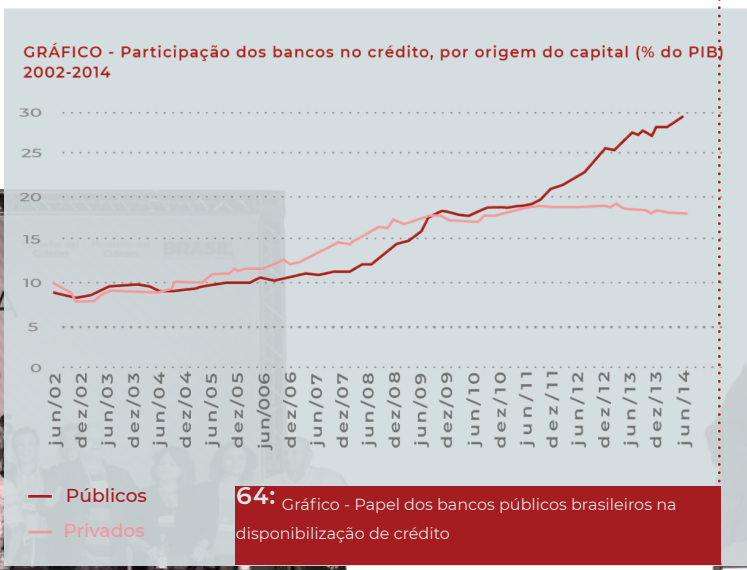
Enquanto isso, a nível federal, os governos do PT foram responsáveis pela realização de ⁶⁶ 115 conferências setoriais nacionais, 27 fóruns de discussão e formulação de políticas públicas e 15 Conselhos Nacionais, nos quais eram recebidos movimentos sociais e diversas representações da sociedade civil para a discussão de pautas caras à população. Além disso, sob forte influência dos movimentos sociais, foram instituídas diversas políticas setoriais, bem como formados ministérios e secretarias dedicados às questões de gênero, raciais, indígena, dentre outras. Esse movimento representa uma ampliação e diversificação das relações institucionais com a sociedade civil em relação ao que era praticado na década de 1990.

Os conselhos e conferências recebiam as mais diversas formas de representação, de movi-

mentos sociais organizados a ONGs. Os mecanismos de participação social deliberativa, tais como os Orçamentos Participativos, a nível municipal, tiveram um salto quantitativo e respaldo do governo federal no financiamento de empreendimentos. Além disso, muitos dos antigos militantes dos movimentos sociais, que contribuíram com a formação das bases sociais dos novos governos, passaram a fazer parte dos ministérios e secretarias, estando diretamente conectados com os processos decisórios. Diversos intelectuais veem essa incorporação dos líderes sociais no governo como um mecanismo de enfraquecimento dos movimentos. Maricato (2007), apesar de reconhecer a amplitude das ações governamentais no sentido de criação de importantes ministérios e espaços de debate com a sociedade civil, afirma que tais ganhos tendem a ocupar espaço meramente “juridicista” e “institucional” e que, no limite, reforçam o espectro clientelista sempre presente na política nacional. Além disso, a autora questiona a legitimidade participativa nos conselhos, tendo em vista que eram ocupados majoritariamente pelas lideranças dos movimentos, não alcançando uma representatividade real da população brasileira em termos demográficos, raciais e de gênero.

De qualquer forma, é inegável que os anos 2000 representam um momento de grandes transformações e movimentações no âmbito da sociedade civil. Seja em virtude da vitória política de organizações sociais de base que se articulavam desde a redemocratização, seja pela grande ampliação dos espaços de interface entre sociedade e Estado, ou seja simplesmente pelas transformações sociais, econômicas e culturais ocasionadas pelo governo Lula. Naquele momento, Hardt e Negri acabavam de lançar o livro Império (2014 [2000]) e por-

⁶⁶: Coalgem - 5ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2013, durante o Governo Dilma



⁶⁵: Colagem - Lula e Dilma (então ministra-chefe da casa civil) no lançamento do PAC, em 2007. Ao lado, imagem da visita de Lula à comunidade Irmã Dulce, em janeiro de 2003



tanto, situavam também naquela quadra histórica a própria constituição daquilo que nomeavam como Império. Nesse sentido, a experiência brasileira da formação de um governo popular após décadas de autoritarismo, conservadorismo e ortodoxia liberal representava também uma efervescente novidade no sentido da constituição da multidão.

4.3.1 MundoBraz e a estética da multidão

É nesse contexto em que o cientista político franco-italiano (radicado no Brasil) Giuseppe Cocco, no livro intitulado ⁶⁷*MundoBraz: o devir-Mundo do Brasil e o devir-Brasil do Mundo* (2009), propõe uma reflexão a respeito do lugar do Brasil no paradigma imperial e as possíveis correspondentes imagens da multidão. Em face das controvérsias culturais e demográficas da globalização - anunciadas por Hardt e Negri em *Império* (2014) -, e valendo-se também de um forte influência deleuziana, Cocco busca caracterizar o Brasil como um lugar da prevalência dos “híbridos” e da “hibridização” cultural, social, étnica, etc., entendendo que a “hibridização se constituiu no Brasil como o terreno privilegiado do enfrentamento” (COCCO, 2009, p.12). Esta hibridização seria a chave ontológica para a construção de uma “mundialização” constitutiva - em oposição à globalização neoliberal - e de um multidão global capaz de tensionar verdadeiramente o Império. Para tanto, o autor mobiliza leituras da “antropologia imanentista”, como do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que, ao analisar a socialidade amazônica e dos ameríndios, traz a ideia de que seria necessário “desinventar o Brasil” (enquanto lugar), para que seja possível pensar “um

projeto pelo ⁶⁸“tudo é Brasil”, porque o mundo já é o Brasil”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2007b *apud* COCCO, 2009, p.16). Em outras palavras, Cocco busca situar no Brasil a possibilidade de constituir um referencial político e simbólico capaz de privilegiar os “fluxos horizontais, rizomáticos, de baixo” e portanto uma mundialização de heterogeneidades, em detrimento da homogeneização vertical da globalização neoliberal. (COCCO, 2009, p.14-16).

Assim, Cocco inicia as reflexões do livro por um debate essencialmente urbano (ou urbanístico), mobilizando as cidades como a “nova fábrica” no regime de produção imperial - a *metrópole biopolítica*. O autor apresenta o conceito “brasilianização” como uma abordagem globalmente difundida dos efeitos urbanísticos e sociais perversos da globalização, tomando o Brasil como “exemplo”. A brasilianização seria, para diversos autores, a exacerbação da desigualdade social, a deterioração das condições de vida e de trabalho, e a urbanização desordenada que teriam caracterizado os grandes centros urbanos brasileiros até a década de 1990. O Brasil era utilizado enquanto exemplo negativo para ilustrar os efeitos do desmonte do Estado de bem-estar-social e a adoção do regime de acumulação flexível (enquanto condições da globalização neoliberal), que trariam como ameaça a todas as nações do mundo (inclusive as mais desenvolvidas) o risco da “periferização”, ou seja, a formação de espaços urbanos constituídos por “uma anarquia feudal da alta tecnologia, articulada em um arquipélago de brancos privilegiados sobre um oceano de pobreza branca, negra e mulata”. (LIND, 1995 *apud* COCCO, 2009, p.29). Assim, Cocco traz uma reflexão do filósofo Pau-



⁶⁷: Coalgem - MundoBraz, de Giuseppe Cocco. Ao lado, o antropólogo imanentista Eduardo Viveiros de Castro

⁶⁸: Coalgem - 'tudo é Brasil'

lo Arantes para ilustrar uma transformação do lugar do Brasil no mundo. Aquele que teria sido enxergado como o “país do futuro” - seja na modernidade do início do século XX, seja em períodos mais remotos, como a expectativa de um “novo mundo” nas Américas -, após duas “décadas perdidas”, passava a ser apresentado como o “buraco negro da globalização”, de forma que o “tornar-se Brasil” do mundo passa a constituir uma ameaça: “(...) de sorte que, na hora histórica em que o país do futuro parece não ter mais futuro algum, somos apontados, para o mal ou para o bem, como o futuro do mundo”. (ARANTES, 2001 *apud* COCCO, 2009, p.32).

Assim, as grandes cidades brasileiras, como São Paulo ou Rio de Janeiro, são apontadas enquanto um novo paradigma de ⁶⁹“cidades globais dualizadas” (ou brasilianizadas), ou seja, formadas por ilhas de modernidade e cidades muradas em meio a uma extensa e predominante “favelização”. É justamente a partir do tema das favelas que Cocco busca construir um contraponto à ideia de brasilianização. De maneira bastante análoga a um debate das décadas de 1960 e 70 ²⁶, o autor busca combater as ideias expostas pelo historiador estadunidense Mike Davis, no livro ⁷⁰“Planeta Favela” (2006), o qual classifica as favelas como um “campo de concentração, uma condição totalizante” de insegurança e insalubridade. (COCCO, 2009, p.38). Cocco argumenta que Davis ignora as dinâmicas sociais da favela em suas análises e a própria luta dos favelados em movimentos contra as remoções e pelo direito da posse da terra ²⁷, considerando que “Mike Davis só imagina a emancipação da pobreza em um mundo ideal que não corresponde minimamente às práticas de resistência

e produção dos pobres”. (COCCO, 2009, p.41). Além disso, o autor argumenta em favor de políticas de regularização fundiária e distribuição de renda implementadas por governos progressistas (no caso brasileiro, o ciclo de prefeituras populares da década de 1990 e o governo Lula), que teriam transformado a “qualidade social das regiões e dos bairros mais pobres bem como das dinâmicas habitacionais”, fazendo aflorar aquilo que há de melhor na favela e nas dinâmicas sociais de seus moradores. (COCCO, 2009, p.38).

É nesse sentido que Cocco mobiliza a favela como local não de um “culto da miséria e da pobreza”, mas de uma ⁷¹“ética da potência dos pobres”. (COCCO, 2009, p.42). Assim, em oposição à ideia de uma brasilianização como extensão global da deterioração das condições de vida em ambientes urbanos precários, o autor apresenta sua aposta por um devir-Brasil do mundo e um devir-mundo do Brasil como a exploração desta potência em um intenso processo de hibridização. Para tanto, seria necessário destituir a ideia de futuro em favor do *devir*, ou seja, ao invés de ter em mente uma ideia de progresso que elege as sociedades ocidentais modernas como uma “imagem de futuro para o resto do mundo”, colocar o Brasil no cerne de um devir-mundo em busca da construção de novos significados. Em outras palavras:

MundoBraz: um devir-mundo do Brasil que é ao mesmo tempo devir-Brasil do mundo. Nesse segundo plano [sendo o primeiro a ideia da “brasilianização”], a flexibilidade social e econômica é manifestação de uma plasticidade cuja dinâmica se alimenta da hibridização incessante,



⁶⁹: Coalgem - A cidade dualizada entre o luxuoso bairro de São Conrado e a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro

⁷⁰: Coalgem - Mike Davis, Planeta favela. Ao fundo, uma imagem de Lagos, na Nigéria

⁷¹: Coalgem - “Ética da potência dos pobres” - O Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, e inventividade e potência das táticas de sobrevivência de seus moradores

para dentro e para fora, para além do dentro e do fora. A mestiçagem brasileira se apresenta aqui como uma potência de diferenciação e, pois, de produção ilimitada de novos valores, constituição do tempo, produção de novo ser. (COCCO, 2009, p.49)

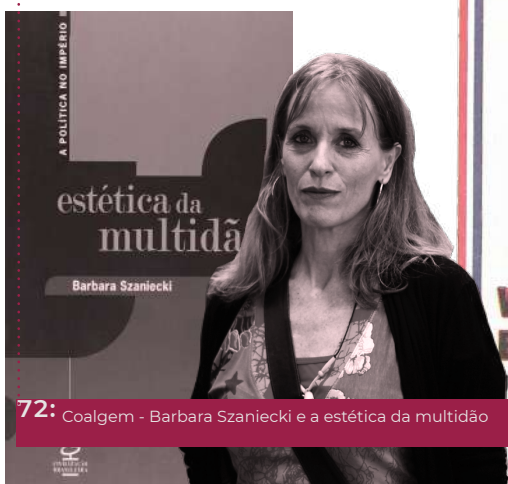
Cocco ainda situa sua aposta pelo devir-Brasil do mundo na mesma moldura geopolítica que apresentamos no subcapítulo anterior: a redução da dependência econômica do terceiro mundo em relação aos EUA (a despeito da dominação cultural), a emergência das relações Sul-Sul e a formação de uma multipolaridade, “deslocando o horizonte da independência para o lado do governo da interdependência” ²⁸. (COCCO, 2009, p.46). Contudo, o autor compreendia que este processo seria parte daquilo que Hardt e Negri (2014) denominaram como a soberania imperial, ou seja, a “crise da tradicional soberania nacional em direção a um novo tipo de soberania supranacional (...) articulada em torno na monarquia militar norte-americana, da aristocracia de multinacionais e instituições supranacionais (FMI, BM, OMC, UE, etc.)”. (COCCO, 2009, p.47). Nesse sentido, Cocco corrobora com a “potência democrática” de movimentos como a batalha de Seattle, os protestos de Gênova em 2001, o Fórum Social Mundial, etc, como a afirmação multitudinária de uma “outra globalização”.

Em conformidade com esta visão, a designer e pesquisadora Barbara Szaniecki²⁹, em seu livro ⁷²: *Estética da Multidão* (2007), argumenta que a soberania imperial teria sepultado o povo enquanto representação política e estética da soberania nacional e, portanto, sepulta-

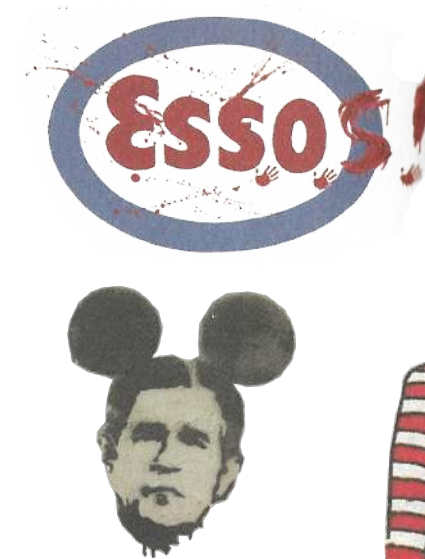
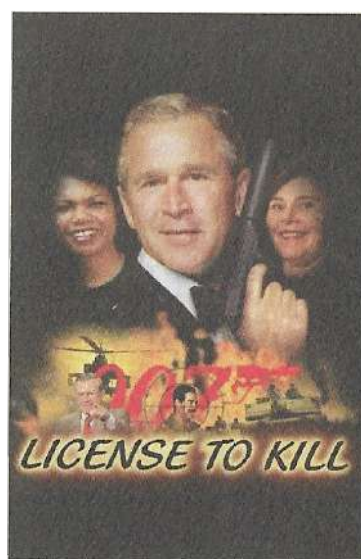
do também a possibilidade de realização da democracia enquanto regime de representação do povo. (SZANIECKI, 2007, p.108-109). Nesse sentido, a emergência da multidão estaria localizada justamente na *cooperação, comunicação e criação* a nível global, de indivíduos que têm em comum o desejo de combater a estas formas de poder da soberania imperial.

⁷³: O cartaz político da contemporaneidade - na internet e nas manifestações globais - pode ser entendido como um produto concreto da cooperação social emancipada de comando (o comum no campo do trabalho), uma manifestação oposta à representação do consenso imposto por contrato (o comum no campo político) e, por último, uma expressão carnal de antipoder (o comum no campo ontológico). (SZANIECKI, 2007, p.112).

Entretanto, o que ambos os autores não levam em conta (possivelmente pelo momento histórico em que escreveram seus textos) é que estas movimentações geopolíticas em direção à multipolaridade, ao invés de corroborar com a soberania imperial, resultariam em um firme combate a seus centros de poder (BM, FMI, UE, “monarquia militar norte-americana”, etc.) e na conformação de blocos contra-hegemônicos, conforme argumentamos no subcapítulo anterior. Além disso, Cocco e Szaniecki não consideram a “mudança de rumos” das manifestações globais que, de um combate às instituições gestoras da soberania imperial, passaram a combater chefes-de-Estado envolvidos nestas novas movimentações geopolíticas.



⁷²: Coalgem - Barbara Szaniecki e a estética da multidão



⁷³: Coalgem - o “cartaz político da contemporaneidade”, que emerge da potência criativa da multidão contra a “monarquia militar norte-americana e a aristocracia de multinacionais”



It just tastes bitter.

Ainda assim, Cocco incorpora fortemente a ideia de uma multidão que se afirma em confluência com um projeto político progressista que, estando a frente do Estado, compõe parte destas movimentações geopolíticas. A exemplo, o autor cita o “ciclo político formidável” que atravessava a América Latina no momento, que seria composto por dinâmicas “radicalmente inovadoras”. (COCCO, 2009, p.46). É nesse sentido que o autor aponta o Governo Lula como “uma partitura pública e radicalmente democrática para o virtuosismo brasileiro do século XXI”³⁰ (COCCO, 2009, p.94), ou seja, destaca a existência de inovações democráticas e populares, vindas do sul global, como alternativas à dominação imperial e em direção à constituição da multidão. Cocco aborda (em tom elogioso) políticas como o aumento real do salário mínimo, a ampliação das vagas para o ensino superior, a política de cotas e ações afirmativas para o ingresso nas universidades e, sobretudo, o ⁷⁴Bolsa Família e os Pontos de Cultura.

O Programa Bolsa Família indica o caminho da construção de um comum (a distribuição de renda) que pode constituir-se como base da ação das singularidades. Não se trata apenas da necessária redução da desigualdade e do urgente combate à fome, mas de pensar a mobilização produtiva como algo que depende da cidadania - o que substitui a equação que descrevia a integração social como dependente do crescimento econômico. A cidadania que o Bolsa Família prefigura é produtiva, ela implica o trabalho da cidadania e desloca os valores morais do passado, aqueles fundados na cidadania do trabalho, quer dizer, do emprego assalariado. (...) os Pontos de Cultura aprofundam essa tendência, democratizando

radicalmente a política cultural e pondo a cultura como cerne potencial - mais uma vez - da mobilização produtiva. O MinC com os Pontos de Cultura, não apenas deu sentido público às políticas culturais, mas as democratizou radicalmente, visando a reforçar (e não a determinar!) as dinâmicas próprias dos movimentos culturais. (COCCO, 2009, p.93-94).

Ou seja, em MundoBraz (2009), Cocco considera que o Governo Lula, ao cruzar política social e política cultural, atua no sentido de reforçar, ativar e visibilizar a potência criativa da multidão na construção de novos significados e de novas produtividades. Em outras palavras, em face dos desafios da lógica de acumulação do capitalismo contemporâneo - inerentes ao Império - o Governo Lula estaria encontrando alternativas multitudinárias de promoção do bem-estar-social, mais adequadas aos tempos presentes do que aquilo que o autor chama de “os velhos programas nacional-desenvolvimentistas”, que estariam presos a um moralismo e anacronismo do trabalho assalariado e do desenvolvimento econômico como únicas saídas para a prosperidade social. Da mesma forma que defende a potência criativa e produtiva da favela - como uma periferia que devém centro, criando novas urbanidades e novos modos de ser em oposição ao imperativo das políticas habitacionais desenvolvimentistas -, Cocco vê com bons olhos a protagonização do pobre no Governo Lula, como ator de promoção do dinamismo econômico, da produção cultural, de uma nova sociabilidade e de novos valores - como um sujeito verdadeiramente multitudinário.

É nesse sentido, inclusive, que o autor cunha, anos mais tarde, os conceitos de um *lulis-*



⁷⁴: Coalgem - Bolsa Família e Pontos de cultura. Ao lado, Lula com Gilberto Gil e Juca Ferreira, dois dos principais idealizadores dos Pontos de Cultura

mo selvagem e de classe sem nome. (COCCO; TASCHELO, 2017). A protagonização do pobre enquanto sujeito político, a valorização real do salário mínimo, a dinamização econômica, dentre outros “efeitos” do Governo Lula teriam criado uma condição inédita de ascensão social de uma massa de pessoas por décadas acometidas por condições de vida deterioradas. Esta ascensão que levou uma quantidade enorme de brasileiros a novos lugares, novas possibilidades e novos horizontes seria inevitavelmente criadora de novas sociabilidades. Aquilo que se buscou chamar de “Classe C”, “Nova classe média”, “batalhadores”, etc, é nomeado então enquanto *classe sem nome*, buscando a fuga das identificações e dos enquadramentos em nome da potência do novo. A respeito destes conceitos, o filósofo e músico Rogério Skylab argumentou que:

O que aconteceu no período Lula foi justamente essa potência que poderíamos chamar de **75: “lulismo selvagem”**: a gestação da classe sem nome é oriunda desse momento. As proposições molares, à moda dos estatísticos, oriundas desse período, tais como o aumento do nível de emprego, do salário mínimo, da proporção da renda do trabalho na renda nacional, assim como os ganhos não laboriais (sic), como os da Bolsa Família e dos Pontos de Cultura, poderiam ser operados dentro de uma rigidez e de uma imobilidade simbólica: cada um no seu lugar marchando pra frente.

Enfim, o que dá o caráter selvagem a esse período são as proposições moleculares: todos esses ganhos ocorriam dentro de um discurso que autorizava o pobre a desejar e, conseqüentemente, não se deixar sintetizar pela máquina do medir. O que acaba por transfigurar o espaço e o tempo,

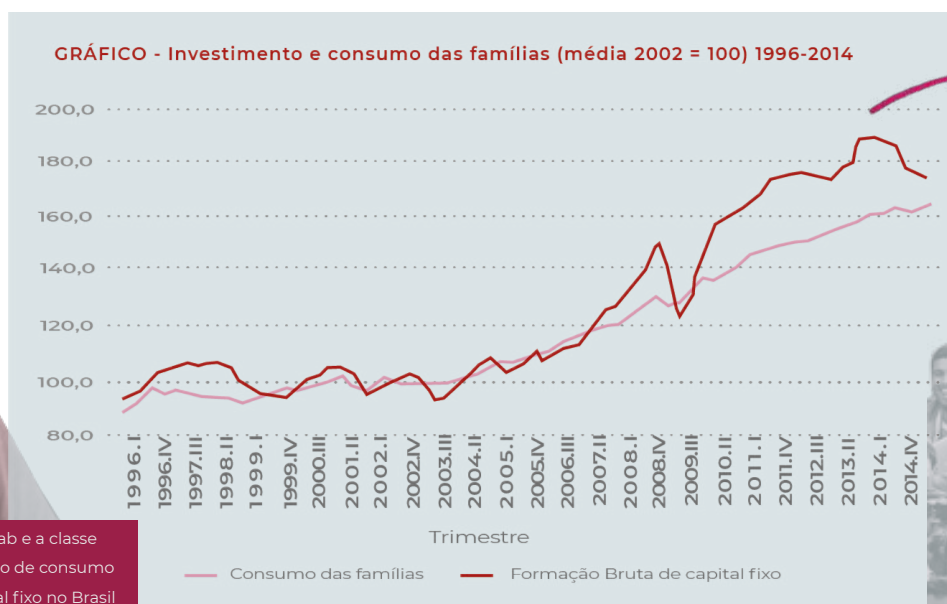
dando ao país uma experiência que nunca havia sido vivenciada antes: não é mais o discurso de ordem e progresso, próprio do positivismo, inserindo o país na modernidade, nem é o discurso de esperança, do país do futuro.

A experiência do lulismo selvagem é a experiência do isto-aqui-agora. (SKYLAB, 2019, não paginado).

Assim, a experiência do Brasil sob o Governo Lula parecia consolidar uma nova imagem da multidão: populações pobres, historicamente vitimadas pela desigualdade e pelo subdesenvolvimento - intensamente agravados pela ortodoxia liberal no momento de consolidação do Império - alçados à condição de desejar, de acessar, de produzir o novo. Essa condição, partido do Sul global, no seio da hibridização brasileira, no cerne da periferia que devém centro, ao mesmo tempo que inventa o novo da multidão, sustenta também o crescimento de nações subalternas, organizadas geopoliticamente em arranjos subversivos que desafiam a ordem imperial.

4.3.2 Diferença e desenvolvimento

Contudo, o endosso dos pós-estruturalistas (negrianos, deleuzianos, etc.) à novidade dos governos petistas é abalado no decorrer do segundo Governo Lula e, sobretudo, a partir do primeiro Governo Dilma. Ainda em 2009 (terceiro ano do segundo mandato de Lula),



A PROTAGONIZAÇÃO
DOS POBRES É O
LULISMO SELVAGEM

75: Coalgem e Gráfico - Rogério Skylab e a classe sem nome do lulismo selvagem. Gráfico de consumo das famílias e formação bruta de capital fixo no Brasil



Cocco já anunciava alguns de seus desentendimentos com o projeto petista, quase sempre motivado pelo seu entendimento depreciativo de *desenvolvimento*. O autor identifica que, tanto o desenvolvimento (em uma perspectiva “burguesa”), quanto o *progresso* (em uma perspectiva “operária”), teriam sido destituídos pelo regime de produção imperial (criativo, imanente, esquizofreneizado, etc.), tornando-se meramente “duas faces de uma mesma modernidade ocidental”. (COCCO, 2009, p.84). Em oposição, Cocco defende que a única forma de opor-se verdadeiramente ao poder seria adotar igualmente a criatividade, a imanência e a esquizofreneização, postulando *resistência* e *criação* enquanto uma mesma atividade multitudinária.

É nesse sentido que o autor defende o Bolsa Família e os Pontos de Cultura em detrimento dos “velhos programas nacional-desenvolvimentistas” - tanto aqueles apresentados em oposição aos governos petistas, quanto os colocados dentro do próprio governo. Entretanto, após mais de uma década de desdobramentos nefastos, uma série de questionamentos emergem desta oposição entre criação e desenvolvimento: Em um momento em que a dominação do capitalismo cognitivo e da financeirização é tamanha, a ponto de os próprios “centros” de poder imperial advogarem por um “decrecimento” e por um abandono da ideia de desenvolvimento ³¹, seria pertinente reconsiderar o papel do desenvolvimento *enquanto* resistência? A rejeição do desenvolvimento não seria pertinente apenas em países que de fato vivenciaram um ciclo de desenvolvimentismo e bem-estar social? Uma vez que desenvolvimento e progresso seriam meramente “faces da modernidade ocidental”, seria

possível afirmar, a partir do Sul-global, um desenvolvimento enquanto criação, ou melhor, um desenvolvimento enquanto afirmação da diferença?

Ainda assim, naquele momento, esta oposição parecia irreconciliável para Cocco. A primeira divergência a ser anunciada pelo autor diz respeito à Amazônia. A Amazônia é abordada pelo autor como cerne de suas discussões - por concentrar um debate pela inversão das relações homem-natureza; por representar um ponto chave da globalização; por trazer uma questão relativa aos povos indígenas; e por representar ainda uma dimensão ambiental do debate sobre desenvolvimento ³². Nesse sentido, o autor destaca o ⁷⁶: **embate ocorrido no Governo Lula, entre a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e a então Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a respeito da construção das hidrelétricas de Belo Monte** e no Rio Madeira elucidando sua perspectiva anti-desenvolvimentista.

Em seguida, Cocco ataca a visão de uma “ala desenvolvimentista” dentro do Governo Lula (ou do PT) - na figura do então presidente do Centro de Estudo Celso Furtado do BNDES, Luiz Gonzaga Belluzzo - a respeito de controvérsias em torno da política econômica do governo. Belluzzo teria se posicionado contrário à estratégia do primeiro Governo Lula de manter uma política econômica ortodoxa - sob o controle do então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci -, adotando as políticas de distribuição de renda como principal motor da integração social, a despeito de um desenvolvimento “clássico”. Segundo Cocco, Belluzzo, apesar de reconhecer a inova-



⁷⁶: Coalgem - Dilma, Marina e a controvérsia a respeito de Belo Monte.

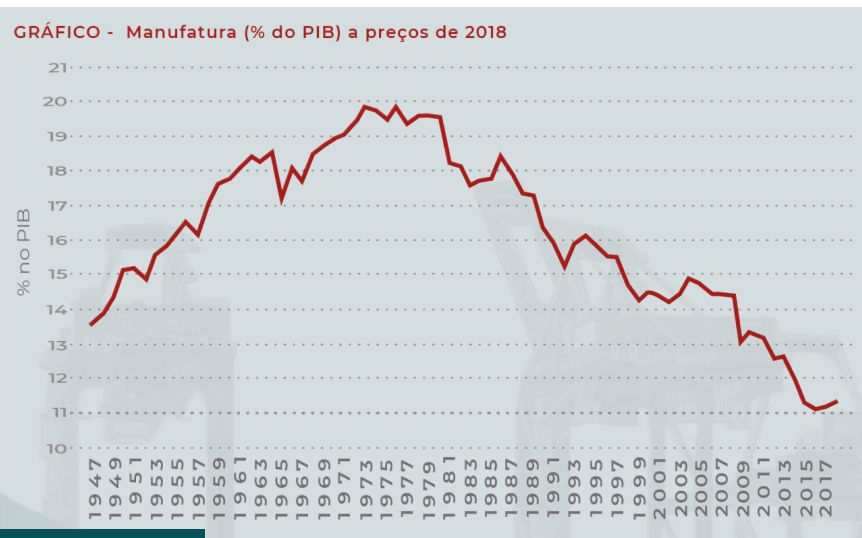
dora mobilização democrática decorrente do Bolsa Família e demais programas, acreditava que seria necessário retomar o crescimento econômico e o desenvolvimento a fim de produzir um verdadeiro consenso político. Cocco, então, assume uma posição bastante elogiosa ao liberalismo econômico - a qual aparece em diversas ocasiões ao longo do livro - para argumentar em favor da origem “social-liberal” do Bolsa Família, considerando que, “sem uma política de distribuição de renda, o crescimento econômico continua reproduzindo a desigualdade de sempre”. (COCCO, 2009, p.101-104).

Contudo, questionamos: seria essa uma contradição verdadeira? Seria possível reduzir desigualdade e promover uma radicalização democrática sem desenvolvimento econômico? Não seria então desejável e virtuoso tentar conciliar as duas iniciativas? Estes questionamentos tocam em elementos centrais que viriam a aprofundar a divergência entre pós-estruturalistas e o PT ao longo do Governo Dilma.

Conforme argumentou Belluzzo (2006 *apud* COCCO, 2009), apesar de promover dinâmicas sociais inovadoras e democráticas, de promover o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul no plano geopolítico, e de alcançar taxas expressivas de crescimento econômico, a política econômica adotada pelos Governos Lula (sobretudo o primeiro) não atuou no sentido de um ⁷⁷desenvolvimento amplo das forças produtivas. Pelo contrário, Lula manteve como principal orientação da política econômica do país o “tripé macroeconômico” (Metas de inflação, Câmbio Flutuante e Responsabilidade fiscal), consagrado no segundo

governo FHC como uma das medidas decorrentes do Consenso de Washington. Muitos economistas heterodoxos, inclusive ligados ao PT, como ⁷⁸Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, Márcio Pochmann, dentre outros ³³, consideram que este foi o grande gargalo para o desenvolvimento nacional no período Lula. Em contrapartida, em um livro organizado pelo Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo (FPA - fundação ligada ao PT), os autores ³⁴ argumentam que a manutenção da política macroeconômica ortodoxa fez parte de uma estratégia do partido de conciliação com o grande capital, para que fosse possível viabilizar a existência do Governo Lula - movimento sintetizado na chamada “Carta ao Povo Brasileiro”, de 2002. Essa teria sido a garantia para que os governos petistas pudessem desempenhar uma disputa “por dentro” - como de fato foi feito - angariando amplas melhorias sociais para a ampla maioria da população a partir, por exemplo, do realinhamento geopolítico ampliado do país, da ampliação do papel da Petrobrás, das grandes empresas públicas e privadas nacionais no desenvolvimento, da promoção de grandes obras de infra-estrutura via PAC e, também, da promoção de políticas de distribuição de renda e aumento real do salário mínimo. (GUERRA, *et al.* 2019, p.180-186).

A partir deste ponto, o Governo Dilma representa uma verdadeira “guinada” desenvolvimentista nesta estratégia. Conforme argumentam os autores da FPA, a própria escolha por Dilma (especialista em infraestrutura energética e responsável por grandes projetos de infraestrutura no Governo Lula) como sucessora de Lula e mantenedora do projeto petista (com traços desenvolvimentistas) representa uma clara intenção do partido de superar os



⁷⁷: Coalgem e Gráfico - Palocci, Meirelles e a política macroeconômica dos governos do PT atuando no sentido da manutenção da tendência de desindustrialização do país, iniciada na década de 1980.

criação e distribuição de renda x desenvolvimento e industrialização



⁷⁸: Coalgem - Belluzzo, Conceição Tavares e Pochmann, alguns dos economistas do PT dedicados ao desenvolvimentismo

“gargalos” impostos ao desenvolvimento nacional - energia, transporte, infraestrutura, etc. (GUERRA, et al. 2019, p.189). Sendo assim, os primeiros anos do Governo Dilma são marcados pelo abandono do Tripé Macroeconômico e o anúncio, feito pelo então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, da **79: “Nova Matriz Econômica”** - ou seja, juros baixos, desvalorização do câmbio, expansão do crédito e redução das tarifas de energia. Em outras palavras, o Governo Dilma estava claramente orientado a combater o poder do capital especulativo e a favorecer a indústria nacional, a expansão do setor energético, a produção em massa de infraestrutura e a construção civil. De certa forma, a chegada de Dilma à presidência representava a vitória de uma linha dentro do PT que buscava associar a radicalização democrática e a redução das desigualdades com o desenvolvimento e a re-industrialização. Esse movimento é a chave para o rompimento de uma série de intelectuais pós-estruturalistas **35** com o PT e tem nas cidades um ponto absolutamente central.

Desde o início do Governo Lula (e desde o surgimento do PT, inclusive) a pauta urbana ocupa um lugar privilegiado. Assim, o tema das cidades ao longo dos governos petistas era constantemente tensionado, por um lado, por aqueles que entendiam estar localizada no espaço urbano a possibilidade da radicalização democrática, da produção cultural e da melhoria efetiva da qualidade de vida (em consonância com a noção negirana da “metrópole biopolítica”); e de outro, por um pragmatismo que enxergava nas cidades o local privilegiado para a alocação de capital produtivo (imobiliário, automobilístico, infra-estrutural, etc.), visto como a medida anticíclica prioritária em momentos de instabilidade econômica.

Essa iminente contradição é parte significativa daquilo que viria a ser o cerne das principais pautas dos **80: protestos de Junho de 2013**. As manifestações - um dos principais eventos políticos do Brasil no século XXI (certamente o principal levante/protesto) - se iniciam no entorno de questões fortemente urbanas, mobilizando um léxico político (em muitos dos casos) pós-estruturalista e uma forte aposta na via multitudinária. Assim, no próximo subcapítulo, analisaremos, além do contexto e dos acontecimentos dos protestos de Junho de 2013, as narrativas urbanísticas e as imagens de multidão mobilizadas por uma certa intelectualidade de esquerda na ocasião.

4.4 Abordagens multitudinárias no debate sobre a cidade no Brasil: o ciclo de Junho de 2013

Uma das principais medidas tomadas pelo Governo Lula no sentido da priorização dos municípios e da questão urbana e, por consequência, da participação social, foi a criação do Ministério das Cidades. Esta iniciativa gerou grande entusiasmo entre os intelectuais vinculados ao debate urbanístico, na expectativa de uma aplicação daquilo que tinha sido instituído no **81: Estatuto da Cidade (2001)** e formulado ao longo de anos de Movimento pela Reforma Urbana. Entretanto, para parte significativa desses estudiosos, o órgão acabou se tornando insuficiente para conter as diversas problemáticas que solaparam as cidades brasileiras. Maricato (2013), em texto publicado no livro *Cidades Rebeldes*, aponta que a ques-



79: Coalgem e Gráfico - A Nova Matriz Econômica de Dilma Rousseff e a busca pelo desenvolvimentismo



80: Coalgem - Junho de 2013, resposta das ruas ao projeto nacional de Dilma

tão urbana se tornou um ponto de inflexão frente às políticas de desenvolvimento adotadas ao longo da primeira década do século XXI.

Os volumosos investimentos em infraestrutura aos poucos produziram um descompasso entre suas inserções territoriais e seu papel enquanto políticas anti-cíclicas. As cidades que, durante os primeiros anos da década, foram centrais no debate governamental por meio do fortalecimento da Reforma Urbana - com a criação do Estatuto da Cidade, do Ministério das Cidades, das Conferências Nacionais da Cidade, do Programa Nacional de Regularização Fundiária, do Conselho Nacional das Cidades, da Lei de Consórcios Públicos, do Plano Diretor Participativo, da Lei de Saneamento, da Lei da Mobilidade Urbana e da Lei sobre Resíduos Sólidos (MARICATO, 2015) -, aos poucos se tornaram válvulas de escape para as tensões econômicas internacionais. Destaca-se o caso do ⁸²Programa Minha Casa Minha Vida que, criado em 2009, além de ter sido pensado como mecanismo para enfrentar o déficit habitacional, funcionou também como forma de movimentar o setor da construção civil, gerar empregos e combater os efeitos da crise de 2008, ocasionando o que Maricato (2013) chamou de um *boom imobiliário*³⁶. A autora observa que, apesar de ocasionar um significativo crescimento econômico, a criação do programa significou um esquecimento do cerne da agenda da Reforma Urbana: a reforma fundiária/imobiliária. Maricato (2013) lembra, ainda, que a desoneração da indústria automobilística somada ao não investimento em melhorias para o transporte coletivo, levou à duplicação do número de automóveis circulando pelas ruas do país e, conseqüentemente, a um caos urbano, prin-

cipalmente em grandes cidades como São Paulo.

Nesse processo, a paisagem urbana brasileira foi marcada por uma gama de conjuntos habitacionais ocupando, preponderantemente, as franjas metropolitanas, além de um massivo número de automóveis e de empreendimentos vinculados às grandes empreiteiras. As intervenções urbanas estavam focadas na produção de espaços voltados aos interesses imobiliários, como parte da estratégia de políticas anticíclicas adotada pelo governo como combate à crise econômica. Assim, o crescimento inédito da economia - que contava com baixíssimas taxas de desemprego - não foi suficiente para manter a estabilidade governamental e a cidade se tornou um ponto de inflexão no debate político. Diante desta contração, ⁸³Raquel Rolnik (2013) coloca que o aumento no poder aquisitivo da população não garantiu o direito à urbanidade. Segundo Rolnik (2013), a questão da mobilidade e do acesso a equipamentos urbanos configura um dos pontos centrais para a indignação de parte significativa da população brasileira, levando às primeiras manifestações de 2013 ³⁷. Ademais, a frustração daqueles envolvidos no sonho da Reforma Urbana com a realidade na qual as cidades estavam imersas foi um importante elemento para o fortalecimento das contestações.

Contudo, a questão urbana não foi o único tema a mobilizar as ruas em 2013. Dentre as inúmeras bandeiras levantadas, a pauta anticorrupção tomou o cenário nacional mediante a possibilidade de aprovação da PEC 37. Tratava-se da inclusão de um novo parágrafo no



81: Coalgem - Ermínia Maricato e o Estatuto das Cidades

82: Coalgem - O Programa Minha Casa Minha Vida e o boom imobiliário das grandes construtoras nacionais



83: Coalgem - Raquel Rolnik e a revolta da classe média pelo direito à urbanidade

artigo 144 da Constituição Federal que restringiria o poder de investigação criminal a policiais federais e civis, impossibilitando a atuação de outros órgãos, como o Ministério Público. Além disso, conforme observaram os autores do Grupo de Conjuntura da FPA, a Nova Matriz Econômica do Governo Dilma não surtiu o efeito esperado, uma vez que subestimou-se a integração entre os setores produtivos nacional e o capital especulativo, de forma que as grandes empresas do país, ao invés de aproveitarem os baixos juros e incentivos para aumentar a produção, optaram por valer-se dos estímulos governamentais para suprir suas próprias perdas no sistema financeiro. (GUERRA, *et al.* 2019, p.190). Sendo assim, o crescimento econômico abaixo do esperado e o ataque à financeirização levaram a uma grande animosidade da burguesia industrial, do capital financeiro e, também, da classe média em relação ao Governo Dilma, criando um clima de grande instabilidade que iria pavimentar o caminho dos protestos.

Apesar dos índices recordes de popularidade dos governos petistas ao **84: final da década de 2000**, a progressiva insatisfação de lideranças sociais e intelectuais com as políticas implementadas ao longo do tempo - muito relacionada a frustração de expectativa nutridas nos períodos anteriores - vinha gerando fraturas nas bases sociais dos movimentos de esquerda. Ao início dos protestos, muitas organizações da sociedade civil que compuseram os debates e as colaborações com os governos petistas - como no FSM ou mesmo na participação de conselhos - se opuseram ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, dando corpo às manifestações. Por outro lado, movimentos sociais de base que fizeram parte da formação

do PT, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MST e parte dos sindicatos, se ausentaram das ruas abrindo espaço para uma série de novos movimentos e indivíduos que se apresentavam com pautas e estratégias inéditas. Maria da Glória Gohn (2014) argumenta que as manifestações eram compostas majoritariamente por pessoas de classe média que, em grande medida, realizavam seu “batismo na política”.

Vale ressaltar que o debate a respeito da mobilidade urbana vinha sendo gestado no Brasil há vários anos. O próprio **85: Movimento Passe Livre (MPL)**, entendido como o responsável pelo pontapé inicial das Jornadas, vinha organizando, desde 2003, manifestações de ordem local que, em 2012, expandiram-se para diversas cidades brasileiras. Em resposta aos levantes, no dia 31 de maio de 2013, o Governo Federal, buscando conter o aumento das tarifas e o avanço da inflação, desonerou tributos dos serviços de transporte coletivo, mas não obteve o resultado esperado. Em 3 de junho, manifestantes ligados ao MPL queimaram uma catraca em frente a uma subprefeitura de São Paulo. Assim, com caráter supostamente espontâneo, foi iniciada uma manifestação com aproximadamente 30 mil participantes. No dia 06 de junho, eclodiram as Jornadas. O que inicialmente era motivado pelo transporte, antes da metade do mês recebeu o slogan: *não é por vinte centavos*.

O vasto crescimento das manifestações foi um dos principais fatores que deram corpo a seu caráter multitudinário, bem como à diversidade dos integrantes, que iam de “cozinhas” a intelectuais. Dentre os intelectuais - principalmente aqueles vinculados ao debate sobre as

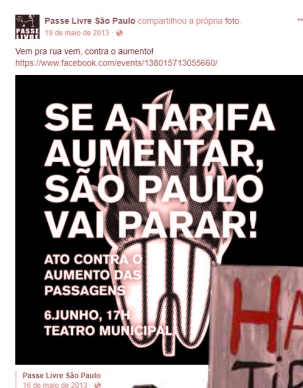


GRÁFICO - Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas 1995-2015

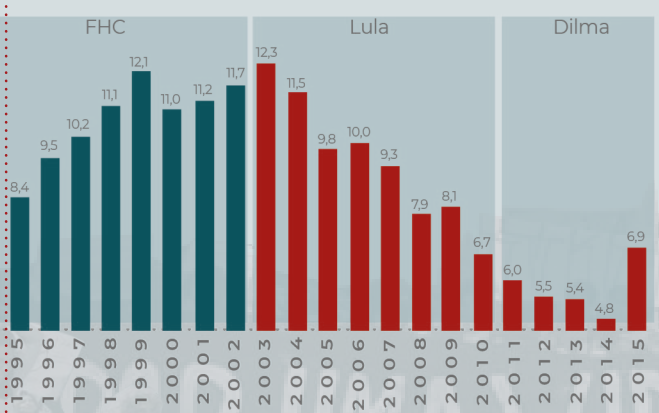
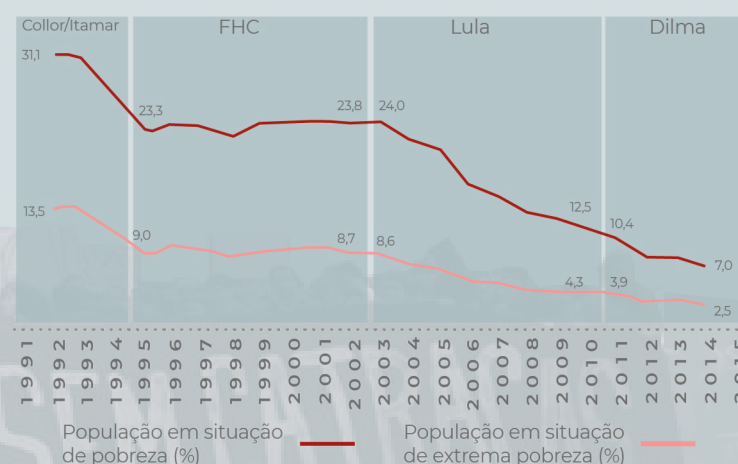


GRÁFICO - Pobreza e extrema pobreza no Brasil 1991-2015



85: Colagem - Movimento Passe Livre - "por uma vida sem catracas"

84: Gráficos - Situação sócio-econômica ao final dos governos petistas - as mínimas históricas do desemprego e da pobreza nas vésperas do levante de 2013

idades -, o pensamento pós-estruturalista encontrava-se latente e endossado pela aposta de Hardt e Negri (2014;2012) no sujeito político da multidão. Um grupo de autores em particular se destaca nesse sentido. Trata-se da chamada ^{86:}“Rede Universidade Nômade” composta (dentre outros) pelos já citados Giuseppe Cocco e Barbara Szaniecki, além do engenheiro e pesquisador Bruno Cava. Os membros da rede Universidade Nômade ³⁸ mantinham uma relação de proximidade com Michael Hardt e Antonio Negri (tendo inclusive publicado em conjunto com os dois autores), bem como com ativistas embalados pela “aposta multitudinária” em diversas cidades do Brasil e do mundo - sobretudo aquelas que compuseram o ciclo de lutas pós-2008. Assim, a Universidade Nômade atuou antes, durante e depois dos protestos de Junho como um grande aglutinador e articulador das ideias e leituras multitudinárias que se propuseram a respeito daquele momento político.

A partir deste ponto, analisaremos algumas publicações/artigos/narrativas articulados nesta rede a respeito dos protestos de 2013 no Brasil para, em seguida, nos aprofundarmos no caso de Belo Horizonte.

4.4.1 A multidão contra o Brasil Maior

No livro ^{87:} *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*, Bruno Cava e Giuseppe Cocco (2014) reuniram uma série de autores - brasileiros e de outras nacionalidades - para tratar das lutas de Junho, suas conexões e desdobramentos, em uma

perspectiva multitudinária. Logo no prefácio, Michael Hardt (coautor de Império [2014] e Multidão [2012]) afirma o caráter multitudinário dos protestos de 2013 no Brasil, trazendo à tona a lógica de auto-organização e horizontalidade das manifestações, bem como a heterogeneidade de seus manifestantes e pautas e as suas “maneiras de compartilhamento e cooperação, gerando uma série de demandas e perspectivas agrupadas na luta”. (HARDT, 2014, p.7). Além disso, em consonância com os espanhóis Bernardo Gutierrez (2014) e Pablo de Soto (2014) - ambos ativistas ligados ao 15M espanhol, com artigos publicados neste mesmo livro - Hardt defende que os protestos de Junho seriam parte da rede global de manifestações pela criação do comum. (HARDT, 2014, p.7; GUTIERREZ, 2014, p.119-120; DE SOTO, *et al.* 2014, p.144). Os três autores citam, além do ciclo de protestos de 2011 (abordado no início deste capítulo), os protestos ocorridos em Maio de 2013 em Istambul, na Turquia, pela permanência do ^{88:}Parque Gezi em oposição à construção de um shopping center no local. A resistência dos manifestantes turcos contra a privatização de espaços urbanos públicos e a proposta por uma ocupação e auto-gestão destes espaços caracteriza, para os autores, a exigência pelo comum que estaria também presente nas reivindicações urbanísticas dos protestos brasileiros, conectados em uma rede de solidariedade e afetação mútua com insurgências multitudinárias ao redor do mundo.

Primeiro, as revoltas no Brasil, – assim como os acampamentos e ocupações pelo mundo, nos últimos anos, – estão baseadas na afirmação do comum – uma afirmação, especialmente, de tornar comum a metrópole ela própria. O acampamento no Parque Gezi, em Istambul, é exemplar



para a exigência pela criação do comum. A fagulha dos protestos turcos se deu com a resistência ao plano neoliberal de privatizar o espaço público – no caso, a construção de um shopping center imitando antigos quartéis otomanos bem no parque central da cidade. Os movimentos, por um lado, se opuseram à privatização. Mas, por outro lado, também se opuseram ao controle público (quer dizer, estatal) do espaço urbano. No curso da luta, o movimento tornou o parque e a circunvizinha Praça Taksim um espaço comum, – aberto a todos e organizado segundo mecanismos de governança democrática. Esse desejo por um comum através de Istambul e além é uma maneira de exprimir o direito à metrópole. No Brasil, as fagulhas foram diferentes – a tarifa do transporte, os projetos de obras para a Copa do Mundo etc – mas reverberam o mesmo projeto de tornar o espaço urbano comum, reivindicando o direito à metrópole, para fazer nossa a cidade, como um território comum. O desejo pelo comum, especialmente em formas metropolitanas, é a cola que mantém unidos os movimentos da multidão. (HARDT, 2014, p.8)

Assim, a mobilização da ideia do ^{89:} *comum* pelos autores traz à tona a perspectiva intrinsecamente urbana dos protestos e a compreensão da metrópole contemporânea enquanto espaço, por excelência, de luta e criação da multidão. Além disso, a proposta do comum evidencia uma oposição ao mercado, ao Estado mas, sobretudo, à associação destes dois, entendendo o comum como a alternativa a se construir a partir da colaboração, compartilhamento e solidariedade da multidão.

É nesse sentido que, na introdução do livro, Giuseppe Cocco (2014) busca delinear qual

seria esta multidão de 2013 (e quais suas justificativas políticas e teóricas) retomando, em grande medida, as reflexões feitas em MundoBraz (COCCO, 2009). As mesmas discordâncias do autor em relação ao projeto petista, apresentadas de forma embrionária em MundoBraz (COCCO, 2009), aparecem aqui intensificadas e hipertrofiadas, indicando um claro rompimento de qualquer vínculo que Cocco tenha tido com o PT. A principal questão apresentada pelo autor gira em torno do tema do “neodesenvolvimentismo” e do “projeto nacional” que caracterizaram os primeiros anos de Governo Dilma.

Partindo de uma recusa às ideias de progresso e desenvolvimento, o autor acusa o Governo Dilma de ter abandonado o projeto de radicalização democrática, presente nos primeiros anos do Governo Lula, em nome de um projeto nacional que seria baseado em um ^{90:} *“Capitalismo de Estado” articulado em “redes de compadrio”*. (COCCO, 2014, p.22). Em outras palavras, Cocco condena as articulações de Lula e Dilma com grandes empresas nacionais para a promoção de grandes projetos de infraestrutura, sobretudo no contexto dos megaeventos esportivos, por considerar que se tratariam de um desenvolvimento econômico benéfico apenas às elites tradicionais, enquanto que as populações das pobres - que compuseram a “classe sem nome” do “lulismo selvagem” - seguiam relegadas à carência de infra-estrutura, ao trabalho precarizado e à violência policial nas favelas ou franjas metropolitanas. Assim, o autor mobiliza a imagem do “teleférico do complexo do Alemão” - sempre no Rio de Janeiro ³⁹ - “Com suas cabines milionárias navegando no céu da favela cheia de lixo, onde as casas desmoronam depois do PAC” enquanto síntese das problemáticas



^{90:} Colagem - O “Capitalismo de Estado articulado em redes de compadrio” - Eduardo Paes, Sérgio Cabral, Dilma e Pézão no Teleférico do complexo do Alemão

^{89:} Colagem - A reivindicação pelo comum urbano dos ativistas turcos acampados no parque Gezi

sociais que afloravam nos protestos de Junho. (COCCO, 2014, p.13).

O Brasil de Dilma e Lula consegue a façanha de ter presos políticos e tudo isso não por defender sabe-se lá qual projeto “nacional”... mas para a FIFA e os empreiteiros aumentarem os lucros na Copa e Olimpíadas. E também para vender as ⁹¹reservas estratégicas de petróleo aos chineses⁴⁰: são os mistérios do projeto de nação e sua pomposa política de Estado. Essa mais nova escalada repressiva nos mostra e confirma os graves limites políticos e teóricos do formalismo jurídico que caracteriza muitos setores da esquerda – moderados e até mais radicais. É a ilusão que a mudança passe pela Lei e pelas políticas de Estado, que devem implementar o tal projeto de nação. Não há nação, ainda menos um projeto. O que há, sim, é um Estado que tem a cara da caveira de sua “tropa de elite”. Um Estado que faz vigorar, sobre os pobres, um “vale tudo” ancorado no sistema jurídico-legal. (COCCO, 2014, p.19).

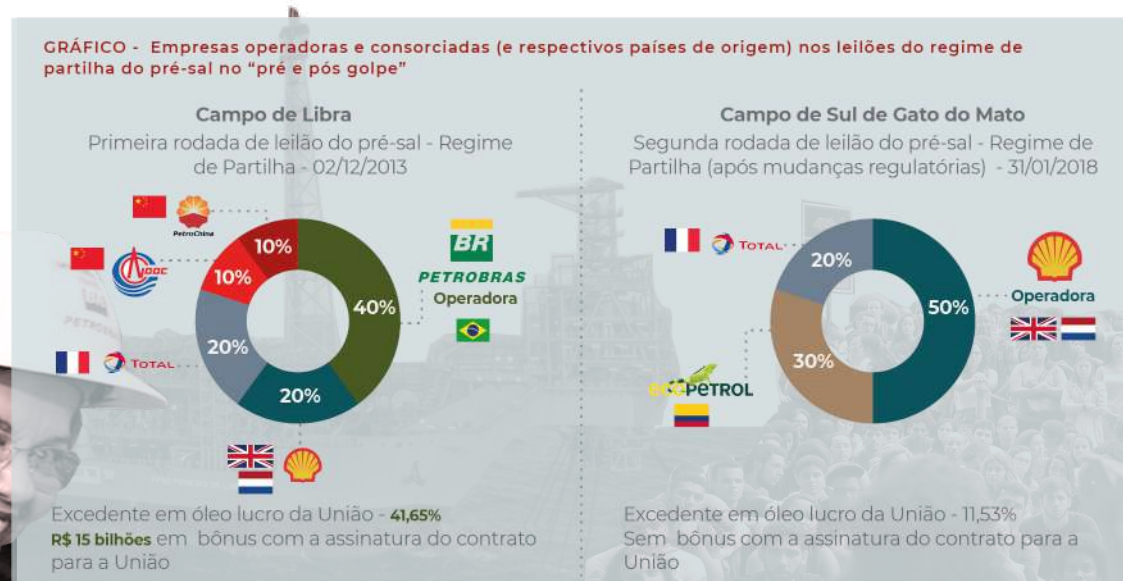
Em consonância com esta visão, Szaniecki (2014), em artigo publicado no mesmo livro, defende que ⁹²a multidão dos protestos de 13 seria composta pelos mesmos cidadãos “emergentes”, da “Classe C”, das “velhas ou novas classes médias” que se beneficiaram das transformações sociais dos Governos Lula. Segundo a autora, os governos petistas teriam se acomodado e promovido uma “estagnação – e mesmo o retrocesso – nos campos da cultura e da comunicação” e, conseqüentemente, não teriam compreendido que a ascensão destes mesmos cidadãos teria fomentado “outros desejos: desejos de se formar e se informar, se expressar, comunicar, circular, exercer a cidadania. Em suma, de afirmar a biopolítica como

potência da vida”. (SZANIECKI, 2014, p.162). Naturalmente há de se questionar a pertinência do argumento de que a multidão dos protestos era composta pela mesma “classe sem nome” dos pobres protagonizados pelos Governos Lula, que ascenderam à condição de desejar - conforme argumentou Cocco (2009) em relação à década anterior -, uma vez que, por mais que houvessem manifestantes pobres e periféricos, os atos eram compostos majoritariamente por jovens de classe média alta, conforme pontuou Gohn (2014), a partir de uma pesquisa realizada na manifestação do dia 20/06 em São Paulo ⁴¹.

A idade predominante na pesquisa Ibope foi de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade a soma sobe para 63% do total. O grau de escolaridade revela-nos que a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas média para cima. 43% tinham curso superior; 49% tinham ensino básico completo e superior incompleto. Apenas 8% tinham só ensino básico incompleto. (...)

Quanto à renda familiar dos participantes, 23% era de indivíduos com mais de 10 salários-Mínimos (SM), entre 5 a 10 SM abrangia 26%. Somando-se a estes dois últimos dados, têm-se 49% com mais de 5 SM. Até 2 SM, apenas 15%. Isso leva-nos a afirmar: os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho. Não estavam ausentes, mas o caráter do movimento de massa não foi dado por eles. O transporte público foi o motivo primeiro das razões da participação de (37,6%), seguida de outra razão abrangente e importante para se refletir: ambiente político (29,9%). Direitos e democracia foram temas citados como motivação ínfima, apenas 0,6%. (...) Indagados sobre a participação anterior,

⁹¹: Colagem e Gráficos - A exploração do pré-sal antes e depois do golpe de 2016



⁹²: Colagem - A multidão de 2013 - velhas ou novas nclasses médias

54% já tinham e 46% era a primeira vez, corroborando hipótese deste livro de que muitos estavam realizando seu batismo na política. (GOHN, 2014, p. 39 - 43).

Cocco (2014) argumenta que as manifestações dos jovens - contra o aumento da passagem, pela urbanidade, contra a Copa do Mundo e das Confederações - por meio de uma “invenção de possibilidades de resistência”, teriam ^{93:} angariado lutas *minoritárias*, contra as remoções nas favelas, pelo aumento do salário dos professores, contra a violência policial, etc. - “o tempo do evento agenciado ao devir-minoritário do Brasil”. (COCCO, 2014, p.15).

Bruno Cava (2013) trata deste mesmo tema em seu livro ^{94:} *A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (Jun-Out)*, composto por pequenos textos (de sua autoria e outros em parceria com outros autores) escritos ao longo do ciclo de 2013. Para o autor, a “ampliação das pautas” em 2013 - da questão do transporte coletivo à segurança pública, moradia, saúde, educação, produção cultural, ao questionamento das licitações de obras, das campanha eleitorais, etc. - teria ocorrido mediante a percepção dos “custos do progresso”, “pondo em xeque a narrativa oficial de um Brasil onde o futuro teria chegado, de janelas abertas para o primeiro mundo”. (CAVA, 2013, p.15). Com isso, os protestos de 13 teriam se apoiado em “lutas antecedentes e mobilizações já existentes”, fortalecidas pela “potência das ruas”, bem como aberto a possibilidade para novos questionamentos, que tocassem no cerne da distinção entre público x privado, que trouxessem à tona novas e

latentes pautas em um movimento de destituir o velho “modelo representativo brasileiro” para constituir o novo. Destituía-se um suposto “consenso” em torno da modernização do país em nome do surgimento de um “carnaval da criação”.

Encarnada em sujeitos sociais novos, a recusa e o poder destituinte que ela encerra simplesmente não depositam mais confiança no modelo representativo brasileiro. Não aderem passivamente a um esquema público-privado, que funciona à revelia das pessoas, comprazendo-se e justificando-se com o axioma de que não existem alternativas. Para o governo brasileiro, qualquer alternativa ao progresso por eles exclusivamente representado, só poderia ser fantasia, devendo ser atirada ao fogo em qualquer discussão “séria”. (...) Se tem uma percepção clara por dentro das manifestações, consiste em que as alternativas devam ser criadas além da máquina da representação, que ao poder destituinte deva corresponder um poder constituinte igualmente efetivo, que à escassez de caminhos apresentados pelo poder: a superabundância das redes produtivas e colaborativas, enfim, à morte da fantasia: o carnaval da criação. (CAVA, 2013, p.15)

Em um capítulo do mesmo livro, Cocco e Cava (2013) discutem a “Constituição selvagem” desta multidão que buscava destituir o “velho projeto nacional” para criar o novo carnavalesco. Para tanto, os autores mobilizam a ideia de uma “centralidade paradoxal dos pobres” no projeto político lulista que estaria dividida em dois eixos: um “lulismo de Estado”, que teria no neodesenvolvimentismo e na nova classe média as chaves para a construção de



^{93:} Colagem - Bruno cava: A multidão foi ao deserto

^{94:} Colagem - O carnaval da criação angariando lutas minoritárias - nas imagens, o Ocupa Câmara do Rio de Janeiro, com uma projeção alusiva ao desaparecimento de Amarildo Dias de Souza, bem como a resistência à remoção da Vila Autódromo, também no Rio de Janeiro

um “Brasil Maior” ⁴², e de outro o “lulismo selvagem” - conforme abordado anteriormente -, que emergia da radicalização democrática “desde baixo”, “a partir das minorias e seus devires”. (COCCO; CAVA, 2013, p.72). Para Cocco e Cava, as Jornadas de Junho representariam uma recomposição autônoma deste lulismo selvagem, “por fora do governo”.

Esta carga selvagem determinou não só a imprevisibilidade dos protestos, mas também manifestou a insatisfação ante o modelo neodesenvolvimentista que, segundo os indicadores oficiais, é um sucesso. Nesse sentido, as manifestações exprimem uma indignação generalizada contra o sucesso de um modelo, abrindo o horizonte a outra realidade política e antropológica: o bRASIL menor – mundobraz. (COCCO; CAVA, 2013, p.72-73)

Os autores consideram que essa ⁹⁵“recomposição autônoma” ou “por fora” do lulismo selvagem seria consequência de um “fechamento” do Governo Dilma - em relação ao que era praticado no período Lula - no âmbito da cultura e de um desinteresse “diante das questões dos direitos das minorias, das mulheres, dos sem terra, dos negros, dos LGBT, dos pobres, das favelas e dos indígenas”. (COCCO, CAVA, 2013, p.77). Esse processo teria ocorrido mediante uma burocratização do PT - “visceralmente afetado pelo funcionamento do estado” - e suas bases sociais organizadas, bem como pela diferença de perfil político entre Lula e Dilma. Em face destas condições, do suposto abandono da dimensão democratizante e minoritária do lulismo em nome do Brasil Maior de Dilma, Cocco e Cava

consideram que a multidão autônoma do lulismo selvagem estaria afirmando “- de maneira constituinte - outros valores”. “O movimento de junho assinala que a nova composição social do Brasil é um terreno de luta aberto como alternativa radical, entre a sua homologação dentro dos valores exauridos do capital global, e a formação selvagem da nova composição do trabalho metropolitano”. (COCCO, CAVA, 2013, p.80).

Neste processo teria ocorrido a “constituição selvagem da classe sem nome”, buscando destituir e combater as instituições do projeto nacional desenvolvimentista em nome da criação de um comum metropolitano. Assim, os autores mobilizam a imagem dos “jovens do black bloc”, enquanto sujeito mascarado, indeterminado, como a “expressão mais potente deste movimento”. “Se, nos anos 2000, dizíamos que ‘Lula é muitos’, hoje, cada um desses jovens é uma multidão”. (COCCO, CAVA, 2013, p.84). Por fim, os autores argumentam que os protestos de Junho seriam o “melhor resultado dos governos Lula e Dilma”, no sentido de serem não uma revolta motivada por condições precárias de vida - apesar de firmemente condenarem o suposto “descaso” dos governos petistas com populações periféricas e minorias - mas sim uma revolta dos jovens moldados nas boas condições dos anos petistas, do excesso, da abundância, de um “querer mais”.

Hoje, no governo e no PT, se perguntam: por que tanta insatisfação em um cenário de relativa inclusão social de milhões de brasileiros? Por que tantas manifestações num momento em que a crise do capitalismo não só passou ao largo da economia brasileira, mas também configurou uma oportunidade para a sua



afirmação nacionalista no mercado mundial? (...) Mas, em junho, não foi somente a população atingida pelos grandes eventos ou pela higienização urbana que se rebelou. Sucedeu um efeito de escala, colhendo apoios num gigantesco espectro social. Vários analistas de esquerda não conseguem perceber o kairós da multidão brasileira porque estão prisioneiros da lógica do quanto pior, melhor. As manifestações demonstram o contrário, que quanto melhor, melhor!

No outono brasileiro, sentimos o eco do outono quente italiano de 1969: QUEREMOS TUDO! (COCCO, CAVA, 2013, p.76)

Em um debate organizado pelo grupo Indisciplinar a respeito do filme *No Intenso Agora* 43, de 96: João Moreira Salles, o diretor tratou precisamente desta questão, ligando o Maio de 1968 francês aos protestos de Junho enquanto movimentos deste 97: “querer mais”:

(...) a França vivia aquilo que na história passou a se chamar os 30 anos gloriosos. Desde 46 a França crescia a níveis chineses (de hoje, né). Então, essa é uma crise que se dá na prosperidade. Ela não se dá na carência, ela se dá na prosperidade. A França tinha pleno emprego, a França tinha um serviço de... uma rede de amparo social, um Estado bem estar social que talvez em nenhum outro país fosse mais robusto do que na França.

O ensino secundário e o ensino universitário eram gratuitos. A porta era fechada? era. Os operários não entravam. Mas o pessoal estava na rua entrava! Tanto que são eles, que são estudantes que vão para as ruas. Você tinha empresas imensas que eram empresas geridas pelo Estado, você tinha o sistema bancário praticamente estatizado, você tinha um sistema de saúde público e de boa qualidade.

O interessante de 68 na França - e essa é uma ideia do Miguel Lago, que é um ativista do Rio de Janeiro e que me parece interessante - é o seguinte: eu passei o último ano defendendo que o 68 americano é mais interessante por vários aspectos. O Miguel diz: olha, é! Mas tem um componente que é moderno no 68 francês, você não encontra no 68 americano. Porque no 68 francês, quem vai pra rua é o privilégio! e quem vai pra rua diz o seguinte: “apesar de tudo isso, essa vida não nos basta! A gente não quer se conformar com um emprego, com 1.5 filhos e com uma carreira, e com aposentadoria e um carro. Se é isso que vocês nos oferecem, a gente não quer mais!”. (...)

A gente cansou de ver isso em Junho. Quer dizer: “o que que eles querem? Qual é o objetivo? Onde é que quer chegar?” E em 13, o Brasil ainda não estava na crise, a crise viria em 14! Entende? Você estava em pleno emprego, o Brasil ainda tinha memória de sete por cento de crescimento, enfim, o Cristo Redentor subindo feito um foguete na capa da The Economist... Então tem esse elemento de “não se trata de 20 centavos, não se trata de visitação.” Entende? Visitação é o estopim. (SALLES, 2018, não paginado).

Assim, antes de nos aproximarmos do caso de Belo Horizonte, façamos alguns questionamentos/reflexões 44. É interessante notar como, ao longo de todos os textos analisados nesta seção (ao contrário de em MundoBraz [COCCO, 2009] e Estética da Multidão [SZANIECKI, 2007]) a análise geopolítica, ou da constituição da soberania imperial quase não aparece - a não ser para classificar a experiência desenvolvimentista dos governos do

“ESSA É UMA CRISE QUE SE DÁ NA PROSPERIDADE”

“SE É ISSO QUE VOCÊS NOS OFEEREM, A GENTE NÃO QUER MAIS!” — QUEREMOS TUDO!

96: Colagem- João Moreira Salles e o debate sobre seu filme *No Intenso Agora*

97: Colagem- A crise na prosperidade e a revolta do “querer mais” em 2013

PT como uma tentativa de “homologação dentro dos valores exauridos do capital global” (COCCO, CAVA, 2013, p.80). As reflexões feitas em “Amanhã vai ser maior” (CAVA; COCCO, 2014) e “A multidão foi ao deserto” (CAVA, 2013) parecem todas partir do pressuposto de que a constituição da soberania imperial permanecia absolutamente inabalada desde o início dos anos 2000, a despeito de todos os processos geopolíticos da década. Além disso, parecia partir-se do pressuposto de que o ciclo global de protestos, da #globalrevolution, independentemente dos contextos ou características de cada um dos movimentos, era completamente voltado para a constituição de um comum global-metropolitano, de uma “democracia global” para a qual seria necessário driblar ou superar as “máquinas representativas estatais”. Talvez como uma forma de desterritorializar as codificações despóticas do Estado-nação para liberar os fluxos horizontais, ou mesmo no sentido de uma multidão global que exige o surgimento do Império.

Para onde foi a virtude do multilateralismo - operacionalizado pelo Brasil via BRICS, via Mercosul, via acordos Sul-Sul -, que possibilitava a realização de uma multidão do “lulismo selvagem” ao mesmo tempo que se apoiava nela? O que aconteceu com o “ciclo político formidável” da América Latina, com o horizonte da interdependência em oposição à “monarquia militar norte-americana”? O que aconteceu com o Brasil da “hibridização”, geopoliticamente capaz de conformar uma outra globalização? É curioso também notar que esta virada ocorre justamente quando o país passa de um Brasil minoritário, do ⁹⁸“toda menina baiana” na assembléia geral da ONU - ainda condicionado ao Tripé Macroeconômico

do Consenso de Washington - para o ⁹⁹“Brasil Maior”, com política industrial desenvolvimentista, com a realização de megaeventos esportivos e ampliação do protagonismo internacional - como já faziam Rússia e China há anos.

Contudo, os textos trazem também constatações absolutamente pertinentes. É inegável que os Governos Dilma obstruíram em alguma medida o diálogo com os movimentos sociais e culturais, que a pujância democrática e cultural dos governos Lula arrefeceu, que as cidades sofreram com a escalada dos investimentos públicos operacionalizados via velhas oligarquias detentoras das grandes construtoras. Inegável também que as transformações sociais, culturais e políticas ocasionadas pelo lulismo foram pouco incorporadas pelos governos petistas e que a fidelidade eleitoral da “nova classe média” acomodou os quadros do governo, possibilitando um desvio de foco para as transformações econômicas pretendidas. A tudo isso, no momento dos protestos, soma-se a reação conjunta de Alckmin e Haddad aos protestos paulistanos, o enquadramento dos protestos na Lei de Organizações Criminosas e na Lei de Segurança Nacional, no âmbito federal, e a inevitável subordinação da ação governamental aos ditames da FIFA, no contexto da Copa do Mundo e das Confederações.

Estas últimas questões trazem um elemento muito marcante nas análises dos autores e para os protestos como um todo: a violência policial. É evidente que o contexto dos protestos insuflou a violência policial - contra os manifestantes e também nas periferias, no contexto



The Economist
The decline of music piracy
Nigeria gets better
Farmers v grants in America
How drugs are being decriminalised
Bland bosses

Brazil takes off

⁹⁸ Colagem- Gilberto Gil e Kofi Annan performando “Toda Menina Baiana”, na ONU, em 2003. Ao lado, a capa da The Economist de 12/11/2009 e o encontro de Barack Obama e Lula

⁹⁹ Colagem- Dilma e Xi Jinping no VII encontro dos BRICS, realizado em 2015, na Rússia

É o político mais popular da Terra.

das remoções em vilas e favelas, etc. - e que a violência como um todo foi um elemento marcante em todos os anos de governos petistas - seja no que se refere à criminalidade urbana, ao encarceramento ou à violência policial. Este parece ser um dos - dentre vários - elementos da sociedade brasileira, de raízes profundas e estruturais, que se mantiveram ou mesmo se intensificaram nos anos de governos progressistas. Os protestos de 13 parecem representar também a reação de uma juventude acostumada ao progresso às frustrações decorrentes da persistência de determinadas questões - talvez por não se identificarem com os processos políticos de mudança tanto quanto as gerações mais antigas da esquerda. A juventude selvagem, desejante, do “carneval da criação” opunha-se ao que Cocco e Cava (2013) chamaram de “lulismo de Estado” em sua componente intrinsecamente conciliatória - que conferia a figuras como Eduardo Paes e Sérgio Cabral (no caso carioca) um papel político central. Esta conciliação - que, para muitos, é o que deu viabilidade política para a existência de um governo de esquerda e popular logo após uma década de subordinação ao Consenso de Washington - em 13 e, sobretudo, para os jovens, era vista como atraso e corrupção.

Entretanto, é necessário também pontuar que - conforme veremos de maneira mais aprofundada adiante - dentre os jovens de 13 estavam também inúmeras ONGs e fundações internacionais (muitas das quais estiveram ligadas aos demais movimentos de #globalrevolution, revoluções coloridas, etc.) financiadas por agências diretamente vinculadas aos interesses geopolíticos norte-americanos, OTANcentristas, imperiais, etc. Importante ressaltar

também que, nos gritos e demandas das ruas, ecoava uma negação da política absolutamente conservadora e uma violência contra partidos e organizações tradicionais da esquerda sob os lemas de “sem bandeira”, “sem partido”, etc. Além disso, deve-se questionar a verdadeira pertinência da identificação dos manifestantes com ¹⁰⁰ a “multidão selvagem da classe sem nome”, com os pobres emergentes e desejantes dos Governos Lula, sendo que, na grande maioria dos relatos sobre os protestos, predomina a visão de que eram compostos majoritariamente por uma classe média-alta branca. Qual seria então essa “classe média” dos protestos? Seria a “classe sem nome” justamente a confluência entre a “nova classe média” (“classe C”, ou os “pobres emergentes”) e a “velha” (ou alta) classe média? Será que essa confluência de fato existiu? É curioso observar como os protestos de 13 ocorrem justamente no momento em que a principal base de apoio do PT estava migrando “das cidades mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste, para as massas pobres (marginais, porém majoritárias) das periferias urbanas e zonas menos desenvolvidas (em particular, o Nordeste)”, conforme observaram Cocco e Cava (2013, p.72).

Dadas todas estas condições, ¹⁰¹ teria sido possível que o governo e o PT incorporassem as demandas das ruas? Se, conforme colocaram Cocco e Cava (2013, 2014), a expectativa dos “jovens desejantes pela criação do novo” era a radicalização e o aprofundamento democrático, uma guinada à esquerda, ou mesmo o resgate da dimensão democratizante dos anos Lula, teria sido possível para o Governo Dilma se apropriar da potência dos protestos em favor do projeto nacional? Seria, de alguma forma, possível restabelecer a conexão entre



“Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas.

Mas se deixarmos que a violência nos faça perder o rumo, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita a coisa a perder.”

¹⁰¹: Colagem - O pronunciamento de Dilma em relação às manifestações de Junho, realizado no dia 21/06/2013

¹⁰⁰: Colagem - Imagem adaptada do trabalho *Multidão 3* Maré, 2013, do artista Lucas Bambozzi - a face indefinida da multidão brasileira

a selvagem classe sem nome e o projeto de nação? Ou era um movimento essencialmente anti-Dilma e suas opções político-econômicas?

Muito se fala que o principal efeito de Junho de 2013 teria sido a ativação e/ou o fortalecimento de diversos espaços de discussão e pautas na política brasileira. De fato, é inegável que absolutamente tudo mudou na política do país desde então - as pautas discutidas dentre a esquerda se amplificaram intensamente, uma série de novas organizações políticas surgiram, multiplicaram-se experiências de ocupações próximas a uma ideia de constituição do comum (como o Ocupa Cabral, no Rio de Janeiro, o Ocupa Câmara ⁴⁵, em Belo Horizonte, as ocupações estudantis de 2016, etc.), e toda uma geração se politizou a partir dos protestos, dando à política uma nova centralidade no cotidiano do país. Entretanto, esta ampliação de pautas e espaços da política foi verdadeira também - e talvez, principalmente - para a direita. Desde o surgimento de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), de uma tomada inédita das ruas pela direita em um momento imediatamente posterior às jornadas, até o surgimento e/ou ¹⁰²: fortalecimento de grupos de extrema-direita.

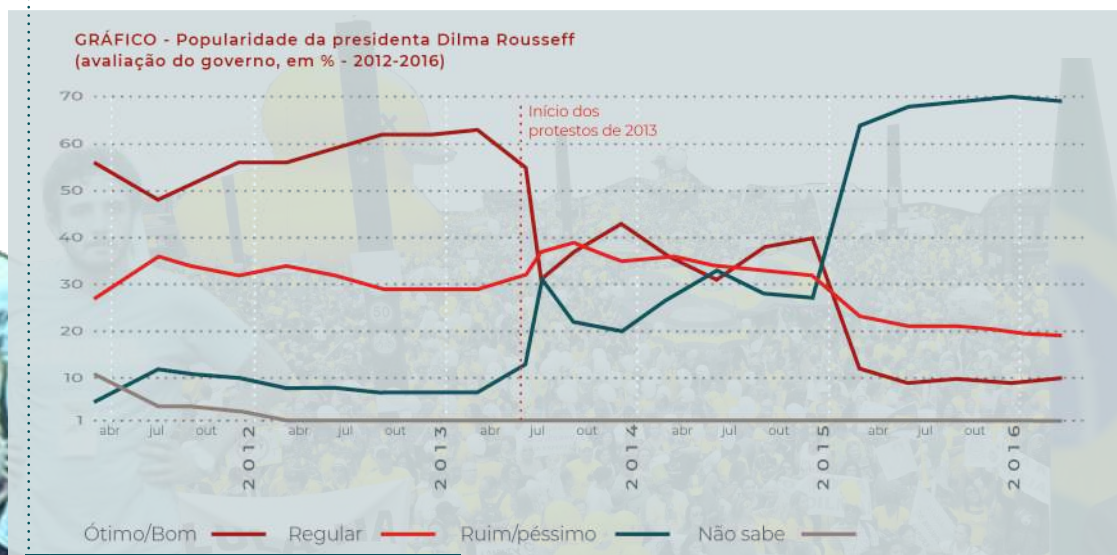
Talvez estivessem certos os petistas Tarso Genro e Marilena Chauí - com quem tanto se enfureceram Cava (2013, p.22) e Cocco (2014, p.12) - ao classificarem os protestos de Junho como uma “hipnose fascista”. ¹⁰³: Após uma brusca queda de popularidade da presidenta Dilma ao longo dos protestos - caindo 32 pontos percentuais de março a julho de 2013, segundo levantamento do Ibope ⁴⁶ -, o desencadeamento de uma série de protestos

contrários ao governo e a culminação de um golpe de Estado, talvez seria cada vez mais pertinente falar em fascismo. Além disso - e em decorrência também de uma série de fatores que não nos cabe abordar, como a prisão do Presidente Lula, a Operação Lava Jata, dentre outros - com a queda de Dilma, sucederam-se dois governos extremamente conservadores e avessos a qualquer uma das reivindicações da “multidão desejante”. Estes governos têm sido, inclusive, responsáveis por retomar integralmente a agenda econômica e geopolítica do Consenso de Washington - desindustrialização, ¹⁰⁴: subordinação aos EUA, etc. - e desmontar a predominância dos avanços obtidos nos governos petistas, liquidando todas as condições descritas como base para a formação da multidão brasileira, dos pobres desejantes, do lulismo selvagem, etc.

Assim, quase dez anos após os protestos, questiona-se: teriam os protestos de 2013 sido apropriados por forças hegemônicas para a destruição do projeto de um “Brasil Maior”? Poderiam, inclusive, ter sido produzidos a priori para este fim? Com a retomada de popularidade do PT ⁴⁷ e do presidente Lula - inclusive com a apresentação de sua forte candidatura à presidência da república para o pleito de 2022 - poderia o partido retomar seu projeto de radicalização democrática e desenvolvimento nacional, em contato direto com a multidão, e a partir das transformações políticas ensejadas por 13? Ou teriam os protestos ocasionado uma fragmentação política absoluta da sociedade a ponto de inviabilizar completamente a possibilidade de uma multidão constitutiva em interface com um projeto político soberano e popular ⁴⁸?



¹⁰²: Colagem - O MBL e os demais movimentos de direita que tomaram as ruas logo após o ciclo de 2013 para pedir o impeachment da presidenta Dilma



¹⁰³: Gráfico - popularidade de Dilma (2012-2016)



¹⁰⁴: Colagem - Michel Temer em encontro com o então vice-presidente dos EUA (sob o mandato Trump), Mike Pence, e Jair Bolsonaro em reunião com o atual chefe da CIA, William J. Burns

Antes de nos debruçarmos sobre estes questionamentos, analisaremos as especificidades do ciclo de 2013 para Belo Horizonte, sobretudo no que se refere à política urbana, e a partir, principalmente, do ponto de vista do grupo Indisciplinar.

4.4.2 Belo Horizonte: insurgências multitudinárias e planejamento participativo

O ciclo de Junho de 2013 em Belo Horizonte está diretamente relacionado com uma série de acontecimentos políticos da cidade nos anos anteriores e se entrelaça com o surgimento do grupo de pesquisa Indisciplinar. O que nos interessa aqui é salientar o papel da aposta multitudinária na constituição deste ciclo e as transformações engendradas a partir de então no debate sobre as cidades no ambiente acadêmico e político belo-horizontino. Assim, abordaremos alguns trabalhos de membros do Indisciplinar sobre o tema - o artigo *As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão*, de ¹⁰⁵Natacha Rena e Paula Bruzzi (2014), publicado no livro *Amanhã vai ser maior*; a dissertação de mestrado de Paula Bruzzi Berquó (2015), orientada pela professora Natacha Rena, intitulada *A OCUPAÇÃO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS BIOPOTENTES EM BELO HORIZONTE: entre rastros e emergências*; o artigo *Neves-Lacerda declara guerra à Multidão, que resiste positivamente*, de Natacha Rena (2013), publicado no site da UniNômade; e o registro de uma roda de conversa com ativistas envolvidos com o ciclo de 2013 na cidade, organizada por

Natacha Rena, ¹⁰⁶Joviano Mayer, Bernardo Neves e Natália Alves (2016) para a Revista Indisciplinar - bem como um artigo do historiador ¹⁰⁷Francisco Foureaux (2014), intitulado *A cavalaria andou de ré*.

Algo que se repete nas análises sobre o ciclo das Jornadas em Belo Horizonte (RENA; BRUZZI, 2014; FOUREAUX, 2014) é que ele teria, na realidade, se iniciado anos antes, em 2009. 2009 foi o primeiro ano do primeiro mandato do prefeito ¹⁰⁷Márcio Lacerda (PSB) após um ciclo de administrações petistas que tem início na década de 1990, com ¹⁰⁹Patrus Ananias, marcado por uma grande ênfase na participação popular, inversão de prioridades e urbanização de vilas e favelas via Orçamento Participativo. Assim, Lacerda teria sido escolhido como sucessor do projeto petista representando, ao mesmo tempo, uma conciliação com o PSDB mineiro que dominava o governo do estado desde o início dos anos 2000, com Aécio Neves (2003-2010) e, depois, Antonio Anastasia (2010-2014). Contudo, a candidatura de Lacerda não era unânime enquanto continuidade das administrações do PT tendo, inclusive, provocado grandes tensões dentro do partido entre os grupos políticos dos ex-prefeitos Patrus Ananias e Fernando Pimentel. Ocorre que, na prática, Lacerda foi responsável pela implementação de uma governança urbana fortemente neoliberal, tendo enfraquecido bastante os meios de participação popular e os mecanismos de inversão de prioridades em nome de uma administração mais voltada para os marcos “noventistas” do marketing urbano, planejamento estratégico, etc.



¹⁰⁷: Colagem - Márcio Lacerda (PSB) em campanha para a prefeitura de BH ao lado do prefeito Fernando Pimentel (PT) e do ex-governador Aécio Neves (PSDB)

¹⁰⁸: Colagem - O prefeito Patrus Ananias em uma rodada do OP na década de 1990

¹⁰⁵: Colagem - Natacha Rena, Paula Bruzzi e o grupo de pesquisa Indisciplinar

¹⁰⁶: Colagem - Os pensadores e ativistas Francisco Fourreaux e Joviano Mayer

Em um contexto de preparação para a Copa do Mundo de 2014, Lacerda parecia representar a **109: face mineira do “lulismo de Estado”**, tal como colocado por Cocco e Cava (2013), no sentido de sintetizar uma conciliação da esquerda empoderada com as oligarquias locais, e da adoção de um modelo de gestão mercadológico voltado para o angariação de investimentos para a produção de grandes infra-estruturas urbanas. Talvez em função do apoio do PSB (e, por consequência, do PSDB) mineiro, talvez em função da viabilização dos megaeventos esportivos, ou talvez por um simples erro de cálculo político, o PT parecia abdicar da disputa pelo executivo municipal de Belo Horizonte a partir de 2008. Assim, a efervescência participativa e democrática dos anos 1990 e 2000 - já bastante transformada pelo governo Pimentel, com a escalada de investimentos, Programa Vila Viva, Orçamento Participativo Digital, etc - parecia arrefecer cada vez mais, enquanto a gestão municipal mostrava-se progressivamente avessa ao diálogo com a sociedade civil e cada vez mais empenhada em consagrar uma cidade segundo um modelo higienista e repleta de grandes infra-estruturas.

Assim, o pontapé inicial para as mobilizações que compuseram o ciclo das Jornadas, segundo Rena e Bruzzi (2014) e Foureaux (2014), teria sido um decreto do prefeito (n.º 13.863/2010) que proibia a realização de eventos cívicos na Praça da Estação, uma das principais praças da região central da cidade “que apresenta explícitas qualidades cívicas para receber eventos de grande porte” (RENA; BRUZZI, 2014, p.317) e que, posteriormente, seria delimitada como “área FIFA” para a exibição de jogos das Copas das Confede-

rações e do Mundo. Ou seja, o decreto visava limitar a realização de mobilizações políticas e culturais da população em nome da realização de eventos “privados” inscritos em uma lógica de controle da FIFA (bem como outras entidades privadas) sobre os espaços da cidade. O decreto, então, desencadeou o surgimento da **110: “Praia da Estação”**, um movimento cívico, artístico, político e cultural de enfrentamento à conduta do prefeito que, de certa forma, inaugurava uma nova prática política na cidade que se estenderia por anos.

Em resposta ao decreto que proibiu o uso da praça para eventos, surgiu uma Multidão belorizontina a “Praia da Estação”. Questionando de forma inusitada as restrições para uso deste suposto espaço público, a praia vem reunindo milhares de manifestantes banhistas carregando toalhas, cadeiras de praia, barracas, isopor, bicicletas, cachorros, crianças, tudo isto sob as águas frescas do caminhão pipa contratado após uma rodada de chapéu. Acontecimento espontâneo, a Praia tornou-se o principal foco de resistência à prefeitura e também uma fonte inesgotável de ataque contra as suas políticas higienistas. (RENA, 2013, não paginado).

Assim - conforme expresso em Rena e Bruzzi (2014, Foureaux (2014) e Rena, Mayer, Neves e Alves (2016) -, inicia-se ali um ciclo de acontecimentos e a constituição de uma rede de atores dedicados à mobilização política horizontal e descentralizada, baseada na ocupação de espaços públicos, na produção cultural, estética e afetiva e, sobretudo, na reivindicação do comum como tática política. A Praia de Estação desencadeou o surgimento do movimento **111: “Fora Lacerda”** que, ao invés de contar com a participação e organiza-



109: Colagem - Mário Lacerda ao lado de Aécio Neves e Antônio Anastasia analisando a maquete do novo Mineirão. Ao fundo, Lacerda junto de Dilma e Pimentel

110: Colagem - A Praia da Estação

ção dos movimentos políticos tradicionais da esquerda da cidade, dedicava-se a “gerar um verdadeiro ambiente estético de resistência na cidade, em torno do que se criou uma nova multidão”, por meio da ocupação das “redes sociais, presenciais e virtuais, impregnando as camisetas e as fotos de crítica e indignação no Facebook. Os procedimentos simbólicos fazem surgir na cidade uma nova potência que, por ser afetiva, escapa à mídia e às agências de publicidade, tornando-se a forma comunicativa multitudinária”. (RENA; BRUZZI, 2014, p.318). “A Praia” também desencadeou, em grande medida, o ressurgimento do **112: carnaval de rua de Belo Horizonte**, no qual diversos blocos organizados por atores envolvidos no movimento da Praia - Pula Catraca, BloComum, Tico Tico Serra Copo, Filhos de Tchatcha, dentre outros - “sem a permissão da prefeitura (...) estabelecem seu próprio calendário, cuidam de suas baterias, dos concursos, arranjam repertórios e fabricam marchinhas que tornam-se hinos políticos”. (FOUREAUX, 2014, p.31).

Alguns anos mais tarde - e, com a continuação e intensificação dos três processos descritos acima (Praia da Estação, Fora Lacerda e Carnaval de rua) -, o recém constituído grupo de pesquisa Indisciplinar começa a figurar enquanto ator importante na rede dos movimentos multitudinários emergentes da cidade. Em fevereiro de 2013, logo após o fim do carnaval, o grupo participa da organização do movimento **113: Fica Ficus** ⁴⁹, que consistiu em uma série de mobilizações populares em defesa da permanência dos Ficus (árvore de grande porte) das avenidas Barbacena, Bernardo Monteiro e Pasteur, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, que poderiam ser removidos pela prefeitura - especula-se - para a implantação

de estacionamentos subterrâneos na vizinhança. As mobilizações, então, valeram-se de todo o *fazer* multitudinário, por assim dizer, acumulado ao longo dos últimos anos na cidade, entre redes e ruas - organizavam-se ocupações festivas e culturais das avenidas onde se localizavam as árvores, com intervenções artísticas, mapeamentos coletivos, além da ocupação das redes sociais, com a produção de uma identidade visual para o movimento, divulgação de fan pages, etc. O movimento, contou inclusive, com uma interface direta com as mobilizações turcas em defesa do Parque Gezi, com a realização de videoconferências entre os ativistas dos dois países e divulgação mútua de suas reivindicações a nível global, sacramentando uma afetação e solidariedade global entre as reivindicações pelos comuns urbanos.

Em seguida, outra ação do Indisciplinar no contexto imediatamente anterior às Jornadas (ainda no primeiro semestre de 2013) foi a realização da disciplina extensionista *Cartografias Críticas*, ministrada pela professora Natacha Rena, na Escola de Arquitetura da UFMG. Conforme relatou Berquó (2015), a disciplina incorporava o fazer cartográfico do Indisciplinar, imbricando alunos de graduação e pesquisadores com as lutas multitudinárias emergentes, e tinha como objetivo o mapeamento das ações culturais inscritas neste novo ciclo de mobilizações da cidade, sobretudo na região central. Concomitantemente, havia sido apresentado um projeto da prefeitura para a requalificação da área que envolve a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza enquanto um *Corredor cultural*, em um projeto baseado nas mesmas premissas higienistas e gentrificadoras da gestão Lacerda. Em oposi-



111: Colagem - o movimento estético/político Fora Lacerda

112: Colagem - A novidade performática e subversiva do carnaval de rua

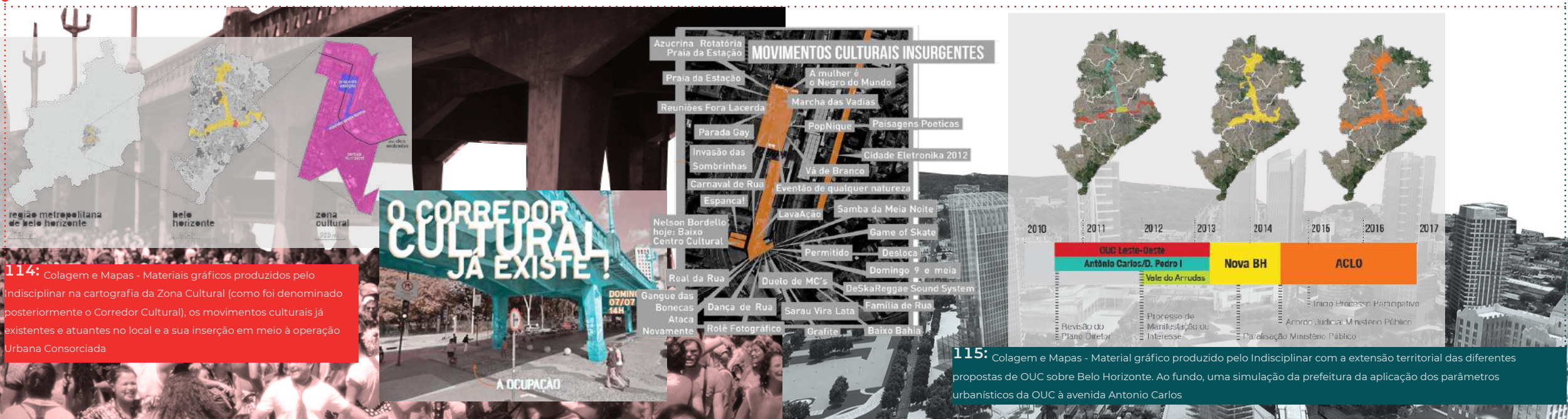
113: Colagem - O Fica Ficus - solidariedade internacional com o OccupyGezi turco, questões ambientais, culturais e urbanísticas

ção a este projeto, o objetivo da disciplina era afirmar a partir dos movimentos culturais e ativistas já existentes na região - “Duelo de Mc’s”, “Real da Rua”, “Sarau Vira-Lata”, “Praia da Estação”, “Carnaval de Rua”, “Parada Gay”, “Samba da Meia Noite”, “Família de Rua”, “Dança de Rua”, “Game of Skate”, “Permitido”, “LavAção”, “Rolê Fotográfico”, “Cidade Eletronika”, “Invasão das sombrinhas”, “Reuniões Fora Lacerda”, “Nelson Bordello” e “Espanca”, segundo Berquó (2015, p.195) - que o **114: “Corredor cultural já existe!”**

Um dos principais papéis desempenhados pelo Indisciplinar neste contexto - além da participação e produção dos eventos culturais e ativistas - foi a constatação de que todas estas mobilizações e conflitos estavam inseridos na mancha de uma **115: Operação Urbana Consorciada (OUC) - chamada de “Nova BH”** **50** e, posteriormente, Antonio Carlos-Leste Oeste (ACLO) - que estava sendo elaborada a portas fechadas pela prefeitura e sem participação popular (que é exigida na regulamentação deste instrumento). Sendo assim, todas estas movimentações - restrições do uso da Praça da Estação, corte dos Ficus, o Corredor Cultural, etc. - assim como outras que vieram a figurar nas lutas multitudinárias e ações do Indisciplinar posteriormente **51**, na realidade faziam parte de um grande projeto de financeirização da cidade, tido como a espinha dorsal do programa urbanístico da gestão Lacerda para a cidade. Assim, o Indisciplinar assume um papel na rede destes movimentos, buscando “atuar no ponto cego das lutas”, ou seja, conectando o ativismo territorial com questões urbanísticas, econômicas e jurídicas em outras escalas, buscando estruturar uma luta destituente contra o que se identificava como o poder a ser combatido.

Ocorre que, em meio ao processo da disciplina Cartografias Críticas, eclodiram as Jornadas de Junho de 2013, imbricando completamente os mapeamentos, mobilizações e investigações com os protestos. Vale ressaltar que os protestos de Belo Horizonte são tardios em relação aos cariocas e paulistas, tendo começado apenas no dia 15/06 quando, nas demais cidades, os protestos já ocorriam desde o dia 06/06. Assim, as Jornadas em Belo Horizonte se iniciam em um contexto em que a “estética revolucionária já pairava no imaginário dos habitantes da cidade, que ocuparam o espaço público com seus corpos e reivindicações, hibridizando-se momentaneamente num corpo múltiplo e desorganizado, não abarcável por qualquer sistema organizacional que tentasse se impor”. (RENA; BRUZZI, 2014). Ou seja, a crescente e pulsante rede de movimentos culturais e políticos que se formava na cidade desde meados de 2010 se apropria do movimento político nacional como uma erupção de suas potências e reivindicações, colocando-as em uma escala ampliada, percorrendo a cidade e focalizando sobretudo, a FIFA, as copas do Mundo e das Confederações, as gestões Anastasia e Lacerda e, eventualmente (ou, inevitavelmente), o Governo Dilma.

Ressalta-se que, naquele momento, à prática já consagrada das ocupações e movimentos culturais, das reivindicações e produção do comum, soma-se a questão de uma *performance insurgente* das manifestações, uma explosão de adrenalina e afetos insurgentes e o seu direcionamento a um inimigo delimitado: o entrelaçamento entre Estado e capital global na realização dos megaeventos esportivos. As Jornadas parecem ter esclarecido às lutas culturais e constituintes onde estava o Império a ser combatido - aqueles que “usurpavam” os



114: Colagem e Mapas - Materiais gráficos produzidos pelo Indisciplinar na cartografia da Zona Cultural (como foi denominado posteriormente o Corredor Cultural), os movimentos culturais já existentes e atuantes no local e a sua inserção em meio à operação Urbana Consorciada

115: Colagem e Mapas - Material gráfico produzido pelo Indisciplinar com a extensão territorial das diferentes propostas de OUC sobre Belo Horizonte. Ao fundo, uma simulação da prefeitura da aplicação dos parâmetros urbanísticos da OUC à avenida Antonio Carlos

territórios do comum, o “Estado Petista, juntamente ao Capital Global representado pela FIFA e pelos patrocinadores da Copa”. (RENA; BRUZZI, 201, p.311).

Nesse sentido, deve-se ressaltar o papel dos **116: Comitês Populares de Atingidos Pela Copa (COPACs)**, grupo que surgiu em âmbito nacional com a intenção de barrar as remoções motivadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014, tendo um de seus principais “braços” em Belo Horizonte. Conforme apontam Rena e Bruzzi (2014, p.319) e Foureaux (2014, p.28) - e conforme apuramos também em Nobre, Schoenell e Porto (2019) -, o COPAC participa desde o início das jornadas belo-horizontinas, integrando-se na rede de movimentos e organizações já atuantes no cenário multitudinário da cidade.

Logo após a primeira grande manifestação, estes grupos se reúnem no baixio do Viaduto Santa Tereza - à maneira de suas mobilizações anteriores: ocupando o espaço público e reivindicando o comum - para discutir os rumos do movimento, elaborar propostas e debates a respeito dos temas reivindicados. A partir desta iniciativa, constituiu-se a **117: Assembléia Popular Horizontal (APH)** - que contou com forte participação do Indisciplinar, seja nas discussões, seja na produção gráfica e mobilização - que, dias depois (na manifestação do dia 29/06 - o “sexto grande ato”), realizaria a **118: Ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Os manifestantes pretendiam acompanhar a votação do projeto de lei que reduzia a tarifa do transporte do município em R\$ 0,10 **52**, apresentada pela gestão municipal em resposta às manifestações. Entretanto, os ativistas foram impedidos pela Guarda

Municipal de permanecer no plenário da Câmara e, mesmo com a aprovação da redução da tarifa, ocuparam o saguão do edifício exigindo diálogo com o prefeito Márcio Lacerda. A ocupação da Câmara funcionava como uma experimentação autogestionária e autônoma, na qual confluíam organizações e movimentos emergentes com organizações políticas já consolidadas. Os debates na ocupação (e nas demais reuniões da APH) estruturaram-se em grupos de trabalho temáticos que, posteriormente, desdobraram-se em importantes organizações políticas da cidade, como o movimento “Tarifa Zero”, bem como a plataforma **119: “Muitas pela cidade que queremos”**, surgida no PSOL em 2015, que elegeu em 2016 duas vereadoras (Cida Falabella e Áurea Carolina, posteriormente sucedidas por Bella Gonçalves e Iza Lourença) ligadas aos grupos que se mobilizaram em 2013.

Assim, com a ocupação da Câmara, a rede de movimentos multitudinários consolidava-se como representante de um novo ciclo político para a esquerda da cidade, com novas práticas, novos atores e que, por mais que contasse com alguma participação de militantes e quadros do PT da cidade, quase não se reportava ao ciclo das administrações petistas dos anos 1990 e 2000. A recusa ao protagonismo das lideranças, da estrutura e rigidez partidárias e o compromisso com um fazer multitudinário, da produção cultural, estética e política do comum enquanto ferramenta de luta, caracterizava aquele ciclo como algo fundamentalmente novo e comprometido com a criação do novo.

É a biopotência da multidão nas ruas e nas redes que, através de táticas



116: Colagem - O COPAC e a recusa às copas do Mundo e das Confederações (e das implicações urbanísticas e sociais da presença da FIFA na cidade) na vanguarda das manifestações de Junho

117: Colagem - A Assembléia Popuar Horizontal no baixio do viaduto de Santa Tereza e na Câmara Municipal

estéticas, atua politicamente, interfere na própria máquina reguladora do capitalismo cognitivo, ataca-o de maneira profunda e dificilmente reversível. Para finalizar, é preciso repetir: esta revolução não está por vir, não existe como possibilidade. Ela já é, aqui, agora! Esta revolução multitudinária continua e, em junho, apenas atualizou virtuais já presentes na cidade e no país. Ela está em processo no corpo político dos jovens que vagam em matilha pelas ruas, nos ocupas cotidianos e no desejo coletivo da criação do comum, que surge como evidência desde junho trazendo o desejo intenso pela liberdade e o prazer de estar juntos na prática da cooperação.

Esta revolução não é do trabalhador, é de todos nós, precarizados pela nova lógica do capitalismo cognitivo! Ela pode, deve e está sendo inventada no compartilhamento de novas formas de vida e antecipa a alegria do que pode um corpo livre para fabular as suas maneiras de ser: ocupando a pólis, fazendo política. Os virtuais dos novos tempos estão contaminados pela consciência de que entramos em uma nova era e a verdadeira missão é fazer crescer o desejo subversivo do comum contra o Império. Criar ocupando ubiquamente todo o espaço, esta é a meta compartilhada no intuito de construir instituições multitudinárias, enquanto potência constituinte de uma nova democracia global. (RENA; BRUZZI, 2015, p.325-326)

A ocupação da Câmara se estendeu até o dia 06 de Julho, quando, após reunião dos movimentos presentes com o prefeito, foi votada a desocupação da Câmara sob os dizeres de “DESOCUPAR a Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas SEMPRE OCUPAR nossa cidade!” (APH, 2013) 53.

Assim, a *ocupação* parecia consolidar-se como método prioritário das insurgências multitudinárias. Sejam ocupações culturais, como as do baixio do Viaduto Santa Tereza e da Praia da Estação, sejam ocupações de *urbanismo tático*, como as do movimento Fica Ficus, ou também ocupações urbanas por moradia, de caráter mais duradouro e estruturado. Em um trecho da roda de conversa com participantes dos movimentos da cidade (RENA; *et al*, 2016), os ativistas ¹²⁰Joviano Maver e Paula Kimo ressaltam a importância das Brigadas Populares - movimento autonomista dedicado à realização de ocupações por moradia - na retomada das ocupações urbanas em Belo Horizonte como mais um instrumento político na luta pela afirmação do comum.

JOVIANO: Surgiu a Praia no início de 2009, depois o Fora Lacerda, e aí, do Fora Lacerda a gente percebe que a maior parte dos ativistas que estão hoje nesses movimentos atuantes na cidade participaram, estavam ali próximos do Fora Lacerda, então também foi um momento de aglutinação de encontro. Eu também situo como um marco importante o show do Graveola e o Lixo Polifônico na ocupação Dandara, a Dandara ter nascido ali naquela ocasião, e o fato das ocupações serem retomadas por uma organização do tipo das Brigadas [Populares]. Porque, quando a gente pensa movimento social sem-teto, como eu conheço outras ocupações, pegando, por exemplo, o caso do MTST, é uma estrutura mais rígida, mais vertical, mais próxima do modelo tradicional de esquerda, de organização que se orienta pelo centralismo democrático e tudo, e nas Brigadas eu percebo uma organização mais fluida, e foi essa organização que retomou o processo de ocupações organizadas de sem-casa em Belo



118: Colagem - Os guardas da Câmara Municipal com seus escudos pixados pelos ativistas e, ao lado, a APH ocupando o saguão da Câmara

119: Colagem - As vereadoras Áurea Carolina, Cida Falabella, Bela Gonçalves e Iza Lourença, eleitas pelo PSOL de BH após as jornadas

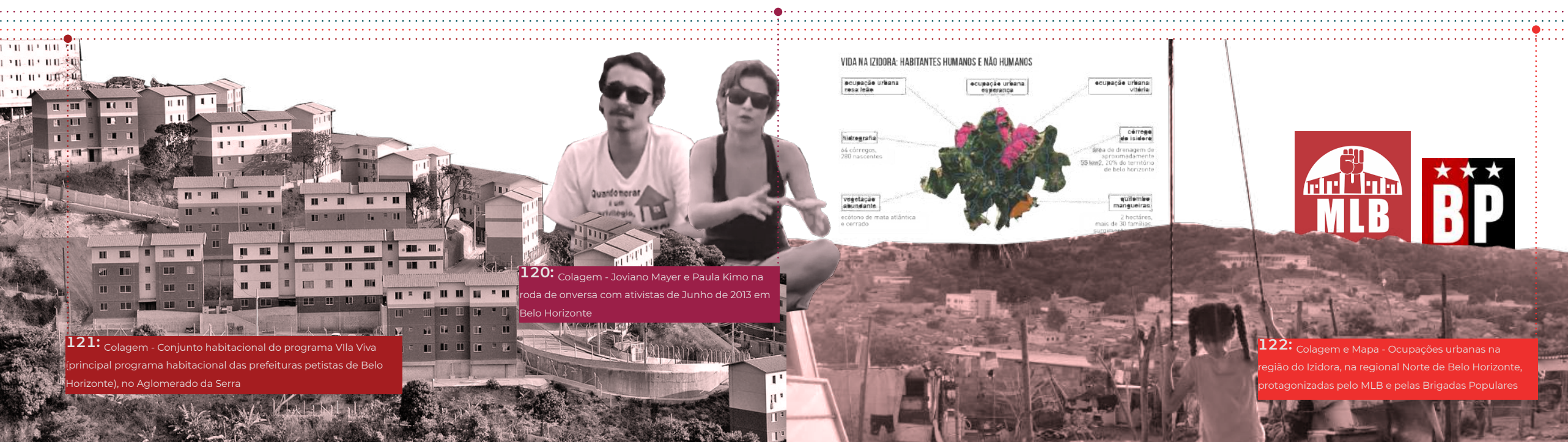
Horizonte em 2006. Eu acho isso, não dá pra deixar de reconhecer. Uma outra questão importante, nós tivemos **121: 16 anos de gestão petista** em Belo Horizonte, mas uma gestão petista com um projeto de participação popular, né? E que inaugurou uma série de políticas, por exemplo, os conselhos, os núcleos de moradia, que faziam a gestão da política de habitação de interesse social, o orçamento participativo, enfim, 16 anos de gestão petista, claro, com um atrofamento das propostas iniciais, mas que deixou ali na cidade um germe de uma expectativa quanto à participação nos processos decisórios da cidade. (...)

PAULAK: O que o Joviano traz sobre a administração pública, pra mim isso é um marco: o prefeito Márcio Lacerda com todas as suas bizarrices nos ajudou a fortalecer. Ele faz com que a gente esteja na rua, cobrando, faz com que a gente fique mais ligado na opressão, na venda da cidade. Eu só tenho a agradecer ao Márcio Lacerda (Todos riem). Talvez, se não fosse ele, se a gente continuasse com essa gestão PT que cria espaços de participação, mas que ao mesmo tempo controla o tempo todo a relação, seria diferente. Talvez estivéssemos acomodados nesse lugar de pseudoparticipação. (RENA, et al., 2016, p.21-23)

Ou seja, a partir da gestão Lacerda, o executivo municipal - que antes era identificado como um ator central na promoção da participação social, do aprofundamento democrático, da urbanização de vilas e favelas e produção de moradias populares - passa a ser enxergado como a representação do entrelaçamento do Estado com o capital financeiro, da gentrificação e higienização dos espaços públicos e da financeirização da cidade. Nesse sentido, as

ocupações urbanas e a luta por moradia (que nas décadas de 1980 e 90 compuseram grande parte da mobilização social pelas prefeituras petistas) passam para o horizonte dos autonomistas, da luta pelo comum e das insurgências multitudinárias. Não é por acaso que quase toda a produção do Indisciplinar **54** a partir de então (até meados de 2017) foi dedicada ou às **122: ocupações urbanas** (lutas constituintes) ou à investigação e denúncia nas diversas frentes da OUC ACLO (lutas destituíntes) e, muitas vezes, no entrelaçamento destes dois temas. Além disso, é possível notar uma certa predominância do tema das ocupações, da autonomia e da ação direta no debate acadêmico sobre as cidades (sobretudo no que se refere à Escola de Arquitetura da UFMG), em detrimento da via estatal, do planejamento participativo, etc., mesmo para autores de orientação marxista, como se verifica em Marina Paolinelli e Thiago Canettieri (2019), Canettieri, Paolinelli e Rita Velloso (2020) e Denise Nascimento (2016).

Soma-se a isso o protagonismo político que tiveram nos últimos anos na cidade o movimento “Muitas pela cidade que queremos”, do PSOL, e suas parlamentares; as já mencionadas Brigadas Populares; e o Movimento de Luta nos Bairros o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) - movimento de orientação marxista dedicado a ocupações urbanas e a luta pela moradia via ação direta. Tanto na academia como no âmbito das lutas, parece considerar-se o ciclo progressista das administrações petistas na cidade e seus mecanismos de participação popular e inversão de prioridades como algo já superado. Além disso, o próprio PT de Belo Horizonte e suas bases sociais parecem pouco empenhados em



120: Colagem - Joviano Mayer e Paula Kimo na roda de conversa com ativistas de Junho de 2013 em Belo Horizonte

121: Colagem - Conjunto habitacional do programa Vila Viva (principal programa habitacional das prefeituras petistas de Belo Horizonte), no Aglomerado da Serra

122: Colagem e Mapa - Ocupações urbanas na região do Izidora, na regional Norte de Belo Horizonte, protagonizadas pelo MLB e pelas Brigadas Populares

se mobilizar pela retomada da participação social com vigor e da radicalização democrática pela via estatal.

Ao mesmo tempo, conforme colocaram Joviano Mayer e Paula Kimo (RENA, et al., p.21-23), talvez os movimentos autonomistas e a vontade por uma radicalização democrática, da maneira que se verificou em Belo Horizonte, só tenha sido possível em uma cidade onde o horizonte da radicalização democrática já estava posto. Talvez esteja aí colocada uma dimensão do que descrevemos anteriormente, a partir da fala de João Moreira Salles, de Junho de 2013 enquanto uma **123: revolta da prosperidade, do “excesso”**, da “sobra” - talvez, na cidade que experimentou um aprofundamento da democracia, o arrefecimento deste processo tenha levado, não à sua defesa, mais à demanda por mais.

Entretanto, antes de encerrarmos as considerações sobre o ciclo belo-horizontino de Junho de 2013, façamos mais alguns questionamentos:

É evidente que, com exceção das ocupações urbanas por moradia, o ciclo de junho concentrou-se sobretudo na região Centro-Sul (historicamente, a mais rica e equipada da cidade), com uma participação predominante da classe média. Ao mesmo tempo, é inegável que os movimentos deste ciclo tiveram sucesso em barrar diversas das iniciativas neoliberais da gestão Lacerda; constituíram uma experiência de autonomia sem precedentes, uma experimentação política e cultural absolutamente nova e transformadora para a cidade; foram

capazes de retomar o debate e a luta por moradia na cidade e que, inclusive, muitas de suas demandas - sobretudo as culturais, no que tange o carnaval de rua, eventos culturais e criativos, etc. - foram incorporadas na nova gestão municipal (Alexandre Kalil [PSD] - 2016-2020 e 2020-2024) que, apesar de conservadora em vários sentidos, ampliou fortemente o diálogo com os diversos movimentos da cidade em comparação com o período Lacerda. Contudo, é evidente também que as representações políticas destes movimentos - aparentemente desinteressadas em disputar e debater a participação institucional **55** - são muito restritas e carecem de apoio e popularidade dentre a população como um todo - ao contrário das administrações petistas das décadas de 1990 e 2000 que contavam com um amplo respaldo popular. Ao contrário do que se poderia imaginar, os movimentos de 2013 não levaram a um fortalecimento e ampliação da esquerda na cidade, mas sim a uma **124: redução no número de parlamentares de esquerda na Câmara Municipal** e uma maior fragmentação entre partidos e movimentos.

Por outro lado, com todas as suas contradições, a participação institucionalizada dos governos petistas tinha como cerne as periferias e populações pobres e um grande alcance, uma boa estruturação e a possibilidade de um ganho de escala com recursos públicos. Não seria o resgate deste debate e o aprimoramento destes instrumentos a forma mais apropriada de se “reconciliar” o lulismo selvagem - da radicalização democrática, da afirmação da potência dos pobres, periferias e favelas - com o lulismo de Estado do projeto nacional de desenvolvimento? Qual teria sido o papel da multidão “junina” neste processo? Teria ocorrido



simplesmente uma ocupação do vazio político deixado pela “institucionalização” do PT? Teria o ciclo de 2013 levado a uma fragmentação paralisante na cidade? Poderia a potência dos movimentos ter sido instrumentalizada para algum fim específico?

No que tange o “Império”, identificado pelas lutas na figura do “Estado petista” em associação com o “Capital global” (que, no fim das contas, provou-se ser, sobretudo, **125: as grandes empresas nacionais da construção civil**), com o desmonte ou a derrota política do projeto petista na cidade e em âmbito nacional, esse inimigo parece ter sido destituído. Ainda assim, prevalecem a financeirização do espaço urbano, a supressão constante da democracia, a usurpação do comum e a fragmentação social. Talvez a leitura destes acontecimentos - sem nenhuma pretensão de “refutar” ou descartar as inovações e potências construídas pelos movimentos de 13 - deva nos levar a questionar: contra *quem* se insurgir?

126: Qual multidão se busca construir?

Talvez, para responder a essas questões seja necessário recorrer às análises transescalares, vinculando o local, nacional e global. Sendo assim, no próximo subcapítulo retomaremos uma discussão geopolítica e transescalar, trazendo alguns conceitos elucidativos para a revisão da aposta multitudinária.

4.5 Rede Financeiro-Filantrópica internacional: fabricação da dissidência e captura da produção desejante da sociedade civil

Após percorrer rapidamente as nuances da aposta multitudinária contida nos movimentos de Junho de 2013 no Brasil e em Belo Horizonte, acreditamos que os seguintes questionamentos fazem-se centrais para as nossas análises: Qual era a (ou quais eram as) multidão/multidões que se insurgiam nos protestos? Quais as imagens de multidão possíveis mobilizadas no Brasil ao longo das duas últimas décadas? Onde ou em quem se identificava o Império para cada uma destas multidões? Pelo que - e contra o que ou quem - se insurgia? E qual comum se buscava construir?

Naturalmente, em face dos desdobramentos dos últimos anos no Brasil e da clara evidência da instrumentalização dos movimentos multitudinários ao redor do mundo em favor de interesses imperiais (evidenciado no caso das Revoluções Coloridas, por exemplo), questionamentos como estes começam a se tornar incontornáveis para qualquer análise deste tipo de movimento. Evidente que todos estes movimentos possuem inúmeras virtudes e motivações legítimas, bem como produzem uma série de inovações políticas, culturais e artísticas, como vimos no caso belo-horizontino. Entretanto, em um momento de formação de arranjos contra-hegemônicos a nível geopolítico, nos quais se experimenta uma nova forma de democracia e multidão, alheia a todas as concepções noventistas do fim da história e absolutamente ameaçadoras ao Império, mostra-se preocupante o fato de que, em algum mo-



125: Colagem - A multidão contra o “Estado petista” em associação com o capital



126: Colagem - Qual multidão se busca construir? Ao fundo, as obras do BRT Transcarioca, no Rio de Janeiro, construído no escopo das obras preparatórias para a Copa de 2014. Ao lado, imagem da Ocupação Vitória, na região do Izidora, em Belo Horizonte

mento, essas insurgências são direcionadas em favor de interesses macro-escalares nefastos, nestes mesmos países “geopoliticamente rearranjados”.

Nesse sentido, acreditamos que um ponto crucial desta captura, redirecionamento ou mesmo produção dessas insurgências - e de uma imagem de multidão específica - em favor dos interesses do Império, esteja nas formas de organização da sociedade civil. Conforme abordado anteriormente, os governos petistas foram marcados por uma grande efervescência da sociedade civil em suas diversas formas de organização, mas contando, sobretudo, com um diálogo institucional muito forte por meio de conselhos setoriais, conferências temáticas, etc. Este processo ocorre em paralelo a um intenso **127: crescimento do número de ONGs atuantes no país**, em continuidade a um movimento iniciado na década de 1990 quando, durante os governos Collor e FHC, deu-se grande ênfase para o chamado “Terceiro Setor” enquanto um possível detentor de responsabilidades públicas, em um horizonte de diminuição do Estado **56**. Buscava-se representar o Terceiro Setor enquanto um ente “independente”, dotado, ao mesmo tempo, de uma “eficiência mercadológica” e uma representatividade perante a sociedade civil.

Por outro lado, durante os Governos Lula, a escalada de importância da sociedade civil foi acompanhada de uma ampliação também do papel do Estado, de forma que o poder público participava ativamente dos **128: espaços de discussão, em contato direto com as diversas formas de organização da sociedade civil** - não apenas as ONGs. Conforme descri-

to anteriormente, os Governos Dilma, pelo contrário, representam uma certa interdição deste diálogo com a sociedade civil em relação aos anos anteriores. Contudo, as ONGs não deixaram de ter bastante influência no governo e na sociedade como um todo, sacramentada pela elaboração e publicação do **129: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)** **57** durante o primeiro governo Dilma - que, talvez, tenha funcionado como resposta às pressões da “sociedade civil” nas Jornadas de Junho.

Entretanto, essa redução da relevância das interfaces entre Estado e sociedade civil - iniciada no Governo Dilma e fortemente intensificada (de maneiras muito mais brutais) nos governos Temer e Bolsonaro - tem um efeito bastante adverso. Nos referimos aqui ao fato de que, com a redução do contato da sociedade com o poder público, tendem a prevalecer as organizações mais estruturadas e, principalmente, melhor financiadas - as ONGs. Assim, prevalecem também os vínculos destas mesmas organizações com os seus financiadores - muitas vezes fundações internacionais ligadas a interesses geopolíticos do Império, como a Fundação Ford e a Open Society Foundations - em detrimento de seu vínculo verdadeiro com a sociedade civil e com a “coisa pública”. Acreditamos que Junho de 2013 tenha sido um momento chave para a intensificação deste processo, uma vez que, dentre os movimentos, contou-se com intensa atuação de ONGs nacionais e internacionais, muitas delas receptoras de financiamentos internacionais **58**.

Nesse sentido, enquanto as interfaces sociedade-Estado deterioram-se, a atuação do Tercei-



ro Setor, tanto de maneira independente do poder público (diretamente em contato com a sociedade), quanto como responsável por funções anteriormente delegadas ao Estado, permanece amparada por volumosos financiamentos. De certa forma, cria-se um nicho de segurança jurídica e garantias financeiras no qual pode-se ainda debater questões caras à sociedade civil. Entretanto, esse nicho parece cada vez mais distante das organizações de base - como aquelas presentes no processo de redemocratização - e mais próximas às fundações e corporações que as financiam.

Se num primeiro momento (sobretudo, durante os governos petistas) vivenciava-se uma atuação conjunta entre Estado, movimentos sociais, participação institucional e ONGs, atualmente observa-se a oposição radical entre o Estado e as demais categorias. Dessa forma, no lugar de uma construção conjunta das questões da sociedade civil, pautada por uma coerência interna inerente a este processo - entendida pelos movimentos de 2013 como um controle da participação social, ou uma “pseudoparticipação” -, têm-se a criação de nichos incommunicantes. Observa-se que, neste novo processo, o Estado é aos poucos suprimido na equação das problematizações e soluções no âmbito da sociedade civil, abrindo espaço para uma relação direta estabelecida entre os financiadores e os movimentos sociais e ONGs.

Desta forma, pergunta-se o que de fato esse afastamento significa no sentido da constituição da multidão, tendo em vista que, de maneira geral, o principal elo de tais organizações

passa a ser aquele com seus financiadores, em muitos casos, grandes fundações globais vinculadas ao capital financeiro transnacional. Ou seja, a autonomia em relação ao Estado e a conectividade com lutas e organizações de ordem internacional, preconizados na aposta multitudinária, acabam convertendo-se em uma sutil vinculação (ou dependência) de uma rede de controle e dominação via financiamentos. Se na década de 1990, a dominação imperial se dava mais claramente pela **130: ação das IFIs sobre o Estado**, seria possível dizer, então, de uma nova e mais refinada dominação do poder econômico internacional, não mais apenas pela dívida, mas por meio dos **131: complexos mecanismos de ação social e produção desejante?**

Para nos aprofundarmos nesta questão, apresentaremos a seguir alguns resultados preliminares de uma investigação que tem sido realizada nos últimos anos por pesquisadores Indisciplinar (dentro do projeto de pesquisa Geopolítica e Territórios). Ressalta-se que esta é uma pesquisa coletiva e em andamento, na qual buscamos, a partir de várias das reflexões expostas neste trabalho, complexificar o entendimento das insurgências multitudinárias, ampliando os questionamentos a respeito da dimensão capitalística desta rede, tomando os financiamentos como elemento chave **59**.



4.5.1 Aproximação Cartográfica à Rede Financeiro-Filantrópica Internacional

Por conta de uma grande evidência da fundação nos processos políticos vivenciados, observados e investigados pelo Indisciplinar desde o seu início, escolhemos a Fundação Ford (FF) como pontapé inicial desta pesquisa. Criada em 1936 por Henry Ford e inicialmente ligada à Ford Motor Company, a FF iniciou suas atividades no Brasil em 1962, com a criação do seu primeiro escritório no Rio de Janeiro. A priori a organização mantinha laços estreitos com agentes estatais, financiando projetos ligados à reforma educacional, meio ambiente e saúde reprodutiva. Na época, os alvos de recurso eram as principais universidades e centros de pesquisas públicas do país, como a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que representavam 28 dos 50 maiores donatários de 1960 a 2001, concentrando 72% dos mais de 234 milhões de dólares injetados nesse período (BROOKE; WITOSHYNSKY, 2002).

De 1960 ao final da década de 70, o financiamento se mantinha alto e concentrado em poucas instituições. Após um declínio entre 1976 e 1984, houve uma mudança de direção do escoamento de recursos, pois a Fundação se desprendeu das instituições públicas e se voltou para Organizações da Sociedade Civil. Assim, fragmentou-se o volume de financia-

mentos à medida que se reaqueceu exponencialmente a injeção de investimentos, estimulando o desenvolvimento do Terceiro Setor, conforme exposto nos **132: Gráficos 01 e 02**.

Esse processo de fragmentação dos investimentos se desenha com maior intensidade nas décadas seguintes. Porém, ainda são mantidos laços com os principais centros de pesquisa do país, como da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fundação Getulio Vargas (FGV), ainda que em menor escala.

No site da FF, é possível encontrar um extenso histórico de todos os seus financiamentos no mundo a partir de 2006, o que proporcionou uma base robusta para a análise não só do montante em circulação no Brasil a partir desse período, mas também de demais detalhes que pudessem mostrar diferentes aspectos dessas doações.

Desenvolveu-se, então, um método de pesquisa que se inicia com um levantamento dos dados disponibilizados pela página da FF no Brasil (podendo-se aplicar para outras fundações). Dessas fontes, foram colhidas as datas dos subsídios, o montante doado, as localizações dos projetos favorecidos, bem como uma breve descrição da fundação sobre a destinação dos recursos. Os sites das organizações beneficiadas (que chamaremos adiante de 'donatárias') também serviram de fontes para o estudo, deles foram extraídos breves descrições de cada organização sobre suas pautas predominantes, bem como seus principais antagonistas e instituições parceiras. Outras instituições financiadoras dessas organizações

GRÁFICO 1 - Montante doado x número de doações por ano da Fundação Ford no Brasil (1960 - 2001)

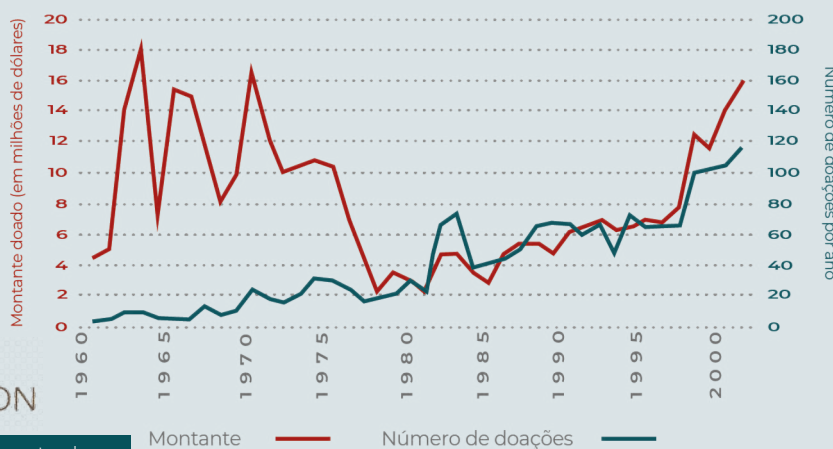
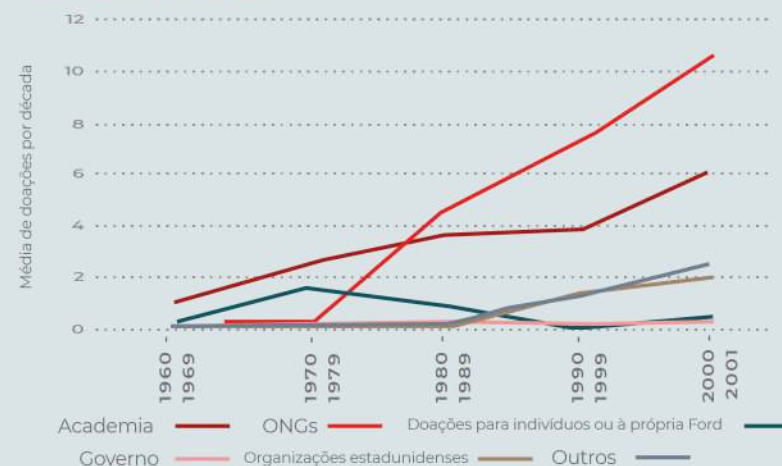


GRÁFICO 2 - Média de doações por década por tipo de organização pela Fundação Ford no Brasil (1960 - 2001)



também foram registradas, para cruzamento posterior das informações. Todos esses dados foram sintetizados em planilhas e, posteriormente, foram confeccionados gráficos e diagramas que esquematizam o caráter das transações ocorridas no período entre 2006 a 2019 **60**, que serão analisados a seguir **61**.

A **133: Nuvem de Palavras 01** permite um vislumbre das ações da FF ao trazer os nomes das fundações que foram financiadas entre 2006 e 2019. O tamanho do tipo no qual se desenha o nome da instituição ilustra a quantidade de vezes que determinada entidade recebeu recursos - independentemente da quantia. Para além do total doado, a constância do contato entre as instituições brasileiras e a FF também é um forte indicativo do interesse internacional nas pautas defendidas por tal instituição.

O protagonismo de ONGs brasileiras que atuam como *hubs* de recursos para organizações menores, como ABONG, Fundo Brasil e Fundo Baobá também é um indicativo importante da estratégia de espraiamento de recursos no território brasileiro, conforme indicado pelo **134: Diagrama 01**. O número de mediadores entre o doador principal e os projetos locais aos quais será destinada a quantia complexifica a rede de interações, fazendo com que seja cada vez mais difícil o rastreamento dos recursos.

Buscou-se, ainda, identificar entre todas as entidades financiadas aquelas que receberam um montante igual ou superior a um milhão de dólares durante o período de 2006-2019.



Dessa forma, o **135: Gráfico 03** elucida os maiores donatários (55) e o volume de subsídios recebidos, segundo dados disponibilizados pela própria FF. Vale destacar a perda de protagonismo das instituições de ensino e pesquisas públicas, em decorrência da ascensão de ONGs e, principalmente, das fundações de distribuição.

- gráfico dos financiamentos mais de milhão

É possível observar que as organizações financiadas pela FF tem boa dispersão territorial e representam grandes pólos de discussão de temas caros à sociedade civil e ao debate urbano na atualidade. Várias destas organizações, inclusive, compuseram em grande medida os debates do ciclo de Junho de 2013 com grande protagonismo e representam, desde então, importantes atores no âmbito do pensamento sobre as cidades. Esse fato é elucidativo da dinâmica apontada anteriormente da criação de um “ambiente seguro” no âmbito do Terceiro Setor para organização da sociedade civil em detrimento da participação institucional.

A possibilidade de apropriação ou interferência nas dinâmicas sociais em favor de interesses geopolíticos só faz sentido se a produção de subjetividades for pensada como uma ferramenta de construção de narrativas a serem propagadas por diferentes atores em rede. Neste sentido, não é suficiente investigar apenas os fomentos realizados por uma Fundação, mas compreender a complexa rede de financiamentos que se forma por meio de um fluxo

monetário multidirecional. Neste sentido, a exposição dos dados da FF em seu website permitiu não só a construção de uma tradução gráfica sobre o seu comportamento, mas simbolizou um passo inicial na descoberta de outras partes da rede de filantropia internacional. O registro de outras instituições que, em algum momento, financiaram alguma das organizações donatárias - denominadas de acordo com o método de instituições “co-financiadoras” - resultou também em um produto diagramático (¹³⁶:Diagrama 02). Mais que uma coincidência de financiamentos, o produto demonstra uma confluência de interesses frisados pelos co-financiamentos, fortalecendo e desenhando com mais clareza a rede de filantropia internacional. A escala dos círculos representa a quantidade de financiamentos em comum que determinada instituição tem com a FF.

Observa-se a existência de uma série de outras fundações filantrópicas globais que co-financiam projetos amparados pela Ford (Open Society Foundations, Brot für die Welt, Heinrich Böll Stiftung, Oxfam, Oak Foundation, dentre outras), demonstrando a “redundância” na atuação destas organizações. Além disso, é visível, ainda que em menor escala, a presença de agências governamentais estrangeiras (USAID, União Europeia, Embaixada da Noruega, dentre outros), IFIs (BID), instituições ligadas ao mercado financeiro (“Fundação Itaú Social”, “Itaú Cultural”, “Itaú”, etc.) e mesmo organizações filantrópicas e ONGs nacionais como co-financiadoras da FF. Em alguns casos, ONGs que recebem financiamento da FF co-financiam ao lado desta fundação outros projetos amparados por ela. Este movimento elucida a organização rizomática desta rede filantrópica que, por mais que conte com

nós “maiores”, não funciona a partir de um fluxo unidirecional. Naturalmente, salienta-se ainda o protagonismo da ¹³⁷:Open Society Foundations (OSF), fundada pelo bilionário George Soros, na rede obtida.

George Soros nasceu em 1930, na Hungria, onde enfrentou junto a sua família (de origem judaica) as arbitrariedades da ocupação nazista entre 1944 e 1945. Após emigrar para a Inglaterra (e, posteriormente, para os EUA), Soros se inicia na carreira de investidor, criando um dos fundos de investimento mais relevantes de todo o mundo. Como resultado de sua afinidade com o filósofo alemão Karl Popper, Soros cria em 1993 a OSF que, segundo a definição do próprio site da fundação, reflete os valores expressos por Popper em seu livro *Open Society and Its Enemies*, como a salvaguarda da “governança democrática, a liberdade de expressão e o respeito aos direitos individuais”. (OSF, 2021 ⁶² - Traduzido pelos autores).

Esta abordagem reflete, em grande medida, valores inerentes à consolidação Imperial, no sentido da consagração das democracias liberais capitalistas como regime social “vitorioso” ao final do século XX. Segundo alguns autores, a OSF é responsável por investir em diversos grupos ativistas envolvidos com levantes responsáveis pela reconfiguração geopolítica do mundo no pós-Guerra Fria. A exemplo, Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016) indica uma relação direta entre a Fundação e a Revolução Laranja e o ¹³⁸:Euromaidan, ocorridos na Ucrânia (2005, 2014), responsáveis por aproximar o país do espectro político e militar da União Europeia e da OTAN em detrimento da Rússia.



- ABIA
- ABONG
- Ação Educativa
- Amazônia Real
- Anistia Internacional
- Artigo 19
- CCFL
- CEERT
- CEPESC
- CESaC
- CFEMEA
- CIR
- CJI
- COIAB
- COICA
- CPT
- CUFA
- ELAS
- Escola de Ativismo
- FASE
- FCC
- FNDC
- Ford Foundation FAP
- Fórum Bras. Segurança Pública
- Fundo Baobá
- Fundo Brasil
- FGV
- Geledés
- Global Justice
- IBASE
- IDEC
- Imazon
- INESC
- Instituto Nupef
- Instituto Pólis
- Instituto Procomum
- InternetLab
- Intervozes
- IPAM
- IPG
- IPPUR
- ISA
- Malungu
- MIQCB
- NAEA
- Odara
- Projor
- PSA
- SIRSAN
- Terra de Direitos
- UCDB
- UFAM
- UFRJ
- UFSCar
- uma gota no oceano



OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

136: Diagrama 02 - Fundações "co-financiadoras" dos projetos apoiados pela FF de 2006 a 2019

Legenda
Número de repetições

A posição de Soros enquanto grande especulador do mercado financeiro e filantropo é bastante elucidativa da simbiose estabelecida entre estes dois meios. Teria a filantropia um papel complementar à finança enquanto projeto de poder e modelo de sociedade? Qual o significado político da afirmação destes “valores democráticos” pelas mesmas mãos que comandam os centros do poder financeiro imperiais? Poderiam estes financiamentos ser a chave para a propagação e produção de uma imagem específica de multidão? A partir deste modelo de atuação, a OSF chega ao Brasil no ano de 2014, tendo sido responsável, desde então, pelo amparo de diversos grupos envolvidos com as Jornadas de Junho ocorridas no ano anterior, contando, inclusive, com o co-financiamento extensivo da FF para tanto. Por esses motivos, selecionou-se a OSF como próxima fundação a ser estudada na continuidade desta pesquisa.

4.5.2 Fabricação da dissidência no Capitalismo Mundial Integrado

A partir das análises decorrentes da pesquisa, buscamos colocar alguns questionamentos que emergem das discussões propostas ao longo deste trabalho. Com a consolidação desta rede filantrópica como principal meio de financiamento de OSCs, questionamos se a participação social não se torna progressivamente restrita àquilo que Harvey (2016) chamou de ¹³⁹“filantropia capitalista”, ou seja, uma ação social indissociável da própria atuação empresarial dos entes financiadores das OSCs. O autor faz referência às fundações filantrópicas como parte de um “gigantesco negócio”. Isso porque elas representam os “braços

sociais” de grandes corporações, nas quais “presidentes de empresas, chefes de Estado procuravam respostas com a mão direita para problemas que as outras pessoas presentes na sala tinham criado com a mão esquerda.” (HARVEY, 2016, p. 195).

Na esteira dos argumentos de Harvey (2016) questiona-se o enquadramento deste mecanismo naquilo que Chossudovsky (2010) denomina como ¹⁴⁰“fabricação da dissidência”, ou seja, a interferência direta das corporações nos movimentos de luta de forma a controlar suas ações. Segundo o autor, para que seja possível fabricar uma dissidência não é necessário nenhum esforço além de financiá-la. Neste sentido, as elites econômicas, principalmente por meio de suas fundações, fiscalizam e controlam a atuação de várias organizações da sociedade civil que progressivamente têm se tornado dependentes dos financiamentos filantrópicos de forma direta ou indireta. (CHOSSUDOVSKY, 2010, não paginado). Ou seja, essas organizações passam a compor uma rede de filantropia formada por fundações e ONGs espalhadas por várias partes do mundo - atuantes em na predominância das insurgências que abordamos no início deste capítulo -, na qual circulam financiamentos em diferentes direções, dificultando o rastreamento do dinheiro. Desta forma, observa-se que muitos dos ativistas vinculados à organizações da sociedade civil não têm ciência de quem, de fato, os financia e, como lembra Chossudovsky (2010), as ONGs acabam tendo sua manutenção completamente dependente deste tipo de financiamento.

Assim, cada vez mais, esta rede filantrópica internacional encarrega-se da estruturação das



¹³⁷: Colagem - Karl Popper, George Soros e a Open Society Foundations

¹³⁸: Colagem - O Euromaidan, na Ucrânia (2014) - protestos pela integração do país na União Europeia e na OTAN

diversas formas de ação social, determinando - não com ordens diretas, mas sim a partir de condicionalidades em seus financiamentos - a compartimentalização dos movimentos, os meios de atuação e, no limite, até as pautas. Com isso, o próprio sentido das resistências e do insurgir-se é colocado em jogo, imbricando a subjetividade dos atores sociais como um ativo neste complexo e rentável sistema de financiamentos. Como exposto anteriormente, o Império pode ser compreendido como uma forma de organização global que atua sobre diferentes frentes, sendo a produção de subjetividades um de seus principais componentes. Nesse sentido, o sujeito emerge como uma peça central nas dinâmicas de dominação capitalísticas tornando a sociedade civil e os diferentes sujeitos que a compõem a verdadeira matéria prima das movimentações políticas da contemporaneidade.

Apontam-se diferentes movimentos elucidativos da articulação transescalar entre subjetividades, participação social e dominação capitalística. Nos anos 1990, fica evidente a conexão entre a dominação pela dívida exercida pelas IFIs em escala nacional e a disputa de significados pela participação social na política urbana, entre um movimento democratizante e um discurso neoliberal. Enquanto isso, a partir dos anos 2000, observa-se uma mudança de paradigma perpetrada pela superação do endividamento internacional do país na macroescala e o fortalecimento de articulações sociedade-Estado em uma série de mecanismos de desenvolvimento territorial ao mesmo tempo virtuosos e controversos. Por fim, ao longo da década de 2010 (preponderantemente após o golpe de 2016), enxerga-se o surgimento de uma situação inédita, na qual exclui-se o Estado dos principais espaços de movimenta-

ção da sociedade civil, delegando essa conexão transescalar a uma emergente Rede Financeiro-Filantrópica Internacional.

A pertinência desta rede como categoria analítica na atual quadra histórica é evidenciada pela absoluta centralidade das pautas e instituições (abordadas nesta seção) na sociedade civil e no debate urbanístico. Ainda assim, levanta-se um questionamento: estas pautas e organizações alcançam relevância por conta dos financiamentos obtidos, ou obtém os financiamentos por serem relevantes? Esta questão, na realidade, não pode ser respondida, uma vez que ambos os movimentos fazem parte de uma única dinâmica: a captura e produção de pautas, desejos, léxicos e métodos, estabelecida entre lutas sociais e Fundações internacionais. Apesar de se compreender a legitimidade de grande parte das pautas investigadas, questiona-se o vínculo direto estabelecido com fundações internacionais diretamente ligadas ao capital financeiro transnacional ⁶³.

Vale lembrar que, assim como no caso de 2013, estes financiamentos apenas são direcionados para pautas e movimentos que têm legitimidade e credibilidade dentre a população, nunca a pautas e questões absurdas e irrealis. Isso porque o que se busca não é a criação de movimentos “do zero”, mas sim a apropriação e direcionamento de movimentos que já nutrem um processo coerente e potente de mobilizações em direção a interesses específicos. A estratégia, nos parece, é inscrever-se no cerne da produção desejante, de forma que seja absolutamente indiscernível aquilo que “é legítimo” e verdadeiramente parte de desejos da



139: Colagem - David Harvey e a fillantropia capitalista

140: Colagem e Diagrama - Michel Chossudovsky e a fabricação das dissidências via financiamentos filantrópicos

multidão, daquilo que visa a concretização de interesses estratégicos internacionais.

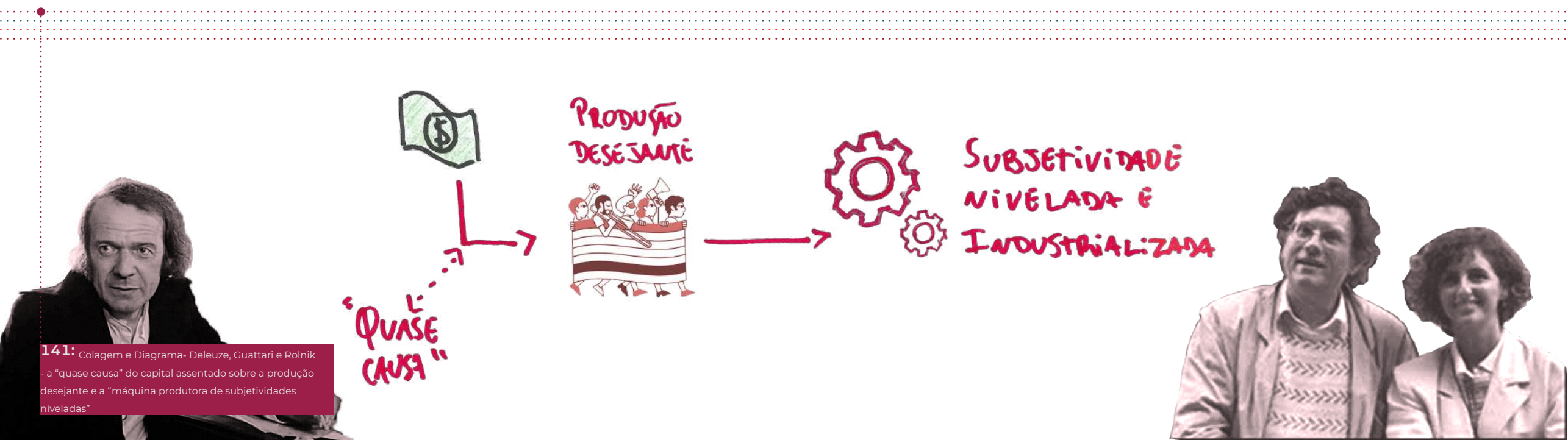
Em outras palavras, a partir de um desejo de uma classe média criativa por um aprofundamento democrático e uma afirmação dos comuns urbanos, por exemplo, engendra-se um ataque a um governo popular e empenhado em conciliar a democracia e o desenvolvimento - como foi o caso das Jornadas de Junho durante o Governo Dilma. Algo ocorre neste processo para deslocar a identificação do Império, da “monarquia militar norte-americana, aristocracia global de multinacionais e IFIs”, para chefes-de-Estado desenvolvimentistas no Sul Global. Ao mesmo tempo, algo ocorre no sentido da interdição das possibilidades de uma multidão ampla, dos pobres desejantes associados a um projeto popular e democrático no Estado, em favor de uma multidão de classes médias empenhadas na criação de uma democracia global (muito próxima dos modelos liberais).

Além disso, é evidente que o financiamento destes pontos nodais do debate público representa um grande movimento de registro destas lutas e, no limite, uma fabricação da dissidência por parte destas organizações financeiro-filantrópicas. Nesse sentido, inquieta-se com a possibilidade de que a fabricação das dissidências represente uma intervenção geopolítica direta perpetrada via rede financeiro-filantrópica internacional. Isso porque, preponderantemente, tanto as instituições financeiras quanto as filantrópicas envolvidas nesta rede têm uma vinculação direta com um bloco de poder geopolítico específico: aquele vitorioso ao final da Guerra Fria, representado pelos países, corporações e organizações componentes

do Império.

Talvez estes mecanismos de captura do desejo, a dimensão criativa e rizomática do capital global tenham sido subestimados pelas lutas na aposta multitudinária. Talvez, em face dos rearranjos geopolíticos do novo século, os desejos da multidão por uma outra globalização e por uma radicalização democrática tenham sido incorporados pelo capital em favor de suas próprias agendas e mesmo de uma intensificação da dominação imperial. Talvez a apropriação e redirecionamento dos métodos multitudinários tenha sido a ferramenta encontrada pelo Império de combater justamente as experiências já iniciadas de uma outra democracia e uma outra globalização, constituídas a partir dos desejos da multidão.

Todo esse processo parece muito se aproximar do que Deleuze e Guattari colocaram como uma produção desejante sobre a qual “se assenta” o capital que, por sua vez, se apresenta como sua “quase-causa” se apropriando de seu sobreproduto. (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p.22-23). Da mesma forma, esta simbiose entre o capital financeiro internacional e as redes da filantropia parece representar uma avançada face do que Guattari e Rolnik (2011) chamaram de Capitalismo Mundial Integrado. Ou seja, a complexa compreensão e ¹⁴¹captura dos desejos, métodos e pautas das lutas, a partir dos editais de financiamentos filantrópicos, seriam uma sofisticada peça da “Imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 47-48).



Nesse sentido, a ubiquidade destes financiamentos internacionais em meio às lutas não seria uma representação mais fidedigna do Império do que o projeto de Brasil Maior do “Estado Petista”? Dados os emergentes “arranjos contra-hegemônicos” no plano geopolítico, não seria pertinente atribuir um outro papel ao Estado nacional, aos poderes estatais locais, ou mesmo à política partidária no imaginário das lutas? Os próprios Hardt e Negri (2014) já abordavam a centralidade da questão nacional nas lutas do terceiro mundo, e sua destituição no paradigma imperial:

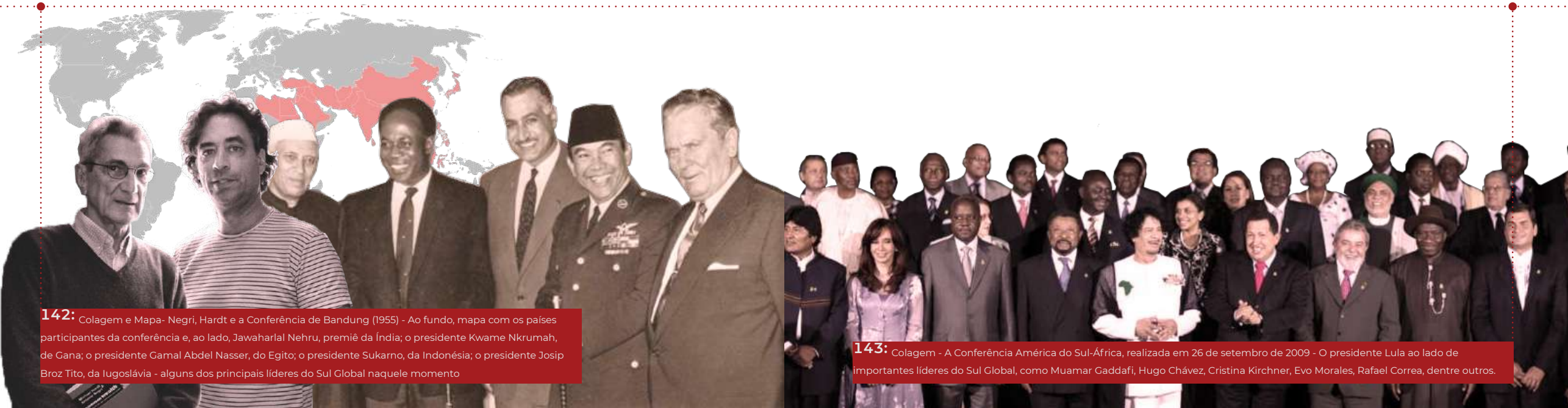
Alguns podem protestar, com certa razão, que as vozes dominantes da ordem global estão proclamando a morte dos Estados-nação justamente quando ‘a nação’ emergiu como arma revolucionária para os subordinados, para os miseráveis da terra. Depois da vitória das lutas de libertação nacional e depois da emergência de alianças internacionais potencialmente desestabilizadoras, que amadureceram por décadas após a **142: Conferência de Bandung**, que melhor maneira existe de minar o poder do nacionalismo e internacionalismo do Terceiro Mundo do que privá-lo do seu apoio central e condutor, o Estado-nação! (HARDT; NEGRI, 2014, p.357)

Nesse sentido, questiona-se se, **143: a partir do Sul-Global**, não seria contra-producente privilegiar uma concepção de multidão baseada em um “insurgir-se contra o Estado”. Seria possível incorporar ao léxico multitudinário - desdobrando o conceito frente ao contexto geopolítico atual e à situação dos países periféricos - interfaces entre sociedade e Estado, ao

invés de contrapô-los? Não se trataria de um movimento de retorno às experiências anteriores de Estados-nação, nem mesmo uma busca ao modelo vivenciado por países centrais, mas um exercício imaginativo para a construção de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade. Acredita-se que, apesar dos “contratempos”, tal construção já começou a ser feita, no caso brasileiro, desde o processo de redemocratização, ao final dos anos 1980.

Experiências como a Constituinte, os conselhos federais, os Orçamentos Participativos, as prefeituras democráticas e populares - em interface com a construção dos arranjos contra-hegemônicos globais - aparecem como aquilo que Boaventura de Souza Santos (2016) chamou de “Estado experimental”, ou seja, um “incidir sobre o Estado”, por parte da sociedade, de forma a inventar novas e potentes maneiras de buscar a soberania popular. Nesse sentido, questiona-se se não seria pertinente pensar, para o caso brasileiro, em uma multidão que parte deste acúmulo, ao invés de rejeitá-lo.

Nos próximos capítulos, buscaremos “voltar no tempo” para debruçar-nos sobre as experiências de busca pela soberania popular no Brasil das décadas de 1980 e 1990 - como a formação do PT e o surgimento do Orçamento Participativo - revisitadas pela ótica da multidão. Assim, pretende-se buscar salientar, da mesma forma que procuramos fazer com as insurgências multitudinárias do século XXI, todas as limitações e potências destas experiências, a fim de se potencializar e complexificar as pistas e questionamentos a respeito da constituição de uma multidão para o tempo presente.



142: Colagem e Mapa - Negri, Hardt e a Conferência de Bandung (1955) - Ao fundo, mapa com os países participantes da conferência e, ao lado, Jawaharlal Nehru, premiê da Índia; o presidente Kwame Nkrumah, de Gana; o presidente Gamal Abdel Nasser, do Egito; o presidente Sukarno, da Indonésia; o presidente Josip Broz Tito, da Iugoslávia - alguns dos principais líderes do Sul Global naquele momento

143: Colagem - A Conferência América do Sul-África, realizada em 26 de setembro de 2009 - O presidente Lula ao lado de importantes líderes do Sul Global, como Muammar Gaddafi, Hugo Chávez, Cristina Kirchner, Evo Morales, Rafael Correa, dentre outros.

Notas de Fim

- 1** Este capítulo contém trechos de dois artigos acadêmicos escritos no escopo da pesquisa que envolve essa monografia: um deles enviado para o ENANPUR 2022, escrito com Maíra Nobre, Caio Augusto Gonçalves e João Paulo Souto, e o outro, enviado para a revista RBEUR, escrito em conjunto com a pesquisadora Maíra Ramirez Nobre e a orientadora deste trabalho, Natacha Rena - o mesmo que compôs parte do capítulo anterior.
- 2** North American Free Trade Agreement - Acordo de livre-comércio da América do Norte, é um acordo de livre comércio firmado entre EUA, Canadá e México, em 1994.
- 3** O uso da internet nos levantes de Chiapas e Seattle é abordado com maior profundidade em Nobre, Borges e Rena (2020).
- 4** Um dos principais idealizadores do FMS foi o empresário israelense Oded Grajew. Oded, além de empresário, é um dos grandes atores do “terceiro setor” no país, tendo intermediado, em grande medida, as relações de ONGs e fundações filantrópicas com o Governo Lula. Ele é um dos integrantes do Movimento Nossa São Paulo, membro do Conselho Deliberativo e presidente emérito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Foi presidente da Fundação Abrinq e assessor especial do presidente da República (2003). Ver mais em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2009/11/30/forum-social-mundial-10-anos-folha-de-s-paulo/>>. Acesso em: 21/01/2022.
- 5** Em 2011 foi elaborado um documentário, intitulado Como Iniciar uma Revolução (How to Start a Revolution), sobre o trabalho de Gene Sharp como difusor dos métodos “não-violentos de revolução”.
- 6** Não nos aprofundaremos no caso das revoluções coloridas ocorridas nos demais países mencionados. Contudo, este tema foi abordado com bastante propriedade por Caroline Scherer (2015). Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140511/000988507.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21/01/2022.
- 7** O 15M, enquanto um movimento marcado pela articulação entre redes e ruas, teve na internet um elemento muito importante para os protestos. Muitos do que foi feito no âmbito das redes no movimento está registrado na plataforma wiki “15mpedia”, elaborada pelos ativistas. Ver mais em: <<https://15mpedia.org/>>. Acesso em: 20/01/2022.
- 8** Um importante ator no 15M foi o instituto de pesquisa In3 (liderado pelo sociólogo Manuel Castells), responsável por produzir várias narrativas, conexões e entendimentos a respeito do movimento. Ver mais em: <<https://www.uoc.edu/portal/en/in3/index.html>>. Acesso em: 17/02/2022.

- 9** Importante destacar que, atualmente, Zapatero faz parte de uma série de articulações geopolíticas das esquerdas latino-americanas como, por exemplo, o Grupo de Puebla (<<https://www.grupodepuebla.org/fundadores/>>. Acesso em: 20/01/2022.).
- 10** As medidas foram consequências da constituição da União Europeia e da Zona do Euro, que impuseram aos países do sul europeu uma série de políticas de austeridade.
- 11** Importante também destacar a criação, naquele mesmo momento, do partido/plataforma política Xnet, baseado completamente em meios digitais. O partido contou, inclusive, com a colaboração de grandes intelectuais ligados ao 15M, como Javier Toret e Manuel Castells. Contudo, o Xnet não obteve grande êxito eleitoral. Ver mais em: <<https://xnet-x.net/es/>>. Acesso em: 20/01/2022.
- 12** Ada Colau é autora do livro ¡Sí se puede! Crónica de una pequeña gran victoria (2013), que relata boa parte do processo do 15M na luta contra despejos. Ver mais em: <<https://www.casadellibro.com/libro-si-se-puede/9788423346905/2102062>>. Acesso em: 21/01/2022.
- 13** A PAH foi um movimento criado como resposta ao movimento de remoções e despejos no contexto da crise de 2008.
- 14** Algumas fontes citam a vinculação direta dos ativistas que formaram o Occupy Wall Street com o 15M, contendo, inclusive, com a participação direta dos mesmos atores espanhóis nos dois levantes. Ver mais em: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_154_061459936531309.pdf>; <<https://citylimits.org/2021/10/06/the-latino-and-immigrants-who-occupied-wall-street-10-years-later/>>; e <<https://www.esquerda.net/artigo/clone-ocupar-wall-street-o-que-todos-querem-saber-sobre-o-movimento>>. Acesso em: 20/01/2022.
- 15** Vale ressaltar que, apesar de um posicionamento à esquerda no parlamento norte-americano, no que tange a política externa, estes quadros têm tomado algumas posições favoráveis às incursões militares da OTAN, aos embargos aos chamados países do “eixo do mal”, dentre outras controvérsias geopolíticas. Bernie Sanders, sobretudo, apesar de encabeçar hoje em dia a chamada “Internacional Progressista” (<<https://progressive.international/about/pt-br>>, Acesso em: 20/01/2022.), acumula controvérsias no Senado americano no que tange a votação em relação ao uso de força das tropas estadunidenses em conflitos internacionais como, por exemplo, a invasão do Iraque em 2003 sob a alegação da existência de “Armas de Destruição em Massa” no país. Ver mais em: <<https://www.nbcnews.com/politics/2020-election/sanders-opposition-iraq-war-was-more-complicated-he-presents-n1137541>>. Acesso em: 21/01/2022.
- 16** É curioso verificar que, apesar das especificidades de cada local, os levantes de Maio de 1968, na França, do 15M, na Espanha e o OWS foram todos seguidos por uma preponderância conservadora no cenário político nacional. No caso norte-americano, especificamente, a ascensão de Donald Trump é envolta por uma enorme rede neo-conservadora com fortes laços internacionais, em gran-

de medida, capitaneada pelo estrategista político Steve Bannon.

17 Dados de MEDEIROS, 1999, p. 96, apud JABBOUR, 2019, p.81.

18 Dados de JABBOUR, 2019, p.73.

19 Dados do portal governamental chinês, People's Daily.

20 O Washington Post entrevistou 19 816 chineses, de 31 províncias diferentes. Mais informações em: < <https://www.washingtonpost.com/politics/2021/05/05/did-pandemic-shake-chinese-citizens-trust-their-government/>>. Acesso em: 26/01/2022.

21 As considerações a respeito das dinâmicas econômicas e sociais no Brasil da década de 1990 serão feitas no item 5.2 do próximo capítulo.

22 “Mercado Comum do Sul (Mercosul) é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção em 26 de março 1991. Estabelece uma integração, inicialmente econômica, configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros.” Mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul>. Acesso em: 20/01/2022.

23 “A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), é um organismo internacional, herdeiro do Grupo do Rio e da Calc, a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Foi criado na terça-feira 23 de fevereiro de 2010. Em janeiro de 2020 o chanceler Ernesto Araújo anunciou que o Brasil deixava oficialmente o bloco.” Mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_de_Estados_Latino-Americanos_e_Caribenhos>. Acesso em: 20/01/2022.

24 “A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL é uma organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Su. Foi fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial, conjugando as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina (CAN). O projeto pode ser também interpretado como a culminação de uma iniciativa diplomática brasileira de longa data.” Mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_de_Na%C3%A7%C3%B5es_Sul-Americanas>. Acesso em: 20/01/2022.

25 De maneira contraditória a esta intenção de se opor à agenda neoliberal, Chossudovsky (2018) pontua que o FSM e diversas das organizações envolvidas receberam financiamentos de instituições vinculadas ao capital financeiro internacional, tal como a Fundação Ford, conforme retomaremos no item 4.5 deste capítulo..

26 conforme demonstramos no capítulo 2, a partir de Turner (1976) e Castells (1973)

27 Este tema será abordado com maior ênfase nos capítulos 5 e 6.

28 Cocco desenvolveu, junto com Antonio Negri, um debate mais aprofundado a respeito da perspectiva geopolítica da América Latina no contexto do Império no livro Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada (2005).

29 Vale ressaltar que, tanto Szaniecki, quanto Cocco fazem parte de uma importante rede de pesquisadores e ativistas responsáveis pela transposição do pensamento negriano para a realidade brasileira, tendo tido um importante papel no contexto das Jornadas de Junho de 2013, conforme abordaremos no item 4.3.1 deste capítulo.

30 Vale ressaltar que, naquele momento, Giuseppe Cocco mantinha uma relação de proximidade com o governo Lula, sobretudo a partir de sua relação com o então Ministro da Justiça, Tarso Genro (tendo, inclusive, publicado juntos o livro O MUNDO REAL – SOCIALISMO NA ERA PÓS-NEOLIBERAL [2008] - Disponível em: <https://www.lpm-editores.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout_produto.asp&CategoriaID=637394&ID=648399>. Acesso em: 20/01/2022.). Ressalta-se também que Genro é um dos principais quadros da tendência “Democracia Socialista”, dentro do PT, que, em momentos de maior tensão, apresentou-se como oposição ao CNB - ou campo majoritário -, tendência à qual estão vinculados o presidente Lula e a presidenta Dilma. Enquanto ocupou o Ministério da Justiça, Genro (bem como seu sucessor José Eduardo Cardozo) cedeu cargos no Ministério para diversos atores vinculados aos movimentos multitudinários (sobretudo o 15M), como advogado Pedro Abramovay (atual diretor da Open Society Foundations para a América Latina).

31 Ver a proposta do Fórum Econômico Mundial - o “grande inimigo” na Batalha de Seattle - a respeito do “Ggreat reset” - disponível em: <<https://www.weforum.org/great-reset/>>, Acesso em: 03/01/2022.

32 O autor menciona a ideia dos “limites do crescimento”, trazida pelo Clube de Roma em 1972, agravada pelo aquecimento global. Segundo a Wikipédia, o Clube de Roma “é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e , sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável”, sendo o seu principal membro brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. Ver mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Roma>. Acesso em: 20/01/2022.

33 Ver “Manifesto dos economistas pelo desenvolvimento e pela inclusão social”. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Manifesto-dos-economistas-pelo-desenvolvimento-e-pela-inclusao-social/7/32180>>. Acesso em: 03/01/2022.

34A publicação não detalha a autoria de cada um dos textos. A autoria do livro como um todo é atribuída a todos os membros do Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo, são eles: Alexandre Guerra, Ana Luíza Matos de Oliveira, Antonio Carlos S. de Carvalho, Gustavo Cotas, Isaías Dalle, Kjeld Jakobsen, Luana Forlini, Luis Vitagliano, Marcelo Manzano, Matheus Tancredo Toledo, Pedro Simon Camarão, Ronnie Aldrin Silva, Rose Silva e William Nozaki.

35Vale lembrar que muitos atores envolvidos na aposta multitudinária e no âmbito do Terceiro Setor já haviam deixado o PT e o apoio ao Governo Lula em momentos anteriores, como em meados de 2005, em decorrência da crise do Mensalão, bem como no momento da saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente. O empresário Oded Grajew, por exemplo, foi um dos primeiros quadros a se afastar do PT. Ver mais em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1111200305.htm>>. Acesso em: 21/02/2022.

36Conforme apontam Mercadante e Zero (2018, p.37), “entre 2009 e 2016, foram contratadas 4,5 milhões de moradias, em 96% dos municípios brasileiros (...) Sendo que para as famílias com renda de até R\$ 1.600,00, onde se concentra o grande déficit habitacional foram entregues 1,7 milhões de moradias.”

37Para uma leitura aprofundada de uma relação entre território, geopolítica e as Jornadas de Junho de 2013 ver Nobre; Schoenell e Porto (2019).

38A rede Universidade Nômade organizava-se de uma maneira muito fluida, sendo difícil delimitar quais atores a compõem, tanto no Brasil, quanto em outros países. Contudo, o registro de eventos e publicações permite identificar a circulação e reincidência de alguns atores centrais, como, por exemplo, o advogado Alexandre Mendes, a pesquisadora Ivana Bentes, a matemática Tatiana Roque, além dos já citados Cava, Cocco e Szaniecki. Ver mais em: <<https://uninomade.net/oasisdeeventos/revolucao-2-0-da-crise-do-capitalismo-global-a-constituicao-do-comum/>>; <<https://conexao.ufrj.br/2009/03/bioeconomia-capitalismo-cognitivo-e-economia-do-conhecimento/>>. Acesso em: 21/01/2022.

39Algo muito presente nos textos destes autores (Cocco, Cava e Szaniecki) - certamente por todos eles residirem na cidade - é a ideia de um protagonismo do Rio de Janeiro nos processos políticos de Junho de 2013, nos precedentes e decorrentes. Tendo a concordar com esta visão e considero, inclusive, que a ideia de um Rio como imagem exacerbada de todos os processos políticos brasileiros das duas últimas décadas segue pertinente até os dias de hoje. Talvez pelo fato de a cidade/estado ter recebido grande parte dos investimentos decorrentes da exploração do pré-Sal e da constituição da cadeia petroquímica brasileira, talvez por ter sido sede dos jogos Pan-Americanos, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, ou talvez simplesmente por ter sido, desde vinda da corte portuguesa, a síntese cultural do Brasil enquanto civilização e, portanto, representar o expoente estético do projeto de um “Brasil Maior” e também da sua ruína.

40Retrospectivamente, é curioso observar como a concessão de “reservas estratégicas de petróleo aos chineses” - justamente os chineses - representava uma parcela ínfima do pré-sal sob o regime de partilha no qual a Petrobras deveria ter participação majoritária e receber transferência de tecnologia na exploração de todos os campos de petróleo, inclusive, contando com a destinação de 75% dos royalties para educação e 25% para saúde (medida anunciada justamente durante as Jornadas de Junho). Naturalmente, salta aos olhos também a realidade da exploração do pré-sal no período pós-golpe, com o fim do regime de partilha e a predominância de petroleiras norte-americanas, britânicas, norueguesas, etc. Tratamos com maior profundidade deste tema no artigo Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. (RENA, et al, 2019).

41Estes dados foram retirados de uma pesquisa realizada pelo Ibope em 20 de junho de 2013, quando foram entrevistadas 2002 pessoas, sendo que 438 (36%) moravam em São Paulo, e o percentual de homens e mulheres era equivalente.

42Ao trazer a ideia de um “Brasil Maior”, os autores provavelmente referem-se também ao “Plano Brasil Maior”, lançado pelo Governo Dilma em agosto de 2011, que tinha como objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional. Ver mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Brasil_Maior>. Acesso em: 06/01/2022.

43O debate fez parte da mostra 68 e depois, realizada em junho de 2018 pela Fundação Clóvis Salgado em parceria com o Indisciplinar.

44Conforme afirmamos em outros momentos deste trabalho, não se trata de uma tentativa de “refutar” ou comprovar este ou aquele ponto de vista, nem mesmo de buscar veredictos a respeito de acontecimentos passados. O que buscamos é sobrepor leituras, narrativas, acontecimentos - podendo nos valer da percepção do que aconteceu “de lá para cá” - para, assim, fazer questionamentos e reflexões pertinentes para o momento presente.

45Este movimento em particular será abordado com mais profundidade na próxima seção.

46Disponível em:< <https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?> . Acesso em: 07/01/2022

47Levantamento do Datafolha de Dezembro de 2021 indicou que a preferência partidária pelo PT alcançou os 28%, melhor resultado desde 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/datafolha-preferencia-pelo-pt-quega-a-28-melhor-resultado-desde-2013.shtml>>. Acesso em: 07/01/2022.

48Estas são questões centrais para o debate sobre a multidão no Brasil e ocasionaram, inclusive, o rompimento de Negri com a Rede Universidade Nômade. Conforme explicaram Cocco e Cava (2017), a divergência de posicionamentos entre Negri e dos membros da Universidade Nômade

em relação aos desencadeamentos políticos de Junho de 2013 - eleições de 2014, golpe de 2016 e apoio ao projeto político do PT como um todo - levaram a desvinculação do filósofo italiano em relação ao grupo brasileiro. Assim, enquanto Negri permaneceu favorável, em grande medida, ao PT e ao presidente Lula, Cocco e Cava buscaram manter uma posição crítica em relação aos governos petistas, tendo apoiado Marina Silva no pleito de 2014. Ver mais em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572950-a-diferenca-brasiliana>>. Acesso em: 20/01/2022.

49 Tratou-se com maior profundidade do movimento no webinar “Urbanismo biopolítico”, organizado pelo Indisciplinar em 10/12/2021. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9k-lwellANw&t=1s&ab_channel=indisciplinar>. Acesso em: 10/01/2022), bem como na Revista Natureza Urbana (2013) (Disponível em: <<http://naturezaurbana.indisciplinar.com/revista-natureza-urbana/>>. Acesso em: 21/01/2022).

50 Este processo foi relatado com detalhes no artigo #NãoVaiTerNovaBH: linhas de fuga na produção da cidade neoliberal (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017). Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 20 Jan. 2022.

51 Destacam-se as controvérsias em torno da Vila Dias, localizada no Bairro Santa Tereza - as quais foram abordadas por Luis Henrique Marques Silva (2019) -, a formação do Espaço Comum Luiz Estrela, no bairro Santa Efigênia, a própria questão da Zona Cultural da Praça da Estação - abordada por Marília Pimenta Chaves (2019) - dentre outras. Outras nuances deste processo foram relatadas por Fernanda de Araújo Chagas (2013) (<<https://files.indlab.net/producao-ind/monografias/A%20PARCERIA%20P%3%9ABLICO-PRIVADANA%20PRODU%3%87%-C3%83O%20DO%20ESPA%3%87.pdf>>, Acesso em: 20/01/2022) e Paula Bruzzi Berquó (2013) (<https://issuu.com/ind_ufmg/docs/monografia_paulabruzzi>, Acesso em: 20/01/2022). Além disso, a Plataforma Urbanismo Biopolítico (<<http://pub.indisciplinar.com/>>, Acesso em: 20/01/2022) conta com vários relatos de todas estas experiências.

52 A proposta foi feita pelo prefeito Márcio Lacerda, por meio da desoneração do ISSQN sobre os transportes, em confluência com a desoneração do PIS e do COFINS, já anunciados pelo Governo Federal.

53 Mensagem redigida na página da APH no facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189/150880091770805/?type=3&theater>. Acesso em 22 de agosto de 2019

54 Neste período, três artigos de maior relevância foram publicados a respeito da produção do Grupo Indisciplinar. São eles: Cartografias Indisciplinarias. Producción Académica Tecnopolítica del Grupo de Investigación Indisciplinar como actor en las Redes de Luchas Territoriales en Belo Horizonte (RENA; SÁ; BRANDÃO; FRANZONI; 2016) (Disponível em <[245](https://wiki.indisci-</p>
</div>
<div data-bbox=)

plinar.com/webdav/publicacoes/Artigo_Cartografias_Indisciplinarias-RENA_SA_BRANDAO_FRANZONI.pdf>. Acesso em: 21/01/2022.); Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma (LOPES; RENA; SÁ, 2019) (Disponível em <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 21/01/2022.); e CARTOGRAFIAS INDISCIPLINARES (FREITAS; LOPAS; RENA, 2020) (Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/243135/0>>. Acesso em: 21/01/2022.).

55 Nos referimos aqui a uma declaração da deputada federal e ex-candidata a prefeita de Belo Horizonte, Áurea Carolina, sobre o Orçamento Participativo. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/hotsites/eleicoes-2020/aurea-diz-que-orcamento-participativo-se-tornou-instrumento-de-disputa-em-bh-1.2398482>>. Acesso em: 11/01/2022.

56 Trataremos deste tema com mais profundidade no item 5.2 do próximo capítulo.

57 O MROSC, regulamentado pela Lei 13.019/2014 representou a instituição de novas e mais sofisticadas formas de se estabelecer relações entre poder público e OSCs, bem como entendimentos legais e fiscais produzidos no sentido de garantir segurança jurídica para estas organizações. O Marco, de certa forma, atualiza e renova a tendência estabelecida nos governos FHC com a criação das OSs e OSCIPs, no sentido da produção de um ambiente favorável para o crescimento em número e relevância institucional do Terceiro Setor

58 A exemplo, podemos citar os COPACs (O COPAC de Minas Gerais recebeu financiamento do “Fundo Brasil” que, como veremos adiante, é um dos principais hubs de distribuição de recursos da Fundação Ford no Brasil. Ver mais em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/comite-popular-dos-atingidos-pela-copa-belo-horizonte-mg/>>. Acesso em: 12/01/2022.) e mesmo o grupo Indisciplinar que, entre 2016 e 2017, recebeu recursos da Fundação Ford para desenvolver seus projetos de extensão junto às lutas urbanas e movimentos sociais (Os relatórios e produtos do trabalho desenvolvido pelo grupo com financiamento da FF estão disponíveis na wiki do grupo: <<https://files.indlab.net/wiki-tecnopoliticas/referencias/livros/PUB.pdf>>; e <<https://files.indlab.net/producao-ind/livros/cidadestadocapital.pdf>>. Acesso em: 20/01/2022.)

59 O material que será apresentado adiante foi produzido pelos colegas de graduação Ana Luisa Schoenell, Caio Augusto Gonçalves e João Paulo Souto, e é resultado também das discussões teóricas e afetações pessoais do nosso projeto de pesquisa, do qual também fazem parte os alunos de graduação Matheus Silva Coelho e Marina Kaori Gomes Ussami, e os doutorandos Maíra Ramirez Nobre e Danilo Caporalli Barbosa, sob orientação da professora Natacha Rena e do professor Marcelo Maia. Mais uma vez, reitero meu sincero agradecimento aos meus colegas, bem como a dimensão absolutamente coletiva deste trabalho e sua indiscernibilidade com todas as demais atividades e produções do nosso grupo de estudos sobre fundações e ONGs.

60 Tendo em vista que a pesquisa se iniciou no ano de 2019, esta foi a data utilizada como referência para análise dos dados e produção deste artigo. Ressalta-se que haverá uma continuidade nos processos investigativos possibilitando novas análises ao longo do tempo.

61 Destaca-se que a pesquisa ainda está sendo desenvolvida e conta com um método processual e aberto, podendo sofrer adaptações ao longo do tempo. Além disso, serão apresentados apenas alguns dos produtos da pesquisa que julgamos pertinentes para ilustrar o entendimento que vem sendo construído desta rede de financiamentos filantrópicos, de forma que as análises completas serão publicadas em trabalhos acadêmicos futuros. As análises aqui expostas não correspondem a uma verdade totalizante a respeito das organizações investigadas, mas indicam pistas e questionamentos em um percurso cartográfico constante

62 Disponível no site da OSF: <https://www.opensocietyfoundations.org/george-soros?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=gs_082018>. Acesso em: 25/11/2021.

63 É interessante notar que há uma “ativação” de determinadas resistências quando se trata de resistir a projetos nacionais de desenvolvimento, que não ocorre com a exploração estrangeira do país. Danilo Caporalli Barbosa (2019) tratou com profundidade desse tema no que se refere à extração mineral na Amazônia realizada por empresas norueguesas. Ver mais em: <<https://files.indlab.net/producao-ind/dissertacoes/A%20Dimens%C3%A3o%20Geopol%C3%ADtica%20da%20Sustentabilidade%20Uma%20Cartografia%20da%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20Norueguesa%20no%20Territ%C3%B3rio%20Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 20/01/2022.

Referências das imagens:

18: Colagem realizada com imagens retiradas de cenas do filme “A Grande Aposta”, de Adam McKay (2016).

21: Diagrama realizado com base no artigo *Lutas Territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal*, de autoria de Bernardo Neves, Marcela Brandão, Luis Henrique Marques e Natacha Rena (2018).

22: Mapa adaptado do artigo “Primavera Árabe”, na Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe>. Acesso em: 24/01/2022.

27: Colagem realizada a partir de imagens dos artigos *Entre redes e ruas: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais* (NOBRE; BORGES; RENA, 2020) e *Los mapas del #15M: el arte de la cartografía de la multitud conectada* (DE SOTO, 2017).

29: Mapa adaptado a partir de imagem do artigo *Los mapas del #15M: el arte de la cartografía de la multitud conectada* (DE SOTO, 2017).

49: Gráficos 1 e 2 elaborados pelo autor com base em dados do portal governamental chinês People’s Daily; e gráficos 3 e 4 adaptados a partir do livro *China: o socialismo do século XXI*, de Elias Jabbour e Alberto Gabriele (2021, p.144).

50: Diagrama realizado a partir de mapa disponibilizado no portal do podcast Geopizza. Disponível em: <<https://twitter.com/Geopizzza/status/1200066163759353857/photo/1>>. Acesso em: 26/01/2022.

52: Mapa adaptado de uma imagem do artigo *Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização*, de Fábio Tozi (2018, p.88). Originalmente publicado na página francesa do jornal Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<https://www.mondediplomatique.fr/cartes/routes-de-la-soie>>. Acesso em: 26/01/2022.

57: Mapa adaptado de uma imagem do artigo *Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização*, de Fábio Tozi (2018, p.88). Originalmente publicado em Mackinder (2004 [1904], p. 435). A foto, por sua vez, foi adaptada de uma das imagens de um ensaio fotográfico, de autoria de Pepe Escobar, publicado na revista *Indisciplinar* v.4, n.2 (2018, p.27).

58: O ícone utilizado no item “incidência de insurgências multitudinárias de 2000 a 2013” foi adaptado de um pictograma de autoria do coletivo Iconoclastas. Disponível em: <<https://iconoclastas.net/recursos/>>. Acesso em: 27/01/2022.

61: Ambos os gráficos foram adaptados a partir de Mercadante e Zero (2018, p.68-69).

64: Gráfico adaptado a partir de Mercadante e Zero (2018, p.80).

65: A imagem da visita de Lula à comunidade Irmã Dulci foi modificada a partir de foto do acervo do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<https://pt.org.br/em-10-de-janeiro-de-2003-lula-iniciava-sua-primeira-caravana-como-presidente/>>. Acesso em: 27/01/2022.

68: Duas das imagens da colagem são modificações de fotografias de autoria do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, e estão disponíveis em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/fotografias-do-antropologo-eduardo-viveiros-de-castro-1-17264892>>. Acesso em: 27/01/2022. Além disso, no canto direito, foi incluída uma modificação da obra *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral, exposta no Museu de Arte Latino-americana de Buenos Aires (MALBA).

70: A imagem de Lagos, ao fundo da colagem, foi adaptada de uma cena do documentário *LAGOS/KOO-LHAAS* (2002), dirigido por Bregtje van der Haak.

71: As imagens da colagem foram adaptadas a partir de fotografias que compõem o catálogo *Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra (ASAS): 1º Catálogo de ações do projeto ASAS*, organizado por Juliana Pontes e Natacha Rena (2009), disponível em: <<https://issuu.com/projetoasas/docs/catalogo1>>. Acesso em: 28/01/2022. Além disso, duas das imagens da colagem foram adaptadas a partir de fotografias do projeto *Táticas de Sobrevivência*, da professora Natacha Rena, expostas em uma apresentação do webinar coletivos urbanos, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V9by2ML2vb0&ab_channel=indisciplinar> Acesso em: 28/01/2022.

73: Todos os cartazes da colagem foram adaptados a partir do livro *Estética da Multidão*, de Barbara Szaniewski (2007, p.90-93)

75: Gráfico adaptado a partir de *Mercadante e Zero* (2018, p.75).

77: Gráfico adaptado a partir do artigo *DESINDUSTRIALIZAÇÃO SETORIAL E ESTAGNAÇÃO DE LONGO PRAZO DA MANUFATURA BRASILEIRA*, de Paulo César Morceiro e Joaquim José Martins Guilhoto (2019, p.8).

79: Gráfico de elaboração própria a partir de dados disponíveis em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_Selic>, e < <https://www.parmais.com.br/blog/a-trajetoria-do-dolar-desde-o-plano-real/>>. Acesso em: 29/01/2022.

84: Ambos os gráficos foram adaptados a partir de *Mercadante e Zero* (2018, p.105).

88: Os cartazes da colagem foram adaptados a partir de uma imagem do artigo *DE ISTAMBUL AO RIO DE JANEIRO, AS LUTAS PELO COMUM NAS CIDADES REBELDES*, de Pablo de Soto (2014, p.149)

91: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados disponíveis em: < <https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/contratos-de-partilha-e-unitizacao/contratos-de-partilha>> e < <https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-a-vez-das-petroleiras-americanas/>>. Acesso em: 30/01/2022

94: As imagens da colagem referentes ao Ocupa Cãmra Rio foram adaptadas de fotografias presentes no livro *Amanhã vai ser maior*, de Bruno Cava e Giuseppe Cocco (2014).

100: A imagem é uma adaptação de uma fotografia do trabalho *Multidão 3 Maré. 2013*, de autoria do artista Lucas Bambozzi (2013). Disponível em: <<https://www.lucasbambozzi.net/projetosprojects/mutidao-3>>. Acesso em: 31/01/2022.

101: O pronunciamento completo da presidenta está disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130621_discurso_dilma_lk>. Acesso em: 31/01/2022.

104: O gráfico foi adaptado a partir de um levantamento do Ibope, publicado pela Folha de São Paulo em 2016. Foram ouvidas 2.002 pessoas em 142 municípios, entre 17 e 20.mar.2016. Ver mais em: < <https://arte.folha.uol.com.br/graficos/zzXby/?>>. Acesso em: 31/01/2022.

113: A colagem foi realizada com imagens disponíveis na página do facebook do moviemtno Fica Ficus(< <https://www.facebook.com/MovFicaFicus>>. Acesso em: 02/02/2022.), e na apresentação da professora Natacha Rena, no webinar “Urbanismo biopolítico”, organizado pelo Indisciplinar em 10/12/2021. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9k-lwellANw&t=1s&ab_channel=indisciplinar>. Acesso em: 10/01/2022)

114: Todos os elementos utilizados na colagem (banners, mapas e fotografia) foram produzidos por colegas do grupo Indisciplinar e estão disponíveis na Plataforma Urbanismo Biopolítico (< <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>>. Acesso em:02/02/2022) e/ou na dissertação de mestrado de Paula Bruzzi Berquó (2015).

115: Todos os elementos utilizados na colagem (banners, mapas e fotografia) f estão disponíveis na Plataforma Urbanismo Biopolítico (<<http://pub.indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>>. Acesso em:02/02/2022).

116: As imagens utilizadas na colagem foram adaptadas a partir de fotografias disponíveis na dissertação de mestrado de Paula Bruzzi Berquó (2015) .

117: As imagens utilizadas na colagem foram adaptadas a partir de fotografias disponíveis na dissertação de mestrado de Paula Bruzzi Berquó (2015) e/ou na página do facebook da Assembeia Popular Horizontal (< <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos>>. Acesso em:02/02/2022).

118: As imagens utilizadas na colagem foram adaptadas a partir de fotografias disponíveis na página do facebook da Assembeia Popular Horizontal (< <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos>>. Acesso em:02/02/2022).

122: A imagens e o mapa utilizados na colagem foram produzidas por colegas do grupo Indisciplinar e estão disponíveis na Plataforma Urbanismo Biopolítico (<<http://pub.indisciplinar.com/izidora/>>. Acesso em:02/02/2022).

123: As imagens utilizadas na colagem foram adaptadas a partir de fotografias disponíveis na dissertação de mestrado de Paula Bruzzi Berquó (2015).

124: O gráfico é de elaboração própria a partir de dados disponíveis em:<<https://g1.globo.com/minas-gerais/eleicoes/2016/noticia/2016/10/confira-composicao-da-camara-de-belo-horizonte.html>> e < <https://g1.globo.com/minas-gerais/eleicoes/2012/noticia/2012/10/confira-composicao-da-camara-municipal-de-belo-horizonte.html>>. Acesso em:02/02/2022).

126: A imagem da ocupação Vitóriaa, utilizada na colagem, está disponível na Plataforma Urbanismo Biopolítico (<<http://pub.indisciplinar.com/izidora/>>. Acesso em:02/02/2022).

132: Ambos os gráficos foram adaptados a partir de Brooke e Witoshynsky (2002, p.15-21)

133: A nuvem de palavras foi produzida pelos colegas de pesquisa, Caio Augusto Gonçalves e João Paulo Souto, com base no banco de dados elaborado a partir dos dados de financiamento da FF.

133: O diagrama foi produzido pelos colegas de pesquisa, Caio Augusto Gonçalves e João Paulo Souto, com base no banco de dados elaborado a partir dos dados de financiamento da FF. A metodologia utilizada foid escrita da seguinte forma: “Sobrepondo a frequência de financiamento com a localização da sede de

cada donatário é possível traçar territorialmente os principais focos recebedores de investimentos. Assim, o Diagrama 01 traz marcações correspondentes em escala de tamanho e cor ao número de doações realizadas para as instituições da América Latina que têm projetos em território brasileiro. Nota-se que apesar de um espraiamento por praticamente todas as capitais e regiões do país, o sudeste do Brasil, sobretudo o eixo Rio-São Paulo, concentra a grande maioria das instituições donatárias, provavelmente pelo papel das duas cidades enquanto catalisadoras do mercado, da produção midiática, e de parte dos movimentos reivindicatórios do país. Em outros países também há projetos que têm atuação em território brasileiro, embora em proporcionalidade drasticamente menor do que os localizados no Brasil.

135: O gráfico foi produzido pelos colegas de pesquisa, Caio Augusto Gonçalves e João Paulo Souto, com base no banco de dados elaborado a partir dos dados de financiamento da FF.

136: O diagrama foi produzido pelos colegas de pesquisa, Caio Augusto Gonçalves e João Paulo Souto, com base no banco de dados elaborado a partir dos dados de financiamento da FF.

142: O mapa foi adaptado a partir de uma imagem do artigo da Wikipédia sobre a conferência da Bandung. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Bandungue>. Acesso em: 04/02/2022.

5. Participação
social, confluência
perversa e a busca por

**soberania
popular**

Até este ponto, nos dedicamos a traçar um percurso temporal (em alguma medida) linear. Buscamos na segunda metade do século XX os princípios do pensamento pós-estruturalista e as suas transposições para as cidades; em seguida, os acontecimentos geopolíticos, econômicos e culturais que, segundo Hardt e Negri (2014), levaram a formação do Império ao final do século; e, em decorrência deste diagnóstico, procuramos rastrear os ecos da aposta multitudinária pelo mundo e, sobretudo, no Brasil e em Belo Horizonte, já no século XXI. Por mais que tenham ocorrido algumas mudanças de direção temporal e apesar das várias mudanças de escala geográfica, buscamos compor o trabalho narrativamente de uma forma aproximadamente cronológica, perfilando os acontecimentos e suas análises em uma sequência lógica.

Contudo, nada disso indica uma evolução linear dos processos analisados, no sentido de que aquilo que vem depois seria naturalmente mais avançado do que o que veio antes. Pelo contrário, é possível verificar uma série de retrocessos, retrações, interrupções, etc. A exemplo: a ideia, a imagem ou mesmo o debate sobre a multidão no Brasil parece muito menos avançado no período pós-2013 do que em relação ao ciclo que antecedeu os protestos. Da mesma forma, o discurso dominante no âmbito do planejamento urbano parecia ser muito mais “progressista” ao início dos anos 2000 do que em relação ao início dos anos 2020; assim como do início da década de 1960 em relação ao início dos anos 1980. É nesse sentido que buscamos mobilizar (conforme explicitado ao início do trabalho), uma imagem do tempo a partir da qual seja possível conectar diferentes momentos da história (ou diferentes

acontecimentos) enquanto virtualidades coexistentes. Em outras palavras, em face da série de limitações, contradições e também virtudes e potencialidades da realização da aposta multitudinária no Brasil ao longo do século XXI, buscaremos traçar um outro percurso temporal no qual seja possível identificar novas pistas para a constituição de uma multidão baseada em uma soberania popular e territorial para o presente.

Assim, o foco desta segunda e breve etapa de investigação deste trabalho está situado no período que compreende as décadas de 1970 a 1990 no Brasil, e os processos políticos, sociais e culturais compreendidos na **1ª redemocratização**. Identificamos neste período uma série de conexões com a aposta multitudinária e suas várias nuances, mesmo que sem assumir este nome. Naquele momento, em decorrência da **2ª centralização e autoritarismo do regime militar**, justamente no momento de maior pujança econômica do fordismo no Brasil, identificava-se a ideia de desenvolvimento e planejamento na figura do Estado e dos militares, em uma conotação fortemente pejorativa. Ao mesmo tempo, à medida que se articulavam as diversas lutas populares e que se abrandava o controle do regime, novos sujeitos políticos surgiam, dedicados a constituir um novo entendimento da democracia ancorado na mobilização social. Toda essa movimentação ocorre em paralelo com a própria formação do pensamento pós-estruturalista (como vimos no capítulo 2), que nutriu, inclusive, uma série de interfaces com a experiência brasileira, enxergada por diversos pensadores como um potente campo de experimentações. Assim, em uma perspectiva progressivamente urbana, desenvolvimento e diferença se relacionaram, ora aproximando-se, ora afastando-se, em um



2: Coalgem - Emílio Garrastazu Médici, presidente durante os anos de chumbo da ditadura militar, e a construção da Ponte Rio-Niterói, um dos maiores símbolos do milagre econômico dos anos 1970



1: Coalgem - Movimento pelas Diretas Já e o Dr. Ulysses Guimarães com a Constituição de 1988

horizonte de afirmação da imanência.

Além disso, todo este processo do surgimento de novos sujeitos políticos, da ampliação dos sentidos da participação social e da democracia, da afirmação da diferença, etc, esbarram também nos limites e condições da institucionalidade. No decorrer deste período histórico, experiências como a Constituinte, o movimento das Diretas Já, as prefeituras populares dos anos 1990 e o Orçamento Participativo, representaram a necessidade de uma “tradução” das novas e emergentes lutas para o âmbito da institucionalidade, das políticas públicas e da ação do Estado. Nesse sentido, identificamos uma série de “ecos” ou conexões com momentos da história recente do país, abordados anteriormente neste trabalho. Seja no que se refere à constituição do Governo Lula e a necessária conciliação entre as bases sociais e os desafios institucionais para se situar o país enquanto um ator contra-hegemônico internacional; seja em relação à transição para a agenda desenvolvimentista durante o Governo Dilma e a resposta das ruas em 2013; seja atualmente, na tarefa de se reconstruir uma democracia golpeada e de se reagregar uma multidão fragmentada.

Portanto, mobilizaremos a seguir diferentes leituras a respeito dos processos políticos destas três décadas (1970/80/90), em busca de novas pistas e questionamentos para a constituição da multidão.

5.1 A Redemocratização e a formação de novos sujeitos políticos

No livro **5: Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013** (2019), a cientista política Maria da Glória Gohn analisa os emergentes movimentos da segunda metade do século XX no Brasil em uma perspectiva muito próxima daquela que buscamos mobilizar a partir do conceito de multidão. Para a autora, ao longo deste período, construíram-se diversos e novos entendimentos dos conceitos de *participação e democracia*, considerando que a participação política, mais do que uma formalidade institucional, representa as diversas formas de mobilização da sociedade em um processo de democratização e mesmo de invenção da democracia a partir do autoritarismo. Nesse sentido, a participação é abordada a partir de diferentes formas e perspectivas, seja enquanto participação de cidadãos em movimentos, protestos, coletivos, organizações, etc; seja nas Instituições Participativas (IPs) que, para Gohn, surgem no horizonte da institucionalidade a partir da Constituição de 88. (GOHN, 2019, p.66-67).

Para tanto, a autora divide o período em “quatro ciclos de protestos políticos”. O primeiro deles seria referente à década de 1960, compreendendo os **4: movimentos grevistas de Osasco e Contagem em 1968, o movimento estudantil** e as intensas mobilizações culturais de resistência aos primeiros anos de regime militar antes da publicação do **5: Ato Institucional número 5 (AI5)**. Gohn (2019) enfatiza o papel do AI5 naquele contexto enquanto forte instrumento de repressão e perseguição a qualquer tipo de oposição ao governo, de



3: Coalgem - Maria da Glória Gohn - Participação e Democracia no Brasil

4: Coalgem - Movimento grevista de Osasco e estudantes da UNE em protestos contra o regime militar em diferentes frentes

forma que o segundo ciclo tenha tido início apenas na segunda metade da década de 1970. Portanto, o segundo ciclo surge justamente com a recomposição de forças dos movimentos oposicionistas, sendo composto pelos nascentes movimentos pela “anistia a exilados e presos políticos, movimentos advindos das Comunidades Eclesiais de Base, movimentos do novo sindicalismo do ABCD paulista e outras regiões, movimentos populares de mulheres em bairros da periferia por creches ou de moradores por transportes coletivos, ou por postos de saúde”. (GOHN, 2019, p.69). Para a autora, este ciclo se caracteriza sobretudo pela **6: participação popular**, ou seja, o protagonismo de movimentos e associações formados por moradores das periferias das grandes cidades, mobilizados por direitos sociais básicos em um contexto de ruins condições de vida no meio urbano. Gohn (2019) enfatiza que, naquele momento, em face do total fechamento do Estado em relação à sociedade civil, a organização e a participação em movimentos e protestos era tida como um ato de desobediência civil e contra-hegemonia.

A democracia direta e participativa, exercida de forma autônoma, nos locais de moradia, de trabalho, estudo, etc. era tida como o modelo ideal para a construção de uma contra-hegemonia ao poder dominante. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político dominante. (GOHN, 2019, p.71)

Assim, a “sociedade civil” consolida-se no imaginário popular como algo positivo, enquan-

to que o Estado passa a ser exclusivamente associado ao poder militar. Essa perspectiva, apesar de fidedigna em alguma medida, reduz a diversidade e contradição dos movimentos emergentes dentre a sociedade civil. Segundo a autora, além da consolidação e protagonismo dos movimentos populares urbanos - por bens e serviços públicos, por terra e moradia, etc. -, surgiam também naquele momento os chamados **7: Novos Movimentos Sociais**, ou seja, movimentos em luta “pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos, etc”. Esta última categoria - segundo a autora, decorrente da “sociabilidade urbana e suas modificações nos estilos de vida” - representava uma novidade e, mesmo que com pouca força política no momento, encontrava um “polo de identificação” com os movimentos populares na “reivindicação de condições econômicas de sobrevivência, igualitárias, assim como mais liberdade e justiça social”. Dessa forma, o segundo ciclo de protestos políticos (da segunda metade da década de 1970 até o início dos anos 1980) consolida-se como momento de formação de *novos sujeitos históricos em luta*, ou seja, a “ampliação e pluralização dos grupos organizados”. (GOHN, 2019, p.71).

Em seguida, a autora apresenta o terceiro ciclo (referente à década de 1980) enquanto um momento atravessado sobretudo pela transição para a democracia e a exigência pelo surgimento de canais de participação da sociedade civil. Um importante elemento da década de 1980 é o crescimento em número de participantes e relevância, bem como a maior organização, dos movimentos nascentes do final da década de 1970 e seus novos sujeitos políticos.



5: Coalgem - O Ato Institucional número 5, de 1968, e a disposição do aparelho repressivo do Estado militar contra as mobilizações populares

6: Coalgem e Diagrama - A participação popular e as novas formas de organização da sociedade civil - Novo sindicalismo, CEBs, movimentos periféricos, etc

Assim, consolidavam-se como protagonistas da política nacional as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, centrais sindicais e movimentos populares, como a Anampos (Associação Nacional de Movimentos Populares), a Conam (Centro Nacional de Movimentos Populares), **8: a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra)**, bem como o recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Além disso, a autora pontua que os Novos Movimentos Sociais - movimentos sociais/culturais identitários - também ganham relevância no período, recebendo inclusive maior visibilidade na grande mídia em relação aos movimentos populares, e fomento de agências de apoio à pesquisa internacionais, como a Fundação Ford (GOHN, 2019, p.74-75) que, conforme vimos no capítulo anterior, começava a priorizar o financiamento de ONGs em detrimento das universidades.

Outro elemento central do terceiro ciclo, colocado por Gohn (2019), é a importância da disputa pela institucionalidade para as mobilizações sociais, seja na figura do movimento pelas Diretas Já, seja no que se refere ao retorno das eleições municipais e estaduais. Ou seja, com o processo de abertura política - entendido como, em parte, resultante da mobilização social do “segundo ciclo” - a oposição radical entre “sociedade civil” e “Estado militar” é gradualmente reduzida, de forma que entram em pauta para os movimentos (tanto os populares quanto os “novos”) as demandas pela participação da população nos novos processos políticos e na transição para a democracia. Nesse contexto, o PT assume

grande protagonismo, reunindo uma série de quadros, representantes de todos esses novos sujeitos políticos, em suas **9: candidaturas ao poder legislativo** e aos executivos municipal **2** e estadual nas eleições de 1982 e 1986. Outro ponto importante deste ciclo é o movimento das **10: Diretas Já** que, para Gohn (2019), teria sido o “ponto culminante” deste desejo das lutas e dos sujeitos políticos de incidir sobre a institucionalidade e protagonizar a luta pela democracia. Gohn cita a cientista política Maria do Carmo Albuquerque (2006) para argumentar que as Diretas Já, em conjunto com a participação popular na Constituinte, a partir de 1986, teriam representado um movimento de formação da cidadania brasileira, dotada de um desejo latente por participação popular e a progressiva tradução das demandas e reivindicações do período anterior em propostas e políticas públicas.

Um vigoroso movimento de participação popular na Assembleia Constituinte que propiciou o surgimento de uma nova sociedade civil democrática, articulando movimentos populares e associações profissionais que contribuíram para a sistematização das reivindicações populares.

Reivindicações convertem-se assim em propostas de políticas públicas que visaram garantir, através do novo ordenamento constitucional, a universalização de direitos que jamais houvera na sociedade brasileira. Desta forma foram elaboradas “emendas populares” à Constituinte, articulando forças sociais que coletaram centenas de milhares de assinaturas em torno de propostas de políticas públicas como a liberdade sindical, a reforma agrária, a reforma urbana, a criação de um sistema único de saúde, a criação de políticas públicas de Assistência Social e de atenção à criança e ao adolescente. A natureza participativa deste processo de elaboração



7: Coalgem - Os Novos Movimentos Sociais - demandas de gênero, raça, orientação sexual, dentre outros - na imagem da frente, faixa dos trabalhadores homossexuais nas greves do ABC da década de 1980. Ao fundo duas publicações emblemáticas: o Lamião da Esquina (primeira publicação LGBT do Brasil), e um boletim do movimento negro no PT

8: Coalgem - A CUT o MST e os novos sujeitos históricos em luta

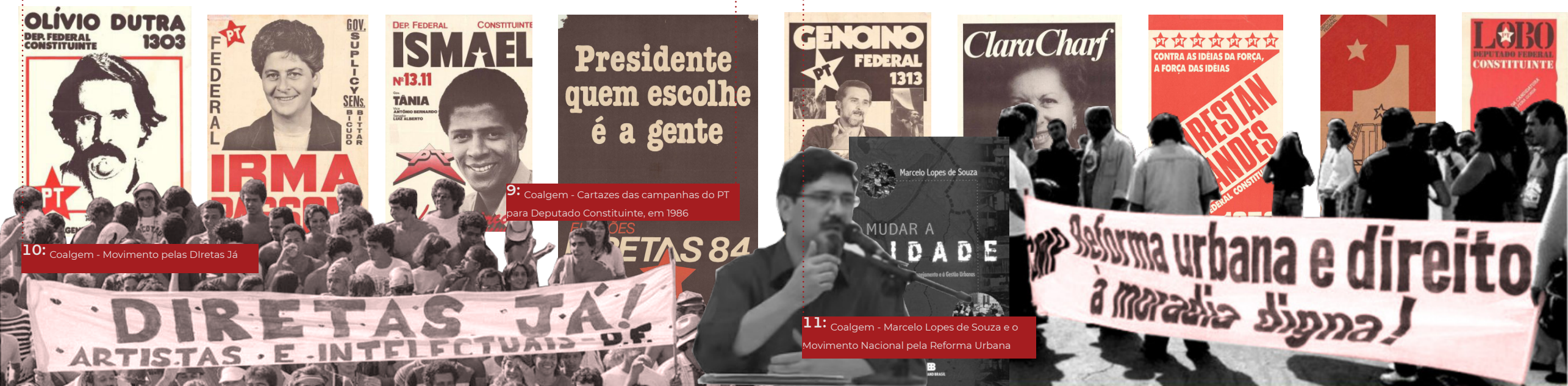
de políticas públicas, bem como a necessidade de enfrentar a tradicional impermeabilidade, autoritarismo e centralismo do Estado brasileiro, marcaram as propostas elaboradas com exigências de descentralização e de criação de instrumentos de participação e controle social sobre estas políticas, nos âmbitos federal, estadual e municipal. (ALBUQUERQUE, 2006 apud GOHN, 2019, p.76-77)

Vale destacar que, no contexto da Constituinte e da elaboração de emendas populares, a pauta de Reforma Urbana teve um protagonismo singular. No livro ^{11:} *Mudar a Cidade Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanas* (2002 [2001]), o geógrafo Marcelo Lopes de Souza argumenta que o contexto da Constituinte foi responsável por “catalisar a recomposição” do campo e do debate sobre a reforma urbana que, segundo o autor, teria sido levado a “hibernar” por duas décadas em decorrência da repressão do regime militar. (SOUZA, 2002, p.157-158). Segundo Souza (2002), a formação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, naquele momento, conjugava técnicos e movimentos populares dedicados a renovar, diversificar e atualizar as formulações do ^{12:} *Congresso de Quitandinha*, em 1963, e de toda a gênese do movimento no início dos anos 1960, sufocada pelo Golpe de 1964. Passadas mais de duas décadas, a população urbana do país havia crescido expressivamente, e havia um “caldo de cultura favorável a uma maior visibilidade da bandeira da reforma urbana”, de forma que o MNRU encarregou-se de “amadurecer a concepção progressista de reforma urbana”. Assim, os movimentos populares e técnicos envolvidos no MNRU empenharam-

-se em transmitir para o processo da constituinte o desejo de “reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades” e, como resultado deste processo, foi enviada para o Congresso a chamada *emenda popular da reforma urbana*, subscrita por cerca de 130 000 eleitores. (SOUZA, 2002, p.158-159).

Naturalmente, com a tramitação no Congresso, o conteúdo progressista da emenda foi, em parte, tolhido, tendo permanecido no texto constitucional os artigos 182 e 183 que prevêem o instrumento dos Planos Diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes, a função social da propriedade e o instrumento do usucapião, dentre outras particularidades. Para Gohn (2019), este processo foi comum às diversas lutas, movimentos e novos sujeitos políticos organizados nos dois ciclos anteriores, uma vez que, no horizonte de incidência das lutas sobre a institucionalidade, esbarra-se muitas vezes nos “limites de negociação impostos pela lógica estatal” e na necessidade de tradução das demandas em ^{13:} *“formas concretas de institucionalização”*. (GOHN, 2019, p.80-81). Sendo assim, a autora argumenta que o “quarto ciclo de protesto político” - referente ao período pós-1988 - caracteriza-se por uma reconfiguração da sociedade civil, que passa a demandar por canais de *participação institucionalizada*, tendo em vista a necessidade de *implementar* os direitos conquistados na Constituição de 1988.

A autonomia da sociedade civil deixa de ser um eixo estruturante fun-



damental para a construção de uma sociedade democrática porque com a saída dos militares e o retorno dos processos eleitorais democráticos, a sociedade política, traduzida por parcelas do poder institucionalizado no Estado e seus aparelhos, passa a ser objeto de desejo das forças políticas organizadas. Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas de lutas e conquistas na sociedade política, especialmente nas políticas públicas (...). Os novos atores que emergiram na cena política necessitavam de espaços - instituições próprias, para participarem de novos pactos políticos que redirecionassem o modelo político vigente. A sociedade civil organizada, que teve um papel central na mudança do regime político, passa a ter seu papel reequacionado porque, do ponto de vista da construção dos direitos, o 4º ciclo vai além da demanda, luta-se pela implementação do direito conquistado, direitos estes que estiveram nas demandas de 1968. (GOHN, 2019, p.81-82).

Assim, ao final dos anos 1980 têm-se como principal resultado dos “quatro ciclos”, colocados por Gohn (2019), a retomada da política pelos movimentos populares e a intensa demanda por canais de comunicação e incidência sobre o Estado e as políticas públicas. Naturalmente, há de se observar que boa parte das demandas, dos desejos e da criação emergente das novas e potentes formas de organização social que começam a surgir na década de 1970 - tanto em relação aos movimentos populares quanto aos Novos Movimentos Sociais - são filtrados ou adaptados pela institucionalidade. Contudo, há de se salientar também que vivenciava-se uma conjuntura de profunda dominação econômica e geopolítica do país, e um processo de abertura democrática fortemente tutelado pelas forças dominantes. Nesse

sentido, acreditamos que seja pertinente afirmar que as experiências de criação e autonomia da sociedade civil tenham funcionado enquanto um instrumento de luta, participação política e, sobretudo, criação de novas concepções populares de democracia que, apesar de todos os reveses, limitações e derrotas impostos pelas forças hegemônicas, logrou significativas conquistas e ampliou o espaço do campo popular na institucionalidade.

Conforme argumentamos anteriormente, toda essa discussão parece se aproximar muito do conceito de *Estado experimental*, proposto pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos no livro ¹⁴: *A Dificil Democracia: Reinventar as esquerdas* (2016). Em face da absoluta prevalência de uma democracia neoliberal e de baixa intensidade em boa parte do mundo (sobretudo no Ocidente) na segunda década do século XXI, Santos (2016) buscou resgatar experiências do Sul Global ocorridas nas décadas anteriores (inclusive a brasileira) para argumentar em favor de outros modelos de democracia. Para o autor, apesar da extensiva e truculenta propagação de uma “concepção hegemônica de democracia” - Democracia Representativa, ou Democracia Liberal, pautada em formalidades institucionais e pouco interessada na mobilização social - é possível identificar nos países da chamada “terceira onda de democratização” (sobretudo América Latina e Leste Europeu) uma resistência a estas concepções a partir da mobilização popular.

O sociólogo argumenta que a incompatibilidade da concepção hegemônica de democracia com “sociedades muito desiguais e bem heterogêneas social e culturalmente” fez emergir



12: Coalgem - O Palácio Quitandinha, onde ocorreu o encontro em 1963 e, ao fundo, o documento resultante do congresso, que delimitava as bases da pauta da reforma urbana no país

13: Coalgem - Mobilizações populares no período da constituinte e o desejo por incidência na institucionalidade

14: Coalgem - Boaventura de Souza Santos - A Dificil Democracia e o Estado Experimental

nestes países um “novo experimentalismo democrático” a partir da mobilização popular, buscando conceber “a democracia como uma nova gramática social que rompa com o autoritarismo, o patrimonialismo, o monolitismo cultural, o não reconhecimento da diferença; (...)”. (SANTOS, 2016, p.18-19). Sendo assim, em experiências como a Constituição de 1988 e o Orçamento Participativo, no Brasil, ou as ¹⁵Constituições de Equador (2008) e Bolívia (2009), teriam sido experimentadas *Concepções Contra-Hegemônicas de Democracia*, como a Democracia Participativa, a Democracia Comunitária, a Democracia Revolucionária, etc. É nesse sentido que o autor argumenta que a complexidade, a heterogeneidade, a hibridização e inventividade de formações sociais como as dos países latino-americanos seria capaz de sustentar uma *Demodiversidade*, em oposição à homogeneização liberal da Democracia Representativa. (SANTOS, 2016, p.129)

Os conceitos apresentados pelo autor parecem dialogar bastante com todo o debate da multidão enquanto sujeito político que exige o aprofundamento democrático e a afirmação da diferença, sobretudo a partir de Cocco (2009). Contudo, Santos (2016) apresenta uma nuance essencial, e que está no cerne das controvérsias que apresentamos no capítulo anterior: a imprescindibilidade do Estado! O autor argumenta que, apesar de toda a inventividade e afirmação da diferença decorrente das experiências democráticas do Sul Global, todas essas formulações são absolutamente vulneráveis ao poder hegemônico internacional. (SANTOS, 2016, p.21). Portanto, o conceito de *Estado Experimental* é apresentado como a necessidade de contrapor a ingerência de forças hegemônicas no Estado com a criação de

espaços políticos de inovação e criação, visando a conformação de um *Estado como Novíssimo Movimento Social*. (SANTOS, 2016, p.20).

Com o conceito de Estado experimental, que perfilho há já algum tempo, pretendo assinalar que nos tempos que correm a solidez normativa da institucionalidade moderna (do Estado, do direito, da administração pública) está hoje a liquidificar-se para o bem (reconhecimento da diversidade) e para o mal (por exemplo, corrupção). Ou seja, forças políticas com orientações políticas opostas procuram aproveitar para suas causas esse estado de coisas. As forças pró-capitalistas falam de *governance*, de parcerias público-privadas, de *soft law*. Por trás desses conceitos está não só a flexibilidade normativa, como a não interferência com as relações de poder existentes. Pelo contrário, ¹⁶Estados como Bolívia, Equador e Venezuela tentam alterar as relações de poder existentes, e é dentro desse marco que a ideia de experimentações pode ter validade. É que, sendo duros os conflitos e não sendo claras as alternativas, as mudanças nas relações de poder, ao contrário do que se pode pensar, podem ser consolidadas por meio da experimentação com várias soluções, quer simultaneamente, quer sequencialmente. Criar espaços políticos a partir do início da mudança das relações de poder, mas que uma vez criados permanecem abertos à criação e inovação (...). (SANTOS, 2016, p.129-130, grifos do autor)

Assim, a experiência dos novos sujeitos políticos emergentes nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil e a incidência destes no processo de redemocratização seriam um primeiro passo do



¹⁵ Coalgem - As constituições de Equador e Bolívia nos governos Rafael Correa e Evo Morales - Buen Vivir, Democracia Comunitária e Democracia Revolucionária

contínuo exercício para a realização de um Estado experimental. Em outras palavras, **17:** **busca pela soberania popular em um contexto de formação do Império** - ou seja, unilateralidade geopolítica e propagação truculenta do neoliberalismo e da democracia liberal a nível mundial - exige uma contínua apropriação dos possíveis espaços de incidência popular sobre o Estado, seja nas Instituições Participativas, como o OP, seja nas prefeituras e governos populares, seja no próprio partido político, como o PT, que mostrava-se como forte articulador das novas demandas e novos sujeitos políticos emergentes.

Talvez, mesmo mais de vinte anos antes da criação do conceito, a emergência destes novos sujeitos no Brasil tenha representado uma embrionária constituição da multidão, ou seja: um corpo social no qual sobressai a diferença e que exige a criação e o aprofundamento da democracia em uma conjuntura adversa. Talvez essa *proto*-multidão dos anos 1970-80 tenha tido êxito - no que se refere às conquistas sociais decorrentes da Constituinte, das prefeituras populares e, sobretudo, dos governos federais petistas - justamente porque optou por apropriar-se do Estado enquanto “novíssimo movimento social”, ao invés de combatê-lo e tornar-se vulnerável para a ingerência estratégia estrangeira. Talvez todas essas particularidades sejam pertinentes apenas para aquele período histórico e os desdobramentos do século XXI tenham tornado inviável a realização de uma multidão que busca incidir sobre o Estado a partir de um projeto político popular e experimental. Ou talvez essa inibição tenha sido produzida justamente no momento em que a experimentação contra-hegemonica alcançou a macro-escala, ameaçando de maneira mais contundente o poder

imperial.

Mesmo em face de todas estas incertezas, algo dessa experiência da redemocratização e formação de novos sujeitos políticos parece interessar muito ao debate sobre a aposta multitudinária. Conforme mencionado anteriormente, esse período é composto também pela consolidação do pensamento pós-estruturalista na europa, com diversas interfaces com a experiência brasileira. A principal delas, talvez, tenha sido as viagens de Félix Guattari ao país na década de 1980, relatadas por Suely Rolnik no livro **18:** ***Micropolítica: Cartografias do desejo*** (2011 [1987]). No próximo subcapítulo, portanto, analisaremos algumas leituras deste processo a partir das lentes de Guattari e Rolnik, tendo em vista as reflexões teóricas que mobilizamos até o momento.

5.1.1 Felix Guattari, Lula e o PT: interrogar a economia do desejo em função das máquinas estatais

Conforme relata Rolnik, o livro *Micropolítica* (2011) é produto da transcrição, edição e organização de uma série de falas, debates e correspondências realizadas no escopo da visita de Guattari ao Brasil em agosto/setembro de 1982. Naquele momento, o país passava por um efervescente processo de abertura democrática, de forma que boa parte das conversas presentes no livro tenha ocorrido justamente no momento de campanha para as eleições para governadores, prefeitos, deputados e senadores de 1982, na qual o PT lançava as suas



16: Coalgem - Hugo Chávez, a Revolução Bolivariana na Venezuela e as mobilizações populares na América Latina

17: Coalgem - A busca pela soberania popular no contexto da formação do Império - o embate eleitoral entre Lula e Collor no mesmo ano de eclosão da Guerra do Golfo e do Consenso de Washington

primeiras candidaturas oficiais. Ao mesmo tempo, todo este processo era marcado também pela presença dos movimentos populares e dos Novos Movimentos Sociais, conforme descritos por Gohn (2019), tratados muitas vezes por Guattari, Rolnik e seus interlocutores enquanto **19:“movimentos moleculares”**³. Assim, Guattari chegava ao Brasil movido e inspirado por todos estes processos políticos - das lutas moleculares, dos movimentos populares, do PT e, sobretudo, da conjunção de todos eles - e por um “amor à primeira vista pela inteligência e sensibilidade coletiva deste país”. (GUATTARI, ROLNIK; 2011, p.6)

Na apresentação do livro, Rolnik descreve o processo da viagem, do registro das conversas e da organização do texto:

Organizei uma movimentada agenda de atividades, entre agosto e setembro de 1982, em cinco estados. Programei não só uma série de conferências, mesas-redondas e debates públicos (que sempre lotaram os espaços onde foram realizados), mas principalmente reuniões, encontros, entrevistas e conversas formais e informais, com pessoas, grupos, movimentos e associações. Tudo isso seria gravado para transformar-se posteriormente em livro. A escolha dos temas e lugares se fez em função da possibilidade de encontro com os indivíduos e grupos que, institucionalizados ou não, constituíam naquele momento subjetividades dissidentes. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.16)

Assim, Micropolítica (2011) registra conversas, debates e correspondências, tanto entre os

dois autores, quanto com representantes de vários dos novos sujeitos políticos emergentes, intelectuais, jornalistas, etc. Além de um “diário de bordo” das interlocuções de Guattari com todos estes movimentos, o livro traz também profundos debates sobre conceitos como o CMI (conforme abordamos rapidamente no capítulo 3), a *revolução molecular*, dentre outros temas decorrentes, em grande medida, da colaboração entre Deleuze e Guattari. Contudo, o que nos interessa aqui é o registro e a abordagem dos autores perante os processos políticos emergentes no Brasil naquele momento, em especial, da formação do PT e da centralidade da figura de Lula. Naturalmente não abordaremos todas as menções feitas a estes atores no livro, uma vez que são inúmeras⁴, contudo, buscaremos identificar uma visão particular de Guattari e Rolnik sobre este processo, que acreditamos possuir grandes conexões com os debates que buscamos estabelecer neste trabalho.

Muitos dos debates presentes no livro são motivados pela ideia de que, naquele momento (início da década de 1980), os sistemas de dominação do CMI - e daquilo que seria chamado posteriormente de Império, por Hardt e Negri (2014) - seriam baseados fundamentalmente em uma “linha de montagem subjetiva”, dedicada a produzir uma subjetividade capitalística a partir da qual se exerceria a dominação e a extração de mais-valia. Contudo, essa dominação estaria encontrando processos de resistência igualmente subjetivos, criativos, culturais, “processos de diferenciação permanente” inscritos em uma revolução molecular emergente “tanto [n]o chamado Terceiro Mundo em nível internacional, quanto [n]essa espécie de Terceiro Mundo que se desenvolve no seio dos países chamados ‘desenvolvidos’”.



18: Coalgem - Félix Guattari e Suely Rolnik - Micropolítica: cartografias do desejo

19: Coalgem - A estética subversiva dos movimentos moleculares

(GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.54). Ou seja, em face das transformações produtivas inscritas no processo de transição do fordismo para a acumulação flexível, e em decorrência também do iminente declínio do chamado “socialismo real” da experiência soviética ⁵, interessava enquanto lutas e resistências para os autores, não mais as organizações revolucionárias clássicas, dedicadas à tomada dos meios de produção, mas sim resistências subjetivas que, nas franjas dos modelos hegemônicos e a partir de devires minoritários, buscavam afirmar novos modos de ser. Guattari atribui o conceito de *singularização* a este processo, que corresponderia à “experiência de um grupo sujeito” que “capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global (...)”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.55).

É nesse sentido que Guattari busca explorar a inventividade, “inteligência e sensibilidade coletiva” dos processos emergentes no Brasil, seja das lutas moleculares, das mulheres, dos negros, dos homossexuais e dos psiquiatrizados; seja na luta dos trabalhadores, dos sindicatos, dos moradores de periferias, etc. Em uma das entrevistas que compõem o livro, o jornalista ²⁰Pepe Escobar faz uma pergunta certa a respeito destes processos: “A vida pode ser inventada quando todas as imagens são produzidas de antemão?” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.63). O jornalista certamente se refere à totalidade alcançada pelos processos de produção de subjetividade no CMI, de uma “economia do desejo” operada pela indústria cultural, pela tecnologia, pela máquina capitalística, etc. Ao passo que Guattari

responde que: “Sim (...) o que importa é livrar-se dessa espécie de redundância, de serialidade, de produção em série da subjetividade, de solicitação permanente a voltar ao mesmo ponto” - ou seja, profanar e reordenar os elementos seriais fornecidos pela máquina capitalística, produzindo um ²¹“vetor de revolução molecular”, o qual pode subverter a modelização da subjetividade”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.63-64).

Assim, Guattari sai em defesa da *autonomia*, não enquanto horizonte político-programático, como defenderiam os anarquistas, mas como “algo que se expressa num nível micropolítico - exatamente, o da produção de subjetividade”. Essa autonomia estaria sendo exercida - no nível da produção de subjetividades - tanto pelos sujeitos políticos envolvidos nos novos movimentos sociais, quanto pelos trabalhadores organizados no PT (e também, simultaneamente pelos dois grupos dentro do partido), que estaria funcionando enquanto uma “máquina de luta em grande escala”: “A ‘função da autonomia’ pode se encarnar efetivamente em grupos como os das feministas, dos negros, dos ecologistas, dos homossexuais. Mas ela pode se encarnar também em máquinas de luta em grande escala - como é o caso do PT neste momento de campanha eleitoral”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.64).

O entusiasmo dos autores com o PT pode parecer muito contraditório para aqueles que buscam associá-los a uma defesa dogmática dos devires minoritários e do autonomismo, em face das características “arcaicas”, sindicais, católicas e, em alguma medida, conservadoras do partido. Essa controvérsia, inclusive, aparece em alguns pontos do livro como, por



²⁰: Coalgem - O jornalista Pepe Escobar nos anos 1980 e a invenção da vida

²¹: Coalgem - Félix Guattari e o vetor de revolução molecular no Brasil dos anos 1980

exemplo, quando questionam Guattari a respeito da “ceticidade de Lula” ou da influência da Igreja Católica no partido. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.197-198). Contudo, Guattari parece estar empenhado em apontar no PT uma **22: qualidade *escalar* destas lutas subjetivas** (que não deixam de ser econômicas, trabalhistas e por direitos sociais), constituindo-se como uma *máquina de guerra* **6**, pela forma como se organiza internamente, na incorporação não-dogmática de lutas e pautas abrangentes, pela protagonização dos pobres e trabalhadores ou, por exemplo, pela forma como a figura de Lula performa enquanto um contra-poder nos debates televisivos das eleições daquele ano, ou como a **23: “singularização de um movimento”**, como apontou o sociólogo Laymert Garcia dos Santos em um dos debates do livro. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.70-71).

Guattari parecia ver com muito bons olhos a conjunção entre estrutura e organização partidárias não-dogmáticas e a inventividade dos devires minoritários (dos trabalhadores, dos negros, das mulheres, dos homossexuais) que estariam todos experimentando um **24: *devir-cidadão*** (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.199), naquele momento, e no processo de constituição do PT. O autor identifica na organização partidária, nas grandes escalas e mesmo na “máquina estatal” a condição para que essas lutas tivessem continuidade e incidências verdadeiramente transformadoras, identificando, inclusive, na falta de organização um dos motivos do fracasso do movimento de Maio de 1968. Reproduziremos a seguir uma longa citação de uma fala de Guattari - e depois, mais uma longa fala de Rolnik - que acreditamos expressar com precisão todas estas questões relativas ao PT, ao Estado e às “grandes escalas”.

Penso que tratar essas questões [a convivência dos partidos com movimentos autônomos] requer muita prudência, pois a história nos mostra que esse tipo de visão pode ter consequências nefastas. Para começo de conversa, peço que vocês compreendam que não estou dizendo que o PT é a última das maravilhas, uma solução milagrosa ou que Lula seria uma reencarnação de Jesus ou Buda. Eu sei que existem problemas justamente no que diz respeito à articulação dessas minorias, com uma certa concepção relativamente tradicional de organização. (...) No entanto, no final das contas, acredito que, assim mesmo, esteja havendo uma grande novidade, uma grande experimentação no que se está fazendo aqui no PT. Não sou eu que irá dar aulas sobre revolução, pela boa razão que, a meu ver, nesse campo não há lição possível. Acho, no entanto, que há pelo menos uma coisa que um europeu pode tentar transmitir: é a experiência de nossos fracassos.

Na França, depois de 1968, houve um intenso movimento de ondas de revolução molecular em todos os níveis - no nível social, no nível da criação artística, no nível das novas formas de sensibilidade. (...) Os resultados dessas experiências não foram tão negligenciáveis. Isso ocorria paralelamente à manutenção dos comitês de bairro, ao desenvolvimento de lutas nos setores dos trabalhadores imigrados e nos movimentos feministas, de homossexuais, etc. Mas o problema é que nenhum desses modos de ação estava podendo passar para um outro nível de luta. O único elo com esse outro nível de luta, luta de outros setores da população, continuava a ser os velhos sistemas de grupelho, os velhos sistemas partidários e sindicais. (...) O problema desse tipo de experiência não está no fato de se estabelecer um contato intenso entre intelectuais e um determinado



23: Coalgem - Laymert Garcia dos Santos e Lula enquanto a “singularização de um movimento” - imagem de Lula no debate televisivo referente à disputa eleitoral de 1982 para o cargo de Governador do Estado de São Paulo. Ao fundo, cartazes da campanha

22: Coalgem - O PT e as lutas subjetivas - imagem de mobilizações de militantes do partido nos anos 1980 com destaque para a então candidata à Deputada Federal pelo PT, Lélia Gonzales, uma das principais lideranças do Movimento Negro Unificado no país.

grupo. Mas esses grupos se encontram, de fato, isolados do conjunto dos outros movimentos sociais, se há ausência de elos essenciais, eles acabam desembocando em processos de especialização e de degenerescência. É como uma espécie de onda que se quebrasse, incessantemente, sobre si mesma. (...)

O fato de essas correntes na Europa de um modo geral, nos Estados Unidos, no Japão, um pouco por toda parte do mundo, só terem conseguido se afirmar em pequenos grupos e em formas muito frágeis de expressão, o fato de que esses movimentos não desembocaram numa verdadeira relação de força no campo social, político global, deixou o terreno livre para as contraofensivas reacionárias, para toda espécie de modos de recuperação. Da recuperação da moda *hippie* pela publicidade até este sistema de equipamento coletivo, de esquadrinhamento de todas as novas maneiras de pensar e de sentir, o que isto provocou foi uma espécie de fenômeno generalizado de implosão das revoluções moleculares. Quantos amigos do período de 1968 na França se suicidaram, desapareceram na droga, terminaram nas prisões, nos hospitais psiquiátricos ou caíram nessa coisa (talvez menos cruel, mas tão desmoralizante quanto) que é a vida em grupelhos. É preciso ver que as tentativas de "organização do movimento", como se dizia na época, na França, foram feitas depois de maio de 1968, no momento em que o movimento já tinha sido esmagado pelo gaullismo e já estava caindo sob as garras da repressão. (...)

E talvez, como eu dizia no início, esse fracasso seja exatamente o tipo de ensinamento que podemos tomar como ponto de partida para a questão que você [o interlocutor da ocasião, Luiz Swartz] colocou acerca da rela-

ção dos movimentos, em sua autonomia, com os partidos.

O que me parece apaixonante do que estou entendendo do Brasil atual é que essas problemáticas - que globalmente se poderia chamar de nova cultura ou revolução molecular - estão sendo retomadas em bases muito diferentes das que apareceram nas décadas de 1960 e 1970, na Europa. Estamos assistindo a um renascimento de todos esses processos de singularização no campo do desejo, renascimento que está, no entanto, se acompanhando de uma tentativa de colocar os problemas políticos e sociais também em escala global. Isso talvez venha a evitar o tipo de fracasso que vivemos na Europa. (...)

O que me parece importante então no Brasil é que não vai ser depois de um grande movimento de emancipação das minorias, das sensibilidades, que vai se colocar o problema de uma organização que possa fazer face às questões políticas e sociais em grande escala, pois isto já está sendo colocado e ao mesmo tempo. (...)

É claro que não estou querendo trazer uma filosofia dessa questão, mas me parece que é preciso inventar um meio que permita a coexistência dessas duas dimensões. Não somente um meio prático, um meio de intervenção real do campo, mas também um novo tipo de sensibilidade, um novo tipo de raciocínio, um novo tipo de teoria. Talvez até, não me canso de repetir, é preciso inventar também um novo tipo de lógica que não funcione mais como o tal princípio de contradição, e que possa articular essas dimensões antagônicas, pois elas devem permanecer antagônicas e, no entanto, funcionar juntas.



24: Coalgem - O devir-cidadão dos devires minoritários no PT - Nas imagens o ex-metalúrgico e sindicalista Paulo Paim, eleito como deputado constituinte pelo PT; o ex-guerrilheiro Herbert Daniel, então candidato a deputado federal pelo PT, sendo o primeiro candidato abertamente gay da história do país; e, à direita, militantes do PT mobilizados no processo da constituinte, dentre eles, Benedita da Silva, importante liderança do movimento dos trabalhadores favelados do Rio de Janeiro e eleita como primeira mulher negra deputada federal da história do país, pelo PT. Ao fundo, cartazes de campanhas do partido na década de 1980.

Não acredito que tenhamos resolvido essa questão, nem eu, nem você.

No entanto, já é importante colocá-la, e coletivamente. É importante interrogar as organizações políticas em função das questões do desejo; mas é também importante - e muito - interrogar a economia do desejo, em função das máquinas estatais. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.190-195).

Essa dupla interrogação - das organizações políticas em função do desejo, e do desejo em função das máquinas estatais - parece ser o cerne da defesa de Guattari e Rolnik pelo PT, naquele momento, bem como expressar exatamente o que se estava construindo no partido. Talvez essa aversão à organização partidária e, sobretudo, às grandes escalas, às grandes questões - como o combate à pobreza, a busca pela soberania nacional e popular, o desenvolvimento - parece, segundo a leitura de Guattari, ter sido o grande motivo da ruína dos movimentos de 1968. Estaria, então, o PT constituindo (ou inventando) uma nova forma de democracia nesta conexão entre escalas? entre a política institucional e o devir minoritário? Poderiam ser a organização partidária, a disputa pelo poder institucional, a criação de canais de participação popular (como o OP) o antídoto para que movimentos como os de 68 (e, talvez, de 2013) consigam transformar positivamente a sociedade e não levar aos reveses profundos que levaram? Algumas páginas à frente das considerações de Guattari sobre este tema, Rolnik descreve a abordagem do autor perante o PT exatamente sob esta ótica:

(...) visar não o PT em si, sacralizado, mas o tipo de dispositivo que o PT estava sendo naquele momento. Dispositivo para viabilizar a expressão das questões relativas às formações do desejo no campo social; dispositi-

vo, sobretudo, para viabilizar a articulação desse plano de realidade com aquele das lutas que requerem amplas aglutinações sociais e políticas ⁷. Eu diria até que a articulação desses dois planos foi o personagem principal de tua [de Guattari] campanha pelo PT. O inusitado de tua colocação era exatamente o de chamar a atenção para a necessidade e a possibilidade desta articulação acontecer. Aliás, durante toda a viagem você não parou de lembrar o fato de que a tendência, nos últimos tempos, a desprezar as lutas sociais mais amplas tem causado danos no mínimo tão graves quanto a desconsideração pelas problemáticas relativas ao desejo.

As discussões em torno da campanha, além de terem permitido salientar esse tipo de questão, também contribuíram para nos levar a escutar, na voz de Lula, uma faixa de frequência da voz política oficial inteiramente desterritorializada (uma espécie de Rádio Livre, mas com a peculiaridade de emitir diretamente de dentro da mídia oficial). Essas discussões contribuíram ainda para que se enxergasse no PT, naquele momento, um agenciamento coletivo que arrastava a cena política para fora de seu domínio tradicional. Em suma, uma “máquina de guerra”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.200-201).

Essa dimensão de ²⁵“máquina de guerra” do PT colocada por Rolnik, talvez se localize em algumas características organizativas do partido. A capacidade de conjugar diferentes escalas, diferentes sujeitos políticos com concepções e ideias diferentes (por vezes antagônicas) e uni-los em nome de um grande projeto comum, talvez esteja relacionada com a formação não-dogmática do partido, com a sua estrutura relativamente flexível na incorpora-



25: Coalgem - A máquina de guerra do PT - membros do partido protocolando o seu registro no tribunal superior eleitoral; a bancada do PT na assembleia constituinte de 1986; trechos de boletins do PT na década de 1980 e a ilustração do texto sobre as máquinas de guerra, de Deleuze e Guattari, em Mil Platôs vol.5

ção de diferentes tendências, com sua vasta presença no território nacional, com seu caráter essencialmente popular - todas essas, características decorrentes do momento político que gerou o partido e das experiências de luta autônomas que o antecederam. A respeito destas características, um trecho em especial de Micropolíticas (2011) se destaca: o registro da ²⁶: *conversa entre Lula e Guattari*. Questionado por Guattari a respeito de questões procedimentais do partido, Lula ressalta que, a despeito dos estatutos oficiais, “o PT conseguiu criar um sistema de núcleo de base, garantindo que todas as decisões passem por um nível local e de tal modo que as instâncias nacionais disponham sempre de uma representação exata do que pensa na realidade o conjunto do partido”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.231). Adiante, Lula ressalta a virtude do não dogmatismo dentro do partido:

A grande força, a melhor arma do PT é justamente isto - o não dogmatismo - porque o dogmatismo é parecido no mundo inteiro (...) nós acreditamos que a prática deve ser estreitamente ligada à teoria. Se não, não faz nenhum sentido. Não nos interessa discutir a teoria se o próprio povo também não estiver disposto a discuti-la. É preciso, antes despertar seu interesse. É evidente! (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.237)

Ou seja, há algo na formação do PT que o concede um funcionamento intrinsecamente *imane*nte. Por mais que existam intelectuais de diferentes correntes - marxistas ou não - nos diversos níveis de direção do partido, por mais que o partido obedeça a algumas diretrizes de origem sindical ou católica, o seu funcionamento e o seu direcionamento é essencial-

mente ancorado nas suas amplas e diversas bases populares. Portanto, os destinos do PT estão ligados menos a discussões teóricas e disputas entre correntes políticas, e mais à relação dialética existente entre a grande política institucional praticada pelo partido e as percepções, os desejos e a inteligência coletiva do povo organizado na (ou simpatizante pela) sigla. Sendo assim, parte da novidade e do encantamento de Guattari pelo PT, talvez se justifique pelo fato de que é um partido que reflete a própria dimensão inventiva e potente do Brasil. Nos últimos capítulos do livro, Guattari reflete a respeito dessa característica do país, em seu aspecto de uma “imensa máquina” de invenção de “subjeticidades mutantes”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.373). Essa imensa máquina seria composta por aquilo que o autor chamou de um ²⁷: *povo desterritorializado*, conceito que parece se aproximar muito da multidão, proposta décadas depois por Hardt e Negri (2012).

É isso que me leva sucessivamente à Palestina, à Polônia, ao México, ao Brasil, ao Japão. Será que existe um povo desterritorializado que atravessa todos esses sistemas de reterritorialização capitalística? Ora, certamente não é nem o proletariado, nem o mito da autonomia que vai responder a isso. Sim, eu acredito que exista um povo múltiplo, um povo de mutantes, um povo de potencialidades que aparece, desaparece, encarna-se em fatos sociais, em fatos literários, em fatos musicais. É comum me acusarem de ser exageradamente, bestamente, estupidamente otimista, de não ver a miséria dos povos. Posso vê-la, mas... não sei, talvez eu seja delirante, mas penso que estamos num período de produtividade, de proliferação, de criação, de revoluções absolutamente fabulosas do ponto de vista dessa emergência de um povo. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.375-376).



²⁶: Coalgem - Félix Guattari entrevista Lula em 1982

²⁷: Coalgem - O “povo desterritorializado” de Félix Guattari - Imagens do comércio popular no mercado de ver-o-peso, em Belém do Pará, e à esquerda, trabalhadores industriais em São Paulo

Assim, em suas leituras sobre o Brasil dos anos 1980, Guattari e Rolnik parecem ter abordado várias das questões que levantamos aqui neste trabalho a respeito de outros momentos históricos. Seja no que se refere à constituição do sujeito político da multidão; ao papel do Brasil enquanto espaço de hibridização e invenção multitudinárias (e do PT enquanto catalizador desse processo), expresso em Cocco (2009); ou à possibilidade do experimentalismo democrático do Sul Global se apropriar do Estado enquanto um “novíssimo movimento social”, conforme argumentou Santos (2016); seja em relação às controvérsias dos movimentos autônomos de Maio de 1968 (e suas possíveis similaridades com Junho de 2013) e às disputas expressas em Cocco e Cava (2014) e Cava (2013) entre as lutas moleculares e as grandes questões do desenvolvimento e da Nação. Fato é que **28: as reflexões apreendidas dos processos políticos da década de 1980 parecem todas muito atuais.** É evidente que muita coisa mudou no país e no mundo desde então e que o próprio PT se transformou profundamente neste período. É impossível saber se Guattari seria ainda favorável ao PT enquanto ator político central (como **29: ainda defende Antonio Negri**) ou se estaria do lado de Cava e Cocco ao considerar que a burocratização do partido interrompeu a sua potência democratizante. Inclusive, são inúmeras as advertências ao longo de Micropolítica (2011) a respeito da possibilidade de descaracterização das virtudes ressaltadas no PT e, hoje em dia, a própria Rolnik parece não estar muito alinhada com o partido.

Contudo, este parece ser um exercício inútil e em nada nos interessa tentar adivinhar as opiniões póstumas de um autor a respeito da contemporaneidade. Fato é que, são inúmeras

as críticas cabíveis aos processos políticos desencadeados pelo PT a partir da década de 1980 sob a ótica da multidão ou da filosofia da diferença, da mesma forma que são inúmeras as possibilidades de correspondência com os processos descritos por Guattari e Rolnik na década de 1980 e de verificação de transformações e inovações virtuosas de lá pra cá. O que nos interessa é sinalizar que a advertência feita pelos autores a respeito do desprezo às “lutas sociais mais amplas” em favor das lutas minoritárias, e a defesa de um mecanismo que ligue as questões do desejo às questões políticas e sociais em grande escala (identificado no PT naquele momento) parecem absolutamente centrais para o debate sobre a multidão na contemporaneidade, para a busca pela soberania popular e para o planejamento territorial e urbano e o pensamento sobre as cidades no Brasil como um todo.

Nesse sentido, acreditamos que as experiências de interface entre sociedade e Estado desencadeadas pelo partido nos períodos subsequentes e as suas dinâmicas intrinsecamente urbanas e urbanísticas carregam também vários apontamentos em potencial para a constituição da multidão no presente. Assim, antes de nos dedicarmos a avaliar algumas destas experiências (sobretudo, o Orçamento Participativo de BH), nos atentamos a alguns desdobramentos e condições macro-escalares impostas a estas experiências na década de 1990.



29: Coalgem - Antonio Negri e Lula em encontro no Brasil em 2016

28: Coalgem - O entrelaçamento entre as questões políticas, culturais, estéticas e subjetivas atuais e as da década de 1980

5.2 Consenso de Washington: Dominação pela Dívida e Neoliberalismo no Brasil

Conforme mencionado anteriormente, em paralelo a todo o processo de redemocratização, do surgimento de novos sujeitos políticos dos movimentos populares e dos novos movimentos sociais, e da criação de novos espaços e canais de participação popular; desenrolava-se também um cenário macroeconômico e político absolutamente desfavorável para todas estas lutas. Apesar do crescimento das políticas de participação social - incluindo de forma intensa o debate sobre as cidades - ao longo do período de redemocratização, o que pode ser observado no país, principalmente a partir dos anos 1990, é uma intervenção maciça da agenda neoliberal atuando em duplo sentido. De um lado o mercado mundial - subsidiado, majoritariamente, pela ação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) - fagocita o Estado. De outro, as instituições da sociedade civil ocupam o espaço esvaziado das ações governamentais sendo financiadas, preponderantemente, por organizações e fundações vinculadas ao capital financeiro transnacional.

Importante destacar que os governos que assumiram a nação neste período dos anos 1990 fortaleceram o neoliberalismo emergente no país, balizados pelas determinações estabelecidas pelo ³⁰Consenso de Washington (1989). No âmbito das cidades, este processo é acompanhado por diretrizes produzidas pelas organizações vinculadas à ONU. Conforme apontam Érica Rabelo e Marcel Fantim (2017), a conferência Habitat II, realizada em

1996, em Istambul, foi representativa do consenso ideológico emergente, conjugando, de um lado, o anseio pela ampliação da participação social e, de outro, a crescente desconfiança com relação à ação estatal (RABELO; FANTIM, 2017, p.934). Nesse sentido, as diretrizes produzidas pela conferência apontaram em direção a uma ³¹ampliação do papel das ONGs enquanto detentoras de responsabilidades sociais, sendo enxergadas como legítimas representantes da sociedade civil e depositárias de uma “eficiência mercadológica”, em oposição à centralização e à burocratização estatais.

Essa dinâmica foi estimulada pelos chamados “Planos de Ajuste Estrutural” do BM e do FMI, que incluíam intervenções na economia, na sociedade e no território nos países endividados com essas instituições. Tal atuação foi fundamental para o estabelecimento do que Michel Chossudovsky (1999) chama de dominação pela dívida. Chossudovsky (1999) lembra que - sobretudo a partir daquele momento - o movimento da economia global era regulado por um processo em escala mundial baseado em medidas que sufocam os Estados-Nação. Como ator central neste processo estão as IFIs que constituem uma burocracia internacional atuante em função dos interesses financeiros dos blocos dominantes. “Em outras palavras, uma nova ‘divisão triangular de autoridade’ surgiu, baseada na estreita colaboração entre o FMI, o Banco Mundial e a OMC para ‘vigiar’ a política econômica dos países em desenvolvimento.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28).

A reestruturação econômica mundial pautada pelas IFIs no momento pós-Guerra Fria tira



³⁰: Coalgem - Fernando Collor de Melo, George W. H. Bush e a vigilância das instituições de Bretton Woods sobre os países do terceiro mundo

³¹: Coalgem - A Conferência Habitat II e a ampliação do papel das ONGs enquanto detentoras de responsabilidades sociais referentes à pauta urbana e da habitação

dos países periféricos o direito ao desenvolvimento e a formação de uma economia nacional forte, tornando-se meras reservas de mão de obra barata e recursos naturais. Assim, o FMI assume um papel político preponderante e usa disso para a aplicação de medidas restritivas para a realização de novos empréstimos. Em relação aos projetos de desenvolvimento, o Estado passa a não poder destinar seus recursos para a construção de infraestrutura pública, já que esta renda se destina diretamente ao pagamento da dívida. Ainda de acordo com Chossudovsky (1999), desde os anos 1980 a “diminuição da pobreza” se tornou uma condicionalidade para os empréstimos do BM. Segundo o autor, essa diminuição proposta pelas IFIs ocorreria por meio de cortes nos orçamentos voltados à políticas sociais e redirecionamento para uma política de ³²“administração da pobreza”. Os programas de “ajuda” aos pobres preveem a privatização dos serviços de saúde e educação que, muitas vezes, passam a ser realizados por organizações da sociedade civil financiadas por programas de ajuda internacionais.

O Brasil dos anos 1990 é acometido diretamente por esses processos. Como lembra Chossudovsky (1999), a eleição de Fernando Collor de Mello marca o início de uma nova democracia sob controle direto das instituições de Wall Street. Os impactos do Plano Collor levariam a um aumento significativo do desemprego e uma queda abismal dos salários reais, além do aniquilamento dos programas sociais, seguindo as condicionalidades dos empréstimos contraídos com o FMI pelo país. O principal objetivo dos credores não era cobrar a dívida, mas garantir que o Brasil permanecesse endividado por muito tempo e que

a economia nacional e o Estado fossem reestruturados em benefício dos próprios credores. A queda de Collor e a sucessiva posse de Itamar Franco não modificaram o cenário nacional. Apesar de promessas do novo presidente de aumento dos salários reais, diminuição dos tributos e modificação nos programas de privatização, os acordos com o FMI não permitiram a efetivação das políticas. Como ³³terceiro Ministro da Fazenda do Governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso atuou no sentido da incorporação das demandas do FMI, em detrimento das promessas do presidente. O “sucesso” das ações junto ao FMI renderam a FHC a Presidência da República nas eleições de 1994.

Durante o governo FHC a política macroeconômica acelerou o êxodo rural e a pobreza urbana foi intensificada. Os “programas de metas” para “ajudar os pobres” e a privatização da saúde e educação foram colocados como formas eficientes de implementar programas sociais. A “administração da pobreza” foi direcionada às ONGs, muitas delas fundadas ao longo do governo Collor por meio dos “programas de ajuda” internacionais. Vale ressaltar que o Governo FHC cumpriu também um papel preponderante nesse sentido. Em 1995 foi colocado em prática o chamado ³⁴“Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (também conhecido como “Plano Bresser”) que, dentre outras medidas voltadas para a “modernização gerencial”, instituiu as “Organizações Sociais”, ou OSs, como primeira entidade “de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária”. (Presidência da República, 1995, p.60).



As OSs foram propostas como forma de diminuir as atribuições do Estado - entendido como ineficiente - e, ao mesmo tempo, como uma resposta aos anseios por participação popular existentes na sociedade e refletidos na Constituição de 1988, deslocando o sentido da cidadania e da participação para uma perspectiva neoliberal. A instituição das OSs e as demais entidades jurídicas subsequentes (tais como as OSCIPs) provocou um verdadeiro boom no número de ONGs no país, que passaram a ocupar cada vez mais funções públicas anteriormente atribuídas ao Estado. Segundo o IBGE, ³⁵71,7% de todas as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos estabelecidas no país até 2012 foram criadas entre 1991 e 2010. (IBGE, 2012, p.30).

O arquiteto e urbanista Pedro Arantes, em artigo intitulado ³⁶*O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades* (2006), argumenta como essa dinâmica, aplicada às cidades, faz parte de uma “Agenda Urbana do Ajuste”. (ARANTES, 2006). O autor pontua que a dominação pela dívida - tal como descrita por Chossudovsky (1999) - funcionava não apenas em nível nacional, mas também aplicada às administrações municipais. Nesse sentido, a falência dos modelos de financiamento estatais (em favor de um empresariamento urbano) levava os municípios a contrair empréstimos com as IFIs que, assim como aqueles contraídos pelo Governo Federal, vinham repletos de condicionalidades. Arantes argumenta que, no nível municipal, uma das principais exigências de “governança” impostas pelas IFIs era justamente a instituição de mecanismos de participação social, que passavam a receber ingerências destas instituições, sendo enxergados como instrumentos de

management, mais do que que interfaces com a sociedade civil.

Para Chossudovsky (1999, p. 181), essa “microdemocracia” instalada pelo Terceiro Setor sob vigilância das agências de fomento tinha, também, como finalidade, controlar os movimentos sociais independentes. Por fim, o autor argumenta que as reformas financiadas pelo FMI contribuíram para um aumento significativo da pobreza no país, bem como para uma polarização social. Além disso, o enfraquecimento do Estado levou a uma instabilidade nas forças armadas, violações dos direitos humanos e aumento da violência urbana. Segundo Chossudovsky (1999) desde o início do governo Collor até o fim dos anos 1990, o comando do país foi realizado por um poder paralelo sediado em Washington.

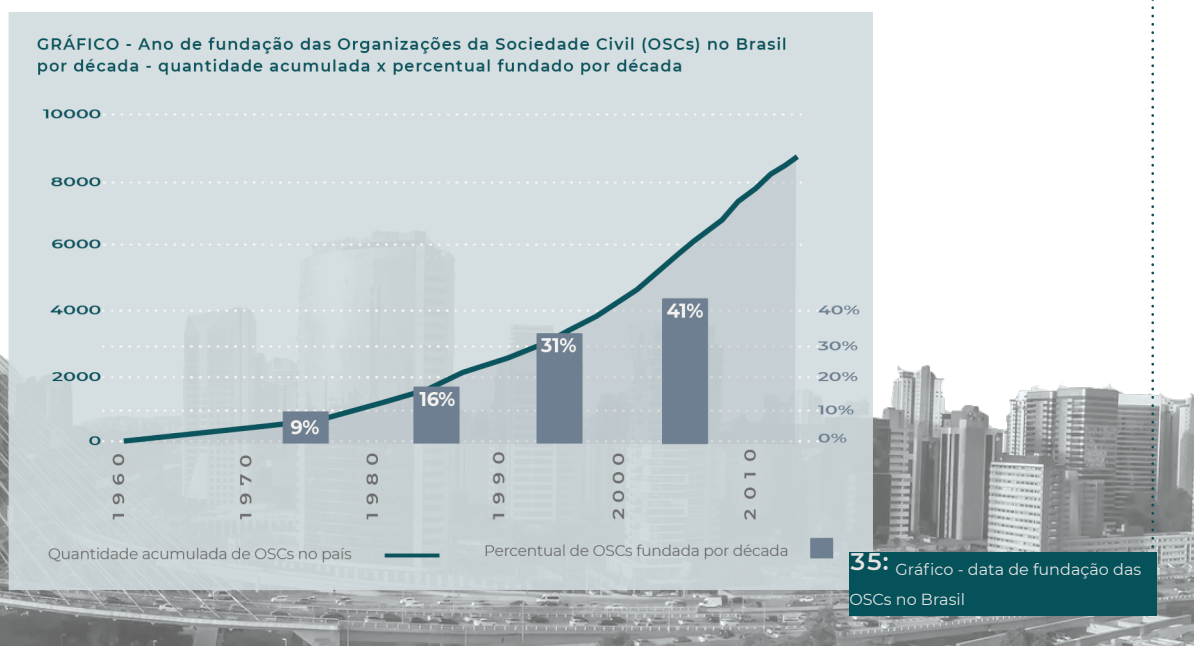
5.2.1 Os dilemas da confluência perversa

A cientista política Evelina Dagnino (2004, 2002) interpreta esta “contaminação” entre a participação social e o neoliberalismo como uma ³⁷*confluência perversa*. A autora argumenta que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, observa-se a vigência de dois movimentos antagônicos no âmbito da sociedade civil: i) um projeto democratizante, baseado na efervescência dos novos movimentos sociais, na formação de instâncias de participação e nas conquistas da constituição cidadã; e ii) o projeto neoliberal, baseado no enfraquecimento do Estado e sua progressiva isenção “de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”.



³⁴: Coalgem - FHC e Luiz Carlos Bresser Pereira e o “Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado”

³⁶: Coalgem - Pedro Arantes e a “agenda urbana do ajuste” - ao fundo, a Marginal Pinheiros, em São Paulo, uma das vitrines do “planejamento estratégico” para o urbanismo nacional



³⁵: Gráfico - data de fundação das OSCs no Brasil

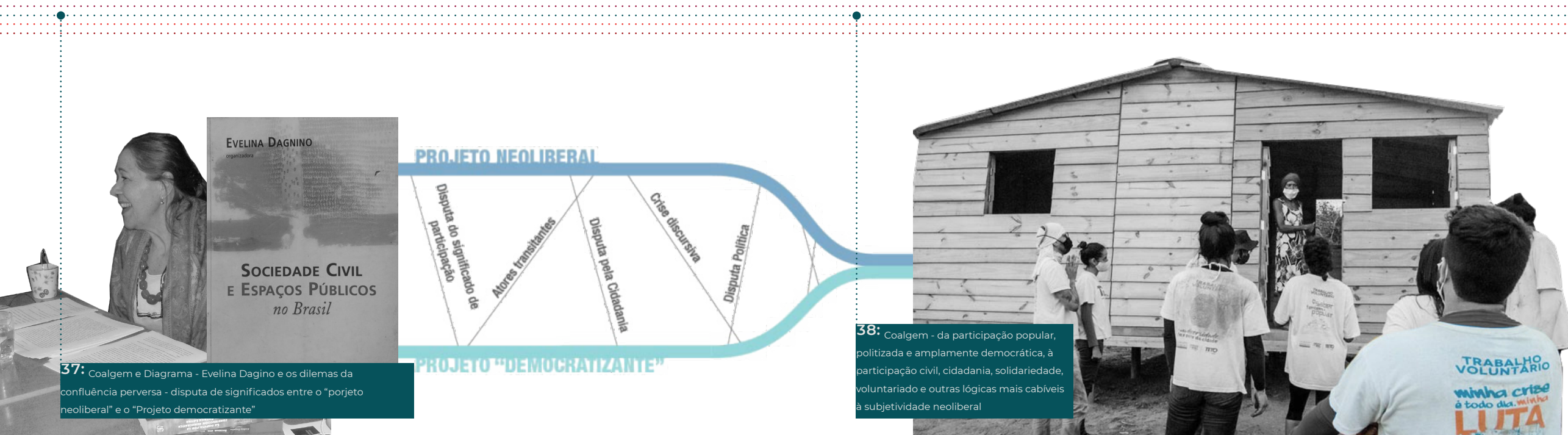
(Dagnino, 2004, p.142). Dagnino argumenta que estes dois projetos aos poucos se entrelaçam a partir de uma disputa de significados, atores e espaços envolvidos nos processos participativos, que acabam por corroborar em suas atividades para um fim antagônico ao projeto democratizante, porém, expresso em termos coincidentes. Segundo a autora este processo leva à concepções de “sociedade civil”, “participação” e “cidadania” esvaziadas, baseadas menos na real representatividade frente à sociedade civil, e mais em uma cooperação técnica e acrítica com o poder público, e na corroboração com as exigências de “ajuste estrutural” impostas pelas agências internacionais financiadoras e reguladoras de muitas dessas organizações da sociedade civil. (DAGNINO, 2002).

Ou seja, a efervescência da sociedade civil e os processos políticos virtuosos do período de redemocratização que descrevemos anteriormente não estavam isentos de ingerências do poder hegemônico internacional. Apesar de todas as conquistas alcançadas pelos movimentos populares autônomos e, posteriormente, institucionalizados, sobretudo na escala local, a prevalência de um projeto político neoliberal na escala nacional e, principalmente, da subordinação do país a interesses estratégicos inscritos na formação do Império, restringiam profundamente todos estes avanços. Além de uma restrição, é importante destacar que, conforme argumenta Dagnino (2002, 2004), o que ocorria era uma *apropriação*, uma disputa de significados, uma confluência destinada a direcionar os anseios por democratização e participação popular em direção ao horizonte de enfraquecimento do Estado. Talvez esse tenha sido o momento de surgimento daquilo que descrevemos como uma “Rede

Financeiro-Filantrópica Internacional” no capítulo anterior, e a estratégia do Império de se apropriar dos desejos e potencialidades das lutas para fazê-las trabalhar em seu favor por meio das organizações da sociedade civil.

Talvez o conceito da confluência perversa reforce ainda mais as advertências de Guattari e Rolnik (2011) e Santos (2016) em favor de uma apropriação do Estado e das grandes escalas pelas lutas moleculares! Em outras palavras, nos parece que a obsessão pela autonomia e a aversão à disputa da “grande política” acaba por produzir vulnerabilidades na sociedade civil, que se torna suscetível a desvirtuamentos de seus desejos e potências, tanto “por baixo”, pela proliferação de ONGs e financiamentos internacionais enviesados; quanto “por cima”, pela restrição de suas mobilizações por um projeto político neoliberal no Estado.

Ainda assim, acreditamos que o ciclo dos anos 1990 seja carregado de virtudes e do florescimento de experiências participativas populares, justamente em função do vigor das lutas organizadas e orientadas a incidir no Estado e na política institucional. O Orçamento Participativo (OP) e os conselhos gestores talvez sejam os melhores exemplos destas iniciativas. Contudo, há de se salientar que estas experiências também não estão isentas de disputas de significados e ingerências de poderes hegemônicos. Conforme argumenta Gohn (2019), a transição ocorrida entre os anos 1980 e 1990 de um ideal da autonomia em direção à *cidadania*, além de promover experiências participativas populares, atuava também no sentido de substituir uma noção de participação popular, pela ^{38:} *participação civil*, ou participação



37: Coalgem e Diagrama - Evelina Dagnino e os dilemas da confluência perversa - disputa de significados entre o “projeto neoliberal” e o “Projeto democratizante”

38: Coalgem - da participação popular, politizada e amplamente democrática, à participação civil, cidadania, solidariedade, voluntariado e outras lógicas mais cabíveis à subjetividade neoliberal

social. (GOHN, 2019, p.87). Nesse sentido, ocorre uma homogeneização dos atores participativos, sejam eles os movimentos populares, sejam as ONGs internacionais dedicadas à “administração da pobreza”.

Assim, as experiências participativas como o OP, passam a ser disputadas por atores hegemônicos, como a ONU, o FMI, o BM (e mesmo o Fórum Social Mundial), no sentido de transformar um instrumento de promoção da soberania popular em um “modelo de gestão”, despido de suas características democratizantes. O pesquisador Osmany Porto de Oliveira, em seu texto *Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos* (2016), alerta para o papel destas instituições na disputa de significados do OP. Segundo o autor, a ³⁹recomendação do OP de Porto Alegre enquanto uma das “melhores práticas” de gestão urbana, na conferência Habitat-II, o papel que este instrumento cumpriu no FSM, também em Porto Alegre, em 2001, e, sobretudo, a divulgação do OP a nível global pelo BM atuaram no sentido de propagar o instrumento enquanto um mecanismo de “boa governança”, transparência, *empowerment e accountability*. (OLIVEIRA, 2016, p.238). Todas estas movimentações tendem a levar o OP para uma participação apaziguada, para uma cidadania vazia de significados e, sobretudo, para um horizonte de “administração da pobreza”, da mesma forma em que atuam as ONGs neste período **8**.

É nesse sentido que Gohn (2019) argumenta que emerge, paralelamente, um anseio das

bases populares por “inverter as prioridades”, ou seja, privilegiar a participação popular e a democratização da coisa pública, em detrimento de um mero atendimento a “questões emergenciais a partir do espólio de recursos destinados às áreas sociais”. (GOHN, 2019, P.89). O processo de promoção da soberania popular e da incidência sobre o Estado, portanto, requer uma mobilização e disputa contínuas em favor dos interesses populares para que não seja desvirtuado. Acreditamos que a experiência do OP de Belo Horizonte (muitas vezes ofuscado pela experiência de Porto Alegre) carregue muitas virtudes nesse sentido.

Assim, no próximo e último capítulo deste trabalho, nos dedicaremos a traçar um breve percurso cartográfico pela história deste instrumento na cidade buscando, mais do que compor uma história “oficial” ou uma análise técnica, identificar as nuances de suas potências constitutivas a partir de relatos de atores que participaram de sua construção.



³⁹ Coalgem - A difusão global do Orçamento Participativo, operacionalizada pelo Banco Mundial, pelo FSM e pela UN-Habitat, a partir da experiência de Porto Alegre

Notas de Fim:

- 1** É importante diferenciá-los dos *Novíssimos Movimentos Sociais*, abordados anteriormente que, para Gohn (2014), caracterizam-se pela horizontalidade, espontaneidade e ausência de lideranças possibilitadas pelas redes sociais e tecnologias da informação incidentes nos movimentos do século XXI. Desta forma, ainda que exista uma similaridade nas reivindicações e pautas entre os Novos e Novíssimos movimentos sociais, há também uma distinção fundamental entre as circunstâncias e estruturas pertinentes a cada um deles.
- 2** Em 1982 o PT conquista sua primeira prefeitura, em Diadema, no ABCD paulista, com o sindicalista Gilson Menezes.
- 3** O livro *Micropolítica* (2011) - bem como grande parte da obra de Deleuze e Guattari - é atravessado pelas noções de molar e molecular, entendidos como dois estratos de escalas distintas, decorrentes de uma apropriação destes pensadores de noções da química e das ciências da natureza. Assim, a ideia do molecular e das *lutas moleculares* estaria relacionada a uma capacidade de apreender as experimentações, linhas de fuga e potencialidades dos fluxos esquizo de maneira anterior às estratificações molares do gênero, da família, da religião, dos Estados, etc. Deleuze e Guattari tratam deste tema com profundidade em *Mil Platôs* vol.1 (2011a).
- 4** Lula e o PT são temas absolutamente centrais de boa parte dos textos do livro, dada a grande relevância do partido no momento e o verdadeiro fascínio de Guattari pelo tema
- 5** nomeado muitas vezes por Guattari e Rolnik enquanto “socialismo burocrático”
- 6** A ideia de *máquina de guerra* é referente ao conceito proposto por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs Vol.5* (1997 [1980]). Os autores buscam contrapor a máquina de guerra ao *Aparelho de Estado*, considerando que, em oposição à subjetivação, normatização, estratificação e significação próprias às estruturas Estatais, o ser guerreiro, a máquina de guerra seria caracterizada pela ruptura, pelo movimento, “Seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. Desata o liame assim como trai o pacto. Faz valer um furor contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho”. (DELEUZE; GUATTARI, 199, p.8).
- 7** É importante ressaltar que, naquele momento (e em grande medida, até os dias de hoje), o PT era organizado enquanto um partido de massas, pautado por um princípio de pluralidade e “direito à fração ou às tendências”. Desta forma, desde o início do partido, as diversas tendências internas organizam-se e dissolvem-se constantemente em um exercício pluralístico interno ao partido. Mais detalhes sobre este tema, bem como a enumeração das tendências existentes à época da fundação do partido, são abordados no texto *As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia*, disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <<https://fpabramo.org.br/csbh/>

wp-content/uploads/sites/3/2019/07/Perseu_16.pdf>. Acesso em: 05/02/2022.

8 Tratamos deste tema com maior profundidade no artigo *Terceiro Setor: Governança e participação na administração urbana* (PORTO; RENA, 2019).

Referências das imagens:

- 9:** os cartazes foram adaptados a partir de imagens do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/o-pt-no-processo-constituente/>>. Acesso em: 11/02/2022.
- 21:** Parte das imagens da colagem foram adaptadas a partir de fotografias do artista Miguel do Rio Branco.
- 22:** os cartazes foram adaptados a partir de imagens do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/o-pt-no-processo-constituente/>> e <<https://www.instagram.com/fpabramo/>>. Acesso em: 11/02/2022.
- 23:** os cartazes foram adaptados a partir de imagens do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/o-pt-no-processo-constituente/>> e <<https://www.instagram.com/fpabramo/>>. Acesso em: 11/02/2022.
- 24:** os cartazes foram adaptados a partir de imagens do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/o-pt-no-processo-constituente/>>. Acesso em: 11/02/2022.
- 25:** As imagens foram adaptadas a partir de fotografias do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/fpabramo/>>. Acesso em: 11/02/2022. Além disso, a ilustração da “máquina de guerra” foi adaptada a partir de imagem do texto *TRATADO DE NOMADOLOGIA: A MÁQUINA DE GUERRA*, de Deleuze e Guattari, publicado no livro *Mil Platôs* vol.5. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.7).
- 26:** As imagens da colagem foram adaptadas a partir de fotografias da publicação intitulada *Félix Guattari entrevista Lula* (1982). Disponível em: <<https://tropicaline.files.wordpress.com/2012/04/lula-guattari1.pdf>>. Acesso em: 11/02/2022.
- 27:** As imagens da colagem foram adaptadas a partir de fotografias da publicação intitulada *Félix Guattari entrevista Lula* (1982) [Disponível em: <<https://tropicaline.files.wordpress.com/2012/04/lula-guattari1.pdf>> Acesso em: 11/02/2022] e de fotografias de do Mercado Ver-o-peso, Belém do Pará, em 1957. de autoria de Dmitri Kessel para a LIFE Magazine [Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CYU5N_ejX2M/> Acesso em: 11/02/2022.]

34: O gráfico foi elaborado a partir de dados extraídos do artigo *Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte* (PORTO; SOUZA; NOBRE, 2020, p.402) e da publicação intitulada *MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: A CONSTRUÇÃO DA AGENDA NO GOVERNO FEDERAL – 2011 a 2014* (SGPR, 2015, p.50).

37: O diagrama foi adaptado a partir de uma imagem do artigo *Terceiro Setor: governança e participação na administração urbana* (PORTO; RENA, 2018, p.370).

6.A **experiência** **do OP**

no Brasil e em BH

Conforme colocado no capítulo anterior, o período que compreende os anos 1970 a 1990 no Brasil é repleto de uma série de significados e esforços políticos distintos no sentido da constituição da democracia e da participação popular. Seja no que se refere à formação autônoma dos movimentos populares e seus anseios por canais de incidência na institucionalidade, seja em relação ao próprio processo de institucionalização destas lutas e outras formas de “profissionalização” mais ou menos autônomas. A despeito da predominância de um viés negativo associado aos processos de institucionalização das lutas populares nos anos 1980, 1990 e 2000 (e uma ênfase exclusiva na autonomia), verificamos a partir dos conceitos de Confluência Perversa (DAGNINO, 2002; 2004) e Estado Experimental (SANTOS, 2016) tanto as vulnerabilidades decorrentes de uma abordagem avessa à uma colaboração entre Estado e sociedade civil, quanto as possíveis virtudes de um experimentalismo democrático que enxerga o Estado como meio de transformação política, cultural e social. Alcançamos o último capítulo deste trabalho, portanto, com o vislumbre do desafio de interrogar a multidão a respeito do lugar do Estado na promoção da soberania popular - à maneira da interrogação de Guattari nos anos 1980 (“interrogar as organizações políticas em função das questões do desejo” e “interrogar a economia do desejo, em função das máquinas estatais” [GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.195]).

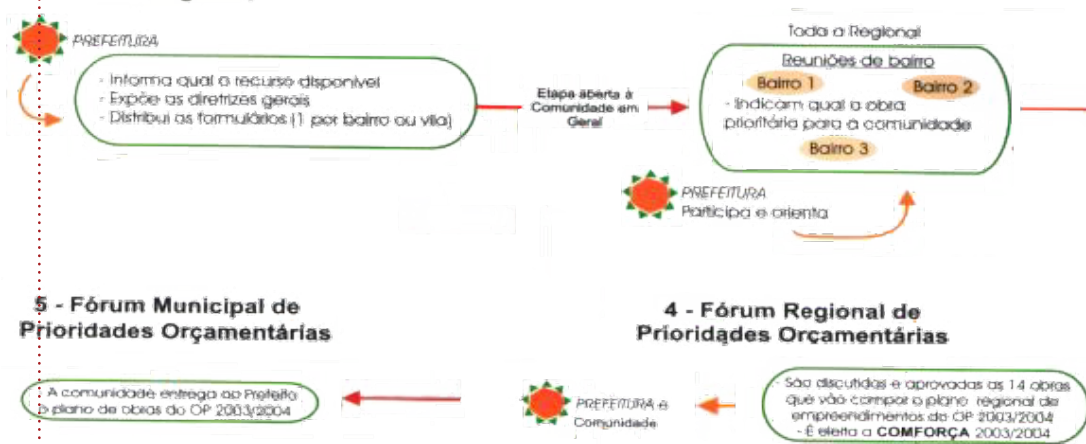
Nesse sentido, é evidente o protagonismo do Orçamento Participativo (OP) como experiência elucidativa a este desafio. Acreditamos que a constituição do OP tenha significado uma das mais avançadas formas de interface entre sociedade e Estado, bem como um meca-

nismo potente para *dar escala* a lutas e reivindicações minoritárias e/ou da escala local. Não por acaso, desde o seu surgimento o OP mobilizou uma série de abordagens na academia em diferentes perspectivas. Gohn (2019), por exemplo, classifica o instrumento como o “carro chefe” do experimentalismo democrático brasileiro e latino-americano da década de 1990 (GOHN, 2019, p.93) e, portanto, um dos principais meios de luta pela implementação das conquistas políticas dos “ciclos” de mobilização anteriores. Enquanto isso, Souza (2002) considera o OP como uma das mais relevantes iniciativas de romper com o tecnocratismo da gestão pública em favor de uma perspectiva política que busca um controle efetivo da administração pela sociedade civil. O autor argumenta que o instrumento cumpre um papel de “repolitizar o orçamento” público, entendido como campo de disputas políticas de grande incidência prática, e não como um mero elemento técnico e neutro da gestão das cidades. Além disso, Souza pontua o benefício “político-pedagógico” do processo da discussão popular do orçamento, no sentido de uma protagonização da sociedade nos processos políticos e da formação de consciência a respeito dos mesmos. (SOUZA, 2002, p.342-343).

Contudo, é importante ressaltar que o OP não é um instrumento unívoco, tendo assumido diferentes formas ao longo do tempo e nas diversas localidades onde foi implementado. Alguns autores apontam, inclusive, a dificuldade em se delimitar o que de fato representa (em uma **1: perspectiva procedimental**) o OP, dadas as grandes variações que o instrumento assume. Ainda assim, em linhas gerais, é possível dizer que o OP consiste na realização de

DEFINIÇÃO DAS OBRAS

1.ª Rodada (Regional)



1: Coalgem - Adaptação de um diagrama da Prefeitura de Belo Horizonte, com a explicação das etapas do Orçamento Participativo da cidade, na edição de 2003

EXECUÇÃO DAS OBRAS



²: plenárias populares regionalizadas destinadas a coletar propostas de empreendimentos prioritários e eleger, dentre a população destas localidades, representantes que, por sua vez, reúnem-se em novas plenárias para a discussão e eleição das intervenções urbanas a serem realizadas pela gestão local com parte do orçamento público (normalmente, proveniente da parcela do orçamento não destinada às despesas correntes) ¹.

Apesar da grande diversidade de aplicações e formatos, predomina entre a intelectualidade dedicada ao assunto uma referência ao ³: OP de Porto Alegre - iniciado na gestão Olívio Dutra (PT), em 1989 - como modelo conceitual do instrumento. A ênfase na experiência gaúcha deve-se, sobretudo, ao fato de ter representado a primeira iniciativa consolidada de OP na história (ainda que seu pioneirismo seja controverso, como veremos adiante) e pela grande notoriedade que o instrumento porto-alegrense recebeu mundialmente por conta de grandes eventos como o FSM e a conferência Habitat-II, conforme demonstrado anteriormente. O cientista político Leonardo Avritzer, em seu artigo *O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico* (2003) argumenta em favor de uma “exemplaridade” do OP porto-alegrense, decorrente de uma maior “tradição associativa” do Rio Grande do Sul em relação a outras localidades do país e da existência prévia no debate público municipal (na época, protagonizado por PDT e PT no âmbito partidário) de um anseio por participação popular movido, sobretudo, pelas associações de bairro - muitas delas reunidas na figura da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa). (AVRITZER, 2003).

A partir da experiência de Porto Alegre, o OP foi disseminado largamente, primeiro pelo Brasil, depois para outros países da América Latina, seguido da Europa, África e, por último, chegando na ⁴: Ásia ², conforme demonstram os pesquisadores Yves Cabannes e Barbara Lipietz (2017). No artigo *Revisiting the democratic promise of participatory budgeting in light of competing political, good governance and technocratic logics* (2017), Cabannes e Lipietz dedicam-se a investigar as diferentes formas assumidas pelo OP ao redor do mundo. Segundo os autores, além de uma abordagem espacial/territorial, alguns OPs do mundo são organizados em torno de abordagens temáticas (ambiental, habitacional, desenvolvimento local, etc) e/ou voltados a grupos sociais específicos (juventude, mulheres, idosos, imigrantes, LGBT, etc). Contudo, para Cabannes e Lipietz, a principal variação registrada entre os OPs ao redor do mundo (e mesmo temporalmente em uma mesma experiência) está na concepção política/programática do instrumento. Os autores identificam três principais “lógicas” que sustentam diferentes OPs (considerando a existência também de experiências que “mesclam” mais de uma destas lógicas), são elas: i) uma lógica política, baseada em uma radicalização democrática, como preconizado nas experiências brasileiras primordiais; ii) uma lógica gerencial, que considera o OP como um mecanismo de promoção de “boa governança” e aprimoramento da administração pública; e, por fim, iii) uma lógica tecnocrática, baseada unicamente em um esforço de eficiência administrativa, considerando o OP como método de otimização de gastos públicos. (CABANNES; LIPIETZ, 2017, p.69-70). Assim como Oliveira (2016) - conforme apresentado no capítulo anterior -, Cabannes e Lipietz (2017) consideram que a transformação do OP em um instrumento

Etapas do OP em Belo Horizonte

Abertura Municipal

Primeira Rodada

1. Aberturas Regionais
2. Reuniões de bairros
3. Triagem
4. Troca de formulário
5. Parecer técnico

Caravana de Prioridades

Segunda Rodada

1. Reuniões de Territórios de Gestão Compartilhada (TGCS)
2. Vistorias Técnicas

Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias

Fórum Municipal de Prioridades Orçamentárias

Monitoramento e Execução de Empreendimentos

Eleição da COMFORÇA Municipal

²: Diagrama- Etapas do OP de Belo Horizonte na edição de 2016 (última edição realizada na cidade)



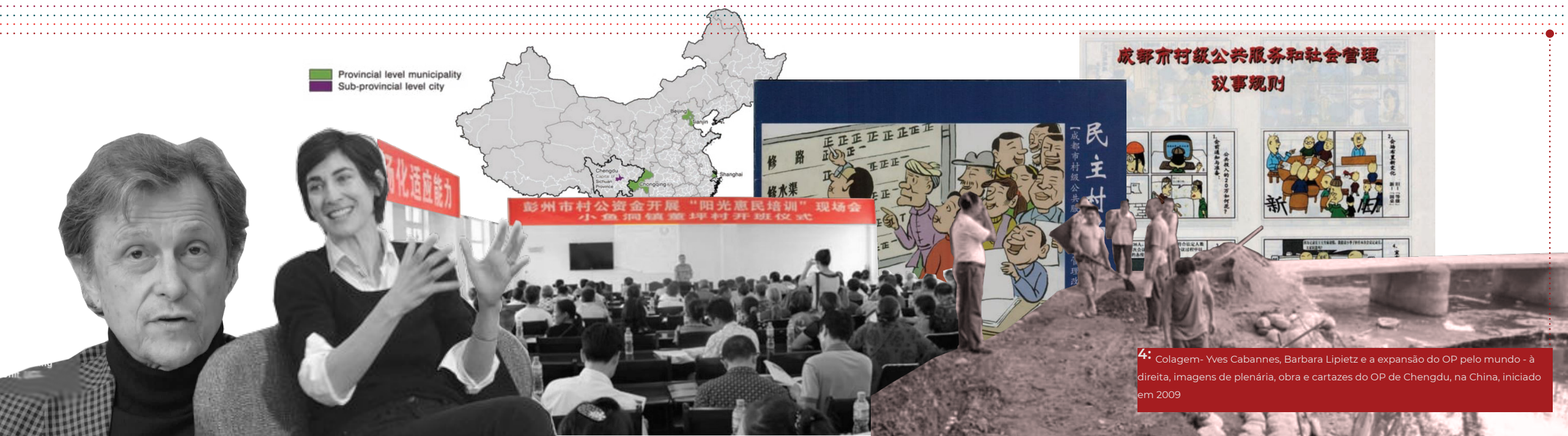
³: Colagem- O Orçamento Participativo de Porto Alegre. Na foto da esquerda, Olívio Dutra, Lula e Tarso Genro em campanha para o pleito de 1989 na capital gaúcha. Ao lado, imagem de uma rodada do OP porto-alegrense, na região de Partenon, no ano de 1992

gerencial ou tecnocrático, despido de suas características políticas e democratizantes, está relacionada com a disseminação deste instrumento por agências internacionais como o BM e a UN-Habitat, que tendem a divulgá-lo como uma forma de “otimização da governança urbana”.

Assim, a variedade espaço-temporal das experiências do OP demonstram que as qualidades em “repolitizar o orçamento” em detrimento de uma perspectiva tecnocrática, ou de um “experimentalismo democrático radical”, não são garantidas pela simples adoção do OP, mas sim dependem de diversas questões organizacionais e, sobretudo, de uma intencionalidade política e mobilização ativa em torno do instrumento. Naturalmente, os critérios de avaliação do sucesso (ou fracasso) do OP em termos políticos e democratizantes são também muito variados dentre os estudiosos do tema. Avritzer (2003), por exemplo, tende a preconizar em suas análises a dimensão associativa (talvez por adotar a experiência de Porto Alegre como seu referencial) e o protagonismo da sociedade civil como um fator de “qualidade” dos OPs. Ou seja, quanto maior a *autonomia* das organizações da sociedade civil no processo participativo (em relação às administrações municipais e à política partidária), maior seria a sua qualidade, ao passo que quaisquer interseções entre partidos, parlamentares, o poder executivo e o OP, seriam configuradas como desvios populistas ou clientelistas da prática. Essa abordagem se aproxima muito de grande parte das críticas feitas por intelectuais de esquerda ao OP de Belo Horizonte (RENA *et al*, 2016; PAOLINELLI; CANE-TTIERI, 2019), como vimos anteriormente, que consideram que a experiência teria sido

“cooptada” pelas administrações do PT, que promoviam uma participação controlada ou uma “pseudo-participação” voltada unicamente para o benefício de seus interesses político-partidários.

O sociólogo ⁵Wagner de Melo Romão parece ser um dos poucos estudiosos que busca contrapor esta visão. Em seu artigo intitulado *Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da Sociedade Política* (2011), Romão apresenta uma visão alternativa às análises de Avritzer (2003), Tarcísio da Silva (2003) e Teixeira (2003), que consideram que a “relação do OP com partidos e governos” como “algo externo ao processo de participação”, que idealmente seria preservado enquanto um espaço autônomo da sociedade civil. Para tanto, o autor elabora um estudo a respeito dos conselheiros do OP de Osasco-SP (mandato de 2007-2009), demonstrando que a predominância dos conselheiros do OP da cidade (bem como de outras localidades, conforme demonstrado a partir de bibliografia [WAMPLER, 2004; CARVALHO; FILGUEIRAS, 2000; NYLEN, 2002; FILOMENA, 2006]) está vinculada a partidos políticos - normalmente, o partido da gestão local que está promovendo o OP, na maioria dos casos, o PT -. A partir desta constatação, Romão argumenta que, a despeito da insistência de boa parte dos estudiosos em analisar o OP pela “chave da autonomia/cooptação da sociedade civil”, o potencial democratizante do OP se dá muitas vezes “para dentro da sociedade política”. Em outras palavras, o autor considera que boa parte dos participantes do OP são membros de “baixo escalão” de partidos políticos, que exercem no instrumento um espaço para afirmarem-se enquanto lideranças políticas locais e as-



4: Colagem - Yves Cabannes, Barbara Lipietz e a expansão do OP pelo mundo - à direita, imagens de plenária, obra e cartazes do OP de Chengdu, na China, iniciado em 2009

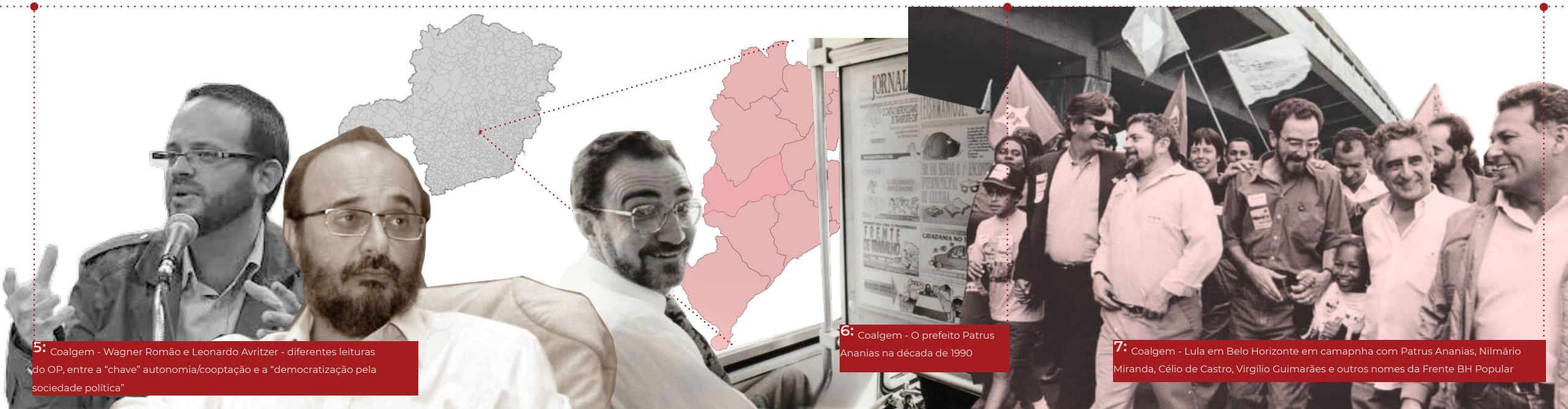
cenderem na sociedade política. Assim, mais do que um meio de organização autônoma da sociedade civil, o OP funcionaria como um mecanismo de contato dos partidos políticos (sobretudo o PT) e da gestão municipal com suas bases partidárias, bem como um espaço de formação de lideranças locais. (ROMÃO, 2011).

Para aqueles que consideram que o aprofundamento democrático e as transformações territoriais apenas podem ser engendradas em um horizonte de autonomia, realmente, as constatações de Romão (2011) tendem a invalidar o OP nesse sentido. Contudo, se “virarmos a chave” da exclusividade da autonomia para enxergar as possíveis virtudes de uma colaboração entre sociedade, partido político e Estado, talvez seja possível considerar que estas transformações possam ser promovidas *a partir* da sociedade política. Considerando que o PT representou o espaço prioritário de aglutinação de novos sujeitos sociais em busca de um aprofundamento democrático e, sobretudo, de formulação do OP, não seria natural considerar que o partido siga cumprindo este tipo de papel ao longo do funcionamento do instrumento? Não seria inclusive possível considerar como positiva a extensão da política partidária para as bases sociais e periferias urbanas, com a possibilidade de integração de atores minoritários à grande política?

Ao contrário dos críticos autonomistas, consideramos que estas questões possam representar algumas das maiores virtudes do processo do OP em Belo Horizonte. Talvez, inclusive, essa coerência e colaboração entre bases partidárias e gestão municipal tenham sido o que

garantiu ao OP de BH sua qualidade de “Inversão de prioridades” que, segundo Cabannes e Lipietz (2017), se expressa pelo fato de que, em 2006, “99% da população da cidade vivia a menos de 1km de um projeto completo [do OP], 84% a menos de 500 m e 40% a menos de 200m”, sendo que as “populações mais próximas aos projetos do OP (...) eram, de fato, as famílias mais pobres da cidade” ³. (CABANNES; LIPIETZ, 2017, p.78-79, tradução do autor). Se, por um lado, Belo Horizonte não conta com a mesma “tradição associativa” de Porto Alegre, acreditamos que a cidade tenha sido palco de um virtuoso e potente processo de reivindicações políticas por moradia e urbanidade nas décadas de 1970 e 1980 que alcançaram diversas conquistas na institucionalidade. Este diálogo entre lutas urbanas e poder público, como veremos adiante, está na base da formação do OP da cidade, e se relaciona com o caráter de experimentalismo democrático (ou Estado experimental) que se desenvolveu na cidade a partir da chegada de ⁶Patrus Ananias (PT) ao executivo municipal em 1993 pela ⁷Frente BH Popular.

A socióloga Lúcia Maria Lopes Formoso (2007), em sua dissertação de mestrado, argumenta que, assim como na escala nacional, os anos 1970 representam também em BH um momento de rearticulação das lutas urbanas, sobretudo na figura da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP). A autora demonstra que, naquele momento, as práticas predominantes nos órgãos estaduais e municipais para lidar com o “problemas das favelas” eram as remoções truculentas e a tentativa de erradicação destes assentamentos, ao passo que os movimentos dos favelados (com forte apoio das CEBs da Igreja Católica e da recém



⁵: Coalgem - Wagner Romão e Leonardo Avritzer - diferentes leituras do OP, entre a “chave” autonomia/cooptação e a “democratização pela sociedade política”

⁶: Coalgem - O prefeito Patrus Ananias na década de 1990

⁷: Coalgem - Lula em Belo Horizonte em campanha com Patrus Ananias, Nilmaríro Miranda, Célido de Castro, Virgílio Guimarães e outros nomes da Frente BH Popular

formada Pastoral das Favelas) reivindicavam o direito à posse da terra daqueles moradores e melhores condições de indenização nos casos de remoção. Assim, em um movimento que já indicava uma gradual abertura do poder público às demandas populares (em um contexto de declínio do regime militar), em 1979, o Governo do Estado instituiu o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) - órgão destinado a promover a urbanização de vilas e favelas já com a incorporação de algumas práticas participativas - em resposta às reivindicações populares. (FORMOSO, 2007, p.42-43).

Alguns anos mais tarde, o amplo processo de mobilização dos movimentos dos favelados e da Pastoral das Favelas alcança uma grande conquista também na escala municipal. Trata-se da instituição da Lei do Profavela (Lei Municipal 3.532, de 6 de janeiro de 1983) que, de maneira pioneira em todo o país, inclui as favelas no zoneamento da cidade e institui mecanismos para a realização de intervenções de urbanização de vilas e favelas, respeitando o direito à permanência dos moradores. Conforme demonstramos anteriormente no artigo *Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte* (PORTO; SOUZA; NOBRE, 2020), a promulgação desta lei abre um amplo campo de disputas na cidade pela pauta da urbanização de vilas e favelas e da defesa da posse da terra de seus moradores.

Confluíam no debate desta questão os recém reorganizados movimentos dos favelados; as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (sendo que, estes dois primeiros gru-

pos se confundiam com a formação do PT na cidade); ONGs e Instituições Multilaterais amparados por financiamentos internacionais; e os técnicos do poder público, cada vez mais sensibilizados com a pauta das favelas. Um ator específico parece ser elucidativo desta dinâmica - o líder religioso italiano ⁸Padre Piggi, que reunia naquele processo, ao mesmo tempo, membros dos movimentos dos favelados (com quem mantinha contato próximo em sua paróquia na Vila Primeiro de Maio), a Igreja Católica, na figura da Pastoral das Favelas (coordenada por ele) e, eventualmente, a ONG italiana AVSI, fundada por amigos próximos seus e que viria a Belo Horizonte na década de 1980 para realizar ações de urbanização de favelas com recursos do governo Italiano e da Comunidade Econômica Europeia. (PORTO; SOUZA; NOBRE, 2020, p.405-411).

Assim, ao longo da década de 1980 a temática da urbanização de vilas e favelas se desenrola em algumas iniciativas chave - principalmente, o “Projeto piloto” na Vila Primeiro de Maio; o “Grande Profavela”; e o Programa Alvorada ⁴ - articulando-se entre o poder público (sobretudo na figura do PRODECOM), os movimentos populares e religiosos, o Terceiro Setor, além das universidades, movimentos culturais e outros atores de relevância no debate público municipal. Entretanto, a partir de 1993 (contrariando uma tendência nacional de priorização do Terceiro Setor), ⁹essa “disputa” tende em direção ao poder público e à institucionalização das demandas populares a partir da eleição do prefeito Patrus Ananias (PT), pela Frente BH Popular ⁵. Conforme veremos adiante, a Frente reunia em torno da candidatura de Patrus boa parte dos grupos mobilizados pela pauta da urbaniza-



⁸: Coalgem - A disputa pela pauta da urbanização de vilas e favelas em BH - Padre Piggi e Don Luigi Giussani em visita à cidade na década de 1960, mapa e vista da Vila Primeiro de Maio e instituições envolvidas na urbanização deste território na década de 1980

⁹: Coalgem - Lula e Patrus em campanha em Belo Horizonte e a tendência à institucionalidade e ao poder público das lutas territoriais

ção de vilas e favelas (e pela transposição dos ideais da Reforma Urbana para a BH como um todo), de forma que a prefeitura passa a incorporar como elemento central de seu programa político as demandas dos movimentos populares.

Assim, **10: a formação do OP de BH** se dá em um contexto de forte incidência popular sobre a institucionalidade, a partir de uma intensa articulação entre movimentos populares, partido político e poder público. Além disso, a operacionalização do OP e das demais iniciativas da prefeitura no âmbito da urbanização de assentamentos informais a partir de então desencadeia a formação de um corpo técnico, não só favorável às demandas levantadas pela população, mas atuante enquanto parte das mobilizações. Configura-se, portanto, uma indissociabilidade entre poder público e movimento popular, uma colaboração que renderia importantíssimas inovações urbanísticas, como o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), os Planos Globais Específicos (PGEs), o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), as Comissões de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA), as Caravanas de Prioridades, dentre outras que serão abordadas adiante neste trabalho.

Após essa breve introdução à temática do OP no Brasil e em BH, devemos ressaltar, contudo, que não se pretende elaborar neste trabalho uma descrição completa e científica dos processos do OP na cidade **6** - tanto por considerarmos que já existem diversos trabalhos publicados nesse sentido, quanto pelo fato de que esta seção dedicada ao OP representa apenas um curto esforço final de um trabalho que já mobilizou uma série de outros temas.

Nos interessa, sobretudo, identificar nesta experiência as nuances da articulação entre multidão e Estado, a partir de um projeto político popular que propicia a afirmação da diferença em diferentes sentidos - cultural, urbanístico, social, etc - e a soberania popular. Para tanto, tendo como base as reflexões que pudemos suscitar até o momento - seja a partir da revisão bibliográfica, seja em uma perspectiva cartográfica/estética - reproduziremos, a partir do próximo subcapítulo, algumas narrativas de atores ligados ao OP da cidade em diferentes perspectivas - técnicos da prefeitura, militantes, lideranças comunitárias, acadêmicos e políticos - intercaladas por breves reflexões nossas, dedicadas a extrair dos relatos as potencialidades deste processo político bem como as suas limitações no sentido da organização da multidão para o tempo presente.

Propõe-se, portanto, um *percurso cartográfico* **7** pela história do OP na cidade, desinteressado em cobrir todas as nuances e etapas desta história, e mais dedicado a desvelar pistas que se conectem com as demais reflexões aqui propostas. Nesse sentido, a escolha por priorizar os relatos em detrimento de referências bibliográficas nesta etapa do trabalho está relacionada ao fato de que, mais do que elaborar uma análise rigorosamente científica do OP, pretende-se nesta etapa ilustrar algumas narrativas colhidas no decorrer de nossa pesquisa sobre o OP que provocaram boa parte das inquietações que motivam este trabalho, e a própria iniciativa de se interrogar o OP em função da aposta multitudinária e vice versa. De certa forma, após percorrer questões relativas ao pensamento pós-estruturalista, ao Império, à multidão e à busca pela soberania popular, retornamos ao ponto de origem de todas



estas inquietações.

Uma parte dos relatos que apresentaremos a seguir é proveniente do registro, transcrição e edição das falas dos palestrantes do webinar “Cartografia do Orçamento Participativo em BH II”⁸ (que serão publicadas, ainda em 2022, em livro intitulado *Cartografia do Orçamento Participativo em BH*) - realizado como parte de uma disciplina de graduação da Escola de Arquitetura da UFMG, ministrada pelas professoras Natacha Rena e Gisela Barcellos no segundo semestre de 2020. Uma vez que a publicação das falas ainda não foi finalizada, os relatos serão referenciados de acordo com os vídeos que originaram as transcrições, todos disponíveis on-line. A outra (e mais reduzida) parte dos relatos é proveniente de depoimentos colhidos no processo de produção de um documentário (ainda sem título) a respeito dos Centros Culturais de Belo Horizonte produzidos via OP. Considerando que o documentário ainda está em processo de produção, serão utilizadas falas provenientes do material bruto da produção (que podem ou não figurar na edição final do documentário) e que, portanto, serão referenciadas como entrevistas independentes e fontes primárias.

Ambas as fontes (webinário e documentário) fazem parte do projeto de pesquisa *Cartografia da percepção popular do Orçamento Participativo em BH*⁹ (CPPOPBH - do qual eu participo como bolsista de graduação), vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar. Sendo assim, os depoimentos trazem em si uma carga cartográfica mais intensa, uma vez que estão inscritos no nosso processo de inserção enquanto pesquisadores na rede dos atores

11: Diagramação do subcapítulo: a protagonização do relato enquanto elemento cartográfico



Imagens intercaladas com o texto

Interrupção das linhas pontilhadas e da divisão da página

Redução do afastamento da margem para as citações diretas de forma que o relato ocupe uma porção maior da página

Inserção de quadros coloridos nos trechos relativos aos relatos, a fim de distingui-los do texto comum, de nossa autoria

envolvidos com o OP da cidade. Além disso, por se tratarem de relatos falados, são dotados de uma carga pessoal mais intensa (em relação às referências bibliográficas), relativa à perspectiva de cada um dos autores destas narrativas dentro dos processos políticos investigados. Sendo assim, nesta última seção deste texto, buscaremos abrir espaço para um *outro* cartográfico, buscando nas percepções pessoais, intelectuais e afetivas de cada um destes atores as nuances multitudinárias que procuramos mobilizar a partir do OP de BH. Para tanto, **11:** será rompida a diagramação que se utilizou até o momento, buscando dispor os relatos como elemento principal desta seção do texto, de forma entrelaçada com os eventuais elementos estéticos.

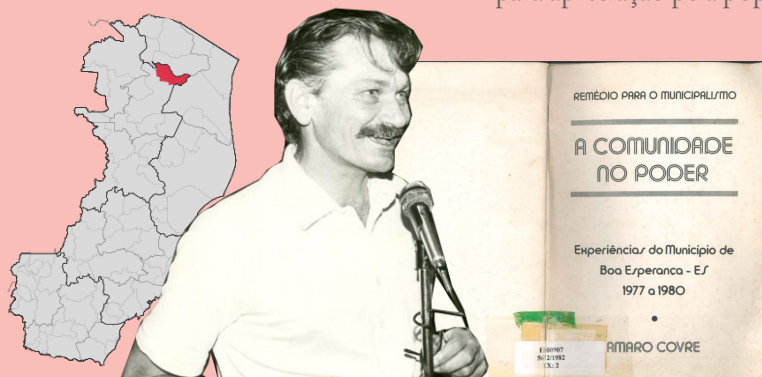
6.1 Cartografia do Orçamento Participativo de BH: uma perspectiva multitudinária

A primeira narrativa que selecionamos foi a do economista **12:** Wieland Silberschneider, em sua apresentação no webinar *Orçamento Participativo em Belo Horizonte: a perspectiva dos técnicos da PBH*¹⁰, realizado no dia 10 de agosto de 2020. Wieland foi o Diretor de Orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte na gestão do prefeito Patrus Ananias (1993-1997) e atuou também como um dos principais atores políticos na implementação do OP de Ipatinga, na gestão do prefeito Chico Ferramenta (PT, 1989-1992). O relato de Wieland aborda questões relativas à formação do OP em diversas localidades do Brasil, trazendo à tona as concepções políticas existentes na gênese do instrumento e as suas traduções para o caso de Belo Horizonte.

Quando nós iniciamos a implementação do Orçamento Participativo no início dos anos 90, vínhamos de uma trajetória de participação nos movimentos sociais, na luta contra a “carestia”, na luta, principalmente, por melhores condições do transporte público. Nesse contexto, enfrentamos o debate sobre a importância da participação da sociedade nas questões públicas em torno das iniciativas que vigoravam naquele momento: as experiências do chamado “Planejamento Participativo”. O período de declínio da ditadura, já no final dos anos 80, começou a passar por readequações da relação dos governos com a sociedade. Em escala importante, governantes com perfil mais democrático passaram a convidar a população a participar consultivamente em uma série de projetos e programas. Em Belo Horizonte, nós tivemos, por exemplo, o Prodecom, que se destinava a fazer melhorias nas comunidades, na época ainda chamadas de favelas; e o Prodasec **11**, conduzido pelo Ministério da Educação e Cultura daquela época. Eram programas que, até pela sua própria natureza, demandavam o envolvimento das comunidades como critério de sucesso e esse envolvimento era consultivo. A atuação do Poder Público era pontual tratando de temas específicos, mas gerava a sensação de envolvimento ativo da sociedade. Nós tivemos, tam-

bém em Belo Horizonte, esse tipo de iniciativa com a já extinta Metrobel, que foi criada na época e fez uma grande remodelação do trânsito, do transporte coletivo. Ela movimentava associações de bairro e comunidades para validar trajetos de transporte e, desse modo, se vendia como uma iniciativa participativa e democrática.

Nesse contexto, o Brasil teve também experiências mais arrojadas que já sinalizavam para um modo de governar diferenciado do que o país vinha vivendo até então. Tivemos em Lages, Santa Catarina, com o então prefeito Dirceu Carneiro, que desenvolveu uma administração apoiada na mobilização de associações de bairro por volta do início dos anos 80. Na mesma época, aconteceu uma experiência que ficou no registro da memória, no município de Boa Esperança, no Espírito Santo. Enquanto Dirceu Carneiro era do então MDB, partido que era visto como voltado para redemocratização do país, **13: Amaro Covre, em Boa Esperança**, era da chamada Arena. Boa Esperança é um município com perfil rural e Covre constituiu um conselho de desenvolvimento que se reunia no ginásio com a maioria da população da cidade dado o tamanho do município, onde várias políticas de sua gestão foram discutidas e validadas, inclusive apresentando o orçamento público do município para apreciação pela população.



13: Coalgem - O prefeito Amaro Covre e a experiência de democracia direta em Boa Esperança-ES

Ainda no contexto da redemocratização, vivenciamos o início da expansão das forças populares com destaque para o Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores, como todos sabem, é produto do ideário da ação política principalmente da igreja católica desde os anos 70 com as comunidades eclesiais de base e também do conjunto de forças da chamada esquerda organizada. Nessa fusão doutrinária, despontou o debate que dialogava com a possibilidade, no Brasil, de o PT ser o partido implementador da luta pelo socialismo. Nesse contexto, surgiu a discussão quanto à possibilidade de constituição de conselhos populares como centros de gestão de futuros mandatos que o PT viesse a conquistar — o que aconteceria a partir de 82, mas que ganharia destaque a partir de 89 com o grande número de prefeituras conquistadas pelo partido.



12: Coalgem - O economista Wieland Silberschneider

Ora, nesse debate doutrinário — eu diria relativamente polarizado, porque apesar das forças de esquerda estarem presentes, elas não foram em nenhum momento hegemônicas dentro do Partido dos Trabalhadores —, o PT criou um instituto de formação de lideranças, o “Instituto Cajamar”, que contava com a participação Celso Daniel, alguns anos mais tarde prefeito de Santo André assassinado. O Instituto desempenhou papel de mediação e formulação da interpretação do papel que o Partido dos Trabalhadores poderia vir a desempenhar em relação aos movimentos populares. Seus integrantes não eram, e nem nunca foram, favoráveis à constituição de conselhos. Ao contrário, defendiam um processo de mobilização geral dos movimentos, das comunidades. Aliás, isto foi o que Celso Daniel veio a fazer quando prefeito, com o programa que ficou conhecido como “Viva Cidade” — uma espécie de prefeitura itinerante. Ou seja, prefeito e secretariado saíam percorrendo as regiões da cidade no diálogo com as associações, com as lideranças, com os cidadãos, e filtrando as prioridades, em um espírito de planejamento participativo.

Nesse período, nós, em Belo Horizonte, participamos das eleições de 1985 — as eleições nas chamadas cidades de segurança nacional para o mandato tampão de 86 a 88. O candidato então era o Virgílio Guimarães, hoje deputado estadual, derrotado naquelas eleições com um programa eleitoral no qual constava a formação de um conselho popular para a gestão das políticas em Belo Horizonte. Foi uma inclusão formal, fruto de uma visão das perspectivas políticas naquele período.

Um pouco antes, em 82, o Partido dos Trabalhadores conquistou sua primeira prefeitura, a de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo, com o **14: prefeito Gilson Menezes**. Em todo o país, mas particularmente em Diadema, uma cidade-dormitório, havia o debate sobre a questão do transporte coletivo urbano. Transporte que, naquele caso, era ofertado pelas empresas privadas e, naquela época, sem nenhuma transparência de custos. Belo Horizonte também viveu situação semelhante. Gilson Menezes foi apoiado pelas forças populares no município, que lutaram e estatizaram o transporte coletivo. Como o mandato foi estendido (o mandato dos eleitos em 82, que iria acabar em 85, foi estendido até 88), ao final da luta da estatização, com aquele conjunto de forças mobilizadas na cidade toda regionalizada, foi direcionado o esforço político para o debate do orçamento do município. Eu diria que essa experiência representa o nascimento de fato do Orçamento Participativo, não como fruto de uma reflexão teórica, uma proposta pré articulada por um partido de um conjunto de forças políticas, mas como resultado de uma mobilização popular que aconteceu naquele município.



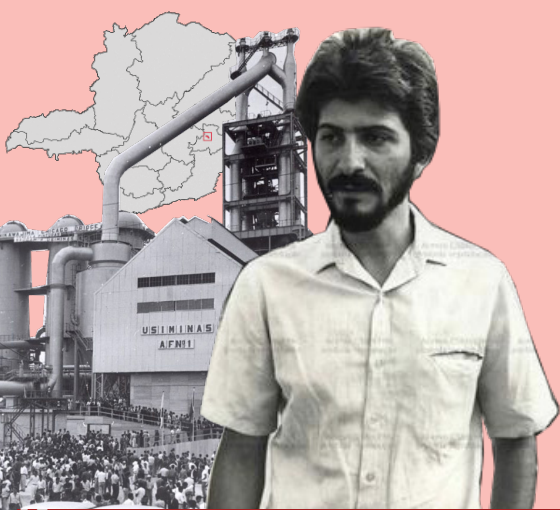
14: Coalgem - O sindicalista Gilson Menezes - primeiro prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores, em 1982, e primeira experiência consolidada de OP no país

Na sequência, nós tivemos justamente as eleições dos mandatos-tampão, nas quais foram eleitos dois prefeitos do Partido dos Trabalhadores: Magno Pires, em Vila Velha, e Maria Luiza Fontenelle, em Fortaleza. De algum modo, nós podemos dizer que essas duas experiências vão refletir, com algumas variações, as duas interpretações, que, me parece, ainda estão presentes no âmbito do Partido dos Trabalhadores sobre o papel que a participação social deve assumir na questão pública e que não colocam o Orçamento Participativo em primeiro plano. Enquanto Magno Pires promoveu uma ação pública apoiada nas associações de bairro, com realização de assembleias frequentes em torno de temas variados, muito similar ao que Dirceu Carneiro realizou em Lages, Maria Luiza Fontenelle, que vinha de uma trajetória política de organizações de esquerda, recusou implementar o Orçamento Participativo ou algo similar, apoiada na argumentação de que ele constitui um empreendimento conduzido pelo Poder Executivo e não fruto da mobilização das entidades, do movimento social. Portanto, seria uma iniciativa de cooptação da sociedade civil. E, como aponte, essa, de fato, é uma interpretação que vários setores mais à esquerda continuam a fazer sobre o Orçamento Participativo, enquanto a maioria prefere se limitar à dinâmica de interlocução com as entidades do município. Mas a verdade é que a conquista de 36 prefeituras nas eleições de 1988, a experiência de Diadema e seu foco no orçamento público trouxeram o Orçamento Participativo naquele momento para a centralidade das administrações petistas em sua relação com os movimentos sociais.

A novidade que o Orçamento Participativo representou naquele momento levou a que ele se tornasse a base do discurso democratizante do PT. Isto porque a novidade do OP pôs por terra a lógica da iniciativa do planejamento participativo, já que a natureza do processo participativo deixava de ser consultiva e passava a ser deliberativa. Isto validou o empoderamento dos setores populares, que estavam na narrativa do partido, ao oferecer, como foco da participação, o orçamento público, que é a principal lei no âmbito da gestão democrática sobre a qual vivemos. Quer dizer, todo ano, a elaboração do orçamento representa a obrigatoriedade de toda e qualquer ação que venha a ser executada pelo poder público constar obrigatoriamente neste orçamento. Quando você coloca este processo sob apreciação direta da sociedade, você está colocando, em tese, toda a gestão sob essa apreciação.

Mesmo com a vitória desse conjunto de prefeituras por parte do PT, a evolução da implantação do Orçamento Participativo foi muito diferenciada. Eu diria que não havia uma metodologia validada, consagrada. Ao contrário, havia uma ideia. E, por trás dessa ideia, permaneceu o debate sobre a natureza da relação dos mandatos do PT com o movimento social, e que não considerava, obrigatoriamente, a implementação do Orçamento Participativo. (...)

Vários municípios foram referência do OP naquele momento, tais como São Paulo, Porto Alegre, Santos, Campinas, São Bernardo e, em Minas Gerais, ¹⁵Ipatinga onde eu e a professora Jupira ¹²tivemos oportunidade de atuar. O município de Porto Alegre é tido por muitos



¹⁵ Coalgem - O sindicalista Chico Ferramenta, prefeito eleito de Ipatinga em 1988

como o início do Orçamento Participativo no Brasil. Sem dúvida, a experiência por lá tem méritos, tal como a dinâmica política de detalhamento das prioridades de gastos, mas esse título não pode lhe ser atribuído. Até porque a primeira edição do OP em Porto Alegre não foi de sucesso. Ela teve vários problemas e não conseguiu promover a priorização de ações e levá-las a cabo. A sua execução se deu, de fato, apenas no segundo mandato. Mas, paradoxalmente, o OP de Porto Alegre, em 1996, foi reconhecido pela ONU, na Conferência de Istambul, como uma das 40 melhores práticas de governo do mundo. Mérito para a administração Olívio Dutra, que conseguiu dar visibilidade importante para todos nós, seja no Brasil, seja no mundo, de uma experiência tão importante como a do OP. (SILBERSCHNEIDER, 2020, não paginado).

Assim, Wieland mobiliza em sua fala algumas questões essenciais da concepção política do OP, que em muito se entrelaçam com os nossos debates. É interessante notar como o economista argumenta que, antes mesmo que houvesse um debate doutrinário no âmbito das esquerdas sobre a participação popular, as experiências preliminares de Lages e Boa Esperança já estavam sendo realizadas (inclusive em uma prefeitura conservadora) a partir de um anseio generalizado na população pela incidência nos processos políticos que, na pequena escala destes dois municípios, encontrou maiores condições de se viabilizar. Salta aos olhos também, o fato de que a despeito dos debates doutrinários, a primeira experiência considerada por ele enquanto um OP propriamente dito seja a de Diadema - uma cidade operária, que elege um sindicalista para a prefeitura, que coloca o orçamento municipal em apreciação pela população como resultado das amplas mobilizações populares canalizadas em sua administração. Assim, fica evidente a partir do relato de Wieland a amplitude de sentidos que assume o OP, e o papel essencial que cumpre o PT naquele momento enquanto um espaço no qual confluiam um debate doutrinário de esquerda, as mobilizações populares de diversas naturezas e os anseios da população por mais democracia. Dessa forma, a prevalência do modelo de Porto Alegre e a ênfase no associativismo - conforme colocada por Avritzer (2003) - parece representar na realidade apenas uma dimensão de um amplo e inventivo processo político que tem no PT e no OP pontos nodais. Adiante, Wieland comenta sobre a formação do OP em Belo Horizonte:

De todo modo, o Orçamento Participativo representou uma mudança paradigmática na gestão da coisa pública. Como sabemos, a burocracia pública e, particularmente, a burocracia municipal, é um labirinto comunicativo de portas de circulação de demandas e validações decisórias. Até aquele período, no início dos anos 90, a sociedade civil brasileira como um todo praticamente não tinha acesso à porta do Legislativo, mesmo que fosse por meio de emendas parlamentares. Afinal, só a partir da Constituição de 88, foi retornada ao Poder Legislativo a prerrogativa de emendas ao orçamento, que havia sido suprimida durante o período da Ditadura Militar.

As experiências de Orçamento Participativo tiveram suas particularidades em Minas Gerais nesse contexto inicial. A partir de 89, tivemos Ipatinga, Timóteo e João Monlevade como referências onde foram encaminhadas iniciativas muito diferenciadas em termos de escopo, formato e capacidade de continuidade. Mais tarde, tivemos a implementação do Orçamento Participativo em Poços de Caldas (2001), Lagoa da Prata (em 93, houve um mandato petista que foi interrompido e retomado em 2001), Contagem, com a prefeita Marília Campos e, naturalmente, Belo Horizonte. (...)

16: Quando chegamos a Belo Horizonte, a convite do prefeito Patrus Ananias e do secretário de Planejamento Maurício Borges, eu e a professora Jupira nos deparamos com uma realidade político-administrativa de uma complexidade muitíssimo maior. Ipatinga, embora uma cidade grande, na época com 120 mil habitantes, apresentava uma distribuição territorial relativamente operacional, que permitiu levarmos adiante a iniciativa tal qual fizemos de modo praticamente individual. Em Belo Horizonte, era necessário avançarmos na exploração das potencialidades da territorialidade, indo além dos limites do que ela foi em Ipatinga. A partir de uma intensa interlocução e com o nosso querido secretário Maurício Borges, a regionalização tornou-se um dos principais elementos estruturantes do OP em BH.

Em BH, participação popular assegurada

A Lei Orgânica de Belo Horizonte, promulgada no dia 21 de março deste ano, segundo seu relator, vereador Patrus Ananias (PT), uma "lei séria" que não faz concessões a interesses individuais". Para Patrus, a Lei Orgânica da Capital abre espaço à participação popular, através de instâncias que permitem às entidades representativas o acompanhamento dos trabalhos das secretarias municipais.

Outro avanço da Carta bnhorizontina foi a criação da Defensoria do Povo, que dentro outras funções servirá para fiscalizar o cumprimento da Lei Orgânica e garantir os direitos do cidadão.

Ficou determinado ainda, na no-



16: Coalgem - Recorte de jornal a respeito da atuação de Patrus enquanto relator da Lei Orgânica de BH, antes de se tornar prefeito

17: Coalgem - Patrus ao lado de membros do seu secretariado, na década de 1990. À direita, o secretário de governo, Luiz Dulci

A regionalização, que em Ipatinga foi só o recorte territorial para a interlocução com associações e moradores, em Belo Horizonte, ganhou valor muito maior, porque representou o nascimento efetivo das administrações regionais, certamente o critério de sucesso do OP em Belo Horizonte. Naquele momento, as administrações regionais também eram apenas uma referência no mapa de Belo Horizonte, ainda que tivessem os seus administradores escolhidos. Foi feito, então, um decreto de execução orçamentária, o famoso Decreto 7878, em que foi atribuído à Regional o poder de licitar pequenas obras, e atribuído o poder político de interlocução com a representação política do território. Nesse aspecto, o secretário **17: Luiz Dulci, então secretário de Governo** junto com o nosso companheiro Wagner Caetano, foi personagem fundamental para esse desenho político, de modo que ele convergisse para um programa de trabalho, na medida em que o conjunto de forças políticas de apoio ao prefeito Patrus Ananias era muito diverso.

Mantivemos também a ênfase na participação cidadã. Não

excluimos as associações de bairro, mas fizemos um processo representativo onde a maior parte, o peso maior dos representantes, era dado aos cidadãos presentes. E constituímos as já, imagino eu, conhecidas COMFORÇAs, as Comissões de Fiscalização Orçamentária, que deram materialidade e dinamismo à participação. Elas contribuíram para a superação das disputas e disfunções dos movimentos sociais nas regiões, na medida em que constituíram um espaço político alternativo e se tornaram ambientes, por excelência, de uma formação cidadã permanente. A gente não consegue imaginar toda a extensão da importância do cidadão ali numa discussão da COMFORÇA, do desafio de uma licitação da obra no seu bairro. Não sabemos realmente apreender o que significa ele ver, no orçamento do município, a obra dele classificada entre obras do OP com recursos do Tesouro. Não temos ideia da importância que tem para a cidadania se apropriar desse labirinto que é a administração pública.

Outros dois focos foram importantíssimos para a definição do perfil do OP em BH. O primeiro, mérito do nosso secretário Maurício Borges, foi o de focar o Orçamento Participativo apenas na aprovação de obras. A obra tem escopo definido — começo, meio e fim —, ao contrário de programas sociais que demandam a pactuação da dimensão da extensão dos benefícios que esse programa irá trazer. O segundo foco sobre o qual o secretário Maurício Borges também tem mérito foi que, para dar realismo ao OP, nós introduzimos a discussão orientada por recursos. Aliás, aqui faço um destaque: experiências como a de Porto Alegre, por exemplo, não se orientaram pela pactuação direta com a sociedade em torno de valores predefinidos. O que significa fazer um orçamento assim? Primeiro, tem que ter um montante para cada região alocar. Não é aprovar pavimentação e o município realizar desconhecendo o custo. Em segundo lugar, é fazer a pré-orçamentação dos empreendimentos a serem aprovados, e uma pré-orçamentação antes deles irem para a disputa política. Assim, em BH, entre três a cinco obras eram indicadas nas regiões e, dentro de um orçamento, cada uma delas com seu valor conhecido era submetida à apreciação pelas lideranças. E, vale lembrar para os jovens, que bom que vocês não tiveram que enfrentar a realidade da inflação galopante, da hiperinflação! Em 1993, a inflação anual era de 2.489%! Isso mesmo, senhores e senhoras! Nós fizemos o Orçamento Participativo num contexto totalmente adverso. Portanto, o quesito que o secretário Maurício Borges demandou era, com certeza, pré-condição para o sucesso do OP.

Mais uma questão, que, do ponto de vista político, desempenhou papel pedagógico importantíssimo, foram as “caravanas de prioridades” propostas pelo nosso companheiro falecido, Hilton Pretinho, economista, professor da PUC — Minas Gerais. A Caravana de Prioridades foi uma iniciativa de levar as lideranças a circular pelas subregiões — porque cada uma das regionais foi dividida em sub-regiões e a apresentação de demandas era feita a partir dali. Com essa circulação, nós tivemos a beleza de várias comunidades abrirem mão da sua demanda devido à gravidade e urgência daquilo que viram em outra sub-região.

Finalmente, acho que a característica mais marcante do OP, além da separação de obras, foi separar as obras de habitação das obras como um todo. Carlos Medeiros vai falar sobre isso. Relembro que, naquela época, a mobilização popular em torno da demanda por habitação era muito mais forte. Então, a maioria das reuniões do OP em quase todas as regionais era de habitação. E habitação é um empreendimento de longo prazo demandador de recursos expressivos. (SILBERSCHNEIDER, 2020, não paginado).

Neste trecho, Wieland ressalta a inventividade dos mecanismos criados na implementação do OP de BH - a regionalização e o protagonismo das administrações regionais (que significou um verdadeiro esforço de descentralização), as COMFORÇAs e as Caravanas de Prioridades, o OP da Habitação (OPH) ¹³, dentre outras. Destas, a COMFORÇA e as Caravanas de Prioridades parecem ter uma ligação particular com aquilo que Romão (2011) descreveu como uma democratização pela sociedade política a partir do OP e mesmo com o “benefício político-pedagógico” do instrumento, descrito por Souza (2002). É interessante verificar como Wieland descreve a qualidade destes processos de fazer com que os delegados das COMFORÇAs se apoderem dos caminhos da máquina pública, ao mesmo tempo ampliando o acesso à política para os territórios periféricos onde se dá o OP e incorporando, também, à própria política institucional as lógicas, demandas e devires particulares destes territórios e destas lideranças. Tudo isso parece operar em um sentido de politizar cada vez mais os processos administrativos municipais, buscando integrar a prefeitura nas lutas territoriais e integrar as lutas territoriais à prefeitura. Essa integração, inclusive, opera também para a superação das dificuldades impostas ao instrumento. Conforme colocado pelo economista, a implementação do OP na cidade se deu em uma conjuntura absolutamente adversa (inclusive, inscrita nos processos de dominação Imperiais, que descrevemos anteriormente), de forma que os desafios impostos à administração exigiam uma comunicação e honestidade para com a população mobilizada no OP, de forma a produzir uma coerência interna no processo participativo.

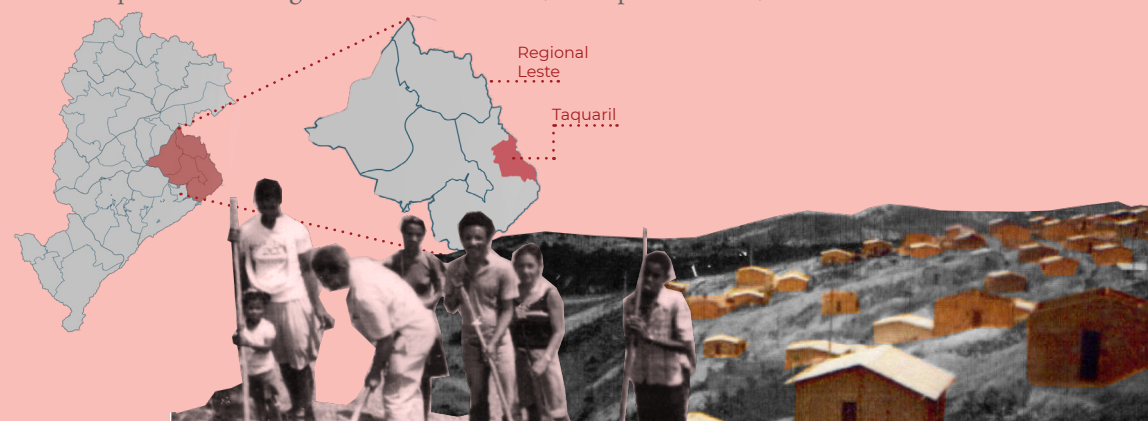
Assim, o segundo relato que selecionamos para compor este percurso cartográfico é o da militante ¹⁸Ednéia Aparecida de Souza, uma das principais articuladoras do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) em Belo Horizonte e também em escala nacional. Ednéia ¹⁴ discorre a respeito do papel dos movimentos populares por moradia na formação da Frente BH Popular, e da incidência destes nos processos na constituição do OP.

Meu nome é Edneia Aparecida de Souza, eu sou moradora do Conjunto Taquaril há 34 anos. ¹⁹O Conjunto Taquaril foi uma ocupação da década de 1980. Nós recebemos o direito de morar aqui em 1986, depois de muita pressão junto ao poder público, e nos foi entregue esse terreno aqui sem nenhuma infraestrutura. Era uma área condenada para a produção de habitação. O governo do estado já tinha tentado fazer um empreendimento habitacional aqui nesse terreno, que era da extinta [Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais] Codeurb, então tinham aberto ruas, tinham colocado posteamento e o terreno era impróprio para

¹⁸ a Militante Ednéia Aparecida de Souza

produzir as moradias que eles iam construir - mesmo que o projeto desenvolvido naquela época pela Codeurb estava destinado para a família de renda bem alta. (...)

Depois de uma pressão muito grande na gestão do prefeito Sérgio Ferrara (1986- 1988), nós conseguimos com que a Prefeitura atendesse o movimento organizado com esse terreno aqui. Para a punição da gente, porque nós inflamamos uma revolta na cidade pela questão da moradia naquela época, nós recebemos um terreno impróprio. E como punição, nós não conseguimos os outros benefícios que estavam juntos com uma política habitacional - naquela época criada pelo governo federal, o governo Sarney - [parte de] um projeto nacional de moradia [que] chamava [Programa de Investimentos Coletivos Produtivos] Proinco. [Nesse Programa] o poder público sedia o terreno, a infraestrutura, o material, o acompanhamento técnico e as ferramentas e a população fazia sua construção. A gente não recebeu nada disso, quase nada disso.(...) E a gente começou a fazer o processo para não perder esse terreno, porque nós estávamos pressionados pelo poder público. O programa previa uma ocupação no terreno que você estava recebendo em seis meses. Em seis meses tinha que construir e morar para não perder o terreno. Quem não recebeu o material, quem não conseguiu assistência técnica, acompanhamento, levantou barracão de lona.



¹⁹: Coalgem - Mapa de localização do Conjunto Taquaril e imagens das primeiras moradias construídas no local, entre as décadas de 1970 e 1980 e de mutirão de limpeza de lotes realizados pelos moradores para construção das moradias

E a gente veio morar aqui sem água, sem luz, sem energia elétrica, sem vínculo com as outras comunidades, porque aqui é um morro que divide com outras cidades: Sabará e Nova Lima. Ninguém vinha aqui para absolutamente nada. As ruas eram todas esburacadas, porque o tempo e a chuva levou a infraestrutura, o pessoal carregou o fios de luz que tinha nos postes. Nós viemos para cá nessa situação para não perder a nossa condição e o Taquaril virou, naquela época, um cemitério de lona preta, onde a gente tinha um imenso problema de infraestrutura. Nós tínhamos um índice de mortalidade infantil aqui que era altíssimo, era uma vergonha para o Estado, para a cidade, devido às condições. E nós tínhamos também muita área de risco e toda chuva a gente perdia um monte de família. Não tinha jeito, começava a chover morria os vizinhos da gente. E a gente ficava maluco, porque naquela época não existia nenhum tipo de política construída, instituída, que atendesse famílias em situação de risco, por exemplo, com moradia. Não existia absolutamente nada.

Além da gente perder a casa, os vizinhos perderem a vida, o resto dos moradores - isso durante muito tempo - perdiam também o direito das crianças frequentarem a escola.

Em 1993, com a entrada do prefeito Patrus Ananias, junto com a Frente BH Popular, a gente conseguiu alguns compromissos com o prefeito, que veio aqui muitas vezes. Durante a campanha a gente recebeu ele super bem, nós saímos fazendo campanha com esse prefeito que prometia uma gestão diferente, com uma inversão de prioridade, de investimento de recursos, e a gente já tinha passado por muito sofrimento.

[...] Vou fechar essa parte da história contando o principal, o principal motivo que nos fez agarrar com tanta esperança essa proposta da Prefeitura democrática e popular: Nós fomos numa reunião na Prefeitura de Belo Horizonte para falar da nossa situação de risco aqui, da nossa penúria, e o prefeito era o Eduardo Azeredo [PSDB]... O secretário de governo era o Amilcar Martins, e o Amilcar recebeu os moradores numa reunião lá na sala dele - eu estava fazendo parte da comissão de moradores na época. Eu me lembro daquela mesa que não sai da minha memória, eu sonho com aquela mesa todos os dias, aquela mesa da sala do secretário de governo. Ele pegou uma planta da cidade, abriu em cima dessa mesa e falou com a gente assim: *Me mostrem aqui onde está o Taquaril, me mostrem aqui onde está o Taquaril.* E o Taquaril não existia nessa planta, era uma área branca na planta, não tinha nada, não tinha nenhum traçado, e a gente apontava e falava assim: *O Taquaril está aqui nessa área. Aqui o Alto Vera Cruz e aqui para cima é todo Taquaril, até a divisa de Sabará.* O secretário virou para a gente e falou assim: *Vocês não existem no mapa de Belo Horizonte, eu não posso enviar recurso para lá, vocês entendem? Seria desvio de recurso, porque vocês não estão no mapa da cidade.* E aí terminou o mandato do Eduardo Azeredo [e] o Amilcar foi indicado a candidato para prefeito, que concorreu junto com Patrus Ananias na época. Nós escolhemos a Prefeitura democrática e popular que estava sendo prometida e a inversão de prioridades para fazer, garantir, qualidade de vida para a gente nas favelas. E saímos com o Patrus, na Frente BH Popular, em todas as vilas, em todas as periferias da cidade, falando que era um modelo novo, que era um modelo diferente que valia a pena a gente apostar nesse modelo. ^{20:} Então, a nossa história com o OP começa aí.



^{20:} Colagem - Mobilização da FAMOB nos anos 1990 e imagens do conjunto Granja de Freitas, onde foram reassentados os moradores do Taquaril residentes em áreas de risco, e do coreto da praça Chê Guevara, um importante espaço de mobilização cultural no Taquaril conquistado no Orçamento Participativo

Em 1996, em 1996 não, em 1994, exatamente — porque Patrus assumiu em 1993 —, em 1994, quando nós começamos a discutir essa inversão de prioridades, para fazer um planejamento verdadeiro para cidade real e que incluísse as vilas, o Taquaril fez parte ativa dessa discussão. Tanto que, junto com o Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte, que é de 1996, nasceu também o Plano Diretor do Conjunto Taquaril. Taquaril é o único que não tem PGE. Taquaril tem Plano Diretor conquistado junto com planejamento da cidade de Belo Horizonte. E aí era uma euforia muito grande, a gente participou de todas as plenárias, de todas as discussões públicas do OP. Nós ajudamos a construir a política habitacional. Por que nós ajudamos a construir a política habitacional? Porque essa prefeitura democrática e popular se comprometeu com os movimentos de ocupação dos quais eu fazia parte, dos quais nosso movimento era ativo e reativo. Fizemos muitas ocupações para gerar essa política. A Prefeitura disse o seguinte: *Olha, não tem como ficar criando áreas de risco na cidade, vamos fazer uma política pública de habitação em que a moradia venha assegurada com os direitos mínimos, básicos, de qualidade de vida. Então nós vamos fazer uma moradia que a pessoa vai poder ocupar imediatamente. Junto com essa moradia nós vamos colocar ônibus, a gente vai ter infraestrutura, saneamento, vai ter água, vai ter luz, vai ter a escola. E aí os movimentos vão poder participar ativamente fazendo a indicação das famílias prioritárias, a gente constrói isso junto e tal.* E nós começamos a construção dessa política de habitação.

A gente começou a discussão fazendo uma reforma numa lei que já era muito antiga aqui em Belo Horizonte, do Fundo Municipal de Habitação. O Fundo Municipal de Habitação da cidade foi constituído em 1955. 1955... Você vê quanto tempo! E ele não atendia a população de baixa renda, ele não tinha isso. A primeira coisa que a gente fez foi incluir a habitação de interesse social na lei do Fundo Municipal, para que ele pudesse atender as famílias de baixa renda da cidade. Nós éramos associações de moradores, o movimento era organizado pela [Federação das Associações de Bairros Vilas e Favelas], Famob. Na época a maior entidade era a Famob, [junto com] a UTP, a [Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte] Amabel, e a Favefaco também. São quatro instituições daquela época — a Famob, UTP, Favefaco e Amabel — que organizavam as ocupações de peso na cidade. E aí a gente começou a discutir como que se daria essa entrada do movimento e veio junto com a campanha da fraternidade, que chamava Onde Moras? — a campanha foi de 1993. (SOUZA, 2020, não paginado).

A fala de Ednéia traz à tona a intensidade e urgência das mobilizações por moradia e pela questão urbana na cidade que antecederam a formação da Frente BH Popular e do OP. É notável a forma como a militante descreve o protagonismo dado aos movimentos populares na elaboração da política habitacional do município e o alto grau de integração que o movimento passa a ter com o processo político institucional a partir de então. De fato, a questão da moradia e demais questões urbanísticas relativas aos assentamentos informais representavam um verdadeiro vácuo de atuação do poder público evidenciado, sobretudo, pela inexistência do Conjunto Taquaril (bem como outras vilas e favelas) no mapa da cidade até a gestão anterior. Nesse cenário, o movimento organizado se empenha em criar - jun-

to ao poder público, que passa a abrir essa possibilidade de integração - os canais de atuação da prefeitura para lidar com estas questões. Assim, os movimentos deixam de adotar as ocupações e uma abordagem autonomista como estratégia (que, em grande medida, foram responsáveis pelas conquistas da política habitacional) e passam a colaborar com o poder público para a garantia da produção habitacional de qualidade, sem a criação de novas áreas de risco.

Além da questão habitacional, outro quesito que alcançou uma dimensão de destaque na formação do OP de BH foi a cultura. A partir da gestão de Patrus e da criação do OP, a prefeitura produziu 17 Centros Culturais (CCs) vinculados à rede municipal, sendo que 15 deles foram conquistados pelo OP. A implantação dos CCs em BH seguiu também a lógica da inversão de prioridades, de forma que empreendeu-se um esforço de descentralização do acesso à cultura - moradores de comunidades periféricas organizados no OP mobilizaram-se para a implantação de um equipamento cultural em seus locais de moradia, que fosse baseado em uma ativação e potencialização das dinâmicas culturais já existentes nestes territórios, e não em uma imposição de valores culturais centralizados. Assim, a fim de descrever este processo, reproduziremos a seguir a fala do líder comunitário **21: Júlio do Alto** (Júlio César Pereira Souza) **15**, que foi um dos grandes responsáveis pela mobilização para a implementação do Centro Cultural Alto Vera Cruz, o primeiro conquistado pelo OP na cidade.

Eu gosto de falar que existe uma história das lutas e das conquistas nas comunidades em geral de Belo Horizonte - e principalmente aqui na [Regional] Leste, no caso do Alto Vera Cruz - uma história antes do Orçamento Participativo e outra depois. O antes do orçamento participativo é uma história que vem arraigada de muitos vícios ao longo da história. Essa comunidade aqui é uma comunidade do final da década de quarenta, que na década de cinquenta já existia faltando tudo, não tinha luz, linha de ônibus, não tinha água... e tinha um vício anterior - e principalmente durante esse período aí da ditadura militar - que é aquele vício de as coisas serem decididas dentro dos gabinetes e as benfeitorias e as conquistas da comunidade apareciam dessa forma através de lideranças que tinham esse tipo de vínculo e de políticos que apresentavam as demandas a partir do desejo deles e a gente tinha só quando isso ocorria.

Quando chegou o orçamento participativo, quando o Patrus ganhou as eleições em 93 e foi criado o orçamento participativo, a gente começou a ver perspectivas outras, principalmente com a participação direta do povo aqui do bairro. Então o orçamento participativo foi um marco histórico na nossa vida em termos da gente se sentir cidadão de fato em relação a cidade. Porque a gente mora na periferia e a periferia sempre viveu excluída da história de

21: O líder comunitário Júlio do Alto

Belo Horizonte, o Alto Vera Cruz ele diz muito disso, né? A cidade de Belo Horizonte foi uma cidade que foi feita pra acontecer dentro da Avenida do Contorno, só que eles esqueceram dos operários que construíram a cidade e muita gente aqui do Alto Vera Cruz que ajudou nisso e aí foi ocupando aqui o espaço. Então o orçamento participativo ele surgiu exatamente para contrapor todo esse processo que ocorreu aqui antes na sua história.

Então, quando ele [o OP] começou, o pensamento de toda favela, de toda comunidade que não tem saneamento básico, que falta uma série de políticas públicas - ou quase todas as políticas públicas -, o primeiro pensamento que veio no primeiro ano foi asfaltamento de rua, tratamento de rede de esgoto, de saneamento básico e ambiental, né? (...) Então no primeiro ano a gente começou pedir abertura de rua, tratamento de rede de esgoto... O Alto Vera Cruz é uma comunidade muito grande, muito densa, com mais de cinco mil moradias físicas, fora a rede de comércio. Então é um bairro hoje que tem mais de quarenta mil pessoas e então a demanda é muito grande, sempre foi muito grande para tudo. Falta de equipamentos públicos, melhor condição de posto de saúde, de escola de qualidade, de equipamentos esportivos (...). Então, começou assim no primeiro ano: um desejo muito grande de querer mudar tudo ao mesmo tempo. Então, as primeiras obras que a gente pediu aqui foram exatamente obras de abertura de vias aqui no **22: bairro Alto Vera Cruz.**



22: Colagem - Localização do Alto Vera Cruz e imagens de uma vista da comunidade, bem como do Centro Cultural, conquistado pelo Orçamento Participativo

Mas já nesse momento, desde o primeiro ano em que surgiu o Orçamento Participativo, em 93, além disso, a gente sempre teve uma veia muito voltada para a questão da cultura. A associação que eu estou até hoje, que é o Centro de Ação Comunitária Vera Cruz - foi a associação onde o Paulão, dona Valdete foram os precursores nessa luta e a gente está aqui até hoje - ela sempre, mesmo no período da própria ditadura militar, a gente sempre atuou através dela pra gente poder falar dos problemas. Então a gente sempre usou o teatro, a gente sempre usou a luta cultural aqui, a militância cultural pra gente poder falar dos problemas. Então, essa associação ela já falava, por exemplo, sobre a carestia, sobre o feijão, caro, sobre a questão do leite - isso ainda no início da década de oitenta, ainda no final, vamos dizer assim, da ditadura militar - a gente usava a cultura como veículo de comunicação com a comunidade e que o pessoal aceitava... o Governo aceitava de forma mais leve. Então sempre começou por esse viés. (...)

Então, quando em 94, no primeiro ano que a gente foi mesmo mais organizado para pedir, nós pedimos a abertura de uma rua e pedimos a obra do Centro Cultural Alto Vera Cruz. (...). Agora qual é o interessante disso? É que a gente já com o projeto pronto, arquitetônico e tudo, nós fomos para o orçamento participativo, mas a visão das lideranças da região, das lideranças da Leste, das lideranças locais, principalmente do Alto Vera Cruz de Taquaril, era não entender um centro de cultura, um espaço, um centro cultural como sendo algo importante. Era muito mais importante naquele período você asfaltar cinquenta metros de rua do que você ter uma casa de cultura, que você tem um espaço onde você consegue transcender as ideias, onde você consegue formar, onde você consegue enxergar um outro mundo além desse mundo comum do dia a dia, do sofrimento que acontece nas favelas, de passar em cima de uma rede de esgoto, realmente, a céu aberto todo dia, de não ter uma escola que atenda as demandas da comunidade e da gente não ter espaço de lazer... e a cultura acaba vindo a conta-gotas, ou a toque de caixa. Então, esse pensamento foi o pensamento das lideranças. A gente pediu e não foi atendido no primeiro ano.

Mas, a gente percebeu já a partir do segundo ano do orçamento participativo o seguinte: que passa quem mobiliza. Passam as obras de quem garante gente, quem tem “garrafinha para contar”. Então o que nós fizemos aqui? Nós organizamos o movimento cultural, nós organizamos o núcleo nosso de luta pela habitação que a gente tem até hoje, da qual eu sou coordenador, o núcleo do sem casa - nós tínhamos aqui mais de oitocentas famílias, oitocentas e quarenta e oito só no núcleo sem casa -, mais de trinta e cinco grupos culturais da região, pagode, hip hop, dança afro, capoeira, Angola, regional, funk, artes plásticas, violeiro, sanfoneiro, congado, todo mundo que tinha aqui a gente juntou todos e a gente foi pras plenárias do orçamento participativo, já no segundo ano, e nós conquistamos, nós fomos a obra mais votada da [Regional] Leste que foi a conquista do Centro Cultural Alto Vera Cruz. Isso já no orçamento participativo para acontecer em 1995, isso foi em 94, para acontecer em 95.

Então a conquista do Centro Cultural Alto Vera Cruz, ela veio porque nós ganhamos o Alto Vera Cruz para a importância de um centro cultural. Nós fomos criticados por outras lideranças da região, por outras pessoas que não entendiam a cultura como a via que transforma, como a política pública que pode elevar o nível de consciência crítica, o nível

de participação política das pessoas. Então a conquista do Centro Cultural foi simbólico, simbólico no sentido de que quando o povo se une, as coisas dão certo. Essa é a frase da dona Valdete, é a frase que a gente carrega junto com o grupo **23: Meninas de Sinhá** e com outros grupos daqui da comunidade, que é isso que determina. Nós ficamos ganhos, o Alto Vera Cruz ficou ganho e nós mobilizamos o tanto que era necessário pra gente poder conquistar essa obra que seria um marco histórico na vida do Alto Vera Cruz e depois a gente viu que foi na vida de Belo Horizonte, talvez até do Brasil, do ponto de vista da cultura, porque o Alto Vera Cruz foi o primeiro centro cultural conquistado no orçamento



23: Coalgem - As Meninas de Sinhá, uma das principais manifestações culturais do Alto Vera Cruz e grupo musical internacionalmente reconhecido

participativo, com luta popular, com desejo de ter um espaço de cultura, com desejo de formar, com desejo de transformar por meio da cultura também a vida das pessoas. (...)

Então eu acho que a história do Centro Cultural do Alto Vera Cruz ela foi inspiradora, porque depois disso a maioria dos outros centros culturais - eu não sei se são quatorze ou dezesseis na cidade - mas a grande maioria dos centros culturais da cidade se inspiraram em ir pra luta também para poder garantir. Assim como outros equipamentos públicos que a gente garantiu aqui também na região, não só aqui no Alto Vera Cruz, mas no Taquaril, no Granja de Freitas, que foram centros de saúde, que foram escolas, que eram equipamentos que deveriam já existir naturalmente, creche, essas coisas, mas a gente sabe que não é bem assim. Mas o orçamento participativo, ele é uma política democrática, altamente democrática onde a vontade da maioria determina. Então eu acho que serviu também pra isso.

E o Centro Cultura, após a conquista e após a inauguração, ele foi palco de articulação da gente poder garantir outras conquistas importantes que a gente teve aí na comunidade, ele também foi um espaço onde a gente sentou, onde a gente se organizou aqui a gente envolveu outras famílias, outras comunidades do entorno, para vir aqui discutir o que a gente queria da região que era mais importante. Acho que isso diz um pouco dessa história, do que foi aqui a conquista do Centro Cultural, e o orçamento participativo como política democrática, participativa de fato, e mesmo com orçamento sendo limitado a cinco por cento do orçamento, mas era um orçamento que ele era bem divididinho. A gente cansou de fazer acordo com todo mundo pra cada um levar um pouco. Porque essa solidariedade na favela ela sempre existiu, apesar das disputas de você garantir lá a garrafinha, mas a gente sempre olhou também para que o outro também tivesse um pouco, e outros também pudessem correr atrás de outras coisas né? E mesmo que não fosse via OP, mas o OP, ele foi instrumento de inspiração pras pessoas quererem lutar por conquistas. (...)

Mas eu acho que a conquista do Centro Cultural Alto Vera Cruz e o orçamento participativo como política pública inclusiva e principalmente que envolveu e que colocou a periferia no jogo, eu acho que isso pra nós foi a maior conquista que teve. A gente aprender ter opinião, a gente aprender a questionar, a gente aprender discutir e a gente poder garantir as nossas conquistas.

Uma outra questão importante que a gente percebeu que o orçamento participativo ofereceu como formação coletiva foi exatamente as caravanas de prioridades. O que eram as **24: caravanas de prioridades?** A prefeitura alugava ônibus pra todo mundo e a gente vinha



24: Coalgem - Imagem de uma rodada das caravanas de prioridades do Orçamento Participativo de 2013/2013, na regional Norte de Belo Horizonte

até os lugares onde a gente solicitava as obras para fazer a defesa. Então era escolhido uma liderança - eu falo com muito prazer e muito orgulho que eu fui a liderança que defendeu a obra do Centro Cultural do Alto Vera Cruz, eu tive esse privilégio de ser a pessoa escolhida aqui pra poder fazer a defesa e eu pude fazer a defesa, eu pude apresentar aqui o porquê que o Centro Cultural era importante pra comunidade do Alto Vera Cruz e pro entorno, toda a história do Alto Vera Cruz a gente falou, como que isso nos ajudou durante os períodos mais duros aqui, como que a cultura ela libertou o povo no Alto Vera Cruz.

E a caravana de prioridades eu acho eu acho ela importante porque ela integra, ela é um espaço integrativo, ela é um espaço agregador, a gente junta a classe média da região com a favela, porque a Leste por exemplo ela tinha cinco sub-regiões - o bairro Santa Inês, que é o melhor IQVU (o índice de qualidade de vida urbana) da leste, por exemplo, tudo que falta no Alto Vera Cruz não falta lá. Mas lá, por exemplo, a gente teve um problema durante anos e anos que a comunidade do Santa Inês, mais organizada com as condições melhores, mas também vieram pra luta demoraram anos pra conquistar, mas conquistaram por exemplo a Rua Minduri, que é uma rua que inunda lá o bairro Santa Inês inteiro.

Então as caravanas de prioridade, é óbvio que tem até um certo preconceito: às vezes algumas pessoas, quando você está demais no “mizerê”, você chega num lugar, você vê tudo funcionando, rua bonita e tudo mais, você fala: “mas isso aqui não precisa de prioridade!”. Mas ao mesmo tempo, quando a liderança daquele local vai lá fazer a defesa, que ela vai falar como aquilo ali impacta a vida daquela comunidade, mesmo ali sendo uma comunidade que... Por isso que eu falo que o orçamento participativo, ele é altamente democrático! Eu acho que talvez seja a política que teve em Belo Horizonte que mais foi equânime, que mais gente pode entender o que é equidade, ou o que é atender de forma desigual os desiguais, ou atender mais quem precisa de mais. Mas nunca deixou de atender a todos! Tanto é que todo pessoal de Santa Tereza da Sagrada Família, de Santa Inês, ali a região do Nova Vista, essa região considerada a classe média da leste, ela também foi atendida.

E também, eu queria registrar aqui, porque eu tive o privilégio de fazer essa articulação com o Ie Borges, com o pessoal de Santa Tereza, e dali pra gente poder conquistar, e foram os votos aqui do Alto Vera Cruz, juntamente com os companheiros lá de Santa Tereza que garantiram o centro cultural da leste. (...) Por que mesmo a classe média, outros lugares também achavam que ali também, só por Santa Tereza, ser o berço da cultura, bastava... não precisava de mais nada. E o Centro Cultural da Leste, lá em Santa Tereza conquistado, nós fomos de escola em escola, eu fui fazer com os alunos das escolas ali de Santa Tereza e do entorno, fui conversar com um monte de gente, com as lideranças, fizemos acordo, combinamos voto e garantimos lá mais um centro cultural da mesma forma que o Alto Vera Cruz teve uma mão importante também na conquista

25: no Centro Cultural do São Geraldo. A gente fez acordo, nós garantimos os votos que garantiram a conquista



25: Coalgem - Mapa dos três bairros da regional Leste que receberam equipamentos culturais pelo OP e imagem do CC São Geraldo e do líder comunitário Élcio Ribeiro, um dos principais articuladores da conquista do Centro no OP

do Centro Cultural do São Geraldo junto com o Élcio, junto com os companheiros lá do São Geraldo que vieram, que fizeram essa conversa com a gente. Então, nós conseguimos agregar, a gente conversou, a gente combinou a fala nas caravanas de prioridade, nós fomos lá no São Geraldo, a gente falou também da conquista desse outro centro cultural, então a leste hoje ela tem três centros culturais conquistados no orçamento participativo, todos com participação da periferia junto com o asfalto.

E as caravanas de prioridades foram o espaço onde foi possível todo mundo que é morador da leste sentar, conversar, dialogar, conversar dentro dos ônibus, a gente costurava tudo **26:** dentro dos ônibus, ia conversando cinco, seis ônibus o que que a gente fazia? A gente dividia o nosso pessoal, colocava um grupo em cada ônibus pra gente poder garantir nossa obra nas discussões. Então eram seis, dez ônibus, até quinze ônibus já teve de gente e aí a gente tinha apenas três minutos na hora pra poder fazer a defesa lá nas caravanas de prioridades, porque você tinha que ir em cada lugar, rodar de ônibus, o ônibus subia, descia morro, tinha ônibus que não podia ir no local, aí o ônibus parava na caravana de prioridades, uns dois quarteirões antes, às vezes, a gente tinha que entrar dentro de beco pra fazer a defesa às vezes lá dentro de um beco, lá embaixo ou as vezes pegar uma rua do Taquaril que passaram... eu lembro de um pacote que nós aprovamos de rua no Taquaril, que aprovou cinquenta e seis ruas! Porque o Taquaril, pra quem conhece sabe, é um lugar onde uma boa parte já foi em área de risco. Mas hoje é uma parte que melhorou muito, então muita obra no Taquaril foi do orçamento participativo, o plano diretor do Taquaril foi do orçamento participativo, o plano diretor do Alto Vera Cruz que começa a definir as intervenções em Vilas e Favelas a partir da política urbana da cidade, né? Através das conferências política urbana, passa a definir que as obras só poderão ocorrer nas vilas e favelas depois de inclusas no código de posturas. E aí, tudo isso a gente conseguiu hoje ter o Plano Global Específico do Alto Vera Cruz, ter o plano diretor do Taquaril, ter Plano Global em outras vilas e hoje já tem um apontamento, onde pode ter equipamentos públicos da assistência, tanto da cultura, quanto do esporte, quanto intervenções, onde é possível...



26: Coalgem - Imagens de representantes da COMFORÇA da Pedreira Prado Lopes nos ônibus das Caravanas de Prioridades do OP de 2001/2002

A gente aprendeu que declividade acima de 27% [de declividade] você não pode abrir rua, tem que fazer escada, a gente aprendeu muita coisa, aprendeu o que que é gabião, como é que você faz, como é que você prepara... tudo isso, a gente não é técnico, mas nós aprendemos, a gente criou aqui também, tudo a partir do orçamento participativo, criou o

CREAR que é o Centro de Referência em Área de Risco, criou os núcleos de defesa civil, onde a própria comunidade observa nesse período de chuva onde tem área de risco geológica e tudo mais. Isso tudo foi a partir do orçamento participativo. Porque no orçamento participativo vinha a orientação técnica, “essa obra aqui não pode ser feita porque aqui tem isso... tem que fazer um gabião aqui, vai ficar muito caro aqui, não dá pra fazer rede pluvial, por conta disso, porque aqui é assim, aqui é assado...” E aí a comunidade, às vezes, esse termo técnico não entendia.

Então, a partir daí também foi se criando, foi vendo a necessidade de não só a gente chegar de forma leiga ali pra defender uma obra, porque a comunidade ela quer a obra, ela não quer saber como é que vai vir... Se ali é técnico ou não é técnico, se aquilo ali vai ficar muito caro... Como muitas obras que a gente tem aí até hoje, muitos que a gente conseguiu aprovar de muitas vezes, a gente aprovou um pedaço, depois aprovava outro pedaço... Tudo isso foi resultado também do orçamento participativo. Então, acho que pra fechar, eu acho que o orçamento participativo, todo o histórico dele, as caravanas de prioridades e tudo que a gente aprendeu ao longo desses quase vinte anos aí de orçamento participativo, fez com que as periferias de Belo Horizonte se tornassem outras. Com opinião crítica e que elas se envolvessem mais e entendessem que a participação delas é fundamental para transformar a vida de todos nós aqui. (SOUZA, 2021, não paginado).

A rica e extensa fala de Júlio do Alto traz diversos elementos fundamentais para as nossas reflexões. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar como o líder comunitário descreve um processo no qual o poder executivo é verdadeiramente pautado pela mobilização da comunidade. Em outras palavras, a criação de um Centro Cultural no Alto Vera Cruz não se dá a partir de uma política cultural do município, com diretrizes e premissas definidas em instâncias superiores, mas sim a partir de uma ampla mobilização de grupos culturais ativos e fortemente articulados em torno de demandas políticas. Nesse sentido, é importante também ressaltar a dimensão eminentemente política que a cultura assume neste processo, desde a mobilização prévia à conquista do CC, até a sua utilização posterior enquanto um espaço de formação e organização política centrada na cultura. Ainda neste quesito, fica evidente a partir do relato como, a partir do OP, o poder público absorve, incorpora e apreende dinâmicas sociais de solidariedade, inventividade e inteligência coletiva que se manifestam de maneira imanente às comunidades envolvidas no OP - talvez configure-se neste ponto uma *ocupação* do poder público municipal por uma lógica fortemente multitudinária.

Um segundo ponto que se pode destacar da fala de Júlio do Alto é o fato de que a comunidade absorve também da participação no OP um aprendizado político, técnico e cidadão. Fica evidente como a abertura do poder público para as demandas populares e, sobretudo,

a incorporação da população organizada nos processos políticos institucionais operam em um sentido de formação de lideranças e mobilização ampla da sociedade em torno das questões políticas do município. De certa forma, operacionaliza-se um modelo no qual o poder executivo incorpora a população organizada como um *aliado* no enfrentamento das problemáticas postas e da conjuntura desfavorável. Por fim, é notável também como o OP e, mais especificamente, as Caravanas de Prioridades, operam enquanto um meio de integração, politização e mobilização ampla de diferentes setores da sociedade civil. As caravanas promovem o *encontro* e a integração entre os diferentes grupos sociais organizados que, na mediação de suas demandas, praticam um verdadeiro exercício da política.

Contudo, aos poucos, a incorporação de demandas da comunidade pelo poder público - sobretudo no contexto de vilas e favelas - exigiu a criação também de instrumentos de planejamento associados ao OP (que, na prática, funcionava apenas como um instrumento de gestão). É nesse contexto que, a partir de 1998 (já na gestão do prefeito Célio de Castro [PSB - 1997 - 2001]), instituiu-se o instrumento dos Planos Globais Específicos (PGE - já mencionados nas falas de Júlio do Alto e Ednéia). Os PGEs funcionavam como uma espécie de Plano Diretor de vilas e favelas, elencando uma série de empreendimentos a serem realizados de forma integrada nas comunidades a partir de recursos conquistados nos OPs. Os PGEs serviram como base para a realização de grandes intervenções em algumas comunidades, sobretudo a partir do início do programa Vila Viva, no governo de Fernando Pimentel (PT - 2001- 2009), inclusive com a captação de recursos federais para a realização de tais obras. A fim de descrever a gênese deste instrumento, reproduziremos a seguir o depoimento do economista ²⁷Maurício Borges Lemos ¹⁶, que atuou enquanto Secretário de Planejamento nas gestões Patrus, Célio de Castro e Pimentel (1993 - 2003).



Nós recebíamos muitas demandas: “ah asfalta isso aqui” ou “faz isso aqui na vila tal, na vila e favela tal, na comunidade e tal”. Nas vilas e favelas você tinha, de fato, muita demanda que passou a existir no orçamento participativo. Mas elas davam a impressão que você estava enxugando gelo, né? Porque você faz uma intervenção aqui, mas como é que é aquilo? E aí nós evoluímos que precisava - nas vilas e favelas - precisava fazer previamente, a primeira etapa é fazer um plano diretor das vilas e favelas.

Porque aí você vai fazer obras, mas elas vão no sentido de construir a urbanização da Vila e Favela. Então, aliás,

²⁷: O economista Maurício Borges Lemos

uma política habitacional fundamental para o Brasil, inclusive hoje, é você urbanizar vilas e favelas. A urbanização de vilas e favelas custa muito dinheiro. Não é só fazer saneamento de forma abstrata, mas você tem que fazer saneamento, drenagem, você tem de abrir ruas... Você tem que fazer uma série de coisas, você tem de urbanizar. Urbanizar é um termo bonito, mas ele é caro, e precisa de muito planejamento.

Então, o orçamento participativo começou a puxar essa dimensão e essa dimensão foi mais desenvolvida. Eu agora não tenho acompanhado muito Belo Horizonte. Mas isso aí, pelo menos naquela década de 90, isso evoluiu bastante no sentido de fazer um planejamento plano diretor das vilas e favelas e tal.

Então o planejamento urbano, ele não existe só na hora de você fazer um plano diretor e lei de uso solo - que nós estávamos também tocando isso no sentido macro da cidade -. Mas assim, em questões básicas você precisa de um plano de drenagem, você precisa se organizar e fazer a partir daí bons projetos e consistentes. Então é nesse sentido que o orçamento participativo, ele formulava uma demanda e a resposta para demanda não é simples, ela é complexa e exige muito trabalho, mas é assim que tem que ser feito. (LE MOS, 2021, não paginado).

Assim, a criação do PGE sinaliza na história do OP de BH uma necessidade de se conciliar a participação popular e a incorporação de percepções, lógicas e demandas da população à gestão pública com um planejamento técnico e político. Nesse sentido, algumas iniciativas foram empreendidas no sentido de tornar o planejamento do PGE também em algo participativo, porém, com menor abertura do que os processos do OP ¹⁷. De certa forma, a vinculação do PGE ao OP das vilas e favelas representa uma prevalência da atuação técnica e do planejamento, em detrimento das dinâmicas participativas. Ao mesmo tempo, a realização dos PGEs indicava uma possibilidade de “dar escala” aos empreendimentos do OP - sobretudo com o início dos governos Lula e Dilma e a criação do PAC -, de forma a abranger questões estruturais de comunidades inteiras. Para descrever o desenrolar deste processo na Pedreira Prado Lopes ¹⁸ (também conhecida como PPL - a primeira comunidade de Belo Horizonte a receber a elaboração de um PGE), reproduziremos a seguir a fala do líder comunitário ²⁸Robson da Costa¹⁹. O relato é referente à apresentação de Robson no webinar *A situação atual do OPBH* ²⁰, realizado no dia 14 de setembro de 2020.

O Plano Global Específico da Pedreira foi o primeiro, porque com o andar das coisas, se percebeu que não adianta estar “salgando carne podre”. Não adianta ficar remendando beco, fazer um asfalto que amanhã vem uma chuva e leva. E percebeu-se isso depois da caminhada: a comunidade precisa ser tratada no todo, do bojo todo. Aí se criou o Plano Global Específico. Tinha levantamento geológico, topográfico, levantamento sociocultural daquelas pessoas que estavam ali. São estudos técnicos que norteiam a execução das obras.

²⁸: O líder comunitário Robson da Costa

Nessa época, o Orçamento Participativo passou a ser bianual — de dois em dois anos a gente ia lá. Nós já tínhamos um Plano Global, não poderíamos mais pedir obras, mas poderíamos estar fazendo reserva de recursos para execução do Plano Global. Foi o que a gente fez: todo ano a gente ia lá e conseguia algum recurso para esse plano. Aí, graças ao Plano Global Específico e as obras acontecendo, veio o PAC — o Plano de Aceleração de Crescimento, o PAC-2 da Dilma. Mas qual era a exigência para estar participando desse PAC? Era ter obras e ter planos - a gente tinha obra acontecendo e tinha plano, aí caiu como uma luva.



²⁹: Coalgem - Mapa de localização da Pedreira Prado Lopes e imagens de uma vista da comunidade, de seus moradores mobilizados no Orçamento Participativo e de mapas do PGE produzido para o local

A Pedreira deu um salto à frente, porque veio o dinheiro para o Plano Global, porque já tinha um plano e obra acontecendo. (...) E isso não acontecia só aqui não. As obras do Vila Viva, do PAC, aconteceram em todas as comunidades. Na Serra, por exemplo, foi uma revolução, uma transformação - mas começou lá atrás, com o Orçamento Participativo, o ²⁹Plano Global Específico. Aí veio dinheiro do PAC, do Vila Viva — aí as coisas começaram a andar, começaram a funcionar dentro das comunidades. E isso, se você pegar índices daquela época, de pesquisa mesmo, você vai ver que uma comunidade em que existe obra, que existe uma estruturação, existe uma família, um local digno e decente para morar, para habitar, os índices de violência abaxam, os índices de problema de saúde abaxam, o índice de evasão nas escolas também diminui. Uma coisa vai puxando a outra, esses índices tendem a diminuir, a melhorar a qualidade de vida dentro das comunidades quando acontecem essas interferências. Porque, na verdade, até então, o que tínhamos nas comunidades, a única coisa de intervenção do poder público, era o braço armado da polícia “sentando o cacete” em todo mundo. Aí vem o Orçamento Participativo, as políticas públicas sociais, democracia participativa, para mostrar a outra face da moeda. Que a boa administração é possível, é viável. E o dinheiro existe sim! Depende de você saber dividir, saber aplicar ele. (COSTA, 2020, não paginado).

Entretanto, apesar da boa avaliação de muitas lideranças a respeito das intervenções produzidas a partir dos PGEs e do Vila Viva, muitas controvérsias emergem também a partir destes instrumentos. Com a escalada dos investimentos e a maior prevalência da atuação dos técnicos em detrimento da deliberação popular, emerge também a possibilidade de que os empreendimentos inscritos no programa estejam menos vinculados às demandas populares e mais à dimensão política e econômica preconizada em instâncias superiores, seja dos governos e órgãos responsáveis, seja pelas empresas articuladas na construção dos empreendimentos. A arquiteta e urbanista ³⁰Luciana Bragança atuou enquanto técnica na prefeitura no momento de implementação do PGE do Aglomerado Santa Lúcia, e relatou sua visão a respeito destes processos em sua apresentação no webinar *O Orçamento Participativo Habitação em Belo Horizonte e Os Planos Globais Específicos* ²¹, realizado no dia 17 de agosto de 2020, da qual reproduziremos um trecho a seguir.

Essa metodologia [do PGE] é uma sequência metodológica linear e, nesse ponto, eu abro o questionamento: criou-se um instrumento de planejamento para gerir, para trabalhar junto com um instrumento de gestão [o OP], e como a gestão contribui para esse instrumento de planejamento? Não contribuía, o PGE está pronto, delimitado. A gente tirou um retrato do que era aquele local naquela época e é isso que foi sendo implantado. Eu acho que o principal questionamento para nós, arquitetos, e que diz respeito ao arquiteto que pode levar para a autogestão, que pode gerenciar de alguma forma a autogestão, é como que um instrumento de gestão pode contaminar um instrumento de planejamento. A interpretação do espaço é muito feita a partir de mapas, números e estatísticas. Eu li dois PGEs inteiros, eu acompanhei a elaboração de um deles como técnica, que é o do Aglomerado Santa Lúcia e o do Aglomerado da Serra. Dentro de todos esses documentos, a interpretação do espaço é feita principalmente a partir de mapas, números e estatísticas. É uma abordagem integrada, o que para mim é um avanço. A participação do Grupo de Referência, bem como da comunidade, não era uma participação deliberativa e aí toda aquela potência enorme, que se abre em discutir a possibilidade de você interferir no orçamento, o espaço vem e limita: você pode definir o orçamento, mas você não pode ser deliberativo na hora de definir como vai ser feito o espaço. Para nós, arquitetos, fica a questão: será que o PGE de alguma forma não é a antítese da proposta do Orçamento Participativo? Isso é mais uma provocação do que uma conclusão, mas de alguma forma eu

³⁰: Colagem - a arquiteta e urbanista Luciana Bragança e os Planos Globais Específicos

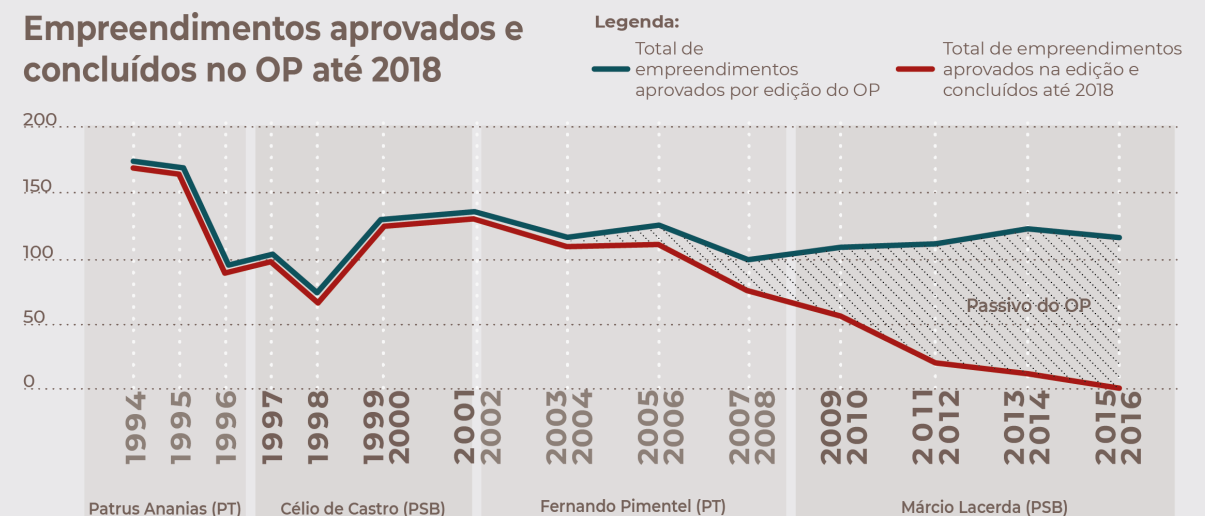
acredito que sim.

O controle técnico sempre foi muito grande sobre a produção do espaço, é uma crença no plano imutável, diretrizes dos órgãos e não dos microcontextos. (...) portanto as propostas do PGE foram paulatinamente sendo pensadas prioritariamente e não a partir dos microcontextos e das realidades locais. Elas foram pensadas a partir dos grandes contextos desses órgãos [órgãos de planejamento da prefeitura]. (...) Na verdade, o que a gente teve foi uma relação linear do processo. A gente precisa de instrumento de projeto de planejamento vinculado a um instrumento de gestão, o que é perfeito: é preciso pensar antes. Agora, por outro lado, é preciso pensar num instrumento de gestão que também contamine essa proposta de projeto e não no projeto engessado que não aceita, que não acolhe esses elementos como bons elementos ou como elementos da vida cotidiana. A vida como fluxo que acontece no território fica bastante limitada.

O PGE tem uma estrutura de saber poder dos técnicos e abre espaço para a preponderância de funções produtivas. (BRAGANÇA, 2020, não paginado).

O relato de Luciana aponta algumas questões que talvez estejam na gênese do processo que levou o OP de uma política altamente popular, cujos méritos e inventividade eram reconhecidos pela grande maioria da população; a uma iniciativa considerada como “velha e engessada” pelos movimentos multitudinários que pediam uma “outra política em BH”. Além disso, é evidente que o progressivo descrédito da administração municipal com o instrumento (a partir do governo Lacerda) influenciou muito para o seu declínio. Após a saída do PT do executivo municipal, a destinação de recursos para o OP caiu vertiginosamente, as relações com os movimentos populares se deterioraram e a prefeitura acumulou um imenso ³¹passivo de obras do OP não concluídas ²².

Empreendimentos aprovados e concluídos no OP até 2018



³¹: Gráfico - Passivo de obras do OP acumulado com a diminuição da dotação orçamentária a partir da gestão Lacerda

Assim, os esforços de se conciliar a participação popular com um projeto de desenvolvimento em grande escala foram solapados por uma administração gerencialista, deteriorando completamente a virtuosa conexão entre movimentos e bases populares e administração municipal que havia sido construída. Para tratar deste tema a partir de uma perspectiva dos movimentos populares, retomaremos o relato da militante Ednéia de Souza, que relata a incidência deste processo no OPH.

(...) a [principal] mudança do OPH ao longo do tempo foi essa fachada que, de fato, matou o programa. Não tem jeito da gente não falar isso. E eu quero deixar claro aqui para todo mundo, principalmente para o Jairo³¹, que assim, eu sou uma dessas lideranças que vou morrer lutando para que o poder público cumpra com os compromissos feitos nas plenárias municipais. A Prefeitura deve para o Conjunto Taquaril uma gama de obras que vocês não têm nem noção! Nós entramos na mesma situação que a PPL, porque também recebemos recurso do PAC, do Vila Viva. Inclusive, eu fui uma das lideranças aqui, participando do lançamento do PAC lá em Brasília, representando as vilas e favelas e achei fantástico! Porque foi a primeira vez na história desse país que o poder público federal de fato olhou para a periferia e falou assim: *Essa população também é cidadã e tem direito a esse recurso público aqui ó*. E destinou uma fatia imensa de recursos para a gente! Isso mudou a cara do Taquaril. O recurso do PAC mudou a cara do Taquaril, mudou a cara do Granja de Freitas também — que é o primeiro conjunto discutido na plenária do OPH — e para lá foram várias famílias que moravam no risco aqui, para esses apartamentos que foram construídos.

Mas gente, [...] a primeira coisa que a política habitacional na gestão do Patrus fez foi tirar de dentro das escolas as famílias, para que as crianças das favelas pudessem voltar para escola. Então foi construído o abrigo Granja de Freitas, de tábuas ainda. Depois foi uma emenda, do falecido deputado - que assim, que faz uma falta danada - Sérgio Miranda, destinou para fazer de lá um conjunto habitacional de alvenaria para atender famílias do risco em período de chuva. A primeira coisa que a gestão fez na habitação foi construir o abrigo e as unidades habitacionais para atender as famílias que não tinham condições de voltar para o risco. Os primeiros conjuntos habitacionais com recursos que foram destinados pelo Fundo Municipal de Habitação não foram para atender as famílias do movimento organizado que pagavam aluguel e moravam de favor não, gente. Toda a gestão do Patrus foi isso. Nós só começamos a construir os conjuntos na gestão do Célio [de Castro] [1997-2001] pra cá. Na gestão do Célio pra cá é que começou-se a construir, atender as famílias do movimento organizado que participavam naquela época dos movimentos de ocupação e que topavam construir uma cidade melhor parando com as ocupações, que criavam mais áreas de risco.

E aí assim, infelizmente, a gente tomou uma rasteira. Por que a gente tomou uma rasteira?

Nós mudamos a nossa dinâmica de organização toda, mudamos tudo, tudo, tudo, para adequar àquela discussão que seria democrática, que iria garantir qualidade de vida, e aí as famílias foram engessadas desde essa época, em 1996, numa fila à espera de unidade habitacional que elas conquistaram. Que elas conquistaram e que elas não têm acesso! Nós temos família esperando a unidade habitacional [conquistada em] 1997 e ela não recebeu ainda. 1997, 1998, 1999, 2000... Porque juntaram, veio a bianualidade do OPH. E aí depois 2001, 2002, 2003, 2004 e foi acumulando as dívidas... E essa fila... A política habitacional produziu muito pouca casa e essa fila não anda porque a fila só cresce. Ela só cresce.

Cada dia mais as pessoas vão entrando, as pessoas mais vulneráveis, as que não querem ocupar área de risco, aquelas que não querem colocar a vida dos filhos em risco, acreditam na lei e participam desse movimento organizado. Então isso mudou muito toda a lógica da participação, a gente assumir a nossa parte no compromisso, cumprir a nossa parte, e o poder público não cumprir a dele. Então mudou muito. (...)

E o que acontece? [...] De uns anos para cá, eu vou colocar assim, de 2006 para cá, uma parcela de lideranças da cidade se formou e decidi que esta política de habitação não serve mais para eles, então ³²: decidiram recomeçar com as ocupações desordenadas e aí dizendo que o movimento organizado, ao qual eu pertencço, era chapa branca da política. E aí a gente discutiu muito, discutimos ainda e eu sempre falo o seguinte: então tragam uma solução para nós, porque nós temos famílias que participam até hoje e que já deveriam estar morando e que não receberam a unidade habitacional que conquistaram. Eu topo fazer qualquer discussão depois que atender essas famílias. Porque não é justo uma família que está desde 1997 participando e que necessita dessa moradia, porque ela se enquadrava nesses critérios, ser tachada de chapa branca e uma pessoa que chegou ontem entrar e ocupar o terreno onde seria a construção da moradia dela. Nós temos uma polêmica instalada na cidade, que é isso aí e que a gente precisa resolver. (...)

Eu não quero entrar nessas questões das administrações, mas eu preciso pontuar que, da gestão do Célio de Castro para cá, esse projeto maravilhoso, democrático, de participação democrática mesmo, veio decaindo, decaindo, decaindo, decaindo, decaindo e ele só não morreu, como o companheiro Jairo colocou, porque nós não vamos deixar esse defunto ser enterrado com a dívida que ele tem com a gente. Não vamos permitir! Seja quem for que for eleito, seja vermelho, azul, amarelo, cor-de-rosa, alaranjado, a gente vai estar exigindo que se pague aquilo que a gente conquistou nas plenárias! E vamos continuar lutando para que isso seja transformado em lei, porque isso é muito importante! Nós não temos outro instrumento garantido de participação democrática na discussão do orçamento. Não, não existe! Não existe! Não existe outro instrumento! Está lá na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, mas não tem absolutamente nada daquilo implementado ainda, da gestão democrática da cidade, que não seja o Orçamento Participativo. Não tem! Não existe [nada] para que a população possa chegar e falar assim: parte desse recurso público eu tenho direito, porque a cidade é minha também! A minha vila faz parte da cidade, ela pode não estar no mapa, mas ela faz parte da cidade e ela tem que ter investimento público, porque eu também sou pagadora de imposto! (SOUZA, 2020, não paginado).



31: Colagem - Ednéia, os mutirões dos moradores do Taquaril na década de 1980 e a retomada dos movimentos de ocupações urbanas por novos movimentos na cidade, como o MLB e as Brigadas Populares, que antagonizam os movimentos tradicionais, como o MNLM

Assim, todo o empenho dos movimentos em trabalhar em conjunto com a administração municipal pela construção de uma política habitacional popular parece ter sido frustrado pela diminuição gradativa da dotação orçamentária do programa. Conforme colocado por Ednéia, os primeiros anos do OPH, ainda na prefeitura de Patrus Ananias, foram todos dedicados a resolver as situações emergenciais de famílias desabrigadas e em áreas de risco para, apenas em seguida, iniciar a produção de unidades habitacionais para as famílias organizadas. A desaceleração do programa, além de provocar uma frustração aos movimentos organizados, gera também uma forte contradição entre os movimentos que se integraram com a formação do Sistema Municipal de Habitação e aqueles que optaram por retomar uma via autonomista de produção de ocupações, como o MLB e as Brigadas Populares.

Nesse sentido, o relato de Ednéia indica também um dos principais pontos de reflexão abordados aqui neste trabalho: o ressurgimento de movimentos urbanos autônomos - embalados pela aposta multitudinária - em um momento de afastamento do poder público em relação aos movimentos populares que estiveram na base do OP na década anterior. Naturalmente deve-se fazer uma distinção entre as ocupações urbanas movidas pelo MLB e as Brigadas Populares (às quais Ednéia se refere) e os movimentos culturais e ativistas (como a Praia da Estação, o Fica Ficus, o carnaval de rua, etc.) que abordamos no capítulo 4 deste trabalho. Contudo, conforme demonstramos, todos estes movimentos estavam articulados em uma mesma onda de contestações ao arranjo político que havia se firmado no executivo municipal a partir das gestões petistas. Ou seja, o arrefecimento da potência popular e participativa do projeto petista na cidade configurou, não uma exigência dos movimentos populares por uma retomada destas iniciativas, mas sim uma onda de novos movimentos articulados autonomamente, sem grandes pretensões de nutrir interfaces com o poder público.

A partir da configuração deste cenário, quais indicativos poderíamos apontar para a revisão da aposta multitudinária? Será que esse processo de desvirtuamento das potencialidades originais do projeto petista na cidade se deu simplesmente por conta de problemas na forma como foram executadas as políticas participativas? Será que houve uma incompatibilidade no momento de incorporar a participação popular de um projeto fortemente baseado na potência da multidão das periferias (como se mostrou o OP) com os planos desenvolvimentistas elaborados na escala da nação? Será que o declínio do OP na cidade representa um efeito da integração de Belo Horizonte aos planos do Lulismo de Estado?

Seja qual for a resposta para estes questionamentos, algo parece ter ocorrido no meio deste processo no sentido de produzir uma desvinculação de toda a potência agregada nos inventivos e genuínos processos de participação popular e a transposição deste acúmulo para um projeto de maior escala, capaz de produzir um desenvolvimento territorial robusto. Talvez, a partir desta experiência seja possível indicar uma imprescindibilidade do aprofundamento democrático e da manutenção da participação popular enquanto instrumento de governo nas diversas escalas. Talvez as próprias disputas políticas travadas pelo projeto popular na escala nacional pudessem ter sido facilitadas a partir de uma abordagem participativa na escala da cidade, valendo-se do movimento popular e das bases organizadas como um aliado por dentro do poder público, progressivamente politizado e mobiliado em favor dos interesses da multidão. Talvez a manutenção do vigor participativo na cidade, inclusive, pudesse ter minimizado as vulnerabilidades do projeto petista no momento de ataques, no pós-2013.

É importante ressaltar (conforme tratamos em artigo recente ²⁴), que a atual gestão municipal (governo de Alexandre Kalil [PSD], 2016 - 2024) encerrou as plenárias do OP em 2017 mas, de maneira paradoxal, tem trabalhado na redução do passivo de obras deixado pela gestão Lacerda e tem sido favorável à aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO 1/2017) que dá ao OP força de lei (ainda que não determine um percentual de orçamento mínimo a ser destinado para o instrumento). Nos anos que sucederam o ciclo de 2013, o “clima” da sociedade como um todo parece ter se tornado progressivamente conflituoso e avesso a iniciativas de participação popular e conciliação de interesses na esfera pública. Talvez, inclusive, a emergência dos movimentos multitudinários na cidade tenha influído nesse processo, na medida em que o debate da esquerda sai dos ambientes públicos amplamente acessíveis e territorializados do OP (dentre outras políticas) para se dar em nichos específicos, como as ocupações, os movimentos culturais, as universidades, etc. - locais onde, inegavelmente, pôde-se alcançar um experimentalismo autonomista de proporções impressionantes, porém, de maneira muito menos ampla e muito menos popular do que as políticas participativas petistas.

De qualquer forma, desenha-se um próximo ciclo no qual, apesar da prevalência absoluta de um ambiente conflituoso no âmbito da sociedade civil, a participação popular e o desenvolvimento nacional parecem mostrar-se novamente como uma alternativa preferencial para alguma parcela da população. Talvez, o desafio presente seja equiparável àquele dos anos 1980, quando este tipo de política foi formulado a princípio - seja no que se refere ao

OP e outras formas de participação popular, seja em relação à própria gênese do PT enquanto espaço de aglutinação de forças populares -. Talvez, devemos agora nos empenhar em construir novos meios para viabilizar canais de incidência da multidão no âmbito da institucionalidade e da grande política que sejam adequados às especificidades do presente. Talvez seja preciso pensar e construir, a partir das virtudes e limitações dos ciclos anteriores, uma nova participação e soberania popular.

Notas de Fim:

1 Em um capítulo dedicado ao OP do livro *Mudar a Cidade* (2002), Marcelo Lopes de Souza faz uma descrição detalhada do procedimento do OP de Porto Alegre, entendido pelo autor como a principal referência conceitual do instrumento. (SOUZA, 2002, p.344-347).

2 Segundo Cabannes e Lipietz (2017, p.69) existem atualmente algumas experiências na China socialista, como a da municipalidade de Chengdu, iniciada em 2009.

3 Cabannes e Lipietz (2017) demonstram também que, enquanto isso, a partir de meados de 2005, o OP de Porto Alegre torna-se de caráter cada vez mais “gerencial” e menos dedicado a um aprofundamento democrático. Os autores argumentam que esse processo seria resultado da saída do PT do executivo municipal, que passa a ser ocupado por uma coalizão de centro-direita, menos interessada no OP. Este dado talvez seja um indicativo de que a “tradição associativa” gaúcha, por si só, não seja capaz de garantir o sucesso político e democratizante do instrumento.

4 Tratamos com profundidade destas iniciativas no artigo *Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte* (PORTO; SOUZA; NOBRE, 2020).

5 Segundo Formoso (2007, p.47), “A Frente BH-Popular, liderada pela candidatura a prefeito pelo Patrus Ananias e para vice prefeito Célio de Castro, foi constituída com o apoio dos seguintes partidos: PSDB, PV, PDT, PPS, PSB, PC do B, PMN, PT e PMDB.”

6 Para uma descrição mais detalhada da história do OP de BH (por diferentes perspectivas), recomenda-se a dissertação de mestrado da arquiteta e urbanista Mônica Bedê, intitulada *TRAJETÓRIA DA FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE BELO HORIZONTE NA GESTÃO DA FRENTE BH POPULAR 1993 / 1996* (2005); a dissertação de mestrado da socióloga Lúcia Formoso, intitulada *Tem uma Vila no meio do caminho: análise da formulação da política de reassentamento para a Vila São José* (2007); a dissertação de mestrado da arquiteta e urbanista Luciana Bragança, intitulada *DO PLANEJAMENTO DA CIRCULAÇÃO AO MICROPLANEJAMENTO INTEGRADO* (2005); a tese de doutorado da arquiteta e urbanista Ana Isabel de Sá (para uma análise voltada ao OP Digital), intitulada *Orçamentos Participativos, Cidadania e Geoinformação: potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de Belo Horizonte* (2021); e o trabalho de conclusão de curso da arquiteta e urbanista Susan Oliveira (para uma descrição cartográfica dos processos do OP na Favela Pedreira Prado Lopes), intitulada *Caderno Cartográfico na Pedreira Prado Lopes: urbanização de favela e extensão universitária entrelaçadas pela cartografia* (2021).

7 Ao longo das narrativas selecionadas, alguns instrumentos e questões procedimentais do OP de Belo Horizonte serão mencionados. Contudo, optamos por não nos estendermos muito na explicação e descrição destes instrumentos e demais questões relativas ao funcionamento do OP de BH, buscando não perder de

vista as reflexões que de fato pretendemos incitar aqui - a avaliação deste instrumento à luz das reconsiderações que fizemos a respeito da aposta multitudinária. Contudo, sempre que alguma destas questões e instrumentos forem mencionados no texto, indicaremos nas notas referências bibliográficas e técnicas que contém as explicações adequadas.

8 Todas as falas do webinar estão disponíveis no canal do youtube do projeto de pesquisa Cartografia da percepção popular do Orçamento Participativo em BH: <<https://www.youtube.com/channel/UCMOKBICUjylkhjei0tDL-Dg/videos>>. Acesso em: 07/02/2022.

9 Boa parte da produção do projeto de pesquisa está registrada no blog do projeto (<<https://opbh.cartografia.org/>>. Acesso em: 07/02/2022.), na página do facebook (<<https://www.facebook.com/Cartografia-do-Or%C3%A7amento-Participativo-em-Belo-Horizonte-100523074625554>>. Acesso em: 07/02/2022.), e no canal do youtube (<<https://www.youtube.com/channel/UCMOKBICUjylkhjei0tDL-Dg/videos>>. Acesso em: 07/02/2022.).

10 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0tUOLHXepw&t=266s&ab_channel=OPBHCartografia>. Acesso em: 08/02/2022.

11 Programa de Ações Socioeducativas e Culturais para Populações Carentes do Meio Urbano

12 Professora Jupira Mendonça, da Escola de Arquitetura da UFMG, que atuou também nas gestões Chico Ferramenta (1989-1992), em Ipatinga, e Patrus Ananias (1993-1997), em Belo Horizonte.

13 Todos estes instrumentos foram detalhados na dissertação de mestrado da arquiteta e urbanista Luciana Bragança, intitulada DO PLANEJAMENTO DA CIRCULAÇÃO AO MICRO-PLANEJAMENTO INTEGRADO (2005).

14 O depoimento é relativo a apresentação de Ednéia no webinar O Orçamento Participativo Habitação em Belo Horizonte e Os Plano Globais Específicos, realizado no dia 17/ de agosto de 2020 e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O1IZVymX6nA&t=3773s&ab_channel=OPBHCartografia>. Acesso em: 08/02/2022.

15 O depoimento de Júlio do Alto foi colhido no dia 7 de dezembro de 2021, para composição do material bruto do documentário que estamos elaborando a respeito dos Centros Culturais conquistados no OP. Conforme indicado no início deste capítulo, uma vez que o documentário não foi finalizado, este depoimento será referenciado como uma entrevista autoral.

16 O depoimento de Maurício Borges foi colhido no dia 13 de dezembro de 2021, para composição do material bruto do documentário que estamos elaborando a respeito dos Centros Culturais conquistados no

OP. Conforme indicado no início deste capítulo, uma vez que o documentário não foi finalizado, este depoimento será referenciado como uma entrevista autoral.

17 Conforme relata Bragança (2005, p.137), o PGE era constituído por um processo de planejamento nos âmbitos “físico-ambiental, jurídico-legal e socioeconômico-organizativo” das vilas e favelas, contando com a participação de um “Grupo de referência”, eleito dentre os moradores da comunidade, à maneira como se elegem os delegados do OP. Contudo, a autora ressalta que, ao contrário do OP, a participação deste grupo de referência na elaboração do PGE é apenas consultiva, e não deliberativa, representando uma prevalência da atuação técnica em detrimento das concepções da população envolvida.

18 Uma descrição detalhada dos processos políticos do OP e PGE na Pedreira Prado Lopes (bem como um registro mais extenso deste e outros depoimentos de Robson) foi feito pela arquiteta e urbanista Susan Oliveira em sua monografia de conclusão de curso, intitulada Caderno Cartográfico na Pedreira Prado Lopes: urbanização de favela e extensão universitária entrelaçadas pela cartografia (2021)

19 Robson da Costa, é o criador do Jornal do Centro Comunitário Fala Pedreira, participou ativamente do OP como representante da PPL e trabalhou até 2021 como assessor do vereador Pedro Patrus

20 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YoOblkX1sjs&t=2s&ab_channel=OPBHCartografia>. Acesso em : 09/02/2022.

21 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O1IZVymX6nA&t=3776s&ab_channel=OPBHCartografia>. Acesso em: 09/02/2022.

22 Tratamos com mais profundidade deste tema em um dois artigos de opinião, intitulados É hora de resgatar o Orçamento Participativo e OP DE KALIL: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PERDE RECURSOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, publicados, respectivamente, no site do Brasil de Fato MG e no blog Cartografia do Orçamento Participativo. Os textos estão disponíveis em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/03/artigo-e-hora-de-resgatar-o-orcamento-participativo>> e <<https://opbh.cartografia.org/2021/02/08/op-de-kalil-orcamento-participativo-perde-recursos-e-participacao-popular/>>. Acesso em: 09/02/2022.

23 Jairo Moreira, liderança comunitária da Pedreira Prado Lopes.

24 Disponível em: <https://opbh.cartografia.org/2021/02/08/op-de-kalil-orcamento-participativo-perde-recursos-e-participacao-popular/>>. Acesso em: 09/02/2022.

Referências das imagens:

- 1:** O diagrama foi adaptado a partir de material produzido pela Prefeitura de Belo Horizonte, no ano de 2003, e disponibilizado em Bragança (2005, p.134).
- 2:** O diagrama foi produzido no escopo da pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo, e publicado em artigos de opinião do grupo, disponíveis em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/03/artigo-e-hora-de-resgatar-o-orcamento-participativo>> e <<https://opbh.cartografia.org/2021/02/08/op-de-kalil-orcamento-participativo-perde-recursos-e-participacao-popular/>>. Acesso em: 09/02/2022.
- 3:** A imagem da plenário do OP de 1992 foi adaptada a partir de uma fotografia do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://acervo.fpabramo.org.br/>>. Acesso em: 15/02/2022.
- 4:** As imagens da colagem foram adaptadas a partir de imagens do artigo *Participatory budgeting at scale and bridging the rural-urban divide in Chengdu*, de autoria de Yves Cabannes e Zhuang Ming (2013).
- 14:** O recorte de jornal utilizado na colagem foi adaptado a partir de uma imagem do acervo da Fundação Perseu Abramo.
- 15:** A imagem de Chico Ferramenta foi adaptada a partir de uma fotografia do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/retratos-de-chico-ferramenta-pt-lider-sindical-da-usiminas-ipatinga-mg-22-nov-1986-credito-beto-magalhaes-d-associados>>. Acesso em: 15/02/2022.
- 19:** As imagens da colagem foram adaptadas a partir de imagens da dissertação *As (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do trabalho com jovens dos Programas Fica Vivo e Agente Jovem. Estudo de caso: Conjunto Taquaril*, de autoria de Renato de Paula Abreu (2008).
- 20:** As imagens da colagem foram adaptadas a partir de imagens da dissertação *As (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do trabalho com jovens dos Programas Fica Vivo e Agente Jovem. Estudo de caso: Conjunto Taquaril*, de autoria de Renato de Paula Abreu (2008).
- 26:** As imagens da colagem foram adaptadas a partir de fotografias de autoria de Robson da Costa
- 29:** A imagem dos moradores da PLL, utilizada na colagem, foi adaptada a partir de uma fotografia de autoria de Robson da Costa
- 31:** O gráfico foi produzido no escopo da pesquisa Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo e publicado no artigo de opinião *É hora de resgatar o Orçamento Participativo*, no qual analisamos os dados com maior profundidade. O artigo foi publicado no portal Brasil de Fato MG e está disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/03/artigo-e-hora-de-resgatar-o-orcamento-participativo>>.

Acesso em: 09/02/2022.

- 19:** A imagem do mutirão, utilizada na colagem, foi adaptada a partir de uma imagem da dissertação *As (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do trabalho com jovens dos Programas Fica Vivo e Agente Jovem. Estudo de caso: Conjunto Taquaril*, de autoria de Renato de Paula Abreu (2008).

7.Considerações finais

o Império, a multidão,
as insurgências, o OP e
a soberania popular

Assim, alcançamos o final deste percurso cartográfico - conforme indicado ao início do trabalho - com bem mais perguntas do que respostas. Contudo, acreditamos ser pertinente considerar que os temas aqui tratados exigem a colocação de *outras* ou novas perguntas que desloquem o debate de um lugar de dogmatismo em direção ao vislumbre de novas questões.

De certa forma, todas as questões que emergem das discussões que buscamos suscitar dizem respeito a uma revisão dos sentidos do pensamento pós-estruturalista para as realidades urbanas da contemporaneidade, considerando todas as exaustivas aplicações que foram feitas deste ferramental ao longo das últimas décadas e os seus polêmicos desdobramentos em direção à conturbada constituição do presente.

Os primeiros questionamentos que emergem nesse sentido dizem respeito à ideia de Império. Sem dúvida, as colocações de Hardt e Negri (2012, 2014) a respeito das novas formas de dominação que emergem a partir da década de 1990 permanecem pertinentes em vários sentidos. O caráter subjetivo, semiótico, tecnológico e informacional dos processos capitalísticos no presente é cada vez mais evidente, ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais indissociáveis as ordens da sociabilidade, da cultura, do dia a dia; e da produção capitalística de desejo, de registro, de consumo e de mais-valia. É inviável insistir em teorias e visões de mundo que não levem em conta a atualidade, velocidade e fluidez destes processos, deixando-se aprisionar pelo pensamento das estruturas, da rigidez, em uma incapacidade de apreender o caráter rizomático das dinâmicas sociais, culturais, produtivas e de dominação no tempo presente. Contudo, são inevitáveis também os questionamentos que emergem a partir das remodelações geopolíticas da soberania imperial.

Em face dos velozes e surpreendentes rearranjos geopolíticos do século XXI, parece cada vez mais incoerente insistir na ideia de uma totalidade, ou de uma univocidade da constituição imperial tal como descrita pelos autores ao final da década de 1990. O “pensamento único” da globalização neoliberal, pautado em grande medida pela ideia de um “fim da história”, parece ter contaminado também o vislumbre de alternativas a este cenário. Enquanto na década de 1990 ou no início dos anos 2000 observava-se claramente uma prevalência da “monarquia militar norte americana” de maneira unilateral, uma amálgama das IFIs sobre os países do terceiro mundo - e também aqueles recém saídos do “segundo mundo” do socialismo real -, e uma expansão constante dos meios de dominação cultural e subjetiva; a partir de meados da década de 2010, passa-se a observar muito claramente a emergência de

disputas muito bem delimitadas por hegemonia e a anunciação de novas possibilidades, de uma nova forma de globalização baseada no multilateralismo.

Talvez, as mesmas considerações sejam pertinentes para a ideia de multidão. De fato são intransponíveis as colocações de Hardt e Negri (2012, 2014) a respeito da novidade da organização dos movimentos multitudinários, e da própria sociedade contemporânea e rizomática enquanto uma multidão - das novas formas de organização política, baseadas não mais em uma centralização e estruturação rígidas, mas sim na criação, cooperação e inteligência coletiva próprias das dinâmicas sociais e culturais que emergem na formação do Império. Por outro lado, como vimos nos casos das Revoluções Coloridas e da Primavera Árabe, o rearranjo geopolítico da constituição imperial, inevitavelmente, suscita também novos questionamentos a estes tipos de movimentos. O que poderiam indicar os resultados catastróficos destes dois ciclos de movimentos multitudinários em seus respectivos países, com a emergência de guerras civis, crises humanitárias, econômicas e políticas - e o evidente acirramento da dominação imperial? Em muitos destes países, ao invés do surgimento de alternativas ao Império, o que se observou foi um aprofundamento das dinâmicas neoliberais de dominação do capital sobre a produção da vida. Seria pertinente dizer que estas lutas multitudinárias atuam em um sentido *aceleracionista* do Império, buscando a destituição das formações despóticas anti-imperiais? Seriam estes processos relativos a uma multidão “que exige a formação do Império”, conforme colocaram Hardt e Negri (2014), para que assim, estando plenamente inserida neste sistema, possa acelerá-lo, levá-lo ao limite e verdadeiramente combatê-lo? Ou poderiam estes movimentos significar simplesmente uma reação imperial às novas formas de contestação que emergem a partir do Sul global?

Nesse sentido, o que se torna cada vez mais evidente no cenário geopolítico é justamente a formação de arranjos contra-hegemônicos na escala global que, ao que tudo indica, verdadeiramente afetam a constituição imperial em seu âmago. Considerando a “simbiose” do sistema chinês ao CMI - como colocaram Guattari e Rolnik (1977) - e a integração (em grande medida) cultural e subjetiva da Rússia ao modelo imperial a partir da década de 1990, seria possível dizer que essa contra-hegemonia surge de dentro do Império? Ou seriam na realidade restituições despóticas e aristocráticas de seus respectivos países? Poderiam estes arranjos representar a formação de outros Impérios? Ou ainda, *contra*-Impérios? De qualquer forma, sobressai - principalmente no caso chinês - a constatação de que várias dinâmicas políticas, culturais, tecnológicas e subjetivas inscritas na constituição imperial passam também a operar nestas realidades, contudo, com uma diferença fundamental - não

são reportadas a um poder invisível e autocrático da “aristocracia global das multinacionais”, mas sim a um partido político com altíssimos graus de reconhecimento com a população e verdadeiros meios de comunicação e incidência popular sobre a coisa pública.

Como vimos, o Brasil se insere no cerne nessa disputa (tanto em escala mundial quanto regional) a partir do Governo Lula. Contudo, estando mais próximos desta realidade, é possível perceber nuances difíceis de capturar na análise deste processo em outros países. Por exemplo, no Brasil, o enfrentamento à soberania imperial na escala geopolítica se deu em paralelo - ou em consequência - a uma incidência das bases populares organizadas sobre o poder público. Ao mesmo tempo, se deu também uma melhora absoluta das condições de vida da população, e uma formação de novos desejos, novas subjetividades, de um extenso e heterogêneo corpo social pulsante em cultura, consumo, e com forte reconhecimento com o projeto político nacional. De certa forma, observou-se no Brasil a formação de um poder multitudinário, de uma criação micro e macro escalar de novas possibilidades, articulada por uma correspondência direta entre máquinas estatais e partidárias e as novas multidões desejantes do lulismo selvagem. Ainda assim, também tornam-se visíveis as nuances das contradições suscitadas neste processo. Emergem as contradições de um desenvolvimento econômico e territorial com as dinâmicas sociais minoritárias; os acordos e conciliações com os setores produtivos nacionais acompanhados do arrefecimento da potência participativa na escala do município; e o surgimento, a partir das melhores condições de vida, de uma nova subjetividade criativa e insurgente nas classes médias urbanas, que se articula em processos altamente inventivos de combate ao projeto político empoderado.

Contudo, assim como na Primavera Árabe e nas Revoluções Coloridas, o movimento multitudinário brasileiro é também permeado por métodos avançados de registro, captura e produção de insurgências na escala global. Como vimos, os processos políticos inscritos no ciclo de Junho de 2013 estiveram - e seguem - tomados pela multiplicação de organizações políticas do terceiro setor, conectados rizomaticamente em uma rede de financiamentos com fortes laços com o capital financeiro internacional e, portanto, com os centros do poder imperial. Seria possível que, em face de todas estas modificações no arranjo geopolítico da constituição imperial, que o Império tenha se adiantado em capturar os métodos multitudinários em seu favor? Teria ocorrido uma captura da produção desejante, no sentido de direcionar um potente e inventivo processo de reorganização política, estética e cultural em favor de interesses geopolíticos estratégicos? Teria ocorrido, no caso de Junho de 2013, uma incorporação da crítica artista, assim como Pelbart (2011) coloca a respeito de Maio de 1968?

Neste cenário, no qual uma insurgência multitudinária autônoma e alheia a questões geopolíticas, da nação e do desenvolvimento é facilmente capturável em favor de interesses imperiais, seria possível pensar em *outra* multidão? Uma multidão capaz de transitar entre escalas de forma coerente com o verdadeiro combate a soberania imperial, capaz de traduzir a inventividade, solidariedade e cooperação minoritárias para uma atuação contra-hegemônica na escala global, capaz de verdadeiramente promover a soberania popular em oposição à totalidade da dominação capitalística. Qual a pertinência e atualidade dos mecanismos políticos já construídos pelas lutas sociais brasileiras para estes fins, como o PT e o Orçamento Participativo? Teria, ao longo das últimas décadas, se desenhado uma incompatibilidade da potência democratizante e do devir minoritário destes dois instrumentos com as suas aspirações macro-escalares e desenvolvimentistas? O que poderia ter sido (e pode ser) feito diferente para que as contradições emergentes neste processo não o levem ao declínio de sua potência? Seria necessário um maior controle e restrição às ingerências internacionais? Ou, ao contrário, menores concessões e conciliações com os poderes despóticos e aristocráticos nacionais? Seria necessário insistir mais no desenvolvimento? Ou insistir mais no aprofundamento democrático? Ou então, seria possível conceber uma ideia de desenvolvimento *enquanto* criação, enquanto afirmação da diferença e enquanto radicalização democrática?

De toda forma, parece inevitável a constatação de que, seja qual for a forma de organização e luta da multidão - de maneira autônoma ou organizada em máquinas partidárias e estatais - há sempre um aliciamento das forças hegemônicas atuando em diferentes sentidos. Assim, nos parece pertinente argumentar que a luta multitudinária deve ser também sempre orientada a uma articulação transescalar e a uma mobilização contínua em face dos desafios impostos na ordem do Império. Nesse sentido, apesar da ênfase de muitos movimentos multitudinários na autonomia e na rejeição do Estado enquanto meio para a organização das lutas, o âmbito estatal nos parece ainda algo inevitável para se sustentar enfrentamentos desta ordem. A experiência do OP em Belo Horizonte e a ideia de um poder público que se alia às mobilizações populares para enfrentar as dificuldades conjunturais parece muito pertinente nesse sentido. Talvez, apenas quando os aliciamentos da dominação imperial na escala da nação estiverem superados, se possa realmente prescindir do Estado para a promoção da soberania popular - enquanto isso, uma articulação da multidão por dentro do poder público parece essencial.

Assim como na escala geopolítica, uma observação dos fenômenos emergentes em outras

partes do mundo talvez possa ser elucidativo também para a escala local. Nesse sentido, salta aos olhos a experiência do OP de Chengdu, na China, que - enquanto as mais aclamadas experiências brasileiras, de Porto Alegre e Belo Horizonte, foram capazes de produzir 5 000 e 1 000 empreendimentos em um intervalo de 28 e 15 anos respectivamente - concluiu mais de 40 000 empreendimentos em apenas três anos (2009 - 2012), conforme demonstram Cabannes e Lipietz (2017, p.69). Talvez este processo de participação popular seja mais simples e eficaz em uma realidade, como a chinesa, na qual os aliciamentos do Império são bem mais coibidos pela prevalência de um poder contra-hegemônico consolidado na escala nacional. Talvez, inclusive, a existência prévia de outras formas de promoção da soberania popular (como a identificação da população com o PCCh e a própria manutenção da revolução popular como um processo político) permita que mecanismos como o OP dediquem-se a promover uma luta popular de outra ordem.

Enquanto isso, a conjuntura brasileira indica um acirramento da dominação imperial em diferentes escalas e sentidos. Assim, talvez seja pertinente apostar em uma retomada do Estado como horizonte de luta. Talvez seja essencial se apoderar da coisa pública, da política institucional e da grande política como métodos multitudinários.

Por fim, devemos ressaltar que, apesar da conclusão deste trabalho, esta é uma pesquisa em andamento que seguirá buscando novos caminhos, questões e alternativas a todos os temas levantados ao longo deste percurso cartográfico. A partir da revisão, investigação e conexão de acontecimentos passados inscritos na aposta multitudinária, iniciamos um processo de invenção de novas formas de fazer multitudinário, capazes de, a partir das adversidades da dominação imperial, produzir verdadeiras formas de soberania popular.

8. Referências bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós-**: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fauusp, São Paulo, nº 20, p. 60- 74, dez. 2006

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Biotempo, 2012.

BANDEIRA, Luiz A. M. **A desordem mundial**: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. - 1. ed. - Rio de Janeiro: EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajectoria da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da frente BH popular 1993 / 1996**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Instituto de Geociências da UFMG, 2005.

BERQUÓ, Paula Bruzzi. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte**: entre rastros e emergências. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

BRAGANÇA, Luciana Souza. **Do planejamento da circulação ao Microplanejamento Integrado**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. 86 p. Brasília, 1995.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil**: Uma Parceria para a Mudança Social. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002

CABANNES, Yves; LIPIETZ, Barbara. Revisiting the democratic promise of participatory budgeting in light of competing political, good governance and technocratic logics. **Environment and Urbanization**, v. 30, n. 1, p. 67-84, 2018.

CARVALHO, M. C.; FELGUEIRAS, D. **Orçamento participativo no ABC** – Mauá, Ribeirão Pires e Santo André. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

CASTELLS, Manuel. Movimientos de pobladores y lucha de clases en Chile. In: **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Vol. 3, n.7. 1973.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CANETTIERI, Thiago; PAOLINELLI, Marina S.; VELLOSO, Rita de C. L. Pesquisar a cidade a partir das insurgências. In: **Revista Políticas Públicas & Cidades**, vol. 9, | núm. 3 | julho/setembro | 2020, p. 1 – 12

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. In: **revista eletrônica e-metropolis**, n.17, ano 5, jun 2014.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

CHAGAS, Fernanda; RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. In: **Lugar Comum** n. 41, p. 71-88. 2014

CHAVES, Marília Pimenta. **Zona zona ou zona ZONA? - Atravessamentos entre Urbanismo Neoliberal, Gentrificação, Cultura Urbana, Participação Popular e Trabalho Informal**: uma cartografia do Baixo Hipercentro de Belo Horizonte, MG. Trabalho

de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. **A fabricação da dissidência**. II Encontro Civilização ou Barbárie, realizado em Serpa, 2010. Disponível em: <https://www.resistir.info/chossudovsky/comunicacao_serpa.html> Acesso em 01/09/2021.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. **A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Moderna, São Paulo, 1ª edição, 1999.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. **A fabricação da dissidência**. O Diário, nov. 2010. Disponível em: <http://www.odiarario.info/?p=1794>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. **FSM: Ativismo social financiado pelo capitalismo global**. IELA UFSC, abril, 2018. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/fsm-ativismo-social-financiado-pelo-capitalismo-global>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

COCCO, Giuseppe. Introdução - A Dança dos Vagalumes. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

COCCO, Giuseppe. **MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo**. Rio de Janeiro, Record, 2009.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **A diferença brasileira**. Instituto Humanitas Unisinos. Meio digital. 24 de Outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572950-a-diferenca-brasiliana>>. Acesso em: 10/01/2022.

COCCO, Giuseppe; TASCHELO, Marcio. Eu (não) sou ninguém: a subjetividade sem nome. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 2, 2017, p. 37-57.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, n. 5, p. 139- 164, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo:

Paz e Terra, 2002

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SOTO, Pablo. et. al. De Istambul ao Rio de Janeiro: as lutas pelo comum nas cidades rebeldes. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34 Lta, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. 2ª edição, São Paulo: Ed. 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Que é a Filosofia?**. 3ª edição, São Paulo: Ed. 34, 2010.

FILOMENA, C. **O agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da Administração Popular em Porto Alegre**. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, PUC-RS, 2006.

FORMOSO, Lúcia M. L. **Tem uma Vila no meio do caminho: análise da formulação da política de reassentamento para a Vila São José**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão de Cidades, linha de pesquisa Trabalho e Cidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, GRAAL. v.7. 2001

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, GRAAL, 2012

FRAMPTON, Kenneth. Uma história crítica, 1836-1967. In: **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.p.39-299

FORD Foundation: **Grants Database**. [s.d]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/grants-database/grants-all?originatin>

goffices=%26RegionIds%3D2&page=0&minyear=2006&maxyear=2019. Acesso em: 15 nov. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014a

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014b.

GOHN, Maria da G. **Participação e democracia no Brasil**: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Editora Vozes, Petrópolis, 2019.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. , 2011.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

GUERRA, Alexandre; et al. **Os donos do dinheiro**: o rentismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

GUTIERREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica** – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora yiné, 2018.

HARDT, Michael. Prefácio - Maldito Junho! In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Pau-

lo: Annablume, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. The Belknap Press of Harvard University Press: Cambridge, 2009. Kindle Edition.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração**: isso não é um manifesto. São Paulo: N-1, 2016

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, São Paulo, 17ª edição, 2008a.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e implicações. Edições Loyola, São Paulo, 2008b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2010. Rio de Janeiro: ibge, 2012.

JABBOUR, Elias. **China**: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois. Anita Garibaldi ; Fundação Maurício Grabois, São Paulo, SP, 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018

KOURY, Ana Paula. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 159.03, Vitruvius, ago. 2013 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.159/4846>>..

KOZAK, D. John F. C. Turner y el debate sobre la participación popular en la producción de habitat en América Latina en la cultura arquitectónico-urbanística, 1961-1976. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 49–68, 2016.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. Alameda casa editorial, São Paulo, 2020.

LEMOS, Maurício Borges. **Entrevista concedida no dia 13 de dezembro de 2021**, Belo Horizonte.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **VIRUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 09 Dez. 2021.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

MACKINDER, Halford John. **The Geographical Pivot of History**. The Geographical Journal, Vol. 170, No. 4, December 2004, pp. 298–321 (2004 [1904]). Disponível em: https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf. Acesso em 22/12/2021.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito a cidade. In: RIBEIRO, Luiz César; SANTOS JÚNIOR, Orlando (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro:

Fase, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. Cadernau - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

MAYER, Joviano. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. 2015.

MOMA. **Comunicado de Imprensa da Exposição Architecture Without Architects**. Nova Iorque: MOMA, 1964. Disponível em: https://www.moma.org/documents/moma_press-release_326362.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

NASCIMENTO, Denise M. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. In: **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 145-164, abr 2016.

NOBRE, Maíra R. **LEVANTES URBANOS: O ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008**. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. 2019.

NOBRE, Maíra R.; BORGES, Jéssica D. A.; RENA, Natacha S. A. **Entre redes e ruas: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais**. *Indisciplinar*, 6(1), 2020, 234–269.

NOBRE, Maíra R.; SCHOENELL, Ana Luísa; PORTO, Henrique D. Jornadas de Junho de 2013: geopolítica e territórios. In: **ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR**, Belo Horizonte. 2019

NYLEN, W. R.. “**Testing the empowerment thesis: the participatory budget in Belo Horizonte & Betim, Brazil**”. *Comparative Politics*, n. 34, pp. 127-145. 2002

OLIVEIRA, Susan. **Caderno Cartográfico na Pedreira Prado Lopes**: urbanização de favela e extensão universitária entrelaçadas pela cartografia. Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, S; CHAGAS, A.. Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas. **Indisciplinar**, 6(1), 2020. 192–233.

OLIVEIRA, S; BITTENCOURT, G; NASSER, C; RENA, N. Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes. **Indisciplinar**, 5(1), 2019. 60-89.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, nº 2, p. 219- 249, ago. 2016.

ORTIZ, Yasmín B. V. Geopolítica y territorio en la disputa de Estados Unidos por América Latina en el siglo XXI. In: **III Seminário de urbanismo biopolítico**. 1 ed. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021

PAOLINELLI, Marina S; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. In: **Cadernos Metrôpoles**, v. 21, n. 46, pp. 831-853, set/dez 2019

PELBART, Peter P. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2011.

PELBART, Peter P. **O tempo não-reconciliado**. Perspectiva: FAPESP. São Paulo, 1998.

PORTO, Henrique Dias; RENA, Natacha. Terceiro setor: governança e participação na administração urbana. in RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; BRANDÃO, Marcela; SÁ, Ana Isabel Anastasia (org.). **II Seminário de urbanismo biopolítico**. 1. ed. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019.

PORTO, Henrique D.; SOUZA, Gisela B.; NOBRE, Maíra R. Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte. **Indiscipli-**

nar, 6(1), 2020, 394–427.

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

RENA, Natacha S. A. **Neves-Lacerda declara guerra à Multidão**. In: UniNômade.net. 2013. Disponível em: <<https://uninomade.net/tenda/neves-lacerda-declara-guerra-a-multidao/>>. Acesso em: 01/09/2021.

RENA, Natacha; BRUZZI, Paula. As Ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

RENA, Natacha; MAYER, Joviano; NEVES, Bernardo; SILVA, Josiane. Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as Jornadas de Junho e depois. In: **Indisciplinar**, nº3, Cartografia enquanto processo de produção estética, pesquisa e ativismo, 2016

RENA, Natacha; NOBRE, Maíra; BARBOSA, Danilo; PORTO, Henrique. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, 2018, v. 4 n.2, p. 210 - 243. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2019.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas; as revoltas de junho e suas interpretações. In MARI-CATO, Ermínia et al.(org.) **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 7 - 12.

ROMÃO, Wagner de M. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. In: **Lua Nova**, São Paulo, 84: 353-364, 2011

SALLES, João Moreira. No Intenso Agora - Debate com João Moreira Salles, Juca Ferreira e Natacha Rena - Mostra 68 e Depois. **Youtube**, 30/05/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bY-hd9CpNEw&t=2915s&ab_channel=PedroRena>. Aces-

so em: 06/01/2022.

SANTOS, Boaventura. **A difícil democracia:** reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

SANTOS, R. E. N. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SEGAWA, Hugo. Vida e morte de um grande livro. In: **resenhas online Vitruvius**. 001.20 ano 01, jan. 2002. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/resenhasonline/01.001/3259>> Acesso em: 01/09/2021.

SILVA, Luis Henrique Marques de Oliveira. **Cartografia das Controvérsias no Bairro Santa Tereza:** Primeiros Passos. Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

SKYLAB, Rogério. **Lulismo Selvagem.** meio digital: Brasil 247. 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/lulismo-selvagem>> Acesso em: 28/12/2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Júlio César Pereira. **Entrevista concedida no dia 7 de dezembro de 2021,** Belo Horizonte.

SPYKMAN, Nicholas John. **Americas Strategy in World Politics.** New York: Harcourt, Brace And Compay, 1942.

SZANIECKI, Barbara. **Estética da multidão.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SZANIECKI, Barbara. Maré Amarelido: Amor e Arte. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior:** o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

TORET, Javier “15M: Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede”. In: RENA, Alemar; BAMBOZZI, Lucas; RENA, Natacha (org.). **Tecnopolíticas do comum:** artes, urbanismo e democracia. Belo Horizonte, Fluxos, 2016.

TURNER, John F. C. **Housing by People:** towards autonomy in building environments. New York: Pantheon Books, 1977.

TOZI, Fábio. Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização. in: FREITAS, Daniel Medeiros de; LOPES, Marcela Silvano Brandão; MAIA, Marcelo Reis; RENA, Natacha (Ed.). **Revista Indisciplinar.** v.4, n.2, Belo Horizonte: Indisciplinar, 2018.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** n.57. p. 91-107, 2014.

WALLERSTEIN, I. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. in: DOS SANTOS, Theotonio (coord.); MARTINS, C.E., SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. **Os impasses da globalização.** Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003

WAMPLER, Brian. “Instituições, associações e interesses no orçamento participativo de São Paulo”. In: AVRITZER, L. (org.). **A participação em São Paulo.** São Paulo: Ed. da Unesp. 2004

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze.** Relume Dumará: Sinergia: Ediouro, Rio de Janeiro, 2009



